



Número: 29/2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA  
TERRITORIAL

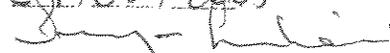
MARCELO ANTONIO SOTRATTI

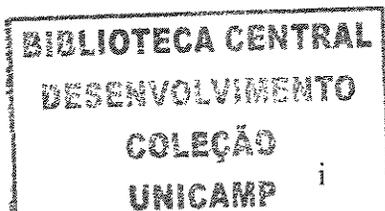
**Pelas Ladeiras do Pelô: A Requalificação Urbana Como Afirmação de Um Produto  
Turístico**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências – UNICAMP, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Orientador: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Marcelo Antonio Sotratti e aprovada pela Comissão Julgadora em 24/08/2005

  
\_\_\_\_\_  
ORIENTADOR



UNIDADE BC  
Nº CHAMADA UNICAMP  
So78p  
V \_\_\_\_\_ EX \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 69662  
PROC V. 123-06  
C \_\_\_\_\_ D X  
PREÇO 11,00  
DATA 17/08/06  
Nº CPD \_\_\_\_\_

Bib ID 384839

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

So78p

Sotratti, Marcelo Antonio.

Pelas ladeiras do Pelô : a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico / Marcelo Antonio Sotratti. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Maria Tereza Duarte Paes Luchiari.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Geografia humana. 2. Urbanização. 3. Sociologia Urbana. 4. Patrimônio cultural – Proteção – Pelourinho (Salvador, BA). 5. Turismo – Pelourinho (Salvador, BA).  
I. Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Tradução do título e subtítulo da tese em inglês: The urban rehabilitation as an affirmation of the tourism product.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Human geography, Urbanization, Urban sociology, Protection of cultural property – Pelourinho (Salvador, BA), Tourism – Pelourinho (Salvador, BA).

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora: Maria Tereza Duarte Paes Luchiari, Silvana Barbosa Rubino, Fernando Sánchez.

Data da defesa: 24-08-2005.

**Dedico este trabalho ao  
meu Deus, que  
persistentemente me  
indicou o caminho a  
seguir...Graças a ele,  
consegui fechar esse  
simbólico ciclo em minha  
vida.**

**Não posso deixar de  
mencionar o amor  
incondicional de Frederico  
e Mel, companheiros  
felinos incansáveis  
madrugadas adentro.**

**Gostaria de agradecer  
especialmente o apoio, a  
persistência, a paciência, a  
sabedoria e o amor de  
minha querida orientadora e  
amiga profa. Tereza  
Luchiari, cujo exemplo de  
carinho, profissionalismo e  
sensibilidade me seguirá  
para todo o sempre.**

## **Agradecimentos**

Aos meus pais que, embora nunca me compreenderam, sempre demonstraram admiração pelo meu esforço e apego à área acadêmica.

Ao meu querido irmão Rodrigo, pela pessoa querida e amorosa que é.

À minha preciosa amiga Karina Poli, pelo estímulo e amizade sincera que sempre demonstrou por mim nessa fase decisiva de minha vida.

À minha querida amiga e colega de profissão Célia Serrano, pelo carinho, preocupação, apoio, sonhos e alegrias que tivemos desde o instante em que nos conhecemos.

À indispensável profissional e amiga Valdirene, pela docilidade, atenção e ajuda sempre prestada a nós, alunos do IGE.

À outra indispensável profissional e amiga Ednalva, pela seriedade, apreço e apoio nas horas mais difíceis deste processo.

E a todos que não citei, mas que sempre demonstraram carinho, amor e sincera amizade por mim.

## Sumário

<b>Apresentação</b>	p. 01
<b>Introdução</b>	p. 03
<b>PARTE I – Espaço Geográfico e Perspectivas de análise do Espaço Urbano</b>	
<b>Capítulo 01 – Dinâmica Urbana e o Conceito de Espaço</b>	p. 10
<b>Capítulo 02 – Modelos e Dinâmica das Cidades Contemporâneas</b>	p. 19
<b>Capítulo 03 – As Paisagens das Cidades Contemporâneas: Expressões Simbólicas do Espaço Urbano</b>	p. 35
3. 1 – As Paisagens das Cidades Contemporâneas: “Fragmentos da Cidade-Metáfora”	p. 39
<b>PARTE II – A Requalificação Urbana nas Cidades Contemporâneas</b>	
<b>Capítulo 04 – O Planejamento Urbano e a Requalificação: Princípios e Práticas</b>	p. 83
4.1 – A Cidade Contemporânea e o Planejamento Estratégico em Cidades	p. 85
4.2 – A Requalificação Urbana como Modelo Estratégico de Desenvolvimento Urbano	p. 91
4.2.1 – O Patrimônio Cultural Urbano e a Requalificação: Concepções, Resultados e Efeitos	p. 95
<b>Capítulo 05 – A Requalificação Urbana como Instrumento de Desenvolvimento Urbano: o Modelo de Barcelona</b>	p. 111
5.1 – As Grandes Intervenções Urbanas Implantadas no Projeto Olímpico	p. 119
5.2 – A Difusão do Modelo Barcelona de Desenvolvimento Urbano	p. 127
<b>Capítulo 06 – A Influência da Requalificação Urbana nas Cidades Contemporâneas: o Caso Europeu e Americano</b>	p. 133
6.1 – A Requalificação da Lisboa Antiga e o Parque das Nações	p. 134
6.2 – A Requalificação Urbana do Porto de Baltimore, Maryland - EUA	p. 139
6.3 – A Recuperação do <i>Waterfront</i> da Liberdade: O Projeto do <i>Battery Park</i> , NYC - EUA	p. 146

### **PARTE III – A Influência da Requalificação Urbana no Brasil: o Caso do Centro Histórico de Salvador - Pelourinho**

<b>Capítulo 07</b> – Evolução Histórica e Social do Centro Histórico de Salvador	p. 154
7.1 – Políticas Públicas para a Recuperação do Centro Histórico de Salvador	p. 158
7.2 – Organizações Sócio-Culturais, Problemas e o Futuro do Centro Histórico de Salvador	p. 162
<b>Capítulo 08</b> – O Processo de Requalificação Urbana do Centro Histórico de Salvador - Pelourinho	p. 171
8.1 – Princípios Projetuais Empregados no Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador	p. 177
8.2 – Estratégias de Operacionalização do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador	p. 180
8.3 – Resultados Alcançados com a Implantação do Programa	p. 184
<b>Capítulo 09</b> – Dinâmica Urbana do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho na Atualidade: Formas e Apropriações Sócio-Espaciais	p. 189
9.1 – O Programa de Requalificação e a Formação de Novas Territorialidades no Centro Histórico de Salvador	p. 236

### **PARTE IV – A Requalificação Urbana e suas Territorialidades: Perspectivas Geográficas**

<b>Capítulo 10</b> – Patrimônio e Turismo: Apropriação, Representações e Significados	p. 252
10.1 – As Representações e Significados do Patrimônio Cultural na Requalificação Urbana	p. 265
<b>Capítulo 11</b> – As Territorialidades das Áreas Requalificadas: Relações Verticais e Horizontais	p. 277
<b>Considerações Finais</b>	p. 285
<b>Referências Bibliográficas</b>	p. 291
<b>Apêndices</b>	p. 309
<b>Anexos</b>	s/p.

## Índice de Figuras

<b>Figura - 01</b>	Perspectiva do Vale do Anhangabaú, São Paulo, projetada por Prestes Maia (1930), observando-se a influência do urbanismo francês na composição da paisagem urbana.	p. 22
<b>Figura - 02</b>	Perspectiva idealizada por Le Corbusier para a cidade moderna.	p. 22
<b>Figura - 03</b>	Planta de Brasília desenvolvida pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.	p. 24
<b>Figura - 04</b>	Nova forma de organização das atividades industriais na cidade contemporânea: condomínio industrial em Osasco, SP.	p. 29
<b>Figura - 05</b>	Ocupação de baixa renda junto à represa Billings no município de São Paulo.	p. 31
<b>Figura - 06</b>	Vista da avenida Aricanduva, zona leste do município de São Paulo.	p. 33
<b>Figura - 07</b>	Vista da praça Times Square em NYC, EUA, com seus gigantescos painéis publicitários.	p. 41
<b>Figura - 08</b>	Painel publicitário na avenida Paulista cobrindo toda a fachada de um edifício.	p. 43
<b>Figura - 09</b>	Fachada padrão de uma rede de locação de vídeos e DVD.	p. 47
<b>Figura - 10</b>	Carro em forma de hambúrguer para servir clientes em uma rede de fast-foods.	p. 47
<b>Figura - 11</b>	Avenida Aricanduva, zona leste da cidade de São Paulo.	p. 49
<b>Figura - 12</b>	Hotel cassino localizado em Las Vegas, EUA, que retrata a paisagem do centro de Manhattan, NYC.	p. 53
<b>Figura - 13</b>	Hotel cassino da cidade de Las Vegas, reproduzindo as pirâmides do Egito juntamente com a Esfinge.	p. 53
<b>Figura - 14</b>	Complexo Gênève – centro de compras com arquitetura semelhante à das cidades dos Alpes, Campos do Jordão – SP.	p. 55
<b>Figura - 15</b>	Outra vista do complexo Gênève, com mesas de bares no espaço público.	p. 55
<b>Figura - 16</b>	Orelhão em forma de berimbau, localizado na Praça Terreiro de Jesus – Pelourinho, Salvador – BA.	p. 59
<b>Figura - 17</b>	Porto de Galinhas, PE. Escultura feita em tronco de coqueiro representando uma galinha que foi ao cabeleireiro.	p. 59
<b>Figura - 18</b>	Projeto da Walking-City, desenvolvido pelo grupo ARCHIGRAM, UK.	p. 63
<b>Figura - 19</b>	Fachada do <i>Freedom Ship</i> , observando-se o aeroporto da cidade flutuante na cobertura.	p. 63

## Índice de Figuras

<b>Figura – 20</b>	Corte transversal do mega navio <i>Freedom Ship</i> , indicando algumas de suas atividades internas: parques, clubes e metrô.	p. 63
<b>Figura – 21</b>	Vista lateral do mega navio <i>Freedom Ship</i> .	p. 65
<b>Figura – 22</b>	Detalhe da lateral do <i>Freedom Ship</i> , mostrando um boulevard ajardinado para passeio dos moradores.	p. 65
<b>Figura – 23</b>	Perspectiva do Maharishi São Paulo Tower, arranha-céu proposto para a cidade de São Paulo no final do século XX.	p. 67
<b>Figura – 24</b>	Projeto do Maharishi Center, a ser implantado nos EUA.	p. 69
<b>Figura – 25</b>	Vista geral da região da avenida Luís Carlos Berrini, em São Paulo.	p. 73
<b>Figura – 26</b>	Contraste entre as paisagens de dois bairros contíguos localizados na cidade de São Paulo: bairro do Morumbi e favela Paraisópolis.	p. 75
<b>Figura – 27</b>	Bairro chinês em NYC, EUA.	p. 77
<b>Figura – 28</b>	Bairro gay do Castro em São Francisco, EUA.	p. 77
<b>Figura – 29</b>	Centro Histórico de São Luis, MA.	p. 103
<b>Figura – 30</b>	Centro Histórico de Salvador – Pelourinho, BA.	p. 103
<b>Figura – 31</b>	Visão aérea da região projetada por Ildefons Cerdá, observando-se as quadras fechadas e seus jardins internos.	p. 113
<b>Figura – 32</b>	Casa Batló, projetada por Antoni Gaudí.	p. 115
<b>Figura – 33</b>	Planta de Barcelona mostrando as quatro áreas escolhidas no Projeto Olímpico.	p. 119
<b>Figura – 34</b>	Antigo edifício portuário do Port Vell, hoje convertido em centro cultural e gastronômico.	p. 121
<b>Figura – 35</b>	<i>Waterfront</i> recuperado a partir da requalificação do antigo porto de Barcelona.	p. 123
<b>Figura – 36</b>	Vista parcial da Vila Olímpica, hoje bairro residencial de médio-alto padrão. Barcelona, Espanha.	p. 123
<b>Figura – 37</b>	Marina particular em frente ao bairro da Vila Olímpica, em Barcelona.	p. 123
<b>Figura – 38</b>	Vista aérea do <i>Mont Juic</i> – Barcelona, área onde se concentraram os grandes equipamentos olímpicos. Hoje o espaço constitui um grande parque cultural.	p. 125
<b>Figura – 39</b>	Área contígua ao bairro da Vila Olímpica, onde será implantado o projeto de requalificação para sediar o Fórum Universal das Culturas – Barcelona, Espanha.	p. 129

## Índice de Figuras

<b>Figura – 40</b>	Perspectiva da rua Augusta na cidade baixa de Lisboa. Os edifícios históricos restaurados são ocupados hoje por comércio turístico e comércio local de médio-alto padrão.	p. 135
<b>Figura – 41</b>	Vista Geral do Projeto Parque das Nações desenvolvido para sediar a EXPO 98 em Lisboa.	p. 137
<b>Figura – 42</b>	Vista das Instalações do Parque das Nações. Ao Fundo, Oceanário de Lisboa.	p. 139
<b>Figura – 43</b>	Edifícios residenciais e marina na área do Parque das Nações – Lisboa.	p. 139
<b>Figura – 44</b>	Edifícios residenciais e marina na área do Parque das Nações – Lisboa.	p. 139
<b>Figura – 45</b>	Projeto de Requalificação do <i>Inner Harbour</i> , Baltimore, Maryland, EUA.	p. 143
<b>Figura – 46</b>	Vista do complexo do <i>Inner Harbour</i> . Em destaque, o <i>Morris Mechanic Theater</i> , Baltimore, EUA.	p. 143
<b>Figura – 47</b>	Projeto encomendado pelo prefeito David Rockefeller em 1966 em <i>Battery Park</i> , NYC, EUA.	p. 147
<b>Figura – 48</b>	Projeto do <i>Battery Park City</i> desenvolvido em 1979 pela PBCA, NYC – EUA.	p. 147
<b>Figura – 49</b>	Vista das áreas livres junto ao rio Hudson, que integram os edifícios residenciais e comerciais no <i>Battery Park City</i> – NYC, EUA.	p. 149
<b>Figura – 50</b>	Mapa de Implantação das Etapas do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho, BA.	p. 191*
<b>Figura – 51</b>	Vista Geral do Quarteirão do Largo do Pelourinho recuperado na Primeira Fase do Programa.	p. 191
<b>Figura – 52</b>	Vista Geral do Largo Quincas Berro D'Água - praça interna criada na primeira etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho.	p. 191
<b>Figura – 53</b>	Paisagem comumente valorizada pela propaganda turística do Pelourinho e casario recuperado na 2a. etapa do Programa.	p. 193
<b>Figura – 54</b>	Vista recente da paisagem apresentada na figura 53, observando-se o mau estado de conservação das fachadas dos casarios recuperados pelo Programa.	p. 193
<b>Figura – 55</b>	Vista dos quarteirões recuperados na terceira etapa do Programa.	p. 195
<b>Figura – 56</b>	Vista da rua Gregório de Matos, principal rua institucional do Centro Histórico. Vista da área próxima ao Posto de Informações da Bahiatursa.	p. 195
<b>Figura – 57</b>	Placa existente nas praças internas aos quarteirões, observando-se a forma de educação patrimonial empregada e a centralização do Estado na manutenção dos espaços requalificados.	p. 199

## Índice de Figuras

<b>Figura – 58</b>	Fundo de casas observado no Largo Quincas Berro D'Água no CHS – Pelourinho.	p. 201
<b>Figura – 59</b>	Acesso à praça Tereza Batista, localizada na rua Gregório de Matos, CHS – Pelourinho.	p. 225
<b>Figura – 60</b>	Detalhe de palco sendo preparado para os shows noturnos no Largo Tereza Batista e propaganda do Projeto Pelourinho Dia & Noite.	p. 225
<b>Figura – 61</b>	Edifício Solar Ferrão - sede do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, CHS – Pelourinho.	p. 229
<b>Figura – 62</b>	Cabeleireiras afro realizando seu trabalho informal na Praça Terreiro de Jesus, CHS – Pelourinho.	p. 233
<b>Figura – 63</b>	Baiana do Acarajé instalada em área de grande fluxo de pessoas na Praça Terreiro de Jesus, CHS – Pelourinho.	p. 233
<b>Figura – 64</b>	Mapa de Visão Serial na área do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho.	p. 239*
<b>Figura – 65</b>	Mapa de Fluxos Turísticos do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho.	p. 241*
<b>Figura – 66</b>	Mapa de Territorialidades no Centro Histórico de Salvador - Pelourinho, a partir da implantação do Programa de Recuperação.	p. 243*
<b>Figura – 67</b>	Exposição de pinturas nas fachadas de imóveis desocupados na rua Alfredo de Brito, CHS – Pelourinho.	p. 243
<b>Figura – 68</b>	Vista da praça sobre estacionamento localizada no "Alto do Pelô".	p. 247
<b>Figura – 69</b>	Vista da rua Santa Isabel, no "Alto do Pelô".	p. 247
<b>Figura – 70</b>	Rua localizada em área da sétima etapa do Programa de Recuperação do CHS – Pelourinho.	p. 249

\*Obs. – Os mapas ou figuras indicados encontram-se anexos às referidas páginas.

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 01</b>	Tipo de Serviços dos Imóveis no CHS – Pelourinho.	p. 205
------------------	---	--------

## Índice de Gráficos

<b>Gráfico 01</b>	Espaços Disponíveis Ocupados no CHS – Pelourinho.	p. 207
<b>Gráfico 02</b>	Distribuição de Usos no CHS – Pelourinho.	p. 211
<b>Gráfico 03</b>	Relação entre Usos Locais e Turísticos no CHS – Pelourinho.	p. 213
<b>Gráfico 04</b>	Especificidade dos Usos Turísticos no CHS – Pelourinho.	p. 213
<b>Gráfico 05</b>	Relação entre Categorias de Usos no CHS – Pelourinho.	p. 217
<b>Gráfico 06</b>	Comércio Turístico no CHS – Pelourinho – Tipologias.	p. 219
<b>Gráfico 07</b>	Serviços Turísticos no CHS – Pelourinho – Tipologias.	p. 219
<b>Gráfico 08</b>	Organizações Sócio-Culturais Locais no CHS – Pelourinho.	p. 227
<b>Gráfico 09</b>	Organizações de Interesse Público no CHS – Pelourinho – Perfil.	p. 231



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**Pós-Graduação em Geografia**

**Pelas Ladeiras do Pelô: A Requalificação Urbana como Afirmação de um Produto Turístico**

**Resumo**

**Dissertação de Mestrado**

**Marcelo Antonio Sotratti**

A presente pesquisa aborda os efeitos da requalificação urbana em antigas áreas dotadas de patrimônio cultural. Demonstra, através de uma discussão teórica, a associação dessa estratégia com os interesses de grupos econômicos e sociais ligados às escalas local e global. A paisagem urbana também é analisada através de sua materialidade simbólica, expressando os processos sociais e históricos das localidades. Nesse aspecto, constata que a requalificação urbana acaba espetacularizando o patrimônio cultural, e transformando-o num cenário para o turismo e o consumo. Realiza algumas comparações importantes, como o modelo de requalificação urbana de Barcelona e outras cidades mundiais – e sua associação com o planejamento estratégico, com o emblemático caso brasileiro: o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho, BA. A partir da análise do uso do solo no Centro Histórico de Salvador e de seus fluxos turísticos, confirma-se a questão inicial da pesquisa. Entretanto, observa-se ainda a reação da população local a esse processo, ao detectar a formação de algumas territorialidades horizontais. A importância deste trabalho se resume no aprofundamento das reflexões sobre a dinâmica sócio-espacial das cidades contemporâneas, bem como sua lógica e conflitos, de forma a contribuir com o desenvolvimento de novas linhas conceituais para o planejamento das cidades futuras.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
Pós-Graduação em Geografia

**The Urban Rehabilitation as an Affirmation of the Tourism Product**

**Abstract**

**Dissertação de Mestrado**

**Marcelo Antonio Sotratti**

The present research approaches the effects of the urban rehabilitation in old areas's heritage. It demonstrates, through a theoretical reflection, the association of this urban strategy with the economic and social interests of the local and global groups. The urban landscape is also analyzed, through its symbolic materiality, and expresses the social and historical processes of the localities. In this way, it evidences that the urban rehabilitation adopts the cultural heritage as a spectacular scene for the tourism and the consumption activities. It carries out some important comparisons, like the model of urban rehabilitation of Barcelona and other world-wide cities - and its association with the strategical planning, to the emblematic Brazilian case: the *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho*, BA. From the analysis of the *Centro Histórico de Salvador* activities and the tourist flows studies, the initials questions of this research are confirmed. However, the reaction of the local population to this process is detected through the horizontal territorialities observed in this brazilian area. The importance of this work is to enlarge the reflections about the social and spacial dynamics of the contemporaries cities, as well as its logic and conflicts, and contributes with the development of new conceptual ideas for the planning of the future cities.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
Pós-Graduação em Geografia

**La Réhabilitation Urbaine comme l’Affirmation de um Produit Touristique**

**Resumé**

**Dissertação de Mestrado**

**Marcelo Antonio Sotratti**

Cette recherche approche, à l'effet de la réhabilitation urbaine, les anciens secteurs des villes dotés du patrimoine culturel. Elle démontre, avec des réflexions théoriques, l'association de cette stratégie avec les intérêts des groupes économiques et sociaux aux échelles locales et globales. Le paysage urbain est aussi analysé et affirme l'expression des procès sociaux et historiques des lieux, par la matérialité symbolique du paysage. Dans cet aspect, la recherche démontre que la réhabilitation urbaine résulte en la théâtralisation du patrimoine culturel comme un scénario du tourisme et de la consommation. Avec des importantes comparaisons, comme le modèle de la réhabilitation urbaine de Barcelone et d'autres villes mondiales - et son association avec la planification stratégique, et le cas brésilien emblématique : le *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho*, BA, elle établit les relations entre le patrimoine culturel, dans les projets de réhabilitation et le tourisme. À travers de l'analyse des activités locales au *Pelourinho* et de l'étude des mouvements touristiques, les questions initiales de la recherche sont confirmées. Toutefois, la réaction de la population à ce procès est manifesté par la formation des territorialités horizontales. L'importance de ce travail se résume en approfondir des réflexions sur la dynamique sociale et spatiale des villes contemporains, tellement bien comme sa logique et ses conflits, en contribuant avec le développement des nouvelles lignes conceptuelles pour les plans d'aménagement des villes à l'avenir.

## Apresentação

“Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrados que mostram como esta havia sido: a praça idêntica, mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a à atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência e a prosperidade da Maurília metrópole, se comparada com a velha Maurília provinciana, não restituem uma certa graça perdida, a qual, todavia, só agora pode ser apreciada através dos velhos cartões-postais, enquanto antes, em presença da Maurília provinciana, não se via nada de gracioso, e ver-se-ia ainda menos hoje em dia, se Maurília tivesse permanecido como antes, e que, de qualquer modo, a metrópole tem este atrativo adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades aquilo que foi”.

*Ítalo Calvino, As Cidades Invisíveis, 1990*

Quando decidi eleger a requalificação urbana como meu objeto de pesquisa, acreditava profundamente em seu discurso. Imaginava que as cidades contemporâneas poderiam ter espaços de convivência e desenvolvimento sócio-econômico a partir da refuncionalização de seu patrimônio. Na época, 1991-1995, comecei a participar ativamente da organização Viva o Centro – grupo de empresários, professores, consultores e pesquisadores paulistanos – com o objetivo de acompanhar as ações que trariam uma nova vitalidade àquela área tão importante da cidade de São Paulo.

Os modelos de referência eram os projetos desenvolvidos por Barcelona e Boston, e freqüentemente recebíamos as visitas dos urbanistas catalães para trocarmos experiências e ouvirmos os resultados obtidos em seus projetos. Conceitos, como valorização da identidade local, vitalidade, sociabilização, recuperação do patrimônio e inclusão social eram freqüentes e eu, obviamente, compactuava com essa forma de pensar a cidade, que a meu ver, transformaria os rumos das cidades contemporâneas.

Aflito por conhecer melhor essa estratégia de desenvolvimento – como denominavam os catalães – decidi viajar pelas cidades que até então eu sonhara para conhecer seus projetos de requalificação: Barcelona, Londres, Berlim, Boston, Nova York, São Francisco, Lisboa, Buenos Aires e obviamente o Pelourinho em Salvador. Ao visitar todas as áreas requalificadas e divulgadas por essas cidades, comecei a perceber algumas realidades que começaram a me inquietar cada vez mais: padronização estética, monotonia, consumo exagerado, turistificação, cenarização e exclusão da população local.

Minha experiência de poder visitar pessoalmente essas famosas cidades me angustiou profundamente e me levou a pensar: será de fato essa a lógica real da requalificação? Existem pesquisadores e autores que já discutem essas questões que observei em minhas visitas? Após várias leituras e conversas edificantes com minha atual orientadora, profa. Tereza Luchiari, percebi que havia um outro universo a ser estudado: as outras verdades da requalificação, suas territorialidades e sua relação com o patrimônio e o turismo. Decidi que meu estudo de caso seria o Pelourinho. Escolha certa, após tomar contato com algumas informações acerca da lógica e da operacionalização do programa de requalificação ali implantado.

A partir dessa minha história nasceu esta pesquisa. Ao desenvolvê-la, pude ratificar minhas preocupações e angústias. No entanto, me deparei com situações novas e animadoras: a reação e a força das organizações locais. Ao visitar e analisar o Centro Histórico de Salvador, percebi que a cidade não estava alheia a esse processo de desenvolvimento vertical. Diversos trabalhos acadêmicos e opiniões sobre os resultados do processo foram desenvolvidos pela comunidade baiana. Da mesma forma, a própria comunidade que frequenta a área se organiza e reage às rígidas frentes de controle do planejamento urbano e turístico ali implantado.

Esse fato me fez perceber que muito pode e deve ser feito no universo intelectual que envolve a cidade como objeto de estudo e planejamento. Me sinto incentivado a continuar produzindo reflexões que espelhem esse amor e admiração que possuo em relação às cidades e seus espaços. E espero que esse momento seja realizado muito em breve.

## **Introdução**

As cidades sempre se posicionaram como o palco das grandes representações humanas. Monumentais, caóticas, sagradas ou condenadas, as cidades sempre fascinaram o imaginário humano e se firmaram como o epicentro dos processos evolutivos da humanidade.

Resultantes da materialização das relações sociais revelaram, ao mesmo tempo, as diversas formas de organização humana, evidenciando as relações de poder e levando os excluídos a diferentes formas de segregação sócio-espacial. Espaços de escravidão, pobreza, doenças e prostituição se contrastavam com espaços religiosos, políticos, econômicos e residenciais liderados e organizados pelas sempre presentes classes dominantes.

O desenvolvimento tecnológico também foi incorporado ao processo evolutivo das cidades, refletindo as inúmeras possibilidades de reestruturação dessa que foi a maior invenção do homem. No entanto, à medida que as relações sociais se tornaram mais complexas e se acentuaram os conflitos entre os diferentes espaços de poder, a racionalização e a necessidade de intervenção por parte das classes dominantes foram decisivas na manutenção das diferentes formas de organização social urbanas.

O planejamento urbano surge como uma necessidade de aumentar a produtividade das cidades industriais, levando em conta algumas questões fundamentais que afligiam as cidades do século XIX e afetavam diretamente os interesses dessa restrita classe dominante. Pestes, problemas ambientais, habitações populares precárias e violência ameaçavam o acúmulo de riquezas e o processo produtivo imposto pelo sistema capitalista. Ações voltadas à higienização, embelezamento, deslocamento, lazer foram incorporadas pelo planejamento e se transformaram em diferentes modelos que se espalharam pelas cidades do planeta.

No entanto, as rápidas transformações urbanas decorrentes da implantação de tais modelos despertaram a atenção de diferentes organizações. Excludentes ou não, a homogeneização das práticas impostas pelos modelos de planejamento urbano resultou em reações e discussões de diferentes ordens e por diferentes grupos. Os problemas sociais permaneciam e os interesses de poucos se sobrepunham aos da maioria. As novas formas de organização do espaço urbano, ao materializar intencionalidades econômicas e políticas, evidenciavam o desprezo das classes dominantes pelo sentido de pertencimento e de cidadania.

Políticas habitacionais e culturais surgem num cenário já estruturado pelas elites. As políticas de proteção do patrimônio, por exemplo, impõem novas regras de preservação da memória cultural que, ao enfrentar diretamente os interesses econômicos industriais, criam novas formas de organização sócio-espacial voltadas ao interesse de outros grupos. Modelos de preservação do patrimônio cultural de alto valor simbólico das elites intelectuais também se propagam pelas cidades do planeta e resistem às ações desenvolvimentistas pregadas pelos planejadores urbanos.

No entanto, as próprias transformações ocorridas no sistema capitalista, bem como a ineficácia das políticas de proteção do patrimônio cultural, reinventam o sentido de memória e de cultura, situando o patrimônio como estratégico elemento urbano de valorização econômica. Nesse contexto, surge um novo modelo resultante do processo de planejamento urbano neo-liberal e estratégico: a requalificação urbana. Encarada como estratégia de desenvolvimento local por seus idealizadores, a requalificação se torna um verdadeiro modelo de planejamento que vai ser reproduzido pelas principais cidades que compõem a rede mundial de cidades globais.

O patrimônio é o elemento central do modelo: através de sua refuncionalização, acompanhada pela manutenção e modernização de suas formas originais, o patrimônio cultural requalificado possibilita a inserção de atividades de amplo interesse da sociedade contemporânea. Dentre estas atividades, o turismo representa – conforme o discurso da

requalificação urbana – a forma de ressaltar a identidade local e, ao mesmo tempo, conduzir as áreas dotadas de patrimônio cultural a novas dimensões de desenvolvimento.

Justamente nesse ponto a presente pesquisa sugere um maior aprofundamento e reflexão em relação às questões que envolvem a requalificação urbana. Compreender seu contexto, seu processo, seu discurso e seu resultado como modelo urbano é fundamental para avaliarmos o papel dessa estratégia que vem sendo levada como a solução para as cidades globais. Nesse sentido, a análise da paisagem urbana das cidades atuais e seus conteúdos simbólicos também se tornam fundamentais. A compreensão do papel da paisagem urbana fragmentada, resultante do modelo urbano associado à requalificação pode revelar, através de suas representações simbólicas, o processo que envolve essa estratégia e orientar os diferentes olhares dos agentes que se apropriam de tais áreas.

O Brasil, dotado de cidades com diferentes estruturas urbanas, configurações espaciais e organização social, já possui exemplos e resultados bastante significativos da implantação dessa estratégia de planejamento urbano. Dos exemplos existentes, o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho consiste num excelente caso de requalificação urbana que merece ser analisado. Motivo de polêmica, elogios, críticas e pesquisas acadêmicas, os resultados obtidos com a implantação da requalificação na capital baiana possibilitam analisarmos melhor os efeitos da importação de modelos urbanos internacionais em cidades de diferentes estruturas sócio-espaciais.

A presente pesquisa busca, a partir da análise aprofundada do processo e do modelo que envolvem a requalificação e sua aplicação em cidades européias, americanas e brasileiras – mais especificamente Salvador, avaliar os efeitos, as contradições, os conflitos e as transformações que envolvem o discurso e a prática da requalificação urbana.

Tal análise permite, num segundo momento, a discussão mais profunda sobre as relações existentes entre o patrimônio cultural e a atividade turística, bem como suas representações simbólicas decorrentes do processo de requalificação. Nesse sentido, permite uma melhor avaliação do papel do planejamento urbano contemporâneo no

desenvolvimento local e sinaliza uma possibilidade de discussão acerca do futuro das cidades mundiais.

Para atingir tais objetivos, a presente pesquisa adotou a seguinte metodologia: num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa exploratória de material teórico acerca dos principais conceitos que envolvem o objeto de estudo, ou seja, a requalificação urbana. Análises conceituais sobre espaço urbano, dinâmica urbana, paisagem urbana, patrimônio cultural, turismo e planejamento urbano foram realizadas a partir das diferentes leituras e discussões presentes nas ciências humanas, como a geografia, a antropologia, a sociologia, o urbanismo, a economia e o turismo. Também foram analisados alguns exemplos internacionais que implantaram essa estratégia, e dentre eles se destaca a cidade de Barcelona.

Para a análise do caso brasileiro – o Centro Histórico de Salvador – Pelourinho, também foram realizados inicialmente levantamentos bibliográficos e documentais acerca da situação da área e do processo de requalificação. Essa análise foi complementada com um trabalho de campo que, através do levantamento de uso do solo, observação direta da implantação das propostas e entrevistas com agentes do poder público, iniciativa privada e comunidade envolvidos com o processo, permitiu significativas conclusões sobre as transformações ora percebidas no local.

A análise teórica geral e o trabalho de campo contribuíram para a análise conclusiva acerca das relações entre o patrimônio e a atividade turística, como também destacaram as horizontalidades e verticalidades associadas a tais relações por meio da requalificação urbana.

Dessa forma, este trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte é composta de três capítulos que envolvem as perspectivas de análise do espaço urbano, dos modelos e dinâmica das cidades contemporâneas e do papel das paisagens dessas cidades como documento material e simbólico dos processos sociais locais.

A segunda parte apresenta uma discussão acerca do contexto, processo, discurso e características da requalificação urbana, aplicando-a no significativo exemplo de Barcelona e de outras cidades européias e americanas.

A terceira parte reúne os capítulos relativos à análise do exemplo brasileiro de requalificação: o Centro Histórico de Salvador Pelourinho. Primeiramente, discute a evolução histórica e social dessa área, para analisar, em segundo momento, todo o processo de requalificação urbana implementado no Centro Histórico. Finalmente, apresenta as análises acerca das formas e apropriações sócio-ambientais ora observadas no local.

Como parte conclusiva, a quarta e última parte desta pesquisa contempla os capítulos que integram todos os conceitos, análises e observações realizadas, permitindo a síntese e as relações entre requalificação do patrimônio e turismo, bem como as relações verticais e horizontais associadas às novas formas de organização sócio-espacial propiciada por essa estratégia de desenvolvimento urbano.

Através de todo o trabalho realizado, pretende-se contribuir com uma maior produção de conhecimento e reflexão acerca de um espaço que sempre representou a maior e mais fascinante descoberta e criação humana: as cidades. Sem dúvida, as cidades se tornarão a forma predominante de concentração humana do planeta. Orientar essa evolução nos remete a enormes desafios e preocupações. Novos estudos e análises devem ser incessantemente desenvolvidos. Contudo, para trilhar a afirmação do espaço urbano como protagonista da apropriação do planeta, esses estudos devem considerar, fundamentalmente, princípios conceituais e projetuais que envolvam o sentido de responsabilidade, de solidariedade, de participação e de competência.

**PARTE I – Espaço Geográfico e Perspectivas  
de Análise do Espaço Urbano**

## Capítulo 01. Dinâmica Urbana e o Conceito de Espaço

As cidades, ao longo de sua história, passaram por diferentes transformações decorrentes do processo de evolução humana. À medida que novas formas de organizações sociais e novas descobertas tecnológicas foram incorporadas ao cotidiano humano, os espaços urbanos se transformaram e a cidade cada vez mais se afirmou como palco das manifestações humanas. Compreender a dinâmica urbana da cidade contemporânea requer, no entanto, uma reflexão mais profunda sobre o próprio conceito de espaço urbano, bem como o seu processo de transformação.

Conceituar e compreender o conceito de cidade é uma tarefa difícil que vem sendo discutida durante várias décadas por diferentes pesquisadores. Geógrafos, sociólogos, filósofos, historiadores, antropólogos e urbanistas se debruçam em esmiuçar a essência e a força motriz da dinâmica urbana, que resulta em paisagens fantásticas construídas pelo homem. Nessas discussões é imprescindível considerar a perspectiva geográfica de pensar a cidade como a configuração espacial de relações sociais em sua natureza econômica, social, política (CARLOS, 1994, p. 90).

Edward Soja, ao discutir a perspectiva espacial crítica na teoria e análise sociais contemporâneas, em sua obra *Geografias Pós-Modernas*, demonstra que a apreensão do conhecimento e da importância do espaço proporciona respostas mais concretas e reveladoras para a sociedade urbana contemporânea (SOJA, 1993, p. 07).

Entretanto, segundo esse autor, o aparecimento de uma ciência de conhecimento que considerasse o espaço como um elemento importante de se analisar os processos sociais aparece de forma incipiente, em detrimento ao historicismo permanente presente nas análises do desenvolvimento do capitalismo. Alguns pensadores, entretanto, merecem consideração especial por incluírem a noção de espacialidade em suas análises sociais e urbanas.

Foucault *apud* Soja (1993, p.11) enfatiza a importância dos espaços vividos e socialmente produzidos na construção social. A heterogeneidade espacial projeta a noção de espaço para uma esfera de relações vivenciadas e não para um elemento físico e estático sintetizado apenas pela sua forma. O conceito de Foucault é extremamente importante para percebermos as transformações espaciais observadas ao longo do tempo, onde as relações sociais vividas dentro de espaços determinados assumem formas “*heterotópicas*” que se modificam e se superpõem aos espaços perfeitos e utópicos apresentados por uma visão unicamente historicista.

A obra de Foucault é extremamente importante para a compreensão da cidade contemporânea, no sentido de percebermos que o espaço está além das formas estabelecidas e que a cidade não pode ser compreendida e definida somente pela arquitetura. A complexidade das formas não está associada necessariamente a relações específicas, mas a espacialidade vivenciada, como diz Foucault, pode inverter e transformar os espaços construídos.

Outra discussão espacial de extrema importância para compreendermos a dinâmica da cidade contemporânea é, segundo Soja (1993, pp. 60-66), a obra do filósofo francês Henri Lefebvre. Importante teórico espacial do marxismo francês e defensor da importância do espaço na teoria social crítica Lefebvre buscou, dialeticamente, combinar as contradições do existencialismo e do estruturalismo althusseriano na recontextualização do marxismo teórico-prático e sua interpretação espacial.

O espaço urbano, para Lefebvre (2001, pp. 03-15), deve ser compreendido no contexto da sociedade industrial capitalista, através de um sistema composto entre sociedade, Estado e cidade. A cidade reforça o sentido de pertencimento através da convivência, das lutas de classe e dos confrontos políticos. Numa ação do Estado para e com a sociedade, o sistema urbano estabelece valores de uso e valores de troca, de acúmulo de riquezas e de demarcação de territorialidades em torno de uma cidade dominadora.

A urbanização para Lefebvre assume quase que um caráter estratégico da sobrevivência do capitalismo, no sentido de reproduzir e possibilitar seus meios de produção. Existe, portanto, uma relação entre a espacialidade urbana e a reprodução social, onde as espacialidades da produção se contradizem com descontinuidades e fragmentações presentes.

Isso pode ser notadamente observado na estrutura das cidades do continente americano, onde o peso hegemônico dos espaços do poder capitalista se contrasta com espaços de desigualdades sociais, que também se organizam para se adequar ou mesmo se opor à ordem estabelecida pelo capitalismo.

As reflexões da geografia marxista sobre a importância do espaço urbano evoluíram para uma discussão dialética, onde a contribuição de David Harvey foi fundamental. Para Harvey<sup>1</sup> a grande indagação era a compreensão da organização espacial como uma unidade autônoma, com seus mecanismos próprios de transformação ou composta de relações inseridas numa estrutura mais ampla.

A relação dialética permite apreender o espaço não somente como uma estrutura separada e autônoma, nem como simplesmente uma expressão pura que emerge das relações sociais de produção. O espaço urbano seria representado por uma composição dialética das relações sociais e produtivas num âmbito maior e que são simultaneamente fenômenos sociais e espaciais. Devemos perceber que o espaço é a configuração espacial de relações sociais, e que alguns determinantes associados ao processo histórico ou à própria configuração física do meio podem influenciar na forma como o espaço é produzido pela sociedade.

É justamente esta dialética sócio-espacial que nos permite compreender a estrutura e a dinâmica de um espaço urbano tão complexo e heterogêneo como a cidade contemporânea, caracterizada pelos seus padrões urbanos e suas contradições, por espaços

---

<sup>1</sup> Esta discussão foi amplamente debatida por Harvey em seu livro *Justiça Social e a Cidade*, lançada em 1973.

de acúmulo de riquezas e espaços de exclusão e por suas territorialidades e desterritorialidades.

Estas reflexões influenciaram profundamente o pensamento do geógrafo e pesquisador brasileiro Milton Santos no desenvolvimento de um método de análise do espaço. Na perspectiva de inserir na academia uma geografia nova, que permitisse a aproximação da apropriação humana ao sistema de elementos físicos inerentes ao espaço, o geógrafo discute criticamente a trajetória filosófica da geografia na busca da compreensão do espaço humano (SANTOS, 2002, p. 19). Para o pesquisador, a evolução da ciência geográfica e sua relação com as ciências humanas e naturais implicaram no distanciamento da geografia do seu principal objeto: o espaço.

Nesse sentido, uma geografia nova deveria se submeter à renovação, a auto-crítica e à revisão conceitual, que permitisse uma leitura mais clara dos processos que permeiam a sociedade contemporânea e que estão intimamente ligadas a questões espaciais. Uma maior reflexão sobre o conceito de espaço se fazia, portanto, necessária.

Santos (1997, pp. 50-51) afirma que o espaço é formado por um conjunto híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações. Essa formação indissociável deve ser analisada conjuntamente para a compreensão da dinâmica espacial. O sistema de objetos compreende a totalidade das coisas configuradas para o uso humano. Ao designar sistemas de objetos, Santos (1997, p. 54) faz menção ao pensamento de Baudrillard, onde os objetos apresentam um significado para a vida humana. Reconhecer os objetos em sua totalidade e sentido favorece a percepção da importância dos sistemas de ações na concepção de espaço.

O sistema de ações compreende a interação e apropriação humana do sistema de objetos em sua totalidade: ações transformadoras dos objetos e ações que recaem sobre o próprio homem. Dessa forma, o pesquisador reitera o caráter técnico e simbólico das ações humanas. O sistema de objetos e suas transformações se apóiam na utilização da técnica desenvolvida durante o processo histórico do homem; em contrapartida, as ações humanas

são permeadas por representações simbólicas sobre os objetos e sobre as próprias pessoas (SANTOS,1997, pp. 66-67).

Para a análise do espaço urbano, a reflexão acima é de suma importância: deve-se compreender o espaço urbano levando em conta a sua totalidade de objetos e ações. A presença de determinados objetos no meio urbano está associada a determinadas técnicas e possibilitam ações concretas e ações simbólicas. Isso nos explica a constante transformação do espaço urbano. Alguns casos emblemáticos, como a Avenida Paulista na cidade de São Paulo, ilustram esta reflexão. A renomada avenida passa por processos contínuos de transformação no tempo: novas formas e formas antigas coexistem com novas ações e representações simbólicas. Uma arquitetura palaciana eclética construída no início do século através da reprodução de técnicas importadas de outras culturas, favorecia ações de habitar de uma determinada classe social. O objeto com suas formas e ações permitiu um significado e uma representação desta casa na sociedade vigente da época. Hoje esta mesma casa pode ceder lugar a um “*fast-food*” de uma rede internacional, cuja representação simbólica pode ser o consumo de produtos originados a partir de outra cultura com outros significados. Essa rede real e simbólica entre objetos e ações sintetiza a dinâmica do espaço urbano.

Santos (1997, pp. 74-76) salienta, no entanto, que as relações entre objetos e ações conjugam a noção de intencionalidade. Concebida como uma essência da natureza humana nas relações entre sujeito e objeto, a intencionalidade expressa as crenças, os desejos, as intenções dos homens e suas ações sobre os objetos. A intencionalidade pode revelar a essência das ações humanas sobre os objetos, bem como o favorecimento da apropriação humana dos objetos através das técnicas. A intencionalidade expressa a forma como os grupos sociais transformam os espaços, adequando-os aos interesses da produção econômica, das classes dominantes e mesmo como resposta às ordens hegemônicas locais ou globais.

A intencionalidade permite analisar a demarcação simbólica do espaço através do território. O território representa a influência de determinada forma de poder sobre o

sistema de ações, implicando na construção do espaço (SANTOS, 1997, p. 233). Essa forma intencional de poder pode estar relacionada a questões políticas, econômicas, culturais e sociais e resulta na transformação constante dos objetos e ações em sua totalidade. O espaço da cidade apresenta diferentes territorialidades sob diferentes naturezas e escalas de poder. As territorialidades acabam por influenciar as transformações espaciais no tempo, transformando objetos, ações e suas representações simbólicas.

Essa dissonância temporal na transformação do espaço pode implicar na permanência de alguns objetos antigos associados a técnicas e modos de produção de um momento histórico passado. Denominadas por Santos como rugosidades (2002, pp. 173-174), essas formas passadas são reincorporadas ao espaço em transformação por meio da refuncionalização. A refuncionalização consiste no processo de transformação de funções dos objetos num determinado processo histórico. A refuncionalização é uma consequência natural da própria reestruturação sócio-espacial de determinada cidade, liderada por alguns grupos sociais. Dependendo da força dos grupos sociais e de suas intencionalidades, esse processo pode abranger escalas distintas, como edifícios, bairros, cidades ou mesmo regiões.

No entanto, quando esse processo está associado a uma estratégia definida por modelos de planejamento, recebe denominações distintas. É o caso da requalificação urbana. A requalificação urbana consiste na refuncionalização estratégica de áreas dotadas de patrimônio, ou seja, de objetos antigos que permaneceram inalterados no processo de transformação do espaço urbano. Essa estratégia, adotada de forma precursora pela cidade de Barcelona na Espanha, se dissimulou por diversas cidades do mundo assumindo diferentes denominações idiomáticas. Gentrification – Reino Unido, rehabilitation/refurbishment - EUA, renovation – EUA, réhabilitation – França, rehabilitación – Espanha são algumas denominações empregadas em programas que adotam tal estratégia.

Todas as denominações se referem à estratégia de valorização de áreas dotadas de patrimônio que passam por processos degradatórios. Através de uma refuncionalização dirigida e estratégica, o emprego de funções vinculadas ao capitalismo global como

turismo, cultura, negócios, comércio e residências é incentivado nessas ações de planejamento urbano.

No Brasil, o termo inicialmente e amplamente empregado foi o de revitalização. No entanto, a precisão e a riqueza da língua portuguesa fez surgir uma séria discussão entre os profissionais envolvidos com tal prática, uma vez que o termo revitalização claramente dava uma conotação de exclusão dos usos e grupos sociais que ocupavam tais áreas antes da implantação dessa estratégia (OLIVEIRA, 2002, pp. 26-27). Esse debate fez surgir outros termos equivalentes, como recuperação, reabilitação, renovação e requalificação. As discussões acerca das especificidades de cada termo empregado nesses projetos de refuncionalização ainda permanecem, não havendo consenso entre os profissionais envolvidos com o planejamento e o estudo dos espaços urbanos. Esse trabalho adota como termo associado a essa estratégia a requalificação urbana, uma vez que se constitui no termo mais bem aceito pelos planejadores urbanos brasileiros.

Dessa forma, as intencionalidades envolvidas na requalificação implicarão em novas representações simbólicas das rugosidades existentes no espaço. Essa transformação poderá criar uma nova territorialidade no espaço urbano. A requalificação do patrimônio localizado em áreas que apresentam perdas de centralidade é um bom exemplo dessa questão. Motivada por ações políticas ou econômicas fortes, a requalificação altera a territorialidade tênue sobre o espaço construído por ações locais em objetos emblemáticos de determinado momento histórico. A refuncionalização originada pelas novas ações sobre os objetos antigos resulta na construção de um novo espaço, onde o híbrido objeto-ações estará condicionado às escalas de poder que agora definem esse território.

As territorialidades do espaço urbano contemporâneo, entretanto, não são configuradas somente por sistemas de ações e controle contínuos e locais. Para Santos (1997, pp. 225-226) duas segmentações podem ser consideradas nesse rearranjo territorial: as horizontalidades e as verticalidades. As horizontalidades expressam os fluxos reguladores locais e contínuos. As verticalidades expressam fluxos reguladores descontínuos, associados à lógica econômica global da sociedade.

Para Santos, o espaço urbano permite a intersecção entre essas duas segmentações. Um espaço urbano construído e transformado por ações horizontais pode, dependendo dos níveis de intencionalidade globais, sofrer uma nova transformação mediada por ações verticais.

As áreas comerciais das cidades contemporâneas demonstram claramente essa intersecção. Áreas comerciais tradicionais são totalmente transformadas com o surgimento de novos complexos de consumo internacional: estes, por sua vez, exigem novas transformações na organização do espaço local para terem sucesso. Neste caso, as ações horizontais são transformadas pela presença de ações verticais limitadas de extrema força.

Nesse sentido, Santos adverte que “*a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade*” (1997, p. 272). Para o autor as localidades também são dotadas de racionalidade própria e não se submetem unicamente à racionalidade vertical. Esse processo que permitiria a desterritorialização plena da localidade. A convivência dialética entre ações verticais e horizontais possibilita a reterritorialização da localidade e esta, pode expressar de forma mais evidente sua racionalidade (1997, pp. 272-273).

A discussão do método de análise do espaço pensado por Milton Santos permite compreender de forma mais plena, a complexidade do sistema de ações e objetos que envolvem a cidade contemporânea. Esta pesquisa considera relevante a aplicação dos conceitos aqui apresentados para se compreender a dinâmica e a paisagem das cidades atuais e assim posicionar o papel da requalificação na transformação de espaços urbanos emblemáticos.

## Capítulo 02. – Modelos e Dinâmica das Cidades Contemporâneas

A análise histórica e espacial do processo evolutivo das cidades vem revelando processos ambíguos e contraditórios nas intervenções de planejamento do espaço urbano, que externalizam a segregação sócio-espacial, o privilégio, a exclusão, a inovação e a especulação.

Num cenário mundial de profundas transformações advindas do esgotamento de modelos urbanos vinculados à produção industrial, vivenciamos atualmente algumas realidades espaciais que transmitem a angústia e a incerteza dos urbanistas em relação ao futuro das cidades. Tais realidades demonstram a fragmentação e a diversidade sócio-espacial que a estrutura urbana contemporânea abriga, onde cenários “surreais” se misturam a padrões globais de arquitetura, espaços de extrema inovação tecnológica e de exclusão social.

Compreender as novas relações de trabalho, sua associação com a reestruturação do processo produtivo e sua relação com o binômio espaço - tempo é fundamental para se desvendar os contrastes e o fascínio que caracterizam as cidades atuais.

Nesse sentido, para nos aprofundarmos na discussão acerca da dinâmica da cidade contemporânea é fundamental percebermos a importância da cidade racionalista e funcionalista inspirada nas premissas de processo de produção fordista. A evolução urbana destas cidades estava ligada à concentração de indústrias e de mão-de-obra presentes de maneira intensa e sucessiva. No entanto, esta evolução não poderia estar vinculada aos modelos românticos impostos pela elite capitalista que, motivados pela incessante busca pela produção e pela ordem, produziam espaços restritos e quase artesanais na sua construção.

Muitas das soluções encontradas para os problemas que afligiam as cidades do século XIX, como a proliferação de pestes e alto adensamento populacional, iam de encontro aos interesses da produtividade industrial e reproduziam de forma exata os princípios da sociedade capitalista. Modelos tecnocratas de planejamento urbano foram desenvolvidos e disseminados por todas as cidades do mundo, trazendo consigo princípios ideológicos que visavam transformar as relações sociais em razão da ordem e do desenvolvimento (FREY, 1996, pp. 125-126).

O Sanitarismo<sup>2</sup>, a inclusão da natureza nas Cidades-Jardim<sup>3</sup>, a estética Haussmaniana<sup>4</sup>, o desenvolvimento de Sistemas de Transporte<sup>5</sup> demonstram claramente a forma de como o planejamento urbano vai impor novas dinâmicas sócio-espaciais para as cidades segundo os ideais capitalistas. Cabe ressaltar que tais intervenções realizadas pelo planejamento urbano apresentavam escala mais pontual ou atuação setorial na cidade, não se estendendo a todo o território urbano. Somente áreas de interesse das elites sofriam

---

<sup>2</sup>O Sanitarismo, desenvolvido por meio das ações médicas e da engenharia sanitária, visava a erradicação das pestes nas cidades industriais. Adeptos da teoria miasmática, os sanitaristas acreditavam que as doenças se originavam em locais específicos nas cidades e que sua eliminação somente seria possível se a cidade passasse por modificações de sua estrutura e se a sociedade mudasse seus hábitos de higiene. Para maiores detalhes sobre o assunto ver Ujvari, Stefan Cunha. *A História e suas Epidemias – A Convivência do Homem com os Microorganismos*. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2003.

<sup>3</sup>Preocupados com a má qualidade da habitação dos operários e a necessidade da reestruturação do espaço da casa para a promoção do equilíbrio familiar, alguns urbanistas criaram o modelo Cidade-Jardim (Howard, E., 1889) que consistia numa área urbana ambientada num cenário campestre. Áreas verdes, arborização urbana, residência unifamiliar de arquitetura tradicional e espaços ajardinados destinados a lazer são algumas das características principais desse modelo. Inicialmente idealizado para os operários das fábricas, tal modelo acaba sendo apropriado e valorizado pelas elites e adaptado pela especulação imobiliária, inclusive nos dias atuais. Para maior compreensão sobre as premissas da cidade-jardim ver Choay, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 5ª.ed., 2000, pp. 219-228.

<sup>4</sup>Prefeito de Paris durante o segundo império, o barão de Haussmann desenvolve uma série de ações urbanísticas que irão transformar a cidade de Paris e promover o controle das rebeliões. Tais ações projetaram a cidade como um verdadeiro modelo urbano que se disseminou por inúmeras cidades no mundo. Dentre as ações haussmanianas cabe ressaltar o embelezamento e a valorização da estética urbana na cidade. Ver Benévolo, Leonardo. *A História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2ª.ed., 1993, pp. 573-614.

<sup>5</sup>Para facilitar o deslocamento das massas operárias, os urbanistas europeus desenvolveram sistemas de transporte público para suas cidades baseados no transporte ferroviário. Dentre tais inovações destaca-se o metrô, que se mostrou uma solução eficiente e inovadora nas áreas centrais das cidades industriais, uma vez que não influenciava na paisagem consolidada da cidade. Com o desenvolvimento dos automóveis e a perspectiva de uma expansão territorial crescente, o sistema viário adquire novas dimensões e influencia o planejamento urbano mundial. Modelos viários são propostos, como o desenvolvido por Hénard em 1903 e que servirão como base de projetos viários em diversas cidades, inclusive no Brasil. Ver Choay, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 5ª.ed., 2000, pp. 249-253; Hall, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 99 e Toledo, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

processos de intervenção, o que resultava em alguns espaços contrastantes com a nova ordem urbana.

A produção fordista, em série, exigiria uma cidade mais ágil, única, capaz de responder às demandas produtivas das fábricas e ainda conciliar as massas de trabalhadores aos interesses produtivos (CHOAY, 2000, pp. 184-185).

Nasce, na década de trinta do século XX, a cidade racional e funcional idealizada pelo urbanista francês Le Corbusier, que afirmava que a cidade moderna<sup>6</sup>, pronta para atender aos interesses do capitalismo industrial, deveria ser estruturada a partir de funções pré-estabelecidas como trabalhar, morar, circular e se divertir. Esta lógica espacial deveria ser acompanhada de uma arquitetura versátil que promovesse ainda a funcionalidade dos espaços dos edifícios. Materiais como o concreto e o vidro foram amplamente empregados, além de amplos espaços livres que poderiam servir a inúmeras formas de apropriação humana.

Essa forma de pensar a cidade, como aponta Choay (2000, pp.184-195) demonstra claramente uma ruptura com os pensamentos urbanísticos ingleses e franceses, predominantes nas cidades industriais européias e americanas. Segundo a autora, essa nova lógica espacial urbana surge como uma crítica à estrutura e dinâmica das cidades existentes, impondo uma nova lógica produtiva aos espaços através da setorização funcional. Da mesma forma, estabelece o avanço tecnológico como uma necessidade primordial na vida das cidades industriais e afirma com a introdução do automóvel como principal meio de deslocamento e os produtos industrializados a serviço do cotidiano humano. As Figuras 01 e 02 retratam algumas paisagens urbanas associadas a esses processos.

---

<sup>6</sup> No Brasil, esse urbanismo racionalista e funcionalista é comumente denominado de urbanismo moderno.

Figura 01  
 Perspectiva do Vale do Anhangabaú, São Paulo, projetada por Prestes Maia (1930). Observa-se a influência do urbanismo francês na composição da paisagem urbana.  
 Fonte - Toledo, 1996, pp. 180-181.

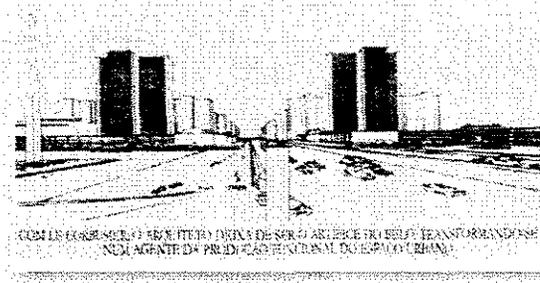
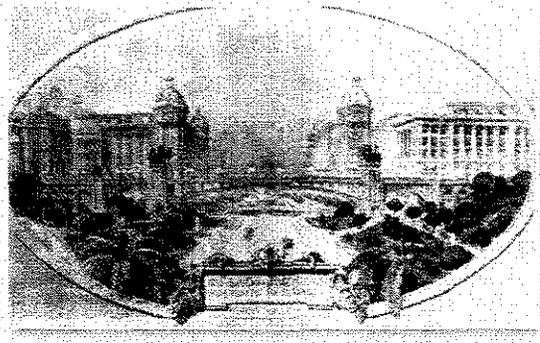


Figura 02  
 Perspectiva idealizada por Le Corbusier para a cidade moderna. Fonte-Pinto, 1996, p.58.

A rua passa a ter então a função essencial de deslocamento e exige, portanto, uma reformulação de dimensões e traçados. A rua modernista assume amplas dimensões para satisfazer o fluxo rápido dos automóveis e se implanta de forma desintegrada dos espaços urbanos de entorno, servindo basicamente como espaço de deslocamento. Os setores funcionais da cidade potencializam o valor de uso e de troca do solo urbano dinamizando mais um setor do sistema capitalista, a especulação imobiliária. A localização, a concentração de comércio e serviços e a proximidade de grandes artérias de deslocamento assumem importância vital na valorização do solo urbano, transformando sobremaneira usos e apropriações humanas anteriores a esse processo.

Segundo Harvey (1975, p. 153), quando analisamos a dinâmica do espaço urbano os termos valor de uso e valor de troca estão se referindo ao significado material de algum

objeto em particular, mas também remetem ao poder de compra de outros bens que a posse de determinado objeto proporciona<sup>7</sup>.

Ao considerar essas questões, Harvey salienta, que o valor de uso varia segundo as diferentes formas de apropriação do solo urbano. Se um edifício comercial, por exemplo, é utilizado de diferentes formas, o valor de uso corresponderia ao conjunto de usos desempenhados nesse objeto (1975, p.159). Ele está associado às necessidades das pessoas.

HARVEY considera a renda como a parte do valor de troca que se destina ao proprietário (1975, p.177); é determinada pelo uso socialmente estabelecido na organização da produção e circulação. Muitas vezes a renda fundiária paga ao proprietário, consequência do valor de troca, antecede a determinação do uso devido a ações de especulação e escassez de localizações. O autor comprova, dessa forma, a capacidade dos proprietários urbanos em gerar lucro sobre o solo urbano.

A discussão do valor de uso e valor de troca, apresentados por Harvey, demonstra claramente a lógica de especulação imobiliária observada nas cidades a partir do desenvolvimento industrial. As áreas que possuíam baixo valor de troca devido ao seu baixo valor de uso, estrategicamente sofreram benfeitorias por parte das classes dominantes para alterar o seu valor de uso e conseqüentemente seu valor de troca. Com o aumento do valor de troca, a renda sobre esse solo apresenta lucros interessantes para os proprietários.

---

<sup>7</sup> Ao considerar o valor de uso e o valor de troca do solo urbano, Harvey (1975, pp. 157-160) identifica alguns aspectos importantes associados à terra e às benfeitorias nela realizadas. Segundo o autor, a localização confere direitos de monopólio ao proprietário na definição de seus usos; a terra e suas benfeitorias são inerentes ao processo de desenvolvimento das pessoas; as relações entre terra e benfeitorias podem não ser aplicadas a todos os setores de uma sociedade, ou seja, existem diferenciações entre valor de uso e valor de troca do solo urbano dependendo do setor social envolvido; a terra tem utilização permanente e a expectativa da utilidade das benfeitorias é relativa; os valores impostos pelo mercado se alteram freqüentemente, enquanto que os usos se estendem por longos períodos; a terra e suas benfeitorias têm inúmeras possibilidades de usos que se diferenciam segundo os usuários.

Esta lógica imobiliária de valor de uso e valor de troca inspirou um modelo de planejamento urbanos que definiu usos segundo a localização da produção industrial, do comércio e vias de acesso criadas pelas intencionalidades da proposta. Esse modelo foi chamando de planejamento moderno.

Considerado como ideal para Le Corbusier, inspirou o planejamento e a construção de novas cidades localizadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. A construção de uma nova capital para o Brasil da década 50 exigia segundo Rykwert (2004, pp. 246 – 251) a adoção do urbanismo moderno em sua totalidade. Segundo o autor, Brasília (Figura 03) é a cidade que apresenta o zoneamento mais elaborado do mundo, concentrando a área de trabalho num eixo monumental e as áreas residenciais num outro eixo transversal. A estrutura padronizada das áreas residenciais, conseguia evitar, segundo Holston *apud* Rykwert (2004, p. 249),

a odiosa diferenciação de classes sociais, isto é, todas as famílias vivem em comum, o alto funcionalismo público, o médio e o pequeno [...] E por causa [da] inexistência de discriminação de classes sociais, os moradores de uma superquadra são levados a viver como no âmbito de uma grande família [...] E assim é educada [...] a infância que construirá o Brasil de amanhã, já que Brasília é o glorioso berço de uma nova civilização.

Naturalmente, a versão colocada pelo autor não revela o autoritarismo e o isolamento dos cidadãos que viveram em Brasília após sua inauguração. A segregação social decorrente do zoneamento, evidenciou as diferenças sociais e ainda pelo padrão arquitetônico adotado impediu o espírito de convivência normalmente observado nas cidades não projetadas.



Figura 03  
Planta de Brasília desenvolvida pelos  
arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio  
Costa. Fonte - Pinto, 1996, p.59.

A evolução urbana da cidade de Brasília demonstra claramente a utopia desse modelo de planejamento. O aparecimento e desenvolvimento das cidades satélites e o aparecimento de diferentes oportunidades de negócios na nova capital, acarretaram em mudanças significativas no zoneamento criado, na padronização das áreas residenciais e no valor imobiliário do solo urbano.

O próprio aparecimento das cidades-satélites revela o poder de reação das localidades frente aos processos autoritários e excludentes do planejamento funcionalista. As cidades-satélites evoluíram segundo à lógica natural das cidades, ou seja, a produção e organização dos espaços urbanos segundo à estrutura social existente nessas cidades. Algumas cidades-satélites, como Taguatinga, apresentam atualmente maior vitalidade urbana do que o próprio Plano Piloto, concentrando importantes áreas de negócios, comércio, lazer e residências.

As limitações na implantação de uma cidade-modelo totalmente concebida por urbanistas – como Brasília – não restringiu a influência do modelo e sua ligação com a lógica da produção industrial nas principais cidades industriais do século XX.

A partir das décadas de sessenta e setenta do século XX, cidades industriais como São Paulo, adaptaram a lógica funcionalista e racionalista para reestruturar o espaço metropolitano. Planos diretores de desenvolvimento atrelados a leis de zoneamento que transformaram os bairros da cidade em setores funcionais demonstram a força dessa influência.

A lógica funcionalista de zoneamento das cidades industriais, demonstrou segundo Maricato (1997, p. 124), uma flexibilização estratégica para o potencial construtivo e para o adensamento urbano, tornando “*o território objeto do mercado imobiliário legal*”. Segundo a autora, os instrumentos urbanísticos do planejamento urbano ignoraram as reais necessidades da cidade e as diferenças sócio-espaciais acarretadas pelo sistema do capital.

No entanto, a partir da década de setenta e, sobretudo, na década de oitenta, o sistema de produção fordista começou a ser substituído por um sistema de produção flexível, decorrente da reorganização do sistema capitalista liderada pelas economias dos países desenvolvidos. Essa substituição vem provocando inúmeras transformações que, segundo Gottmann *apud* Cepollaro (2000, pp. 233-234), afetam a natureza e a organização das atividades econômico-produtivas e sua relação com os conteúdos, modalidades, condições e estilos do trabalho humano. Para Gottmann (1983, p. 19) tais transformações se constituem em “*fatores constitutivos e inseparáveis da organização do espaço*”.

Essas transformações são decorrentes de inúmeros fatores, como dos avanços tecnológicos e suas derivações técnico-organizacionais, das reformulações ocorridas nas relações de trabalho, da racionalização e organização do gerenciamento dos processos produtivos e das novas necessidades de consumo impostas pelo sistema capitalista (CEPOLLARO, 2000, p. 234).

Motivadas pelos fatores acima colocados, implicaram em mudanças nas formas de ocupação e estruturação das cidades, substituindo antigos espaços industriais que caracterizavam a cidade racional e funcional de Le Corbusier para dar origem a novas formas e espaços observados nas cidades atuais. Vale lembrar que a cidade atual não resulta de uma transformação total e absoluta das estruturas urbanas anteriores, muito pelo contrário; ainda hoje são observados espaços urbanos dinâmicos decorrentes da lógica urbana racionalista e funcionalista, como distritos industriais e áreas estritamente residenciais. Mas claramente observamos que a lógica da produção flexível e da globalização vem implicando no aparecimento de novas estruturas e dinâmicas sócio-espaciais.

Cepollaro (2000, p. 237) afirma que a reestruturação do processo produtivo, a produção descentralizada e a expansão de uma economia globalizada não inibiram o processo de urbanização, ao contrário, a cidade contemporânea atrai e concentra as atividades econômicas, sociais e culturais necessárias à dinâmica econômica vigente, e se transforma na base e na força motriz de desenvolvimento dessa nova dinâmica.

Santos (2001, p. 490) salienta que o setor terciário acaba assumindo maior participação na mão-de-obra urbana, uma vez que a tecnologia empregada no setor secundário poupa cada vez mais a força humana de trabalho. A cidade ganha com isso uma nova configuração espacial, agora resultante de uma sociedade que trabalha e alicerça seus hábitos culturais em atividades ligadas a consumo e transações humanas (CEPOLLARO, 2000, p.238.)

Soja (1993, pp. 224-225) salienta ainda que a cidade contemporânea centraliza e concentra a posse de capital em imensos conglomerados empresariais, ligados na sua maioria ao setor terciário. Essa centralização e concentração se dão, no entanto, de maneira oposta ao processo de produção fordista. Enquanto o fordismo centralizava espacialmente o processo produtivo para permitir maior eficiência da mão-de-obra e produtividade dos bens industriais, a dinâmica produtiva contemporânea se dá de maneira mais flexível originando novas lógicas de estruturação do espaço urbano. A centralidade aqui discutida se dá no sentido de acúmulo de capitais, uma vez que espacialmente observa-se a dispersão e fragmentação do espaço, pois a alta tecnologia empregada permite processos de gerenciamento e de trabalho distantes do centro produtivo.

O autor salienta ainda que o processo de produção flexível favorece o enfraquecimento dos controles locais e da regulação estatal, contribuindo para uma reestruturação global do processo produtivo industrial. Surge o maior envolvimento do capital transnacional, capaz de se apropriar dos mercados globais de bens de consumo, de trabalho e do mercado financeiro sem restrições territoriais.

Essa mobilidade geográfica do capital industrial propicia ainda acirrada concorrência territorial entre órgãos locais – normalmente estatais – na busca de novos investimentos de natureza privada. Essa concorrência implica também na reestruturação do espaço urbano e regional – normalmente realizada por ações do planejamento urbano – para atender e atrair empresas e gerar desenvolvimento econômico.

A dinâmica de reestruturação das relações de produção, trabalho e acúmulo de capitais acaba, como foi dito anteriormente, por reconfigurar a estrutura espacial das cidades contemporâneas. As metrópoles aparecem como o cenário principal dessas mudanças e estruturam sua imagem, segundo Sanchez (2001, pp.156-157) como pólos de tecnologia, infraestrutura e renovação cultural.

Ao analisar a dinâmica urbana do território da região metropolitana de São Paulo, Meyer et al. (2004, pp.162-196) enfatizam algumas características essenciais da estrutura e dinâmica das metrópoles contemporâneas. Primeiramente colocam a reestruturação dos sistemas de mobilidade urbana como fundamental e como prioridade básica às necessidades de propagação das redes de consumo, serviços e equipamentos da metrópole. Essa mobilidade permite, segundo as autoras, a constituição de novas centralidades terciárias dotadas de concentração de tecnologia e altos padrões construtivos, favorecendo um desenvolvimento mais distribuído no território metropolitano.

As novas instalações industriais adquirem também novas configurações. A flexibilização do processo produtivo e o emprego de alta tecnologia propiciam a inserção de espaços industriais em áreas tradicionalmente ocupadas por residências e infraestrutura viária obsoleta, como espaços adjacentes a linhas ferroviárias e antigos terminais de carga. Nasce os condomínios industriais, dotados de serviços e programas de gestão ambiental que elevam esse setor a alto valor especulativo, como ilustra a Figura 04.

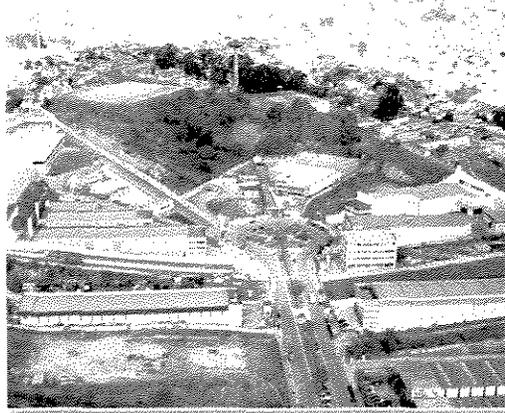


Figura 04  
Nova forma de organização das atividades industriais na cidade contemporânea: condomínio industrial em Osasco, SP.  
Fonte - Meyer et al., 2004, p.253.

→ A metrópole contemporânea assume a flexibilidade e a heterogeneidade espacial como a força motriz do desenvolvimento urbano. Entretanto, uma análise mais minuciosa permite demonstrar situações bastante conflituosas e contraditórias. Meyer et al. (2004, pp.200 – 272) apresentam quadros metropolitanos bastante preocupantes. Observa-se, de acordo com os autores, a proliferação do número de novas favelas e uma expansão territorial assustadora destas formas de habitação na região metropolitana.

No Brasil, o enfraquecimento do poder público em priorizar obras de caráter social propicia um déficit habitacional que se configura muitas vezes em paisagens de extrema pobreza e precariedade urbana. Bairros residenciais e comerciais de alta concentração de renda e padrão construtivo ocupam espaços urbanos muito próximos, e algumas vezes, contíguos a áreas de exclusão sócio-espacial.

Observa-se também a expansão habitacional precária em áreas de alta fragilidade ambiental e em áreas impróprias à ocupação humana, como áreas de proteção de mananciais, áreas de proteção ambiental, áreas contíguas a rodovias e várzeas de córregos e rios (Figura 05). Embora essa situação também tenha sido observada em outros períodos da evolução da cidade, atualmente sua proliferação em locais ambientalmente importantes vem preocupando a maior parte dos planejadores.

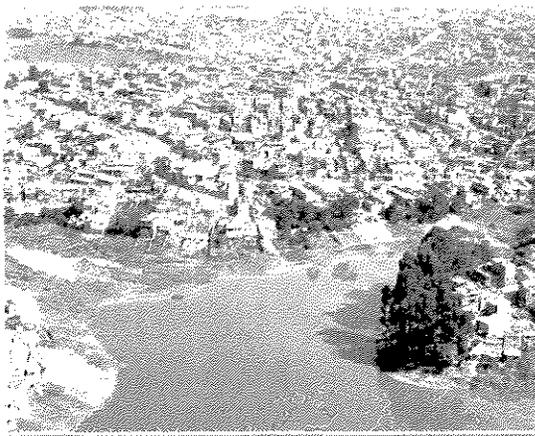


Figura 05  
Ocupação de baixa renda junto à  
represa Billings no município de  
São Paulo.  
Fonte - Meyer et al. 2004, p.227.

Podemos observar ainda o efeito das novas centralidades terciárias, que dotadas de equipamentos de comércio, serviços e lazer de alto e médio padrão, substituem padrões sócio-econômicos e funções urbanas em bairros tradicionais. Essas novas centralidades são favorecidas por grandes obras de infraestrutura urbana implantadas pelo poder público local, como novas avenidas de fundos de vale, prolongamentos de vias expressas e ampliação do sistema de transporte público, conforme pode ser observado na Figura 06.

Estas novas centralidades favorecem o esvaziamento residencial e a perda de atividades urbanas tradicionais em regiões centrais da metrópole. Tal fenômeno pode ser explicado pela dinâmica de flexibilização e pela busca de mercados do sistema capitalista contemporâneo, reforçada também pela inexistência de políticas públicas e desinteresse do mercado imobiliário nessas áreas.

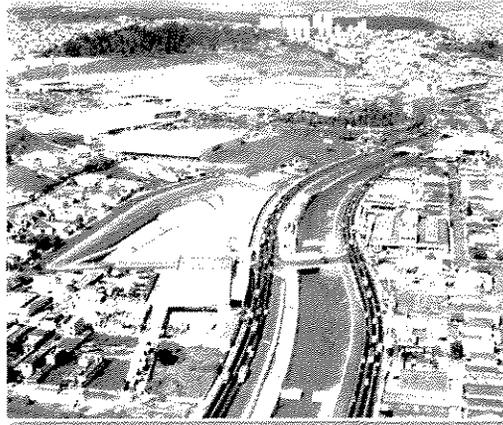


Figura 06 - Vista da avenida Aricanduva, zona leste do município de São Paulo.  
Fonte - Meyer et al., 2004, p. 215.

No entanto, algumas ações estratégicas de caráter público-privado surgem para integrar essas rugosidades, ou seja, os espaços construídos em produtivos passados e remanescentes no sistema de ações contemporâneas. São os chamados projetos requalificação urbana que consistem em estratégias de planejamento urbano aplicadas a áreas tradicionais que passam por processos de degradação ambiental e paisagística. O objetivo central da requalificação urbana é reintroduzir essas áreas na dinâmica sócio-

espacial da cidade através da inserção de novas funcionalidades ao patrimônio existente nesses locais.

Essa estratégia surge com a proposta de dar novo significado à cidade fragmentada através da reinserção, de forma globalizada, dos espaços renegados pelo novo sistema de produção. O discurso central da requalificação urbana evidencia a tentativa de inclusão social de uma população marginal em espaços sadios e revalorizados, onde relações sociais includentes seriam estabelecidas e reforçadas pelas novas funções urbanas. No entanto, as contradições existentes entre o discurso e a prática demonstram a continuidade da fragmentação e da exclusão urbana, envolvida neste caso, apenas por uma nova forma.

De qualquer forma, não devemos realizar generalizações excessivas em relação aos efeitos negativos do processo de produção contemporânea nas cidades atuais. Santos (2001, p.499) nos adverte que cada localidade deve redefinir seus processos produtivos e cada formação sócio-espacial *“produz e reproduz a dinâmica global diferenciadamente [...] de forma desigual e combinada”*.

Esse conjunto de virtudes e injustiças, vanguarda e exclusão é que caracteriza a dinâmica espetacular da cidade contemporânea. As inquietações que os espaços urbanos transformados pelo sistema capitalista tardio nos trouxeram nos remetem enfaticamente, como aponta Sanchez (2001, p.173), a novos anseios na modernização e transformação futura das cidades: qualidade de vida, inclusão e democratização tecnológica, desenvolvimento sustentável, memória urbana, renovação urbana, governança e participação cidadã.

Contudo, a cidade continua a demonstrar sua força produtiva, como define Lefèbvre, não se rendendo totalmente aos interesses pontuais e localizados para o capital globalizado. O planejamento urbano deverá refletir e desenvolver ações que contemplem essa diversidade, complexidade e anseios que caracterizam a cidade contemporânea e não se moldar a modelos teóricos “engessados” ou a experiências alheias a uma realidade urbana local.

### **Capítulo 03. - As Paisagens das Cidades Contemporâneas: Expressões Simbólicas do Espaço Urbano**

As paisagens, outrora reduzidas apenas à sua forma, hoje adquirem novas interpretações a partir das análises realizadas pela Geografia Cultural. Melo (2002, pp. 31-32) ressalta que a partir da década de oitenta do séc. XX, a geografia cultural propôs que o caráter simbólico deveria ser considerado nos objetos de estudo da geografia, sobretudo na paisagem. Corrêa (1998, p. 67) complementa afirmando que a geografia cultural analisa os aspectos simbólicos de determinada paisagem a partir das representações culturais e dos signos associados a determinado grupo social e que esta categoria de análise consiste numa das principais fontes de estudo da expressão de determinado sistema cultural.

A cultura, explica Duncan (2004, p. 97) cria um sistema de signos que expressam determinada ordem social e sua dinâmica de reprodução, exploração, experimentação e transmissão. A paisagem composta de diferentes objetos revela, portanto, o sistema cultural de determinada sociedade através de seus signos. Nesse sentido, a interpretação simbólica da paisagem pode expressar a relação entre a representação, a consciência e a ideologia de determinado sistema cultural. Esta relação é fundamental para a compreensão da paisagem como um componente constitutivo dos processos sociais, bem como sua produção e transformações (2004, p.106).

Berque (1990, p. 111) destaca que a paisagem é a manifestação de uma mediação. Ela traduz os diferentes objetos para nossa percepção através desta mediação. A paisagem não se restringe simplesmente a oferecer versões objetivas e diretas dos objetos, mas segundo o autor, é através da versão metafórica que a mediação se faz presente. A metáfora paisagística é que permite a compreensão do mundo e dos espaços.

Tal análise é aprofundada na abordagem fenomenológica. Para Bachelard (2003, pp. 24-31), as apreensões das imagens espaciais através de percepções subjetivas e simbólicas podem revelar conteúdos mais amplos do que simplesmente as formas. Revelam a

interligação do sujeito com o objeto, seu sentido de pertencimento e sua contextualização com outros objetos – presentes ou passados.

Berque afirma ainda que existem duas formas de se compreender a paisagem: a paisagem-marca, que expressa as formas, suas articulações e suas relações com as funções e estruturas a ela associadas e a paisagem-matriz, que expressa as representações da cultura, possibilitando revelar a relação do homem com seu espaço. A paisagem-marca e a paisagem-matriz podem, segundo o autor, ser estudadas e inventariadas a partir da síntese de várias compreensões desses dois tipos de paisagem, como formas, representações, valores, apropriações (BERQUE, 1998, pp.85-86).

A paisagem pode revelar assim, através de suas formas, um sistema de técnicas associadas à determinada sociedade em determinado tempo. Observando-se um conjunto arquitetônico antigo podemos compreender os valores estéticos, as representações e as formas estruturais empregadas por determinado grupo social, e isso pode auxiliar a desvendar o papel desses objetos na construção do espaço por essa sociedade. A paisagem é um documento material e simbólico importante para o estudo do espaço e suas transformações em determinada localidade.

Leite reitera a reflexão acima ao afirmar que a paisagem é a materialização de eventos e possibilidades que historicamente se entrelaçam. Sua interpretação torna possível a percepção de frações do tempo e possibilidades espaciais, tornando visível um fenômeno invisível (LEITE, 1996, p. 89).

As paisagens, acrescenta Luchiarì (2002, p. 11), consistem na materialização pela qual o homem compreende e interpreta os espaços e territórios. Segundo a autora, o imaginário social é orientado pelas interpretações simbólicas da paisagem, implicando em reações como valorização, recusa e seleção de determinadas paisagens. No entanto, adverte a autora, o conceito de paisagem não deve ser confundido com a categoria espaço.

A redução da paisagem à sua forma reflete, no entanto, uma perspectiva individual de sua leitura; o conteúdo simbólico que a envolve está associado às funções sociais a ela atribuídas durante os diferentes movimentos históricos. Dessa forma, percebe-se que os signos contidos nas paisagens devem ser relativizados e bem analisados, pois sua interpretação direta e simples pode levar ao que Luchiari (2002, p. 13) classifica como a fetichização da paisagem.

A interpretação de paisagens levada a essa fetichização pode não revelar a estrutura social e as representações simbólicas de uma sociedade num determinado momento histórico, uma vez que o espaço se transforma permanentemente e insere novos objetos, funções, valores e intencionalidades (LUCIARI, 2002, p.14). Alguns exemplos de paisagens fetichizadas nas cidades contemporâneas podem ilustrar essa discussão.

A fetichização da paisagem está associada à própria requalificação urbana, por exemplo. Em alguns casos, a manutenção integral da forma ou de alguns elementos significantes de edifícios considerados como patrimônio cultural, pode levar a uma leitura fetichizada desta paisagem, supervalorizando a presença desses signos. Sua representação simbólica deve levar em consideração as novas funções ali instaladas e as intencionalidades que envolvem o processo de requalificação.

Vale lembrar que as mudanças sócio-espaciais ocorridas durante a evolução do sistema capitalista acarretaram em transformações significativas na estrutura e na representação das paisagens produzidas pela sociedade. A transformação de paisagens aceitas como ideais de beleza e de organização social ideal implicaram no questionamento sobre o *modus operandi* do sistema capitalismo e seu receituário de desenvolvimento (LUCIARI, 2001, p. 18). Essa análise é importante na compreensão da apreciação das composições paisagísticas por parte da sociedade contemporânea.

Ao considerarmos uma paisagem urbana como ideal para se habitar ou simplesmente contemplar reunimos objetos que tenham representações harmônicas entre suas formas e funções. Em contrapartida, rejeitamos paisagens que componham uma

imagem distante ou repulsiva com nossa formação cultural. Essa evolução ideológica na compreensão da paisagem está associada aos antagonismos gerados pelo desenvolvimento do capitalismo e colabora significativamente com a elitização social na seletividade de lugares compostos por paisagens idealizadas (LUCHIARI, 2001, p 19).

Ao analisarmos algumas paisagens de áreas residenciais notamos que as paisagens mais apreciadas são aquelas que possuem signos que as identificam com classes sociais mais nobres e dignas. Paisagens de favelas, ao contrário, são recusadas e depreciadas. Em alguns casos, a intencionalidade do planejamento se revela em projetos paisagísticos que insiram outros signos nas paisagens das favelas de forma a estas serem mais bem aceitas pelas classes mais abastadas.

As paisagens idealizadas se transformaram em mitos, valorizados e vendidos pelo mercado e incorporados nas representações simbólicas da sociedade contemporânea. O próprio sistema capitalista, ao provocar transformações paisagísticas voltadas aos interesses e determinados valores sociais, hoje se apropria de paisagens nostálgicas passadas e excluídas da lógica imobiliária e as transforma em objetos de consumo e mercantilização.

Observamos hoje a construção de áreas públicas ou privadas repletas de objetos e significados que, reunidos dentro de uma composição estética harmônica, agradam a percepção e o consumo desta paisagem. É o caso das estratégias empregadas pelos idealizadores dos condomínios residenciais periféricos que adotam paisagens bucólicas ideais para uma boa vida em família ou dos antigos centros tradicionais requalificados que evidenciam imagens repletas de tradição, cultura e lazer.

A análise da paisagem numa perspectiva cultural poderá, segundo Corrêa (2003, p.159), considerar as relações entre as representações e significados associados à percepção desse sistema material – que é a paisagem – e as diferentes intencionalidades expressas no espaço urbano. As relações estabelecidas por esse método de análise podem revelar expressões ligadas ao poder, à identidade, ao simulacro e aos conflitos sócio-espaciais existentes no espaço urbano.

Cabe a esta pesquisa, analisar algumas dessas relações existentes em diferentes fragmentos da paisagem urbana contemporânea. Esta pesquisa busca discutir algumas representações e os significados que revelam a ordem social das metrópoles pós-industriais, analisando alguns signos expressos, produzidos e reproduzidos por essa ordem social. A partir disso e a título de ilustração, cria algumas categorias metafóricas para sintetizar a mediação social e econômica transmitida por essas paisagens.

### **3.1 – As Paisagens das Cidades Contemporâneas: Fragmentos da “Cidade-Metáfora”**

A análise das paisagens de alguns fragmentos da cidade contemporânea pode revelar as intencionalidades provocadas pelo planejamento urbano, os interesses de organizações sociais horizontais ou verticais ou até mesmo sublinhar as contradições e conflitos provocados pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Tais paisagens estão repletas de objetos novos e antigos, cenários fantásticos, inovações arquitetônicas e instrumentos tecnológicos que expressam representações simbólicas de interesse das lideranças hegemônicas, na tentativa de induzir formas de apropriação humanas que se adequem aos objetivos do sistema capitalista globalizado.

Ao apresentar alguns desses exemplos, esta pesquisa associou às paisagens da cidade contemporânea algumas metáforas que sintetizam as expressões simbólicas nelas representadas. Como objeto de análise são discutidos alguns exemplos significativos das paisagens urbanas das grandes cidades globais, denominados por esta pesquisa como “Cidade-Vitrine”, “Cidade-Mercadoria”, “Cidade-Espetáculo”, “Cidade-Virtual”, “Cidade-Tecnológica” e “Cidade-Fragmentada”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Vários desses termos vêm sendo utilizados por inúmeros autores que estudam a dinâmica da cidade contemporânea. Esta pesquisa se utilizou de alguns deles para exemplificar as representações contidas em algumas paisagens características das cidades atuais.

A expansão e o incentivo do consumo induzido pelas transformações tecnológicas no processo produtivo industrial certamente representam parte da lógica sócio-espacial das cidades contemporâneas. Cada vez mais observamos no espaço urbano, paisagens compostas por objetos que enfatizam esta necessidade se propagar por espaços de enorme representatividade sócio-espacial, transformando significativamente a forma de percepção de todo o conjunto construído.

A necessidade de deslocamento constante propicia uma oportunidade enorme de inserir constantemente na mente dos cidadãos o conhecimento de novos produtos, novos valores comportamentais e novos padrões culturais. Os elementos publicitários se incorporam às paisagens das grandes vias de circulação trazendo para elas seus produtos, como se elas fossem as novas vitrines dos estabelecimentos comerciais. As rápidas velocidades de veiculação de informações e lançamentos dos novos produtos permitem que os cidadãos decidam suas compras ao longo de seu deslocamento, sem implicar a uma visita tradicional numa determinada loja para apreciar suas vitrines e prateleiras. A simples contemplação das paisagens da “cidade vitrine” possibilita ao cidadão se inserir nos novos padrões de consumo sócio-culturais impostos pelo capitalismo, e transformam os objetos tradicionais da cidade em estruturas físicas de suporte a essa intencionalidade.

A inovação tecnológica permite ainda o aperfeiçoamento das formas-paisagens utilizadas como estratégias das “cidades vitrines”. Modernos *out-doors*, painéis iluminados e painéis eletrônicos monopolizam a atenção dos cidadãos para seus produtos e imagens sedutoras. A contemplação da paisagem se desloca para uma imagem momentânea e menospreza objetos associados ao processo histórico da cidade. Os monumentos, os edifícios, as calçadas, as pessoas, passam a ter menor importância, e celulares, roupas, filmes hollywoodianos passam a ser os protagonistas do cenário urbano.

Designada por Venturi como arquitetura da persuasão (1998, pp. 34-35), os elementos visuais empregados na discussão acima assumem um papel de configuração do espaço da metrópole, atraindo os cidadãos para os edifícios comerciais, ou para

informação que veiculam. Para o autor, a publicidade assume um caráter superior à própria arquitetura, podendo ela mesma se tornar um anúncio.

A propagação dessas paisagens pode, às vezes, atingir proporções drásticas. Ao invés de se limitar às vias de grandes fluxos, observa-se hoje a invasão de fachadas inteiras de edifícios com painéis publicitários. A arquitetura deixa de ser o objeto que representa valores artísticos, sociais, políticos ou econômicos para se tornar mera estrutura de suporte de elementos publicitários (VARGAS, 2001, p.320). O caso mais representativo dessa situação é a famosa praça nova-yorquina *Times Square*. Localizada na confluência de duas avenidas de grande fluxo da cidade a praça é mundialmente conhecida pelos seus gigantescos painéis publicitários que hipnotizam os cidadãos e atraem milhares de turistas, como demonstra a Figura 07.



Figura 07 - Vista da praça Times Square em NYC, EUA, com seus gigantescos painéis publicitários.  
Fonte - Selsdon e Carl, 2000, p.64

A quantidade e localização dos painéis publicitários se sobrepõem às fachadas dos altos edifícios compondo um espetáculo de luzes coloridas, imagens e esculturas que veiculam produtos ou atividades culturais a serem consumidos. A cena urbana da “cidade vitrine” da *Times Square* se incorporou de forma tão profunda no imaginário dos cidadãos e dos turistas que a praça se tornou um cartão postal da cidade.

Venturi, ao analisar o espaço urbano de Las Vegas, observa que o apelo e persuasão ao consumo, muitas vezes são exercidos pela própria arquitetura. Aspectos ligados a monumentalidade, iluminação e posicionamento dos edifícios atribuem aos cidadãos a direta relação entre os produtos ali comercializados e a arquitetura (VENTURI, 1998, pp 34-35). Numa situação mais drástica, a forma do edifício pode assumir contornos totalmente associados a sua função, o que discutiremos mais adiante.

Ao associar esse fato com a cultura de massas, Harvey acrescenta dizendo que a ordem simbólica de reprodução de imagens em larga escala favorece a identificação desta forma de cultura com as classes dominantes, implicando por sua vez na alteração da ordem moral e simbólica (HARVEY, 2002, p.312).

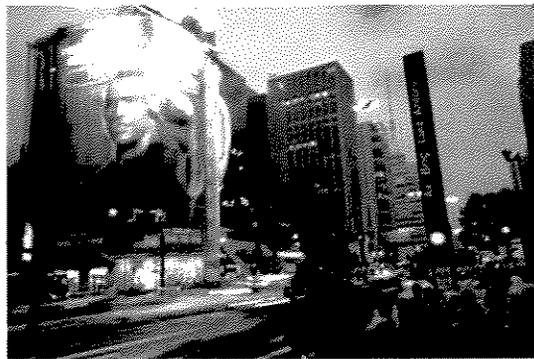


Figura 08 - Paineis publicitários na avenida Paulista cobrindo toda a fachada de um edifício.

Fonte - <http://www.contrasto.it>. Acesso em 27 fev. 2005

Alguns autores acreditam que essa realidade urbana favoreceu o aparecimento de novos valores, inclusive para o turismo contemporâneo. Sassen e Roost (2001, p.66) afirmam que o turismo contemporâneo cada vez mais se apóia na cena urbana de consumo e as estratégias de desenvolvimento turístico tentam transformar a cidade num grande parque temático. A cidade deixa de ser a materialização de relações sociais locais para demonstrar comportamentos sócio-culturais globalizados e associados à modernidade e ao consumo.

Essa situação é favorecida, muitas vezes, pelo próprio sistema de gestão urbana empregado nas grandes cidades globais. A falta de recursos financeiros favorece a arrecadação orçamentária propiciada pela utilização do espaço urbano com publicidade, enchendo os cofres públicos. No Brasil, mais especificamente em São Paulo, essa situação é comumente empregada. A Figura 08 ilustra em exemplo da cidade-vitrine numa das principais avenidas da capital paulista. A poluição visual gerada pela excessiva quantidade de painéis publicitários facilitou, no entanto, a organização da sociedade para se opor à propagação da cidade vitrine.

Alguns projetos de diminuição e retirada de publicidade e limpeza de fachadas de edifícios são inseridos em projetos de requalificação de áreas dotadas de patrimônio permitindo a construção de novos significados à paisagem urbana. Dentre algumas iniciativas conhecidas destacam-se o Projeto “Corredor Cultural” no Rio de Janeiro, a requalificação urbana do centro de Curitiba e o Programa de Recuperação Urbana do Centro Histórico de Salvador/Pelourinho. A contemplação da arquitetura tradicional se torna a nova estratégia do sistema capitalista para as áreas requalificadas, e será aprofundada nos capítulos posteriores.

A transformação dos objetos urbanos em símbolos consagrados do consumo, nos leva a outra forma de metáfora urbana, a “cidade mercadoria”.

A difusão exacerbada do consumo na sociedade contemporânea levou à acirrada concorrência entre as principais empresas que lideram o mercado nacional e internacional. Na busca de diferenciais e aumento de vendas, estas empresas adotaram estratégias de fidelização de clientes associadas à incorporação de representações simbólicas de seus produtos na própria arquitetura do estabelecimento (VARGAS, 2001, p. 322). Formas, volumes, cores e estruturas alegóricas empregadas na arquitetura remetem à associação imediata deste objeto urbano com o produto comercializado. Segundo VENTURI (1998, p. 143) a incorporação plena da função à forma arquitetônica “*é uma tentativa mais literal de expressar a função mediante a associação, mas não com uma finalidade sutilmente simbólica, mas perseguindo uma clara forma de persuasão comercial*”.

Cabe ressaltar, no entanto, que a associação forma-função sempre esteve presente na história da cidade; a questão é que na cidade atual ela torna mais literal o emprego de signos agressivos para chamar a atenção dos cidadãos. Venturi resalta que a arquitetura medieval e, posteriormente, o ecletismo era o simbolismo de sua função, ou mesmo de seu nacionalismo (VENTURI, 1998, p. 143).

A estratégia empresarial da cidade-mercadoria propicia a composição de paisagens que transformam o cenário urbano numa grande prateleira de supermercado, onde a arquitetura representa o produto a ser consumido. A cidade mercadoria revela comportamentos e ações padronizadas e previsíveis no cenário urbano, aumentando a monotonia e a repetição de objetos idênticos na cidade. Tal situação pode ser observada na Figura 09.

Redes hoteleiras, lojas de *fast-foods*, *shopping-centers*, bancos, cinemas, postos de gasolina, lojas de locação de vídeos e DVD, redes de supermercados ligados a organizações hegemônicas nacionais e internacionais se proliferam nas grandes cidades contemporâneas compondo paisagens semelhantes em diferentes pontos da cidade.



Figura 09 - Fachada padrão de uma rede de locação de vídeos e DVD.

Fonte - <http://www.filmsouthinc.com/blockbuster>. Acesso em: 27 fev. 2005.

A padronização das formas reforça os produtos e serviços oferecidos por essas empresas, permitindo aos cidadãos diminuir seu tempo de decisão em eleger um produto a ser consumido e também induzindo consumos sistemáticos e constantes dos mesmos produtos. Para Ortiz (1992, p. 146), “*A própria forma do prédio, em forma de hambúrguer, (...) [vende] hambúrguer misturando os meios de expressão da pintura, escultura e arquitetura. (...) O simbolismo pode se encontrar sobre o edifício, na forma de um signo*”. A figura a seguir ilustra claramente essa questão – Figura 10.



Figura 10 - Carro em forma de hambúrguer para servir clientes em uma rede de fast-foods.

Fonte - <http://www.alemono.blogspot.com.br>.

Essa paisagem também pode alcançar situações extremas. Localizações estratégicas posicionadas em diferentes bairros da cidade permitiram o agrupamento de diferentes estabelecimentos urbanos que empregam esta estratégia formando paisagens realmente idênticas (Figura 11). Muitas vezes tais bairros estão associados a processos históricos e apropriações sócio-espaciais antagônicos; a estratégia de aumento de consumo aproxima, através destas paisagens globalizadas e padronizadas, realidades culturais diversas e mascaram as diferenças sócio-espaciais.



Figura 11 - Avenida Aricanduva, zona leste da cidade de São Paulo. A concentração de equipamentos ligados a redes internacionais acaba padronizando as paisagens de bairros com diferentes processos históricos e níveis sócio-econômicos. Fonte - Meyer et al., 2004, p. 214

A padronização paisagística resulta na formação de novas identidades urbanas, associadas às redes de cidades globais e à transnacionalização da cultura do consumo. A identidade local é reinventada e apoiada em alguns fragmentos da cidade.

Nesse sentido, a requalificação urbana assume novamente um discurso de celebração da identidade local reverenciada por sua paisagem. O conjunto arquitetônico tradicional representa um papel de resistência à padronização das paisagens urbanas e à globalização dos espaços urbanos. Esse processo revela, na realidade, uma adequação do sistema capitalista às novas demandas sociais existentes nestas localidades e nas cidades globais.

Cabe-nos pensar se a representação nostálgica vinculada a esta estratégia do planejamento urbano é uma reinvenção da identidade local da cidade ou simplesmente o reforço de uma nova identidade imposta pelo sistema capitalista global. A cultura se manifesta através de signos arquitetônicos transformando-se em produto.

A proliferação de paisagens vinculadas às cidades-vitrine e às cidades-mercadoria revela o processo atual de reestruturação produtiva que, segundo Sanchez (2003, p. 44), altera os sentidos de espaço de consumo projetando-o ao consumo do espaço. Maiores fluxos produtivos, modernização tecnológica, alta densidade de publicidade são alguns exemplos de práticas urbanas, colocadas pela autora e que estão associados à reestruturação econômica ora presente.

Vainer (2000, pp. 77-78) acrescenta ainda que à medida que a cidade vai assumindo uma estrutura gerencial associada à lógica empresarial, a noção de produtividade urbana se restringe a produtos e ao consumo implicando na transformação dos espaços em mercadoria. A paisagem revelaria material e simbolicamente esse processo social. Esta associação entre forma urbana e lógica empresarial se inclui nos princípios do planejamento estratégico, tema a ser discutido no próximo capítulo.

A afirmação da “cidade-espetáculo” no espaço urbano contemporâneo pode ser a chave para a compreensão desse processo.

As inovações tecnológicas empregadas na arquitetura contemporânea permitem a criação de paisagens fantásticas, repletas de elementos alegóricos que expressam representações simbólicas alheias à realidade temporal ou espacial da cidade. As formas da arquitetura são redefinidas de modo a materializar os sonhos e a imaginação dos cidadãos, aproximando lugares distantes, recriando cidades antigas e enaltecendo estereótipos culturais locais.

Para Urry (1996, pp. 193-194), o espaço urbano passa a ser mitificado a partir de signos que representam determinados padrões culturais temáticos que não estão

relacionados ao processo histórico ou às realidades espaciais da localidade. Verdadeiros simulacros de situações imaginárias, estes espaços são considerados para Augé (1994, p. 74) como não-lugares:

“Se um lugar pode se definir como ‘identitário’, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir nem como ‘identitário’, nem como relacional, nem como histórico definir-se-á como um **não-lugar**” (grifo nosso).

Reproduções de ícones urbanos, emblemáticos de outras culturas e civilizações, personagens imaginários da literatura e da arte consagradas, e objetos de uso cotidianos são incorporados à paisagem urbana em escalas pontuais e locais, propiciando a formação de cenários que simulam diferentes realidades sócio-espaciais. Algumas paisagens da cidade de Las Vegas representam de forma clara a intencionalidade implícita na “cidade-espetáculo”. Como uma cidade destinada a jogos de azar, onde a principal atividade empresarial se resume a grandes hotéis e cassinos, a estratégia de atração turística e de consumo vinculados a estes produtos compreendeu a criação de uma paisagem baseada na materialização de cenários imaginários que despertariam a atenção de visitantes de todo o mundo. Como um grande parque temático, a cidade proporcionaria aos visitantes a experiência de estar em outros lugares, conhecer as culturas globais e obviamente desfrutar o prazer do jogo. A cidade se transforma num grande espetáculo a ser apreciado, como num teatro, e as paisagens urbanas se constituem o palco de diferentes cenários fantásticos que as lideranças econômicas globais podem proporcionar. As Figuras 12 e 13 apresentam alguns exemplos de paisagens emblemáticas da cidade-espetáculo.



Figura 12 - Hotel cassino localizado em Las Vegas, EUA, que retrata a paisagem do centro de Manhattan, NYC.

Fonte - <http://www.eastmead.com/nevada.htm>. Acesso em 27 fev.2005.

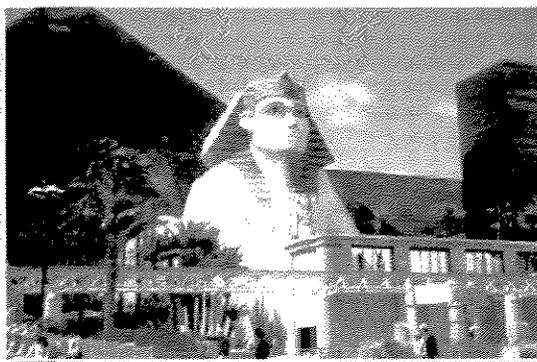


Figura 13  
Outro hotel cassino da cidade de Las Vegas, agora reproduzindo as pirâmides do Egito juntamente com a Esfinge.  
Fonte: <http://www.eastmead.com/nevada.htm>. Acesso em 27 fev.2005.

O sucesso desta estratégia vem sendo confirmado pela proliferação da “cidade-espetáculo” em cidades do mundo com forte apelo turístico. O caso brasileiro de Campos do Jordão, cidade paulista localizada na Serra da Mantiqueira, se traduz num exemplo bastante significativo do apelo espetacularizante do turismo em algumas paisagens urbanas. Firmado pelo slogan mercadológico de “Suíça Brasileira”, grupos econômicos representativos do estado criaram um centro comercial turístico cuja arquitetura se baseia em formas estereotipadas de cidades localizadas nos Alpes europeus.

O sucesso desse empreendimento acabou sendo estendido aos demais bairros da cidade através das normas construtivas locais. A paisagem da cidade passa, através de normas rígidas de inclinação de telhados, a sofrer um processo de padronização, inventando uma tradição falsa ao local. As Figuras 14 e 15 ilustram a paisagem observada no bairro Capivari, centro turístico de Campos do Jordão.



Figuras 14 e 15 - À esquerda, Complexo Gênève: –centro de compras com arquitetura semelhante à das cidades dos Alpes. À direita, outra vista do complexo, com mesas de bares no espaço público.  
Fonte - : <http://www.camposdojardao.com.br>. Acesso em 27 fev. 2005.

A ampliação do cenário arquitetônico europeizado em diversos bairros da cidade, fortaleceu a construção de sua imagem turística associada às elites. As possibilidades de geração de emprego advindas da atividade turística atraíram, no entanto, uma quantidade significativa de pessoas de baixa renda à cidade. Sazonalidade, especialização funcional e ausência de políticas públicas de desenvolvimento local favoreceram a proliferação de áreas de exclusão social nas áreas periféricas do centro turístico (SILVA, 2004, pp. 140-150).

As estratégias de marketing urbano apoiadas na imagem elitista de cidades prósperas de primeiro mundo, atraem anualmente milhares de turistas que, envolvidos pela paisagem espetacularizante da cidade, se alienam da realidade social conflitante ali existente, e desenvolvem comportamentos culturais baseados em outros países (URRY, 1996, p. 23).

O fator alienante da cidade-espetáculo e sua relação com o lazer e prazer se constituem na estratégia principal do poder hegemônico que lidera o desenvolvimento dessas localidades. Outros exemplos similares podem ser observados no Brasil. A cidade de Curitiba, por exemplo, ao adotar um marketing público que fortaleceu sua imagem de cidade europeizada e com excelente qualidade de vida, criou sucessivos projetos de parques e memoriais em estratégicos pontos da cidade de forma a valorizar o uso do solo local e afastar as periferias mais carentes da área central. Sanchez (2003, p.485) ressalta que na cidade-espetáculo,

O permanente acionamento de imagens urbanas como estratégia legitimadora do poder constitui-se em afirmação da aparência, da vida social como aparência. A presença avassaladora de imagens na vida cotidiana a transforma na própria realidade. Esse processo neutraliza o espírito cívico e promove o isolamento social.

O emprego de alegorias simbólicas, baseadas em elementos emblemáticos e estereotipados da cultura local, é amplamente observado em cidades turísticas. Mourthé (1998, pp. 39-40) ressalta a utilização de diferentes padrões culturais locais e exógenos no mobiliário urbano presente no espaço público em diversas cidades turísticas brasileiras. A completa distorção entre forma e função é evidenciada nesse caso e o valor simbólico do mobiliário urbano para os turistas passa a ser o principal componente da paisagem urbana. A identidade urbana é reinventada a partir de objetos culturais que representam uma parte ou um segmento do processo de desenvolvimento histórico-cultural da cidade (Figuras 16 e 17). De acordo com Zukin (2000, p. 101), os cenários criados na cidade-espetáculo evocam a produção do consumo visual e a identidade sócio-espacial se restringe às imagens consumidas.



Figura 16  
Orelhão em forma de Berimbau, localizado na Praça Terreiro de Jesus – Pelourinho, Salvador – BA. Fonte – Foto de Marcelo Sotratti, jan 2005.



Figura 17  
Porto de Galinhas, PE. Escultura feita em tronco de coqueiro representando uma galinha que foi ao cabeleireiro. Fonte – Foto de Selma Cury, 2003.

A valorização do patrimônio em projetos de requalificação urbana também merece atenção em relação a essa discussão. A preocupação de tais projetos em limitar suas ações de restauro e recuperação às fachadas dos edifícios, revela a intenção de enaltecer o caráter espetacularizante e cenarizante dessa estratégia de desenvolvimento urbano. A composição de paisagens recuperadas e valorizadas do patrimônio em áreas de alta circulação turística e sua imagem associada ao lazer e cultura mascara a fragilidade das políticas públicas de preservação do patrimônio e evidenciam a intencionalidade mercadológica dessas

intervenções. Uma discussão mais aprofundada sobre essa estratégia de planejamento urbano e suas conseqüências será abordada nos próximos capítulos desta pesquisa.

Os exemplos apresentados até o momento nos remetem, segundo Venturi, à própria arte pop. Segundo o autor, os artistas pop demonstraram que o valor do clichê e do kitsch empregados num outro contexto, consegue resultados simbólicos totalmente novos. Como nos quadros de Warhol, onde uma lata de sopa vira arte, nas cidades atuais os edifícios padronizados do *McDonald's* e da *Block Buster* viram referências visuais de determinados padrões de consumo. Como assiná-la o próprio Venturi: a mudança de contextos e significados pode “*transformar o comum em insólito*” (VENTURI, 1998, p.97).

Outro exemplo tomado aqui como cidade-metáfora é a “cidade virtual” e suas tecno-utopias, construindo simbolicamente a cidade ideal.

O desenvolvimento tecnológico e suas aplicações na indústria cultural permitiram a criação de imagens urbanas idealizadas do futuro da cidade. A indústria cinematográfica sempre contribuiu significativamente para a materialização de paisagens imaginárias das cidades do futuro<sup>2</sup>, onde a tecnologia estaria associada ao bem-estar e ao desenvolvimento das classes sociais hegemônicas, enquanto que os excluídos ocupariam as piores áreas da cidade, como subsolos e áreas abandonadas.

Entretanto, as transformações observadas no processo de produção industrial associada às inovações tecnológicas, inspiraram vários urbanistas a prever as tendências das cidades num futuro indeterminado. Os estudos urbanos criados – denominados modelos “tecnoutópicos” (PINTO, 1996, pp. 77-78) – demonstraram as paisagens possíveis associadas à dinâmica sócio-espacial que possivelmente se desenvolveria numa sociedade totalmente automatizada e desenvolvida. Dos estudos concebidos, destaca-se àquele

---

<sup>2</sup> Os exemplos das cidades imaginadas nos filmes “*Metrópolis*” (Fritz Lang, 1927), “*Blade Runner*” (Ridley Scott, 1982) e “*Minority Report*” (Steven Spielberg, 2002) evidenciam claramente essa questão.

desenvolvido pelo grupo inglês ARCHIGRAM<sup>3</sup>, que na década de sessenta do século vinte idealizou uma cidade futurista denominada “*Walking-City*”.

A descentralização do processo produtivo, a maior necessidade de comunicação entre cidades e o desenvolvimento tecnológico permitiriam, no futuro, a criação de cidades dotadas de mecanismos próprios e autônomos de deslocamento. Dotadas de estruturas físicas semelhantes a pernas insetívoras e compondo uma volumetria arquitetônica próxima de um ser vivo; a “*walking-city*” permitiria que as cidades se deslocassem pelos diferentes territórios e pudessem se conectar com cidades tradicionais (ou outras “*walking-cities*”) em diferentes localidades do planeta (PINTO, 1996, p. 78). Tal situação possibilitaria a máxima eficiência em termos produtivos e uma maior interação sócio-cultural entre os povos do planeta – objetivos que na época já anunciavam a tendência da globalização. A imagem associada a esse modelo pode ser observada na Figura 18.

O conceito desse modelo obviamente o colocou na lista das tecno-utopias devido à sua complexidade e hyper-realidade imaginada. No entanto, observa-se hoje tentativas empresariais de criar cidades artificiais e tecnológicas baseadas no ideal da então sonhada “*Walking-City*”. Suas concepções paisagísticas remetem a formas totalmente dissociadas ao que a sociedade contemporânea concebe como paisagem urbana e reforçam a teoria que o desenvolvimento tecnológico transformará substancialmente o espaço urbano do futuro. A cidade-virtual enquanto estratégia e paisagem idealizada se aproxima e inspira as lideranças hegemônicas do planeta.

---

<sup>3</sup> O grupo ARCHIGRAM era composto de jovens ingleses que formaram um grupo cujo nome reuniria os conceitos “Architecture” e “Telegram. Seus princípios se baseavam na elaboração de modelos urbanos críticos à sociedade de consumo e às transformações produtivas propiciadas pelos avanços tecnológicos (ARANTES ,O., 1995, p. 59).

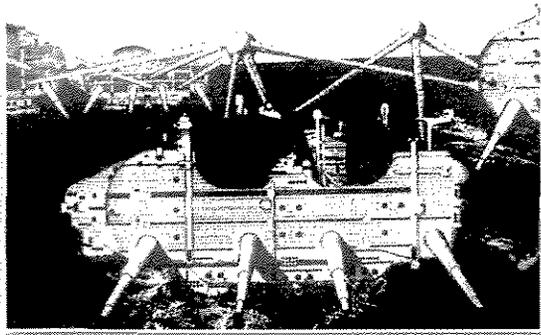
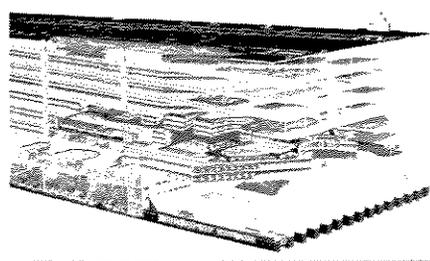
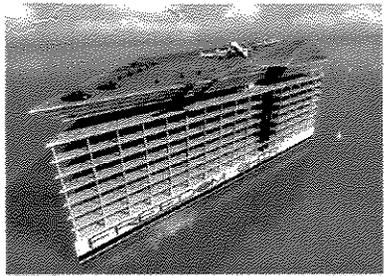


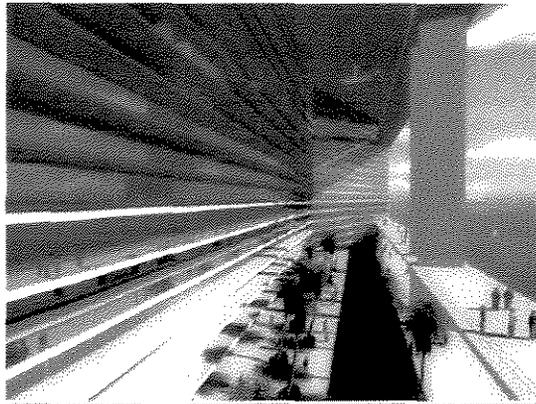
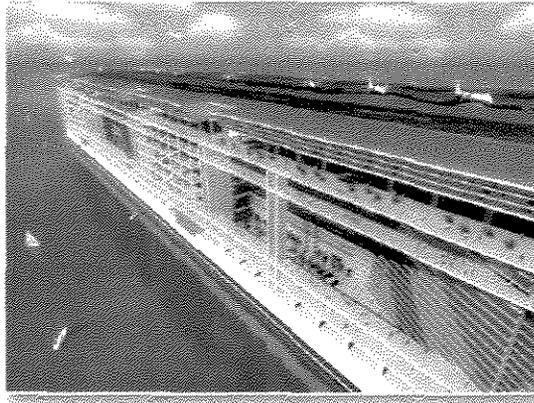
Figura 18  
Projeto da Walking-City desenvolvido pelo grupo ARCHIGRAM, UK. Trata-se de uma cidade composta por gigantescas cápsulas com dispositivos que permitem todo o complexo se deslocar.  
Fonte – Arantes O., 1995, p.59.

Está sendo construída a primeira “cidade” desvinculada de uma base ambiental fixa. Trata-se de um mega navio chamado “*Freedom Ship*”<sup>4</sup>, (ver Figuras 19 a 22) que navegará incessantemente pela costa dos continentes do planeta. Suas dimensões possibilitarão a inserção de todas as atividades presentes nas cidades comuns, criando um verdadeiro simulacro da cidade ideal do futuro. Apartamentos residenciais de diversos tamanhos, lojas, hospital, escolas, faculdade, parques, cinemas e outras áreas de lazer, transporte público (metrô), aeroporto e porto estão previstos no projeto do navio.



Figuras 19 e 20 - À esquerda, fachada do *Freedom Ship*. Observa-se o aeroporto da cidade flutuante na cobertura. À direita, corte transversal do mega navio indicando algumas de suas atividades internas: parques, clubes e metrô.  
Fonte - <http://www.freedomship.com>. Acesso em: 27 fev. 2005.

<sup>4</sup> Empreendimento liderado por acionistas americanos, a *Freedom Ship Internacional Incorporation*, se considera uma das maiores construções humanas até hoje concebidas. Projeta uma cidade flutuante para uma população de até 100.000 habitantes. Para maiores detalhes ver site oficial do empreendimento. Disponível em <<http://www.freedomship.com>>, acesso em 12 fev 2005.



Figuras 21 e 22 - Acima, vista lateral do mega navio. Abaixo, detalhe da lateral do *Freedom Ship* mostrando um boulevard ajardinado para passeio dos moradores. Fonte 1 - <http://www.freedomship.com>. Acesso em: 27 fev. 2005.

Os moradores dessa “cidade flutuante” poderão desenvolver suas atividades rotineiras e ainda se conectar com as principais cidades portuárias do mundo em diferentes períodos. A rota estabelecida privilegiará a chegada do navio nas proximidades dos portos internacionais em períodos onde a temperatura seja amena e agradável. Segundo os seus idealizadores, será a primeira cidade onde o sol e o calor estará presente durante todos os dias do ano.

As características desse mega-empreendimento projetam o antigo conceito utópico da “*walking-city*” para a esfera do real. A nova “cidade virtual” apresentará uma paisagem totalmente distinta daquela construída pela civilização humana durante seu processo de evolução. A tecnologia transformará os valores simbólicos do espaço e da paisagem urbana, remetendo seus moradores a ideais associados à elitização, modernidade, segregação, segurança e conforto ambiental. Obviamente este simulacro mascara a realidade da sociedade contemporânea, isolando ao extremo a cidade ideal dos conflitos sócio-ambientais existentes nas grandes cidades do planeta.

Embora o “*Freedom Ship*” represente ainda uma inovação inconcebível em termos de paisagem e espaço urbano, alguns projetos em cidades contemporâneas demonstram, de certa forma, alguns princípios da “*walking city*”. É o caso de empreendimentos como o “*Maharishi Towers*” (Figura 24), um mega-edifício que se aproximou da realidade brasileira no início do século XXI e que, devido a alguns conflitos legais, acabou sendo descartado. Tratava-se de um edifício multifuncional que permitiria que pessoas trabalhassem, morassem, se divertissem e consumissem produtos sem ter a necessidade de sair do edifício.

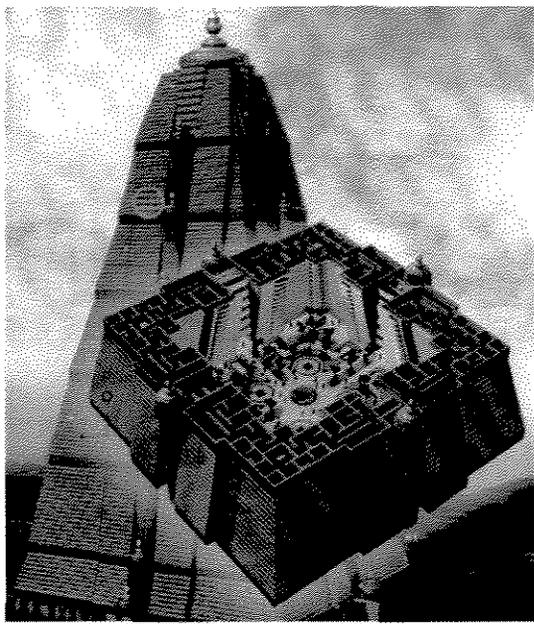


Figura 23 - Perspectiva do Maharishi São Paulo Tower, arranha-céu proposto para a cidade de São Paulo no final do século XX.

Fonte – Revista Super Interessante, mar 2000.

Dotado de uma arquitetura espetacularizante com signos emblemáticos da cultura hindu, esse empreendimento transformaria os valores e representações do espaço e da paisagem urbana da mesma forma que o exemplo anterior. A cidade ideal pregada pelo projeto “Maharishi Towers” estaria distante da realidade sócio-ambiental do entorno da cidade real. Esse projeto, proibido de ser implantado no Brasil, foi transferido e aceito nos EUA, onde em breve será implantado (Figura 24).

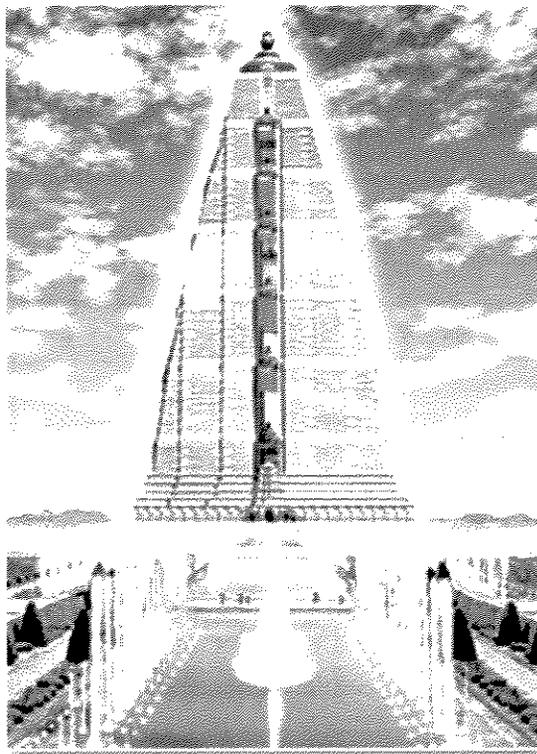


Figura 24 – Projeto do Maharishi Center, a ser implantado nos EUA.

Fonte - <http://www.reise.de>. Acesso em jul 2005.

A “cidade-virtual” demonstra como as relações de poder da contemporaneidade se organizam para isolar os grupos sociais hegemônicos dos conflitos sócio-ambientais gerados pela lógica econômica imposta por eles mesmos. A invenção de enclave urbano,

repleto de representações e significados alheios à cidade real, assegura a perpetuação dos ideais segregacionistas dos grupos hegemônicos. A alta tecnologia presente na paisagem urbana é o sustentáculo de novos projetos que compõem a paisagem da cidade tecnológica.

O desenvolvimento tecnológico na indústria da construção civil vem propiciando a construção de paisagens urbanas repletas de símbolos ligados à modernidade. A tecnologia associada às formas do edifício favorece o vínculo entre contemporaneidade e a qualidade dos serviços. Alguns centros econômicos adotam edifícios com arquitetura diferenciada e sofisticada, e consideram estas paisagens como cartão de visitas para a realização de seus negócios. Segundo Vargas (2001, p. 321), esta arquitetura denominada “arquitetura de negócios” utiliza o próprio imóvel como propaganda da qualidade e sofisticação da empresa.

Elementos construtivos de última geração se misturam a novas formas arquitetônicas, compondo um conjunto paisagístico apoiado na imagem de prosperidade e desenvolvimento. Ao analisar a paisagem da nova Potsdamer Platz em Berlim, implementada após a queda do muro, Arantes (2003, pp. 31-32) enfatiza o caráter efêmero do conjunto arquitetônico altamente tecnológico ali implantado. Ao reunir grandes complexos de lazer de propriedade de empresas transnacionais ao tradicional espaço da capital alemã, se transformou num “enclave metástico” onde a imagem de tecnologia, modernidade e acessibilidade se associariam à nova idéia de espaços abertos, ou *open spaces*, como denomina a autora.

Uma paisagem emblemática da cidade-tecnológica é a região da avenida Luís Carlos Berrini em São Paulo. Desenvolvida a partir de um empreendimento liderado por um arquiteto paulistano, a região da Berrini desempenha um papel centralizador nas atividades de negócios lideradas pelas grandes empresas nacionais e internacionais na região metropolitana. Essa centralidade é enfatizada pela homogenização e diferenciação da arquitetura de negócios empregada na região, conforme demonstra a Figura 25.



Figura 25 - Vista geral da região da avenida Luís Carlos Berrini em São Paulo.  
Fonte – Meyer et al., 2004, p.217.

No entanto, a imagem dessa paisagem revela alguns conflitos existentes entre os empreendimentos privados e as ações públicas de desenvolvimento urbano. A própria região da Berrini apresenta contrastes marcantes em relação à qualidade da arquitetura e dos espaços públicos de seu entorno. Ruas estreitas, congestionamento, fiação aérea, córregos poluídos e ausência de calçadas permeiam e envolvem à arquitetura monumental dos edifícios comerciais.

Esse quadro revela a disparidade entre a concentração de investimentos privados na qualidade arquitetônica de suas propriedades e a inoperância de acordos partilhados com o poder público para o desenvolvimento dos espaços coletivos numa escala mais ampla. A percepção ambiental e a interpretação desta paisagem para os homens de negócios podem ser bastante distintas dos pedestres e trabalhadores que circulam pela região.

As representações da exclusão sócio-espacial nas cidades contemporâneas são cada vez mais nítidas, sobretudo nas grandes cidades dos países do terceiro mundo. As

conseqüências da lógica econômica global empregada na sociedade contemporânea resultam em marcas evidentes na paisagem urbana.

O processo de segregação sócio-espacial vem produzindo espaços urbanos homogêneos e fragmentados onde formas e apropriações sócio-culturais próprias demarcam diferentes territorialidades na cidade. Contudo, inúmeros objetos simbólicos que representam a cultura local, os diferentes níveis sócio-econômicos ou mesmo a exclusão sócio-espacial também marcam as cidades contemporâneas.

A concomitância na ocupação de áreas urbanas por diferentes grupos sócio-culturais tem resultado numa paisagem metropolitana “fragmentada”, um mosaico de elementos simbólicos que retratam a lógica excludente e segregacionista do sistema capitalista contemporâneo. Os globalismos localizados e localismos globalizados, citados por Souza Santos (2002, pp. 65-75), se materializam e se reproduzem na rede de cidades globais do planeta.



Figura 26 - Contraste entre as paisagens de dois bairros contíguos localizados na cidade de São Paulo: bairro do Morumbi e favela Paraisópolis.  
Fonte - Meyer et al., 2004, p.221.

infraestrutura urbana. Proximidade física e distância social, como afirmam Meyer et al. (2002, p. 220), não promovem a inclusão social e urbana esperada, mas evidenciam a concentração de melhorias em algumas partes das cidades.

Em cidades de primeiro mundo as diferenças sócio-culturais existentes também se manifestam nas paisagens da cidade. Sedes do desenvolvimento capitalista contemporâneo, estas cidades se tornaram pólos de imigração estrangeira em busca de oportunidade de emprego e melhoria de qualidade de vida. Essa concentração de povos de diferentes raças e culturas gerou um processo de segregação sócio-espacial baseado em preconceitos raciais, sociais e culturais.

Repletas de signos que representam a cultura de origem ou valores culturais dos grupos sociais ali presentes, estas paisagens evidenciam a delimitação de territorialidades que asseguram a liberdade de expressão e os princípios de solidariedade entre grupos de mesma condição cultural ou social.



Figuras 27 e 28 - À esquerda, bairro chinês em NYC, EUA. À direita, bairro gay do Castro em São Francisco, EUA. Fonte – Fotos de Marcelo Sotratti, jul 2002.

Tais paisagens revelam valores identitários ligados à diversidade cultural e ao cosmopolitismo. Nos países desenvolvidos, a veiculação de uma imagem criada a favor da globalização onde a diversidade cultural apontada é celebrada pelas lideranças, mascara o real processo de segregação e preconceito existente em tais localidades.

Com todos os exemplos apresentados, este capítulo procurou apresentar e discutir a importância da análise da paisagem para se compreender os significados e os valores simbólicos de modelos urbanos de cidades na tentativa de compreender melhor a produção do espaço urbano em seu processo histórico.

Venturi adverte, no entanto, que a comunicação simbólica entre a arquitetura e os cidadãos sempre ocorreu. Para o autor *“cada meio tem sua época e as fórmulas retórico-ambientais de nosso tempo – sejam cívicas, comerciais ou residenciais – chegaram aos meios mais puramente simbólicos, talvez porque são menos estáticos e mais efêmeros”* (VENTURI, 1998, p. 162).

Nesse sentido, ao analisar a obra de Venturi *“Aprendendo com Las Vegas”*, Rubino (2003, p. 04) salienta que, como as paisagens discutidas neste capítulo, os elementos simbólicos existentes em Las Vegas desde a década de sessenta são o retrato das preferências da sociedade contemporânea e que tais paisagens podem ensinar muito aos estudiosos do espaço urbano.

Dessa forma, as reflexões até agora apresentadas abrem espaço para se iniciar uma discussão mais específica a respeito da requalificação urbana. Compreendida como uma estratégia do planejamento urbano, a requalificação transforma espaços urbanos tradicionais e significativos das cidades. Repleto de símbolos e valores ligados à cultura e ao desenvolvimento da cidade, a identidade local é reiventada e a produção do espaço e a valorização da paisagem se transformam com a adoção dessa estratégia.

Compreender seus objetivos, suas formas de intervenção, suas conseqüências e efeitos e a sua repercussão no mundo possibilitará uma análise crítica do exemplo mais significativo de requalificação urbana empregado no Brasil: o Programa de Recuperação Urbana do Centro Histórico de Salvador/Pelourinho – objeto de estudo desta pesquisa.

## **PARTE II – A Requalificação Urbana nas Cidades Contemporâneas**

## **Capítulo 04. O Planejamento Urbano e a Requalificação: Princípios e Práticas**

Construídas e reconstruídas de acordo com os interesses de grupos sociais que lideravam as relações sócio-políticas locais e sobretudo econômicas, as cidades passaram, a partir do período da revolução industrial, a ser objeto de estudos, experiências e de intervenções que transmitiram uma realidade utópica e que, segundo Pinto (1996, p. 57), demonstraram também uma perversidade contida nas formas mais requintadas de controle e de organização.

O planejamento moderno, como já explicado no capítulo 02, com sua teoria racionalista e funcionalista, desempenhou um papel importante na evolução da cidade à medida que instituiu a necessidade do redesenho espacial em função das forças produtivas fordistas em série que, na época, orientavam toda a produção industrial.

Este modelo, apresentado por Le Corbusier e reverenciado no Congresso de Urbanistas em Atenas em 1933, revelou que a cidade ideal seria a cidade funcional, cuja funcionalidade deveria estar vinculada totalmente aos processos industriais de produção em detrimento dos processos artesanais da arquitetura-arte e da monumentalidade urbana. Peter Hall (1995, pp. 241-283), analisa profundamente os efeitos desse urbanismo nas cidades industriais e contemporâneas e a responsabilidade dessa forma arrasadora de produção urbana nos problemas sociais que afligem as metrópoles atuais.

Souza (2002, p. 123) enfatiza o caráter regulador do planejamento moderno que, ao impor regras de uso e ocupação do solo, centralizam o controle físico-territorial a níveis desejados pela lógica econômica vigente ou aos ideais do planejador. Para o autor, o caráter regulatório desse planejamento buscava aproximar a lógica da racionalidade industrial à produção de um espaço urbano idealizado.

Mediante normas e regras rígidas de apropriação sócio-espacial, o planejamento moderno criou uma cidade segmentada e segregada, onde todos os espaços urbanos caminhavam no mesmo sentido, ou seja, à produção econômica e social, à "ordem e progresso" e a uma identidade urbana vinculada ao poder de produção industrial e ao acúmulo de riquezas. Essa forma de pensar o espaço urbano resultou, segundo Hall (1995, pp. 245-246), na transformação total das cidades ultrapassadas e na construção de uma nova estrutura urbana diversificada.

Modelos utópicos modernistas foram desenvolvidos totalmente baseados na imaginação ou na determinação "ideal" destes planejadores. Preocupados com o efeito monumental, com a assepsia estética da arquitetura moderna e com o excessivo funcionalismo dos setores urbanos, tais modelos, quando concretizados, resultaram em cidades artificiais e impessoais, cuja dinâmica urbana seletiva seria imposta pela própria lógica funcionalista presente.

O planejamento moderno influenciou sobremaneira as áreas metropolitanas, tanto no formalismo arquitetônico quanto em sua dinâmica urbana imposta pelos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado e das consequentes Leis de Zoneamento. Desenvolvido a partir das décadas de sessenta e setenta do séc. XX no Brasil. O zoneamento urbano, preocupado em setorizar as cidades segundo suas vocações e interesses da produtividade industrial, acabou gerando um processo especulativo de valorização do solo urbano onde, ao mesmo tempo que "modernizava" e implantava obras de alto valor tecnológico em algumas áreas, expulsava e ampliava os limites da pobreza para as áreas periféricas e áreas de interesse ambiental agravando os problemas sociais metropolitanos e comprometendo a própria organização espacial da cidade ( SOUZA, 2002, pp. 250-272; ROLNIK, 1999, pp. 123-130).

No entanto, as alterações observadas nos processos produtivos industriais a partir da década de sessenta do século XX com o desenvolvimento tecnológico e dos meios de transportes e de comunicação, provocaram mudanças significativas nos padrões de desenvolvimento das cidades industriais. A reestruturação urbana decorrente da

descentralização dos pólos industriais e da terceirização das grandes metrópoles acarretou em formas e estruturas urbanas diferenciadas e vinculadas a uma nova fase do capitalismo (SOJA, 1993, p. 197).

A substituição da forma de produção fordista - que inspirou o planejamento moderno - por um sistema de produção flexível e descentralizado propiciou a formação de uma nova cidade, uma cidade fragmentada, onde as forças industriais, os sistemas administrativos e de serviços, conectados por uma rede de comunicação e tecnologia, resultaram numa verdadeira constelação de atividades que, segundo Pinto (1996, p. 78), propiciam a total dispersão sócio-espacial.

#### **4.1 – A Cidade Contemporânea e o Planejamento Estratégico em Cidades**

Observamos nos capítulos anteriores, que as formas e o funcionamento dos espaços urbanos contemporâneos são marcados por relações horizontais e verticais. Segundo Santos (1988, pp. 54-58), as horizontalidades refletem o cotidiano partilhado, ou seja, a necessidade dos diversos fragmentos urbanos se integrarem rumo à produtividade econômica alimentada pela comunicação. A verticalidade, por outro lado, possui uma ação externa, controlando a produção e o consumo dentro de uma lógica transnacional. A verticalidade possibilita novas relações espaço-tempo, alterando sobremaneira a dinâmica espaço-trabalho nas relações horizontais.

A horizontalidade e a verticalidade na cidade contemporânea constroem a imagem da cidade integrada às redes mundiais de cidades globais, onde a relação global-local se funde, segundo Souza Santos (2002, pp. 65-75), em estruturas bilaterais denominadas globalismos localizados e localismos globalizados. Segundo este autor, tais estruturas bilaterais estabelecem a proporção e a ordem em que as relações horizontais e verticais se estabelecem em determinado espaço urbano, criando uma nova lógica e novas funções para os diversos objetos presentes na cidade.

As cidades globais se constituem, segundo Sassen (1998, p. 35), como espaços centrais para a implantação e gerenciamento de operações econômicas em escala mundial. Locais de produção financeira, serviços e atividades culturais em escala transnacional, as cidades globais se configuram como mercados multinacionais para que empresas e órgãos públicos de qualquer localidade possam adquirir produtos e serviços especializados.

A nova lógica sócio-espacial, associada às redes mundiais de cidades globais, vem mascarando sobremaneira a exclusão social, a periferização e a perda do sentido local de cidade, ou seja, a configuração espacial de relações sociais horizontais. Carvalho (2000, p. 70) reitera essa afirmação ao analisar que o conceito de cidade global é a expressão do processo histórico vivenciado por algumas metrópoles do primeiro mundo que, ao mesmo tempo em que reestruturou o processo produtivo dessas metrópoles, evidencia contradições marcantes como alterações nas relações de trabalho e emprego, aumento das desigualdades sociais e das apropriações privadas, levando à segregação do espaço urbano.

Tais cidades globais presenciaram, nas décadas de setenta e oitenta do século XX, forte crise urbana agravada pela ausência e inoperância do Estado na solução dos problemas e modernização dos seus espaços urbanos. A ineficácia dos instrumentos de planejamento conhecidos levou os urbanistas a repensarem a cidade e a buscarem novas estratégias econômicas de redensolvimento (MEYER, 2000, p.05).

A estruturação da cidade contemporânea depende, de acordo com Meyer (2000, p. 08) de grandes projetos urbanos estratégicos. O valor estratégico de tais projetos está subordinado, segundo a autora, à sua capacidade de provocar transformações significativas no espaço metropolitano, aumentando seu poder de atratividade e influência. Mais do que simplesmente melhorias urbanas pontuais e específicas, o planejamento contemporâneo se revela, na intencionalidade de seus defensores, como um instrumento capaz de promover a agregação do território metropolitano e de organizar os fluxos que evitam a dispersão funcional e espacial.

O planejamento estratégico, nascido nesse contexto e liderado pelos urbanistas catalães, pode ser considerado como um dos exemplos mais emblemáticos de planejamento urbano contemporâneo<sup>12</sup>. Baseado nas premissas neo-liberais do planejamento econômico-administrativo de empresas, o planejamento estratégico considera a cidade como um sistema organizacional complexo que deve atuar de forma coerente e racional com seus próprios interesses, e ainda deve se relacionar de forma competitiva com uma rede de cidades para atrair investimentos e oportunidades de desenvolvimento (Barquero, s/d, pp. 83-88).

Fischer (1997, p. 14) salienta que a cidade contemporânea pode ser considerada uma megaorganização dotada de uma série de ações coletivas plenas de significados. Instituições públicas, federações empresariais, conselhos de representação profissional, redes de Ong e grupos culturais formam, segundo a autora, verdadeiras corporações de valor agregado numa estrutura de teia interligada e complexa.

O planejamento estratégico seria, portanto, um instrumento organizacional capaz de responder às crises e aos anseios de inserção de novas lógica sócio-culturais globais ao conseguir estabelecer uma ordem entre as forças sociais locais (FISCHER, 1997, p. 17).

Essa analogia com as estratégias empresariais acaba por firmar a lógica de mercado global na dinâmica das cidades e exigir cada vez mais delas a execução de planos e projetos estratégicos, de *city marketing* e de investimentos privados no setor público.

---

<sup>12</sup> Existe atualmente um Centro Ibero-americano para orientar e avaliar as cidades que desejam desenvolver planos estratégicos ao espelho da capital catalã - Barcelona. Como consenso, os princípios e resultados esperados por essa metodologia de planejamento são analisados e repassados às cidades membros desse Centro. Como resultado do IX Encontro Ibérico de Diretores de Planos Estratégicos Urbanos e Territoriais realizado em 15-16 de novembro de 2005 em Zaragoza, Espanha, foi emitido um documento que aponta algumas questões fundamentais que caracterizam o planejamento estratégico e seus resultados esperados, como criação de sistemas indicadores de crescimento e desenvolvimento, processo participativo de elaboração e implantação dos planos e criação de redes de cidade (CIDEU, 2005, site oficial) Disponível em <<http://www.cideu.org>>. Acesso em 08 fev. 2005.

Para se obter o máximo de desempenho econômico e espacial, as cidades contemporâneas são estimuladas a vencer os obstáculos que impeçam o bom funcionamento da nova lógica econômica global. Os desafios contemporâneos impostos às grandes cidades do mundo envolvem mudanças significativas na sua estrutura física e na interação de seus diferentes agentes sociais. Formação de novas bases econômicas, modernização da infra-estrutura, qualidade de vida, integração social e governabilidade são as premissas necessárias para a inserção das cidades contemporâneas num espaço econômico vertical e competitivo (BORJA, 1997, p. 82).

→ As metas propostas pelo planejamento estratégico propõem lideranças ágeis e flexíveis. Segundo Vieira, M. e Vieira, E. (2003, p. 129) o poder público nas cidades contemporâneas deve alterar suas formas de organização, implantando sistemas de gestão voltados ao empreendedorismo, à modernização administrativa e à participação democrática.

→ O esclarecedor texto de Harvey (1996) demonstra o consenso das lideranças mundiais do capitalismo avançado ao adotar o comportamento empresarial no desenvolvimento urbano. O autor enfatiza que a partir dos anos setenta e oitenta do século XX, os governos locais de cidades centrais concordaram em assumir ações inovadoras e empreendedoras na solução à crise que o capitalismo apresentava (1996, p. 49). Exploração de vantagens competitivas entre cidades, promoção dos centros urbanos como locais ideais de consumo, reestruturação do espaço urbano para atender às novas demandas sócio-econômicas e gestão partilhada entre poder público e iniciativa privada, foram algumas das principais ações empregadas pelo empreendedorismo urbano (HARVEY, 1996, pp. 54-57).

Borja (1997, p. 89) reforça o caráter empreendedor e promotor das lideranças públicas locais elencando algumas ações estratégicas fundamentais para uma boa liderança. Segundo o autor, a gestão pública estratégica deve primeiramente se apoiar na promoção externa da cidade, desenvolvendo sua imagem de forma consolidada e positiva. As ações de city-marketing devem “*atrair para a cidade investidores, visitantes e usuários capazes de consumir (...) bens e serviços locais*”.

Para Borja (1997, p. 89), a inovação político-administrativa nas cidades estratégicas gera também diferentes mecanismos de cooperação social e participação dos cidadãos voltados ao bem estar coletivo e convivência. Ações estratégicas de promoção e intervenções internas estimulam o patriotismo local, o sentido de pertencimento e a confiança no futuro da cidade.

As ações de promoção interna devem ser traduzidas por projetos locais que venham fortalecer identidades e culturas locais e ao mesmo tempo contribuam com a redução das desigualdades e com a melhoria da qualidade de vida da população (FISCHER, 1997, p. 21).

A definição de um plano estratégico baseado nas premissas acima apresentadas vem marcando o processo de gestão de algumas cidades contemporâneas. Realizados de forma parcial e diferenciada de acordo com a estrutura e dinâmica das cidades que os adotam, tais planos revelam ações estratégicas claras de redensolvimento urbano. Parcerias público-privadas em projetos de melhoria de infraestrutura, elaboração de planos diretores metropolitanos e territoriais participativos e requalificação de áreas centrais são alguns exemplos adotados em cidades contemporâneas com visão estratégica (BORJA, in FISCHER, 1997, pp.85-86).

Várias críticas a esse modelo de planejamento urbano podem ser traçadas, uma vez que os objetivos comuns de sucesso gerencial e econômico das cidades que adotaram o planejamento estratégico mascaram e não priorizam ações que solucionem as diferenças sociais, a desigualdade, e a exclusão espacial dos menos favorecidos.

Arantes (2000, p. 26) afirma que o planejamento estratégico impõe um modelo de crescimento urbano que atende aos imperativos da lógica de negócios dos países desenvolvidos, ou seja, a transferência da responsabilidade produtiva e financeira às empresas transnacionais. Segundo a autora, ao afirmar que as cidades são o palco do

desenvolvimento sócio-econômico da contemporaneidade, as empresas transnacionais nada mais realizam do que uma apropriação do espaço urbano para seus interesses.

Observa-se que as ações estratégicas de promoção da cidade enaltecem espaços de investimentos e apropriações das transnacionais, como hotéis, centros de convenções, pólos de tecnologia, entretenimento e cultura, ao invés de valorizar espaços urbanos para a apropriação de seus habitantes ou para a dinamização das empresas locais. Vainer (2000, p. 80), complementa afirmando que tais ações silenciam as desigualdades sociais e a violência urbana através de uma imagem de diversidade cultural e de democracia. A formação de espaços de exclusão sócio-espacial isolados e fragmentados acabam se constituindo num efeito benéfico para as estratégias adotadas.

A visão empresarial na gestão urbana estratégica também implica num espírito competitivo entre cidades que adotam a mesma lógica de desenvolvimento. Para Vainer (2000, p. 99) esse efeito prejudicial é causado pela transposição idealista dos princípios empresariais de vendas de produtos no processo de desenvolvimento urbano. As cidades devem apresentar diferenciais e vantagens competitivas para novas oportunidades de investimentos externos. A solidariedade, a diversidade cultural e o patriotismo normalmente são considerados nos planos estratégicos como diferenciais competitivos urbanos.

Rentabilidade e patrimônio requalificado são associados como sinônimo de civismo e valorização patrimonial urbana, e eufemismos como “*revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação* [encobrem] *o sentido original de invasão e reconquista do retorno da camadas mais afluentes ao coração da cidade*” (ARANTES, 2000, p. 31).

Dessa forma a requalificação urbana – termo adotado para análise desta pesquisa – se constitui numa estratégia presente em diversos planos estratégicos elaborados pelas cidades inseridas na lógica global de desenvolvimento e merece, portanto, análise mais detalhada de seus princípios, práticas e contradições.

Cabe salientar, no entanto, que esse processo de planejamento estratégico foi parcialmente adaptado nos países sub-desenvolvidos. Embora os modelos urbanos implantados sejam muito semelhantes entre si, as diferenças sócio-espaciais locais acarretaram na condução de processos diferenciados de planejamento. Esses processos adaptados à estrutura sócio-espacial local acarretaram em resultados diferenciados, e às vezes, opostos àqueles observados nos países desenvolvidos.

#### **4.2 – A Requalificação Urbana como Modelo Estratégico de Desenvolvimento Urbano**

→ A requalificação urbana, comumente presente nos planos estratégicos das cidades atuais, apresenta propostas alicerçadas na recuperação e valorização das origens e das verdadeiras representações sociais, humanizando e controlando o sistema de exclusão das cidades contemporâneas e ao mesmo tempo reinventando identidades baseadas em produções sócio-culturais locais.

→ Essa estratégia surge no sentido de dar novo significado à cidade fragmentada, com o objetivo de incorporar, de forma globalizada, os espaços renegados pelo novo sistema de produção. O discurso central da requalificação urbana evidencia a tentativa de inclusão social de uma população marginal em novos espaços saudáveis e revalorizados, onde relações sociais incluídas seriam estabelecidas e reforçadas por novas funções urbanas. Para Almeida (2001, p. 09),

“A requalificação das áreas centrais inclui-se hoje nos projetos de desenvolvimento das nações e muitas cidades já vem recuperando e modernizando os seus centros como instrumento de inserção na ordem mundial. Os princípios, conceitos, avaliações estratégicas e perspectivas que então se percebiam, estão hoje confirmados. Daí a importância de divulgar cada vez mais essas idéias, de retomar os fundamentos do debate, reexaminá-los à luz dos desenvolvimentos mais recentes e submetê-los à prova de observação empírica e do confronto de idéias.”

Solá-Morales (2001, p. 110) salienta que a requalificação urbana, normalmente implantada em áreas centrais tradicionais e degradadas da cidade, deve primeiramente analisar a importância simbólica e arquitetônica dessas áreas antes de se definir a política urbana ideal das intervenções. Apreciação da história, valor da memória e qualidade estético-arquitetônica são alguns elementos de análise ressaltados pelo autor. Da mesma forma, a potencialidade econômica e infraestrutural de tais áreas deve também ser considerada nas estratégias a serem empregadas na requalificação.

No entanto, a dinâmica territorial deve ser tomada como o principal fator decisivo nas estratégias projetuais a serem empregadas na requalificação, uma vez que a análise equivocada desse elemento pode implicar no estrangulamento, na substituição de atividades e no esvaziamento do centro, ao invés de promover a integração com as outras áreas da cidade (SOLÁ-MORALES, 2001, p. 111).

Para Borja (2001, pp. 82-83), a requalificação urbana deve acentuar a modernização infraestrutural e garantir a mobilidade dos cidadãos, mantendo sempre as formas tradicionais. Pela análise das palavras do autor em seu texto, percebe-se que sua visão de requalificação contempla intervenções urbanas que venham de encontro aos interesses e necessidades das cidades contemporâneas, globais, mas que também se preocupem com a manutenção da arquitetura tradicional presente nas áreas centrais. Para o autor, a requalificação deve ser realizada através de um projeto harmônico e global de todo o conjunto, preocupado em gerar riquezas, atrair investimentos e ainda decidido em manter a beleza dos edifícios tradicionais.

As funções atribuídas às áreas requalificadas devem, de acordo com Portas (2001, p. 127) respeitar a diversidade apreciada na sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, reforçar a centralidade perdida por essas áreas. Atividades sofisticadas ligadas ao setor terciário e quaternário associadas a consumo, serviços especializados em lazer e cultura são alguns exemplos positivos citados pelo autor. Observa-se uma tendência de imposição de atividades estreitamente ligadas à lógica consumista da globalização, onde o refinamento

tecnológico e de informação propicia a transformação ideal de tais áreas, ou seja, a modernização de uma área obsoleta que não atende mais os anseios das cidades globais.

Das atividades normalmente apreciadas pelos urbanistas responsáveis pela requalificação a cultura, o lazer e o turismo talvez sejam as mais presentes. Miranda (2000, p. 107) observa que a indústria de entretenimento, de parque temáticos e de produtos culturais das mais diversas linguagens apresentam-se como atividades expoentes na rede de metrópoles mundiais e promovem somas significativas de capital e geração de emprego.

As áreas centrais apresentam destaque especial, de acordo com o autor, por concentrar elementos referenciais ligados à tradição e cultura da localidade. As áreas centrais devem passar por um processo de requalificação que recupere, embeleze e estimule a convivência e o respeito à diversidade cultural em seus espaços. Toda a programação cultural desenvolvida nas áreas requalificadas deve permitir, ainda, o acesso democrático dos cidadãos da cidade e promover a irradiação de comportamentos culturais por toda a área urbana (MIRANDA, 2000, p. 109). Cabe-nos refletir se as programações culturais inseridas em tais espaços estão realmente promovendo o esperado pelo autor, ou se estão transformando-os em mais um produto da indústria cultural a ser consumido pelas classes favorecidas.

Sassen e Roost (2001, pp. 66-67) afirmam que as inovações tecnológicas e o menor controle estatal levaram as cidades a um crescimento significativo dos mercados internacionais da mídia e à globalização da indústria cultural e do entretenimento. Apoiados em estratégias de marketing, a indústria cultural passou a alimentar um comportamento consumista da população a partir de elementos culturais simbólicos da localidade ou do mundo. Segundo os autores, as diversas linguagens culturais como cinema, arte, teatro, música, televisão e mais recentemente, a internet, formaram uma espécie de sinergia *“tomando parte do círculo de consumo”*.

A indústria cultural e de entretenimento passou a assumir um papel fundamental na requalificação urbana em diversas localidades do mundo, pois de acordo com suas

necessidades de produção e de marketing, a apropriação de um espaço urbano emblemático para o sucesso de suas estratégias se via necessário. A presença e a concentração de edifícios ligados à história e à cultura da localidade seriam, portanto, a oportunidade ideal de promover a vitalidade e o consumo desejados pelos planejadores.

O reaproveitamento de edifícios sub-aproveitados que fazem parte do patrimônio da cidade está relacionado, segundo Miranda (2000, pp. 109-110), a uma política cultural implícita à requalificação, que favorece a disposição desses elementos para a população. No entanto, os tipos de usos que se podem fazer de tais espaços devem estar adequados, segundo a visão do autor, a serviços e atividades ligadas à informação e à cultura. A análise desse discurso nos remete a uma preocupação idealista de submeter o patrimônio requalificado a fins educacionais e culturais como uma justificativa às profundas transformações sócio-espaciais impostas a esses elementos. Mas a maior parte dos defensores da requalificação urbana aposta na diversidade multifuncional centralizada por atividades consumistas ligadas a cultura, turismo e lazer (SASSEN e ROOST, 2001, p. 72; BORJA, PORTAS, 2001, pp. 78-79; 127-128).

Guirardo (2002, pp.204-205) adverte, no entanto, que a refuncionalização do patrimônio requer alterações drásticas em toda a estrutura urbana das áreas requalificadas. Ao analisar as transformações oriundas do processo de requalificação de antigas áreas fabris na Itália, ressalta a necessidade de intervenções significativas ligadas à acessibilidade e de infraestrutura exigidas pelos novos usos. Tais intervenções, segundo a autora, comprometem o discurso e a lógica da requalificação na medida que alteram significativamente a composição e o interior do conjunto arquitetônico.

A refuncionalização do patrimônio, segundo Portas (2001, p. 128), é muitas vezes prejudicada pelos próprios mecanismos formais de preservação. Regras rígidas de manutenção dos edifícios e de apropriação do seu entorno dificultam a inserção de atividades desejadas pela requalificação. As alterações são necessárias, pois segundo o autor, o conjunto arquitetônico exibe uma representação simbólica para a sociedade e não os edifícios isolados.

Cabe-nos aqui, portanto, ainda que de forma breve, discutir a importância do patrimônio para a sociedade e seus mecanismos de proteção, de modo a analisar o papel da requalificação urbana nesse processo de “rearranjo” sócio-espacial das cidades atuais.

#### **4.2.1 – O Patrimônio Cultural Urbano e a Requalificação – Concepções, Resultados e Efeitos**

O patrimônio sempre teve importância significativa na vida das pessoas, uma vez que representa um pouco o passado e os valores da vida em sociedade. Embora sempre qualificado com adjetivos - histórico, cultural, urbano, natural - compreende-se como patrimônio o conjunto de bens materiais e imateriais ligados à cultura de uma sociedade (Choay, 2001, p.11). Camargo (2002, p.09) acrescenta ainda que o conceito de patrimônio inclui um sentido de herança, de sucessão que muitas vezes materializa a identidade de uma localidade.

Para Gonçalves (1988, p. 266), a construção de uma identidade nacional ou étnica sempre é, na maioria das vezes, alicerçada pela valorização política e ideológica do patrimônio como um conjunto de bens nacionais coletivos. A nação é pensada, segundo o autor, *“como uma unidade objetiva, autônoma, dotada de nítidas fronteiras territoriais e culturais e de continuidade no tempo”*.

Desta forma, objetos, edifícios, obras de arte e seu uso simbólico são apropriados para a construção de identidades coletivas ou nacionais, com a função de representar determinadas categorias culturais. *“Os chamados Patrimônios Culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico”* (GONÇALVES, 1988, pp. 266-267)

De todos os elementos responsáveis por esta representação identitária, os edifícios sempre assumiram uma importância considerável em relação aos outros elementos considerados patrimônios, uma vez que eram facilmente percebidos e frequentados por um número significativo de pessoas. Nesse aspecto, podemos citar as igrejas, os templos, os palácios e os mercados de diferentes épocas.

No entanto, a experiência de identificação, catalogação e ações voltadas à sua proteção aparecem somente a partir do final do século XVIII na França, uma vez que as ações de vandalismo e destruição de edifícios, obras de arte e espaços urbanos na Revolução Francesa fizeram com que inúmeros intelectuais se preocupassem com o dano causado com a destruição e, ao mesmo tempo, pensassem em alternativas que assegurassem a permanência futura dos edifícios considerados importantes por esta classe (Choay, 2001, pp.95-97).

Camargo (2002, pp. 18-19) ainda salienta que o surgimento de estratégias de proteção do patrimônio na França está associado à extinção da monarquia. Com a passagem dos bens da Coroa para o Estado, atribui-se ao estado republicano a responsabilidade de zelar e valorizar os bens - agora nacionais - e portanto protegê-los. Com a criação de um estado nacional, é inventado o conceito de patrimônio nacional<sup>13</sup>.

Das ações mais conhecidas e aplicadas na proteção do patrimônio está o tombamento. Esta ação, presente nas cidades até os dias de hoje, inclui uma série de atividades que classificam e destacam os objetos tombados dos demais existentes, protegendo-os de interesses particulares ou do vandalismo alheio. Choay (2001, pp. 98-100) aponta que as atividades que envolviam o tombamento dos monumentos históricos franceses no século XVIII e XIX exigiam o inventariamento de todos os objetos de valor

---

<sup>13</sup> No Brasil, a ação militante de alguns intelectuais brasileiros propiciou a criação na década de trinta do século XX do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN – hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN – que propunha a defesa dos grandes monumentos e obras de arte que constituíam a cultura brasileira (ARANTES, 1989, p. 13). A evolução das práticas de proteção do patrimônio serão discutidas mais detalhadamente no capítulo 10.

histórico, uma análise do estado de conservação de cada bem inventariado e a proteção integral do objeto independente de sua destinação final.

Esta prática, amplamente aplicada no período industrial, demonstrou de forma inédita a incorporação do sentido econômico ao patrimônio, uma vez que os novos conceitos de modernização acabavam por induzir práticas paradoxais em relação a esses elementos: por um lado a modernização exigia uma total renovação na paisagem urbana atendendo a objetivos econômicos; por outro lado, grupos dominantes elegeram bens a serem tombados e valorizados, agregando conseqüentemente um valor econômico a tais objetos.

O tombamento surge como um recurso que garante a manutenção de marcos referenciais significativos em determinado espaço urbano e se caracteriza como um processo autocrático e tecnocrático distante da participação popular. A atuação civil se limita à reivindicações para o tombamento de alguns bens simbólicos de interesse coletivo ou como instrumento de pressão política utilizado estrategicamente pelos órgãos de preservação (NIGRO, 2001, p. 78).

Em alguns países, no entanto, a valorização do patrimônio e o seu tombamento acabaram por acarretar novas condições a esses bens. No Brasil, por exemplo, a exigência da preservação integral dos edifícios tombados e a necessidade de sua conservação por práticas de restauração, acabaram por levar, às vezes, à própria desvalorização e ao abandono do patrimônio por parte de proprietários, empresários e do próprio Estado. A alteração das políticas de preservação do patrimônio se faziam necessárias para atender um processo considerado por Nigro (2001, pp. 48-49) como um “*processo de democratização do patrimônio*”.

Esse processo está calçado, segundo à autora, ao questionamento sobre a não participação direta dos setores sociais, sobretudo a população, nas decisões promulgadas pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio em relação aos bens selecionados para preservação e à sua representatividade como patrimônio cultural da sociedade.

A ampliação decorrente desse processo de democratização atinge níveis mais abrangentes de representatividade atribuídos ao de patrimônio, incluindo diferentes tipologias, agregando novas cronologias e ampliando sua projeção geográfica<sup>14</sup>.

Canclíni (1994, pp.95-96) reitera que os limites do conceito de patrimônio cultural devem ser ampliados e revistos incluindo expressões diversas que caracterizam determinada cultura. Essa redefinição do conceito deve atingir, segundo o autor, a natureza das políticas de preservação e conservação patrimonial, facilitando os usos sociais contemporâneos.

O Patrimônio se transforma num palco de disputa política, econômica e simbólica regida pelos agentes responsáveis por sua proteção, pelos investidores privados, pelos planejadores urbanos e pela população. As contradições no uso do patrimônio manifestam os conflitos existentes entre tais agentes (CANCLÍNI, 1994, p. 96).

A afirmação acima pode ser observada quando notamos as ações lideradas pelos agentes citados. A ação privada em relação ao patrimônio se caracteriza pela possibilidade de utilização direta de tais edifícios para fins econômicos, normalmente voltados ao turismo, cultura e lazer e também pelo valor imobiliário agregado ao valor simbólico desses elementos.

As ações estatais demonstram uma relação ambivalente em relação ao patrimônio. De um lado, o discurso adotado pelas políticas de proteção lideradas por instituições públicas enaltece o patrimônio cultural como um elemento integrador e formador da identidade nacional; por outro lado, a promoção mercadológica associada a estratégias de

---

<sup>14</sup> Da idéia de monumento histórico, surge o conceito de centro histórico para atualmente considerarmos o território urbano como objeto de discussão e inclusão nas políticas preservacionistas. O ideário territorial valoriza, acima de tudo, os usos inseridos nos bens patrimoniais como uma redescoberta e revalorização das dinâmicas urbanas de determinada sociedade (NIGRO, 2002, p. 51). Arantes (1989, p. 16) reitera essa reflexão ao afirmar que a existência do patrimônio se dá a partir do uso que os diferentes grupos sociais dele fazem.

desenvolvimento urbano remete à apropriação do patrimônio urbano como mercadoria, favorecendo as pressões privadas na utilização direta de tais bens.

Entretanto, a dualidade apresentada pelos mecanismos de preservação levou à ocupação marginal dos edifícios de relevância histórica e cultural. Uma população pobre e excluída se apropriou intensamente de áreas de significativa concentração de patrimônio até então ignoradas pelos interesses imobiliários locais. Ricas de manifestações culturais populares, essa população se fixou mediante a associação de suas manifestações culturais com esse espaço importante e desprestigiado.

Os conflitos ideológicos entre os agentes e a inoperância do estado numa mediação de interesse comum favoreceram o consenso em relação à necessidade de intervenção nessas áreas. Favorecido pela imagem veiculada pelos meios de comunicação em massa da indústria cultural, o patrimônio é espetacularizado, enaltecido e vinculado aos produtos de consumo locais e nacionais (CANCLÍNI, 1994, p.107). A proteção e a refuncionalização do patrimônio tornam-se símbolo de continuidade entre as tradições e a contemporaneidade.

Num momento em que as políticas preservacionistas se aliam às ações do planejamento urbano e o patrimônio se configura como um poderoso instrumento de gestão urbana, a requalificação surge como uma forma de conciliar os interesses de proteção do bem cultural à modernização das cidades. Baseadas na valorização de elementos urbanos que identifiquem determinados locais e culturas, a requalificação assume técnicas de adaptação e valorização de algumas formas originais do patrimônio para servir a uma nova função de interesse do sistema econômico contemporâneo.

Ortiz (1992, p. 136) enfatiza que as intervenções e criações espaciais da contemporaneidade procuram reabilitar os traços da história. A presença de elementos simbólicos do passado, como ruas, edifícios e monumentos representam, no discurso dos

defensores da “pós-modernidade”<sup>15</sup> a materialidade do processo histórico. O autor salienta que o próprio discurso do movimento dito “pós-moderno” deixa bem claro esta intencionalidade: “*É de novo possível aprendermos com a tradição e vincularmos nosso trabalho à finura e à beleza do passado*”<sup>16</sup>. Esse ideal poderia conciliar as formas do passado com as necessidades e usos do presente, pois segundo Paolo Portoghese *apud* Ortiz (1992, p. 136) “*o reconhecimento da validade parcial e relativa de todos os sistemas convencionais, desde que se aceite que pertencemos a uma rede policêntrica de experiências, todas merecendo serem ouvidas*”.

Castro e Santos (1996, pp. 92-93) ao analisarem o processo de requalificação da cidade espanhola de Salamanca, implantado em 1984, observam que as ações de proteção parcial do patrimônio e a readequação de seus espaços internos e de algumas áreas públicas propiciaram a integração do sítio histórico com o contexto da cidade, transformando-a num centro referencial de serviços culturais em escala regional.

Para Choay (2001, p. 211), no entanto, o patrimônio na contemporaneidade sofre um tipo de metamorfose de seu valor original para um valor econômico, mediada por enormes investimentos públicos e privados que objetivam o consumo e a vasta visitação.

As contradições existentes entre o discurso e a prática devem, portanto, ser melhor analisadas de forma a se verificar os resultados e efeitos do discurso da requalificação. A grande questão a ser considerada é se a busca de um efeito integrador sócio-espacial se consolida nos projetos e ações requalificadoras implantados ou se simplesmente tais ações perpetuam a continuidade da fragmentação e da exclusão urbana envolvida, neste caso, apenas por uma nova forma.

---

<sup>15</sup> Cabe salientar que o termo “pós-modernidade” é discutível, e que diversos autores (ORTIZ, 1992, p. 135, HARVEY, 1992, pp. 109-113) acreditam que as expressões sócio-culturais do período moderno ainda não teriam se esgotado.

<sup>16</sup> Frase do documento apresentado ao público na fundação do “movimento pós moderno” da Bienal de Veneza (1980) intitulado *Strada Novissima: A presença do Passado* (citado por ORTIZ, 1992, p. 136).

O sucesso dos programas de requalificação de áreas urbanas degradadas tem se mostrado de maneira evidente em diversas cidades que procuram se projetar no cenário mundial de cidades globais.

Vários exemplos mundiais e nacionais retratam essa iniciativa, como a cidade de Barcelona que, aproveitando os recursos financeiros e parcerias que os Jogos Olímpicos de 1992 proporcionaram, requalificou toda a antiga área portuária obsoleta e criou novos espaços de lazer, habitação e consumo aproveitando-se do cenário portuário tradicional que projetou a cidade durante vários séculos. Apresentando para o mundo uma série de ações, consideradas por seus idealizadores como inédita e de vanguarda, o modelo catalão de requalificação se propagou em diversas cidades européias e americanas e merece uma análise mais minuciosa que será realizada nos próximos capítulos deste trabalho.

Várias cidades americanas já haviam adotado o mesmo modelo, como as cidades de, Baltimore, Boston e Nova York. Baltimore, ao requalificar toda a sua orla marítima, introduziu na cidade um novo sentido de desenvolvimento, onde a história, a cultura, os eventos seriam os elementos principais do consumo, lazer e turismo da cidade (Harvey, 2002, pp. 89-95). Boston adotou a mesma estratégia. Nova York, por sua vez, requalificou espaços industriais abandonados criando novas formas de habitação - os denominados *lofts*<sup>17</sup> - que criaram um cenário ideal para os novos hábitos consumistas da geração *yuppie* que se instalava na cidade na década de oitenta do século XX. Alguns projetos de *gentrificação*<sup>18</sup> na antiga área portuária da cidade como o Projeto *Battery Park City* foram desenvolvidos, alterando totalmente as funções e a dinâmica sócio-espacial desta tradicional área.

---

<sup>17</sup>Os *lofts* se constituem em apartamentos ambientados em amplos edifícios comerciais ou galpões industriais abandonados, onde o restauro parcial da estrutura física e a modernização e sofisticação do interior revela um hábito de vanguarda e de valorização da cultura. O bairro do Soho em Nova York, compreende a maior concentração de *lofts* da cidade e é ocupada por artistas, profissionais liberais, "top models", lojas de decoração, galerias de arte e turistas.

<sup>18</sup> Outro termos utilizado para se referir à requalificação, envolvendo a implantação de uma nova dinâmica multifuncional a áreas que apresentam traços de degradação e perda de valor econômico (ARANTES, O., 2000, p. 31)

Aparentemente estas iniciativas requalificadoras adotaram princípios projetuais que valorizaram uma nova forma de integração sócio-espacial, mas cabe observar se os efeitos foram atingidos ou se apenas reforçaram o apelo consumista e espetacularizante de tais espaços. De modo geral, as novas formas incorporadas nesses locais foram agregadas aos valores de consumo local e os excluídos continuaram distantes desse processo.

Essa nova forma de intervenção influenciou cidades de países do terceiro mundo, como do Brasil. As cidades de Salvador e São Luís foram pioneiras nesse sentido quando requalificaram bairros de extrema importância histórica e cultural, como pode ser observado nas figuras 29 e 30. O bairro do Pelourinho, localizado na área central de Salvador – e objeto de análise desta pesquisa - consiste num excepcional acervo cultural composto por casario colonial, por igrejas barrocas e por monumentos datados do século XVIII. Este importante centro histórico foi exemplo do desprestígio e desprezo das áreas de relevância histórico-arquitetônica nas cidades brasileiras durante as décadas de setenta e oitenta do século XX.



Figura 29 e 30 - Centro Histórico de São Luís, MA e Centro Histórico de Salvador – Pelourinho, ambos requalificados.

Fonte – Fotos de Marcelo Sotratti, jan 2000 e jan 2005 respectivamente.

Impulsionada pelos altos financiamentos nacionais e internacionais, a requalificação do Pelourinho visou a revalorização da antiga área residencial através da transformação do bairro em área comercial e turística, onde o palco para as novas funções foi a antiga arquitetura colonial, devidamente restaurada e adaptada para novas e sofisticadas funções que compreendem hoje bares, lojas, pousadas, galerias de arte e centros culturais.

Com tais exemplos, observa-se que a requalificação urbana enquanto intervenção unificadora e identitária - colocações normalmente observadas nos discursos de vários urbanistas - revela situações bastante contraditórias. Inúmeros autores contemporâneos apresentam críticas severas acerca da valorização do cenário consumista presente nas áreas requalificadas. Hall (1995, p. 415), ao discutir a requalificação de áreas portuárias nos Estados Unidos, salienta que tais práticas reproduzem os modelos da espetacular *Main Street America* da Disneyworld, que recebe os visitantes com um espaço sadio, seguro, antigo e bem conservado, remetendo a uma cidade quase que imaginária, idealizada.

Tal análise demonstra que os novos espaços criados na requalificação não passam de verdadeiros cenários para uma nova forma de sociabilidade urbana e funcionam, segundo Arantes (1995, p. 143), como grandes vitrines publicitárias. Tais cenários despertariam, segundo a autora, um "espírito cívico", um "orgulho nacional", mas não necessariamente uma "vida pública integradora, democrática e identitária". Ortiz reitera tal colocação afirmando que a arquitetura requalificada se descontextualiza do seu sentido histórico original mas assume uma espécie de elemento articulador do passado e presente evidenciando símbolos nacionais (1992, p. 142).

Pode-se perceber que por trás desses novos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, apresentados como capazes de recuperar a identidade local, surgem novas paisagens com resultados repetitivos e distantes da identidade do lugar, embora a justificativa projetual enfatize a reintegração de tais áreas à cidade existente (Sanchez, 2001, pp. 165-166).

↘ No Brasil, observa-se uma tendência do planejamento turístico em criar novos espaços requalificados a partir da recuperação de áreas urbanas degradadas e excluir a população ali residente. Como exemplo, destacam-se o Pelourinho na Bahia, como já citado, o bairro de Iracema em Fortaleza, o centro histórico de Aracajú, Natal, João Pessoa, São Luís e as novas docas de Belém do Pará. Tais espaços apresentam uma repetição de formas que integram alta tecnologia à arquitetura tradicional, sempre apreciadas pela elite intelectual e econômica e frequentemente despercebida pelas populações marginais que muitas vezes habitavam tais locais.

↘ A arquitetura empregada nas áreas requalificadas permite aproximar o passado à nova tecnologia do futuro, num cenário perfeito para a contemplação e o consumo. A presença de elementos revalorizados do passado revela *"o fiasco de uma estratégia alternativa e mais modesta: deslocamentos mínimos, transformações discretas com repercussões de pequeno porte e (...) a escravização tátil do olhar à hiper-realidade imagética característica da paisagem metropolitana"* (Arantes, 1995, p.71).

↘ Essa paisagem idealizada do passado dá um sentido que, conforme salienta Luchiarì (2000, p. 25), confere a estas formas um grande espetáculo, *"onde o tempo é alheio à temporalidade local, as estruturas são permeáveis, isoladas por mecanismos de segurança e novas tecnologias"*.

Quando visitamos algumas áreas portuárias requalificadas observamos que alguns elementos restaurados ou revalorizados como antigas embarcações, objetos de navegação ou mesmo galpões portuários, permanecem no local sem evidenciar nenhuma função específica, ou seja, simplesmente complementam um cenário idealizado do passado, onde o consumo assume a função principal de algumas formas antigas e novas.

Esse fato pode ser justificado mediante a afirmação de Santos (1996, pp.77-78) de que a forma não se constitui simplesmente em algo que se refuncionalize. Segundo o autor *"as ações novas podem dar-se sobre velhos objetos, mas sua eficácia é assim, limitada"* uma vez que as áreas requalificadas, que demandam novas funções, incluem seguramente

mudanças morfológicas junto “aos novos objetos criados para atender a novas funções, assim como velhos objetos que permanecem e mudam de função”.

Intervenções de alta tecnologia, com uma arquitetura de vanguarda em meio a casarios e objetos restaurados ou semi-reformados, também são característicos de algumas áreas requalificadas. A requalificação da área portuária de Bilbao, na Espanha, situa o museu Guggenheim como símbolo da requalificação da cidade, onde a arquitetura simbólica do museu reintegra as peças desarticuladas do porto obsoleto, dando um novo sentido à dinâmica social e econômica local (Portas, 1998, p. 53).

Esta reflexão desvenda a intencionalidade e a inserção da requalificação urbana nas formas de produção sócio-espacial da cidade contemporânea que, num discurso utópico e contraditório de reintegração urbana, cria uma nova modalidade da cidade dispersa, apoiada num cenário nostálgico e idealizado do passado.

Cabe ainda discutir as novas funções atribuídas aos espaços urbanos requalificados, de forma a compreender as territorialidades estabelecidas pelos novos usos consumistas. Observa-se em tais áreas a formação de novas territorialidades baseadas nos princípios do receituário globalizante. A territorialidade urbana, conforme salientada por Santos (1993, pp. 108-110), resulta de modelos ideológicos ligados a desenvolvimento e modernidade, transformando funções urbanas tradicionais em espaços de interesses de grupos hegemônicos horizontais e verticais.

As cidades contemporâneas, denominadas por Santos como cidades corporativas, configuram territorialidades de maneira difusa, onde interesses econômicos verticais se contrapõem às reivindicações e formas de organização horizontais de modo bastante variado e competitivo. Estas novas territorialidades resultam numa proliferação complexa de sistemas de controle político-espacial e de referências espaciais locais que refletem a força dos grupos hegemônicos horizontais e verticais (HAESBAERST, 2001, p. 136).

Segundo Carlos (1999: 65), as novas territorialidades das grandes metrópoles – e nitidamente constatadas nas áreas requalificadas – são influenciadas hoje por uma nova atividade produtiva de consumo: o turismo e o lazer. O turismo enfatiza a transformação da paisagem urbana em mercadoria, cujo principal elemento de apelo ao consumo é a redefinição das singularidades espaciais urbanas. //

Essa afirmação é confirmada por Nigro (2001, p. 55), ao enfatizar que o turismo promove a valorização do patrimônio na tentativa de conciliar os interesses de mercado e as políticas de preservação. Para a autora, no entanto, as conseqüências dessa ambigüidade resultam na reprodutibilidade de um bem distinto que é o patrimônio, e fomentam uma imagem estereotipada de lugares e bens culturais.

Sassen e Roost (2001, p. 66) ponderam essa questão ao afirmar que o turismo moderno se concentra numa cena urbana dinâmica que caracteriza as cidades contemporâneas. Esse fato implicou, segundo os autores, numa participação surpreendente da indústria cultural nos projetos de requalificação urbana. //

Tais raciocínios nos levam a refletir que os espaços turísticos produzem novas territorialidades e novos pólos de atração externa e interna de poder em áreas criadas para o consumo, apoiadas na pseudo-realidade imagética já ressaltada por Arantes. Esse fato é o que justifica ser a atividade turística a função principal das áreas urbanas requalificadas. Espaços Turísticos como o Pier 39 em São Francisco, transformaram o ambiente portuário dos pescadores italianos do século XIX em um corredor de lojas e serviços turísticos que nada se relaciona com a história do lugar, mas que propiciam uma admiração e visitação contínua dos turistas que passam pela cidade. Dificilmente observa-se a presença da comunidade local frequentando esse espaço, compartilhando-os com os turistas.

Da mesma forma, a Potsdamer Platz em Berlim remete o turista a um futuro tecnológico, integrador e surpreendente de uma Alemanha reunificada. O “muro da vergonha” que ocupou o lugar durante várias décadas, se resume a pequenos fragmentos

estereotipados e transformados em painéis grafitados por jovens alemães que nem presenciaram o muro real.

A requalificação urbana valorizada pelo turismo introduz nessas áreas, segundo Luchiari (2000, pp. 35-43), cenários significativos do imaginário urbano moderno, dotados de “*signos, ritos e mitos*” que idealizam o espaço urbano utópico que a mídia e a propaganda veicula. O descolamento de tais áreas com o entorno revela a imprudência dos urbanistas em expor as fragilidades de uma requalificação isolada e impermeável à diversidade social local.

O turismo potencializa a imagem da pseudo-reintegração da cidade fragmentada, da reconstrução da identidade local e da promoção do lazer público através de uma paisagem idealizada e estruturada para os objetivos competitivos das cidades globalizadas. Os cenários requalificados das cidades se reproduzem e se padronizam na mesma velocidade que as redes de fast-foods ou painéis publicitários que invadem o espaço urbano, e ainda se revelam como o cartão postal de uma cidade que respeita sua identidade.

A reprodução de espaços requalificados para o turismo acaba por resultar num efeito contrário ao seu propósito, ou seja, ao invés de reforçar a identidade local e valorizar a cultura cria mais um espaço turístico monótono onde o consumo banaliza o diferencial e apressa o abandono de tais áreas pelo próprio turista. Cafés, restaurantes, centros de compra, centros culturais adaptados numa arquitetura antiga “modernizada” são frequentemente observados em tais locais. Ainda, os espetáculos culturais tradicionais são formatados para atender ao novo público turístico, limitando a população local a meros figurantes e personagens curiosos que circulam pelo local em busca de dinheiro.

Dessa forma, o risco de impor aos espaços urbanos requalificados o estigma de espaços-modelos mitificados pelo turismo pode resultar em conflitos sociais que reforçam as diferenças e as intencionalidades dos grupos dominantes. Moura (2001, pp. 214-215) afirma que as representações que se impõem nas disputas sócio-espaciais não absorvem a complexidade da diversidade social e se constroem mediante intencionalidades que se

sobressaem perante a heterogeneidade de agentes e segmentos, obscurecendo interesses que não os próprios. Percebemos que esses locais induzem ao desejo de criação de modelos<sup>19</sup> que reproduzem simbolicamente e parcialmente as relações da sociedade – característicos dos espaços requalificados – mas na realidade acabam produzindo uma realidade virtual que se apresenta como verdadeira.

Em contrapartida, as fragilidades e os riscos expostos pelos projetos de requalificação urbana não tardarão a aflorar o esgotamento da eficácia do discurso e da aceitação da imagem (Moura, 2001, pp. 233) e, nesse caso, mostrarão evidentemente que as novas formas espaciais idealizadas, aliadas à complexidade das forças e interesses sociais, tendem a desconstruir o mito.

Tais questões incitam a uma reflexão mais profunda e minuciosa sobre o conceito e a apropriação dos espaços requalificados. O entendimento das novas territorialidades, da imagem paisagística idealizada e das reais relações sociais existentes em tais áreas, contribui para as discussões que evidenciam o distanciamento desses locais de uma nova ordem urbano-espacial contemporânea.

Esta reflexão poderá ainda auxiliar a elaboração das bases que norteiam o planejamento urbano e turístico, uma vez que a tendência em imitar modelos de consumo e de desenvolvimento urbano pode não ser adequada a determinadas realidades sócio-econômicas (Luchiari, 2000, pp. 35-43). (Desta forma, cabe a esta pesquisa apresentar as principais intervenções realizadas em algumas cidades que utilizaram a requalificação como elemento de promoção e valorização de seus espaços.)

---

<sup>19</sup> Cabe ressaltar a necessidade da construção da imagem como um outro elemento necessário para a sustentação do modelo sobre o imaginário da população. A imagem urbana construída transforma o imaginário da cidade, instalando nos espaços fragmentados o desejo de uma nova ordem espacial baseada na paisagem urbana estetizada pela requalificação. Para melhor compreender a influência da imagem nas cidades, ver KLEIN, Naomi. *Sem Logo: A Tirania das Marcas num Planeta Vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

## Capítulo 05. - A Requalificação Urbana como Estratégia de Desenvolvimento Urbano: o Modelo de Barcelona

<sup>10</sup> O sucesso da requalificação urbana como estratégia de desenvolvimento urbano se deve às ações realizadas na cidade de Barcelona para sediar os Jogos Olímpicos de 1992. Pensado de maneira estratégica, o Projeto Olímpico elaborado procurou incorporar toda a infraestrutura necessária para a realização dos jogos na dinâmica urbana local e assim criar uma imagem de cidade modernizada e preparada para as novas exigências do mercado internacional. <sup>11</sup>

A projeção nacional e internacional de Barcelona como uma cidade sempre pronta a se modificar e se inserir no quadro das principais cidades mundiais está relacionado, segundo Sanchez (2003, p. 214), à permanente luta de auto-afirmação da cultura catalã dentro da Espanha e da própria Europa. Em todo seu processo de evolução urbana observam-se intervenções de vanguarda, marcos arquitetônicos diferenciados e apoio massivo da população local nos processos de gestão pública local. <sup>12</sup>

<sup>13</sup> Como principal sede portuária da península ibérica na Idade Média, Barcelona construiu uma cidade onde as formas resultantes das transformações sócio-espaciais promovidas pelo seu processo histórico permaneceriam como documento vivo da importância cultural e tecnológica que a cidade representou ao longo de sua existência. <sup>14</sup>

<sup>15</sup> O centro tradicional, com uma majestosa arquitetura gótica seria envolvido, de acordo com Gargallo (2000, p. 22), por uma expansão modernista e elegante decorrente do desenvolvimento industrial do século XIX. Tal afirmação se refere à preocupação da cidade em manter sua arquitetura original preservada num momento de necessária expansão territorial. <sup>16</sup>

A expansão territorial do espaço urbano que Barcelona sofreu devido à sua importância como cidade industrial e portuária permitiria, segundo Mariscal (2000, p. 15), inserir a cidade nos padrões urbanísticos desenvolvidos pelas principais cidades do mundo. Influenciado pelo urbanismo francês de Haussmann, o urbanista catalão Ildefons Cerdá<sup>20</sup> desenvolveu um projeto de expansão urbana baseado em quadras fechadas circundadas por ruas ortogonais e avenidas diagonais (Figura 31). Preocupado com o efeito estético de sua intervenção, Cerdá valoriza a arte catalã nas fachadas dos edifícios, fortalecendo a imagem da originalidade e expressão da cultura local. \ \ \



Figura 31 - Visão aérea da região projetada por Ildefons Cerdá. Observa-se as quadras fechadas e seus jardins internos.

Fonte – Barcelona, 2000, p. 86.

---

<sup>20</sup> Inspirada no urbanismo francês haussmaniano, o Projeto do Ensanche de Barcelona, idealizado por Ildefons Cerdá em 1859, consiste na construção de quadras fechadas e dotadas de pequena praça interna de alto padrão estético e paisagístico. O enorme tabuleiro de xadrez previsto seria interceptado, no entanto, por extensos boulevares transversais e diagonais. A extensão do projeto de Cerdá envolve e preserva todo o antigo bairro gótico, mas divide o bairro antigo através de um novo boulevard que mais tarde se tornaria um símbolo urbanístico da cidade – as Ramblas (BENÉVOLO, 1993, pp. 607-608).

Dos edifícios mais emblemáticos existentes na área projetada e executada por Cerdá ressaltam-se aqueles projetados pelo famoso arquiteto Antoni Gaudí<sup>21</sup> (Figura 32). Utilizando volumetria, cores e texturas bem peculiares, Gaudí se transformou num dos maiores ícones da arquitetura mundial e sua obra esteve associada principalmente à cidade de Barcelona. O desenvolvimento industrial vivenciado pela cidade possibilitaria ainda a construção de diversos parques públicos, boulevares elegantes para compras e grandes monumentos.



Figura 32  
Casa Batlló, projetada por Antoni Gaudí. Essa obra representa uma síntese do trabalho de Gaudí, evidenciando suas formas e texturas.  
Fonte -Barcelona, 2000, p.78.

---

<sup>21</sup> Considerado um dos maiores arquitetos da história, Antoni Gaudí i Cornet (1852-1926) foi o criador de uma arquitetura plena de linhas curvas e estruturas de inspiração orgânica. Seu trabalho é marcado pelas detalhadas maquetes de suas obras que lhe permitiam uma visão global e precisa do conjunto. Seus trabalhos mais marcantes se encontram localizados em Barcelona como a Igreja da Sagrada Família (obra inacabada), a casa Millá, a casa Batlló e Parque Guell. Para mais detalhes ver o site: Gaudí – La Fantasia Hecha Piedra. Disponível em:< <http://www.ctv.es/USERS/ags/GAUDI.htm>>.

No entanto, a afirmação de Barcelona como capital catalã e como centro econômico e cultural da Espanha vai se enfraquecer com a ascensão do regime ditatorial de Franco e a retomada da centralidade econômica pela capital do país, Madrid. O complexo fabril da cidade de Barcelona entra em decadência e o porto perde sua vitalidade. As dificuldades econômicas e a baixa auto-estima da população se refletem na paisagem e no espaço urbano. Os monumentos apresentam-se em estado de degradação e o desemprego torna-se comum (SANCHEZ, 2003, pp. 216-217).

Com a retomada da democracia espanhola, já na década de setenta do século XX, Barcelona centraliza os movimentos catalães de fortalecimento da cidadania através da participação da população nas propostas relativas às novas políticas urbanas que conduziriam ao desejado redensolvimento da cidade.

Em 1979 foi desenvolvido o Plano Geral Metropolitano, que concentrava diretrizes territoriais para toda a região metropolitana de Barcelona através de ações baseadas na aquisição de áreas industriais desativadas para demandas sociais de habitação e implantação de equipamentos urbanos e espaços públicos. O urbanismo reformista e redistributivo, conforme afirma Sanchez, seria transformado num urbanismo estratégico e neoliberal com a candidatura de Barcelona para sediar os Jogos Olímpicos de 1992 (SANCHEZ, 2003, pp. 220, 230).

A oportunidade de atrair investimentos estrangeiros e fortalecer a imagem de Barcelona como destino cultural e turístico da Europa fez com que a municipalidade reorientasse seu projeto para se aliar aos interesses do comitê olímpico, das empresas multinacionais e da própria população local.

Uma equipe de urbanistas catalães, coordenada pelo arquiteto Oriol Bohigas<sup>22</sup>, apresentou uma proposta inovadora em termos de projeto olímpico, uma vez que propunha

---

<sup>22</sup> Cabe ressaltar a liderança política de Pasqual Maraguall e a participação dos urbanistas catalães Jordi Borja, Juan Busquets e Manuel de Solá-Morales na elaboração e desenvolvimento do Projeto Urbanístico de Barcelona para os Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992.

a inserção dos equipamentos esportivos dentro da malha urbana existente e previa seu reaproveitamento após o término dos jogos. De forma estratégica, a descentralização das intervenções e seu poder de transformação do entorno começa a reforçar a marca do processo de requalificação urbana lançada por Barcelona.

Para Borja e Castells (1997, pp. 253-259) a descentralização estratégica das intervenções favoreceria o aparecimento de novas centralidades e exigiria uma ampliação dos sistemas de comunicação entre as diferentes áreas da cidade. Da mesma forma, as novas centralidades possibilitariam novas formas descentralizadas de gestão urbana, com maior participação dos cidadãos e maior poder de atração de investidores locais e estrangeiros.

Borja (1993, pp.124 – 131) considera a descentralização da gestão pública em diferentes unidades do território urbano uma ferramenta importante no processo de desenvolvimento das cidades contemporâneas. Para o autor, a descentralização permite a elaboração de projetos estratégicos de grande importância para a escala local e facilitam ainda a participação comunitária e a adoção de mecanismo de gestão partilhada entre o poder público e investidores privados. Esse modelo de gestão urbana, associada às pluricentralidades das grandes metrópoles mundiais, vem sendo adotado com força significativa nas políticas urbanas de cidades da Europa e da América Latina, inclusive no Brasil.

Alguns autores, no entanto, afirmam que a desconcentração de atividades provocada por novas centralidades e seus consecutivos mecanismos de descentralização gerencial assumiram um caráter de fetichismo no processo de desenvolvimento regional e metropolitano (TINOCO, 2001, pp.56-57). Segundo o autor, o fetichismo da desconcentração e descentralização mascara os processos intra-competitivos gerados pelos novos centros e ressalta o efeito de fragmentação da cidade ou região (2001, pp. 62-63).

Para o processo de modernização de Barcelona, no entanto, a criação de novas centralidades não competitivas e complementares seria favorecida pela requalificação de

áreas estratégicas isoladas entre si que uma vez integradas, provocariam um efeito difusor de desenvolvimento (BORJA e CASTELLS, 1997, pp.248-249).

### 5.1 – As Grandes Intervenções Urbanas Implantadas no Projeto Olímpico

O projeto urbanístico desenvolvido por Barcelona elegeu quatro áreas emblemáticas do ponto de vista social, econômico, histórico e simbólico da cidade: o porto velho e a antiga área industrial da cidade, um recurso paisagístico marcante na costa litorânea da cidade até então desvalorizado – o *Mont Juic* e duas áreas periféricas de alta densidade populacional e graves problemas sociais, denominadas *Diagonal* e *Vall D'Hebron* (Figura 33).

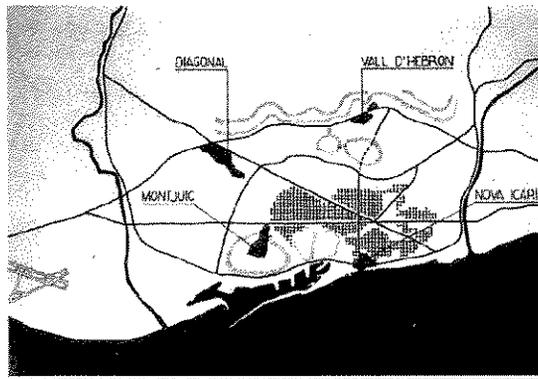


Figura 33 - Planta de Barcelona mostrando as quatro áreas escolhidas no Projeto Olímpico.  
Fonte - Guirardo, 2002, p.233.

Para a articulação dessas novas centralidades estrategicamente localizadas, um moderno sistema de vias expressas radiais e perimetrais foi construído e uma rede de transporte público intermodal – trem, ônibus e metrô foi implantada de forma a integrar todos os pontos da cidade e viabilizar a proposta de modernização urbana (BORJA e CASTELLS, 1997,p.253).

A antiga área do Porto Velho foi totalmente remodelada: edifícios portuários significativos foram restaurados e refuncionalizados, galpões foram removidos, monumentos revalorizados e novos edifícios foram inseridos. A proposta para área foi

baseada num processo de requalificação alicerçado na multifuncionalidade: lazer, turismo, restaurantes, cultura e comércio local (Figura 34). A nova centralidade proposta para o antigo Porto Velho favoreceria, segundo os urbanistas responsáveis, toda a vitalidade do centro gótico localizado em seu entorno (SANCHEZ,2003, pp. 239-246; GUIRARDO, // 2002, pp.232-237).



Figura 34 - Antigo edifício portuário do Port Vell, hoje convertido em centro cultural e gastronômico.  
Fonte - Barcelona, 2000, p.42.

Cabe ressaltar que as intervenções realizadas no Porto Velho foram significativas no fortalecimento do modelo Barcelona de desenvolvimento urbano (DEL RIO, 2001, p.04). A remodelação formal e funcional do Porto Velho e a implantação de vias expressas subterrâneas em toda a sua extensão propiciaram, segundo o autor, a recuperação do *waterfront*<sup>23</sup> – espaço de forte apelo simbólico na cidade, como pode ser observado na Figura 35. Para Del Rio, a revalorização dos *waterfronts* de antigas cidades portuárias

---

<sup>23</sup> O termo *waterfront* se refere às áreas em frente ao mar que se encontravam obstruídas por complexos portuários e industriais antigos, como grandes galpões, estaleiros, piers e estradas de ferro para transporte de carga (DEL RIO, 2001, pp.03-04).

possibilita uma alteração marcante nas relações dos indivíduos com o seu tempo de lazer e sua ligação afetiva com a cidade (2001, p. 04).

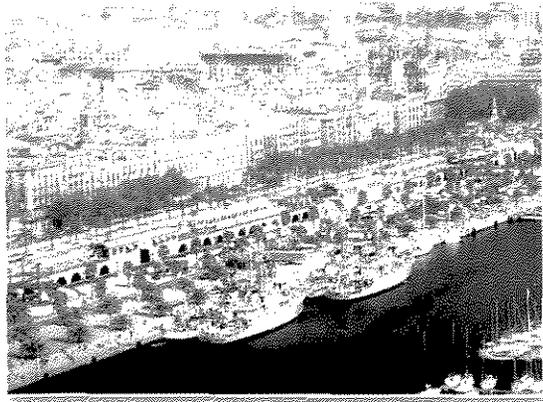
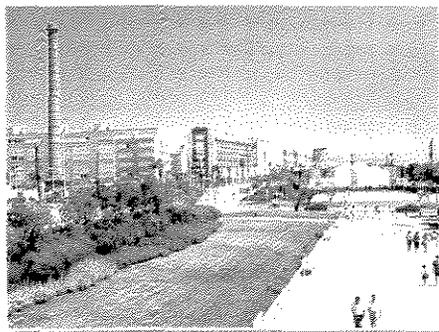


Figura 35 - *Waterfront* recuperado a partir da requalificação do antigo porto. Observa-se a adequação das vias expressas com o uso lúdico no grande boulevard implantado. Fonte - Barcelona, 2000, p.42.

As intervenções urbanas de recuperação do *waterfront* se estenderam até a antiga área industrial da cidade, integrando alguns pequenos bairros tradicionais e favorecendo a implantação de uma futura área residencial de alto padrão: a Vila Olímpica. Projetadas para alojar os atletas durante os Jogos Olímpicos, as edificações e equipamentos construídos na Vila Olímpica foram planejados para serem vendidos à população após os jogos. Recuperação da antiga faixa de areia da praia, presença de uma marina, existência de diversos estabelecimentos comerciais e diversidade arquitetônica dos edifícios compunham os ingredientes ideais para o sucesso do empreendimento (SANCHEZ, 2003, p.244), como ilustram as Figuras 36 e 37.



Figuras 36 e 37- À esquerda, vista parcial da Vila Olímpica, hoje bairro residencial de médio-alto padrão. À direita, marina particular em frente ao bairro da Vila Olímpica. Fonte - Barcelona, 2000, p. 44.

Os grandes edifícios monumentais destinados aos principais jogos esportivos do evento foram construídos sobre uma colina desabitada junto à costa: o *Mont Juic* (Figura 38). Após os Jogos Olímpicos o local se transformou num grande parque temático de caráter cultural, esportivo e turístico, reunindo museus, ginásios e estádios para grandes eventos esportivos e artísticos bem como espaços para feiras e congressos. Guirardo (2002, pp. 234-235) salienta que as intervenções realizadas no Mont Juic também tiveram um apelo simbólico que reforça o modelo de requalificação de Barcelona. A autora ressalta que as linhas arquitetônicas adotadas no local variaram do estilo “*high-tech ao historicismo*”, ou seja, elementos de alta tecnologia se mesclaram com reproduções de fachadas clássicas.

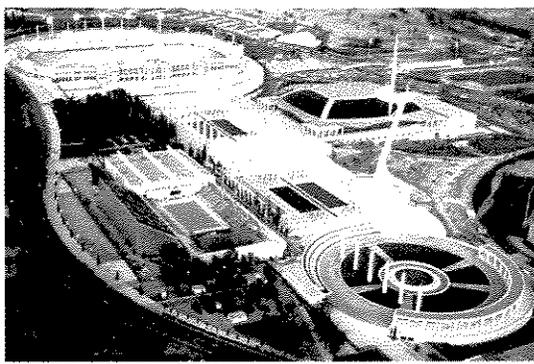


Figura 38 - Vista aérea do *Mont Juic* – área onde se concentraram os grandes equipamentos olímpicos. Hoje o espaço constitui um grande parque cultural.  
Fonte - Barcelona, 2000, p. 114.

O teor mercadológico do projeto de Barcelona foi atenuado, no entanto, pelas intervenções realizadas no *Vall D'Hebron*. Localizado na periferia e com graves problemas sociais e infraestruturais, os equipamentos esportivos foram convertidos em centros culturais e esportivos coletivos e a segunda Vila Olímpica construída nessa área foi destinada à habitação popular (BARCELONA, 2000, pp.148-149). Observa-se que mesmo existindo uma preocupação social no projeto realizado, estas ações se limitaram a áreas de desinteresse do mercado de investimentos e de apropriação turística.

A outra área periférica -a Diagonal- foi estrategicamente reformulada para abrigar um novo centro financeiro e de negócios com enorme poder de atratividade para o mercado

internacional. Edifícios com alta tecnologia construtiva, shopping-centers e centros empresariais foram estrategicamente localizados ao longo das vias expressas radiais e perimetrais que convergem à área. <sup>11</sup>

A projeção mundial da estratégia de requalificação urbana empregada pela cidade de Barcelona é justificada pelas ações promocionais e pela participação dos urbanistas catalães em diversos projetos estratégicos espalhados pelo mundo.

## **5.2 – A Difusão do Modelo Barcelona de Desenvolvimento Urbano**

<sup>12</sup> Apoiados na imagem de uma cidade totalmente renovada após uma intervenção de caráter modernizador e ao mesmo tempo mantenedor da história e tradições catalãs, Barcelona adotou uma política de marketing baseada na cooperação entre cidades que ansiavam por uma completa renovação urbana. <sup>13</sup>

<sup>14</sup> O nascimento do movimento EUROCIDADES, liderado pela capital catalã, nasce com o objetivo de configurar uma rede cidades que busca, através da troca de experiências e desenvolvimento de projetos estratégicos, alcançar um nível diferenciado em termos de qualidade urbana e infraestrutura adequada aos interesses do mercado internacional. Naturalmente, o emprego do planejamento estratégico como lógica de organização sócio-espacial e as iniciativas de gestão partilhada e marketing público se difundiram amplamente na rede de cidades européias formadas e a imagem de Barcelona como fonte inspiradora de tais iniciativas se fortaleceu (SANCHEZ, 200, pp. 312-313). <sup>15</sup>

Da mesma forma, a participação constante dos urbanistas catalães em projetos estratégicos de requalificação urbana em algumas cidades da América latina propiciou um consenso sobre a importância desse modelo no desenvolvimento das grandes cidades do hemisfério sul. Foi criado em 1993, na cidade de Barcelona, um centro de apoio ao

desenvolvimento estratégico das cidades ibero-americanas – o CIDEU<sup>24</sup> – com o objetivo de formar uma rede de cidades ibéricas e latinoamericanas prontas a desenvolver projetos e trocar experiências de gestão urbana. O CIDEU vem desenvolvendo atividades que incluem desde assessoria técnica direta à elaboração de projetos urbanos até promoção de eventos acadêmicos e técnicos sobre novas formas de gerenciamento urbano. A referência máxima do CIDEU é a experiência acumulada pela cidade de Barcelona e mais uma vez o modelo Barcelona de desenvolvimento urbano se afirma no quadro de cidades mundiais.

Hoje participam do CIDEU mais de cinquenta cidades de países latino-americanos e da Espanha. O CIDEU conta com a participação de 08 cidades brasileiras, destacando importantes cidades do país como Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador. Vários projetos de requalificação urbana em áreas de importância histórica e cultural foram desenvolvidos com o apoio do CIDEU nos últimos anos e isso comprova a hegemonia catalã na forma de pensar a cidade, como assinala Vainer (2000, pp.92-93).

Arantes (2000, p 58) declara que o modelo Barcelona praticamente foi imposto como um receituário de sucesso às cidades mundiais e a busca de grandes eventos geradores de oportunidades, como os Jogos Olímpicos, se tornaram a missão primeira na política urbana dessas localidades.

É inegável o poder de transformação de Barcelona a partir do projeto olímpico desenvolvido. Da mesma maneira, as novas formas de gestão urbana empregadas demonstraram resultados satisfatórios para uma cidade onde a cultura tradicional sempre se manteve presente e fortalecida. A questão a ser pensada é que a exportação de fragmentos urbanos para culturas extremamente diversificadas, com intensa desigualdade social e lideranças políticas historicamente comprometidas com os interesses das elites – como nos países subdesenvolvidos - pode não responder aos efeitos observados em Barcelona.

---

<sup>24</sup> CIDEU – *Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano*. Para conhecer seus objetivos, suas atividades, as cidades que compõem o Centro e seus principais projetos urbanos desenvolvidos, ver site oficial. Disponível em: <<http://www.cideu.org>>.

O posicionamento de Barcelona, como uma cidade que se modernizou e inovou a forma de pensar o urbano, continua a influenciar as atuais gestões urbanas e os pesquisadores acadêmicos. A auto-afirmação catalã como modelo de desenvolvimento vem se ampliando continuamente através de novos planos e projetos na cidade.

Ampliando sua ação estratégica, Barcelona elaborou recentemente um plano de gestão urbana<sup>25</sup> com projeção de ação para dez anos (Figura 39). O teor do plano elaborado abrange os mecanismos de gestão participativa e descentralizada empregada pela cidade na ocasião dos Jogos Olímpicos. Da mesma forma, estabelece as metas de desenvolvimento urbano e qualidade dos serviços públicos municipais e aponta de forma clara a requalificação urbana como a melhor forma de intervir nos espaços da cidade (BARCELONA, 2002, pp. 36-37).



Figura 39 - Área contígua ao bairro da Vila Olímpica onde será implantado o projeto de requalificação para sediar o Fórum Universal das Culturas. Fonte - Orciuoli, 2003, p. 36.

---

<sup>25</sup> *Plan de Innovación Municipal* (BARCELONA, 2002).

Dos novos projetos elaborados destaca-se a continuidade da intervenção na faixa costeira, numa antiga área degradada junto ao bairro da Vila Olímpica. Projetada para sediar o Fórum Universal das Culturas, a requalificação urbana desta área previu a instalação de complexos que atendam ao grande evento e ao mesmo tempo se integrassem às intervenções anteriormente realizadas.

O projeto se preocupou, da mesma forma que na época dos Jogos Olímpicos, com que toda a infraestrutura construída para o evento fosse reutilizada e incorporada à dinâmica urbana local. Toda a intervenção foi pensada para a formação de uma nova centralidade de múltiplos usos, com residências, comércio local e regional, equipamentos culturais, complexos turísticos e extensos parques públicos. A idéia central do projeto foi de adequar os princípios da requalificação urbana com os ideais da sustentabilidade ambiental na cidade. Sistemas com alta tecnologia foram desenvolvidos para minimizar impactos ambientais, como tratamento de esgotos, aproveitamento de energia e água e coleta seletiva de lixo (ORCIUOLI, 2003, pp. 36-37).

Provavelmente, as novas tecnologias de gestão ambiental adotadas nesse projeto desenvolvido por Barcelona serão incorporadas ao modelo de desenvolvimento urbano já tão aceito por inúmeras cidades do mundo. Cabe, neste momento, analisar a influência da requalificação em alguns projetos desenvolvidos por cidades européias, americanas e brasileiras.

## **Capítulo 06. – A Influência da Requalificação Urbana nas Cidades Contemporâneas: o Caso Europeu e Americano**

Inúmeros projetos de requalificação urbana podem ser analisados à luz do receituário difundido por Barcelona. No entanto, a prática de requalificação já havia sido adotada por algumas cidades européias e americanas mesmo antes do lançamento mundial do Modelo Barcelona de requalificação. A preocupação em reverter o quadro de degradação de áreas centrais importantes e ao mesmo tempo proteger e refuncionalizar o patrimônio existente com atividades que se adequassem aos interesses do capitalismo tardio motivou cidades como Londres, Boston, Baltimore, São Francisco a desenvolverem projetos estratégicos.

Obviamente, com o sucesso da estratégia de marketing empregada pela capital catalã e o aparente desenvolvimento urbano da cidade, a requalificação se estende a diversas cidades européias e inúmeras cidades latino-americanas: Berlim, Lisboa, Bilbao, Rotterdam, Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, São Luís e Recife são alguns dos inúmeros exemplos.

Os projetos desenvolvidos em tais cidades apresentam soluções muito parecidas e efeitos esperados comuns entre si. A lógica da requalificação se cristaliza e se torna uma linha projetual fechada de intervir em alguns espaços da cidade. O patrimônio restaurado se torna o cenário perfeito para as múltiplas atividades de consumo, lazer e cultura. A população local muitas vezes é expulsa de tais áreas ou é induzida a freqüentá-la por exigência das atividades ali existentes.

Projetos de caráter mais preservacionistas se alternam àqueles de caráter mais inovador, mas a receita da convivência do antigo e do novo deve estar presente de forma clara nas áreas requalificadas. O turismo se concentra nesses locais valorizando uma representação cultural reproduzida pela requalificação. O efeito monótono dessas representações vem provocando alguns esvaziamentos sazonais ou mesmo permanente em

algumas de tais áreas. Novos projetos de requalificação e novas estratégias para atração de investidores são realizados e o ciclo continua. Os espaço urbano e a paisagem urbana se transformam em objetos de negociação e de venda e as estratégias de marketing se tornam mais sofisticadas. O que era novidade se torna obsoleto.

Para verificarmos tais efeitos, é fundamental analisarmos a lógica permanentemente usada pela requalificação em algumas cidades mundiais. Esta pesquisa elegeu alguns exemplos significativos e estudados por pesquisadores: as áreas históricas e o porto de Lisboa, o porto de Baltimore e o projeto do Battery Park em Nova York.

### **6. 1 – A Requalificação da Lisboa Antiga e o Parque das Nações**

Arrasada economicamente com a política autoritária e ditatorial de Antonio Salazar, Lisboa estreia seu período democrático com inúmeros problemas urbanos. Como um dos países mais atrasados da Europa, as áreas portuárias e industriais portuguesas não eram suficientemente estruturadas para competir com as outras cidades da Europa. Aceita pela comunidade Européia em 1988, Lisboa se prepara, no entanto, para se inserir na rede européia de cidades. Realiza um Plano Estratégico de reestruturação econômica e urbana baseado na requalificação de seus centros históricos e modernização de sua infraestrutura (LARROUNY-ESTEVENS, 1991, pp. 68-69).

Impulsionada pelas ajudas financeiras advindas da comunidade européia, a cidade inicia seu processo de requalificação e modernização. As primeiras iniciativas se basearam na implantação de uma infraestrutura viária moderna e um amplo sistema de transporte público que interligasse setores sócio-econômicos da cidade. Em seguida, a requalificação dos bairros históricos foi o ponto de partida para uma estratégia mais ambiciosa: sediar a Exposição Universal de 1998.

Através de parcerias entre o setor público e privado, toda a área histórica da cidade baixa e do bairro do Chiado foi refuncionalizada. Os edifícios de importância histórica e cultural foram totalmente restaurados e novas funções foram introduzidas no velho centro como comércio local sofisticado, hotéis, agências de turismo e centro gastronômicos e de lazer, conforme ilustra a Figura 40. Para Zanchetti (2003, p. 101) a requalificação urbana foi a base da valorização econômica e turística da área. As conseqüências sociais, no entanto, não foram mensuradas.



Figura 40 - Perspectiva da rua Augusta na cidade baixa de Lisboa. Os edifícios históricos restaurados são ocupados hoje por comércio turístico e comércio local de médio-alto padrão.

Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan 2002

Os bairros populares e residenciais do entorno, como Alfama, Castelo e Bairro Alto vêm sendo alvo de um processo de requalificação mais específico. Zanchetti declara a existência de escritórios direcionados à requalificação nesses locais, com a finalidade de intermediar os interesses públicos, privados e a participação comunitária. A aprovação dos projetos de refuncionalização de edifícios e espaços públicos se dá mediante a ponderação dos escritórios e da câmara municipal (2003, p. 101). Em contrapartida, o efeito mercantilista resultante da requalificação da cidade baixa já vem influenciando fortemente tais bairros e o turismo e o lazer começa a se manifestar de forma mais evidente.

A retomada do turismo e a melhoria da situação econômica da cidade permitiu a aprovação do projeto de Lisboa para sediar a Exposição Mundial de 1998<sup>26</sup>. A exemplo de Barcelona, foi desenvolvido um projeto estratégico na área portuária e industrial obsoleta onde uma nova centralidade seria formada após o evento. Denominada Parque das Nações, a área requalificada para o evento compreendeu modernos complexos arquitetônicos mesclados com antigas estruturas portuárias que, após as atividades da Expo, se tornaria um grande parque de lazer, negócios, residências, cultura e turismo (Figura 41).

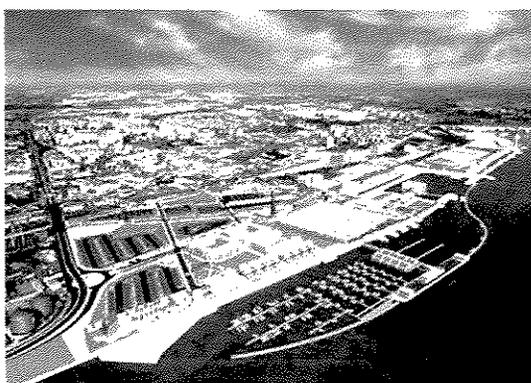


Figura 41 - Vista Geral do Projeto Parque das Nações desenvolvido para sediar a EXPO 98 – Lisboa.  
Fonte - Parque EXPO 98, site oficial, 1998.

A lógica da valorização do patrimônio local para a retomada da vitalidade desta área consistiu na principal estratégia adotada por Lisboa. A recuperação paisagística do *waterfront* e a implantação de um refinado sistema de gerenciamento ambiental seriam o pano de fundo para o sucesso das novas atividades implantadas na área. Elementos culturais com estreita ligação com o elemento água, como o Oceanário de Lisboa e o Pavilhão Atlântico, reforçariam a nova identidade criada para a área (Figura 42).

---

<sup>26</sup> Para maiores informações sobre o projeto ver site oficial. Disponível em: <http://www.parquedasnacoes.pt>.



Figura 42 - Vista das Instalações do Parque das Nações.  
Ao Fundo, Oceanário de Lisboa.  
Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan 2002.

A multiplicidade funcional da nova centralidade, como sugere o Modelo Barcelona, também foi inserida no projeto: significativa área residencial de médio-alto padrão, integrada com marina particular e centro empresarial dotado de infraestrutura de alta tecnologia, compõe o cenário e pode ser observada nas Figuras 43 e 44.



Figuras 43 e44 - Edifícios residenciais e marina na área do Parque das Nações.  
Fonte - Parque EXPO 98, site oficial, 1998.

## 6. 2 – A Requalificação Urbana do Porto de Baltimore, Maryland - EUA

A política de descentralização urbana vivenciada pelas cidades americanas no final da metade do século XX teve um grande impacto sobre a vitalidade das áreas centrais. A

implantação de áreas comerciais de grande apelo paisagístico – os suburbs –, associados a complexos de compra equipados e sofisticados – os malls –, levou os antigos centros a um processo de degradação sócio-ambiental marcante. As áreas portuárias, no entanto, mantinham certo dinamismo econômico, mas a degradação paisagística e a concentração de pessoas ligadas à violência e à prostituição aceleravam o processo de exclusão de tais áreas pela maior parte da população das cidades.

O Inner Harbour – porto tradicional de Baltimore – passou por esse processo, mas com um agravante: em 1956, uma crise política local levou o dinamismo econômico do porto a níveis críticos (McCLURE, 1991, pp. 56-57). Preocupada com o estado de degradação da área central, a câmara de comércio local começa se organizar para lançar uma ação significativa que revertesse o quadro de degradação que se instaurou no Inner Harbour.

Empresários americanos de diversas localidades começaram a perceber que, na nova lógica consumista, o comércio varejista possuía um papel fundamental na vitalidade urbana devido aos inúmeros usuários e serviços específicos atraídos por essa atividade. Aliado esse fato, o comércio varejista poderia adquirir formas mais amplas de atividades, não se restringindo a especificidades que levariam a uma setorização espacial nos moldes do modernismo funcionalista (DEL RIO, 2001, pp. 04-05).

No caso do *Inner Harbour*, a intervenção deveria ser estratégica e localizada, uma vez que planos urbanos usuais - como planos diretores - dependeriam de uma resposta mais natural das leis de mercado. Dessa forma, a câmara de comércio lança uma agressiva estratégia de marketing da recuperação da área baseada no patrimônio ali existente e na representação simbólica que aquele espaço urbano exercia sobre a cidade. Um projeto é encomendado em 1957 ao arquiteto David Wallace e este percebe que a utilização da estrutura antiga portuária e de algumas formas características dessa antiga atividade poderiam ser refuncionalizadas, compondo um cenário nostálgico e ao mesmo tempo dinamizado pelas novas funções de consumo. A lógica da requalificação urbana estava instaurada: refuncionalização do patrimônio, concentração de atividades de consumo e forte

Pelourinho se tornou o epicentro das primeiras intervenções de forma a fortalecer a imagem do Centro Histórico de Salvador recuperado.

Paralelamente, a área a ser recuperada na primeira etapa deveria permitir ainda a implantação de uma estratégia que fortaleceria a relação entre o Centro Histórico e a cultura baiana: as praças internas aos quarteirões destinadas a apresentações culturais e ao lazer. Observa-se pelas figuras 51 e 52 que os quarteirões eleitos nessa etapa foram aqueles que se localizavam nas proximidades do largo do Pelourinho e que, ao mesmo tempo, que apresentassem configuração espacial que permitisse a implantação de espaços abertos em seu interior.

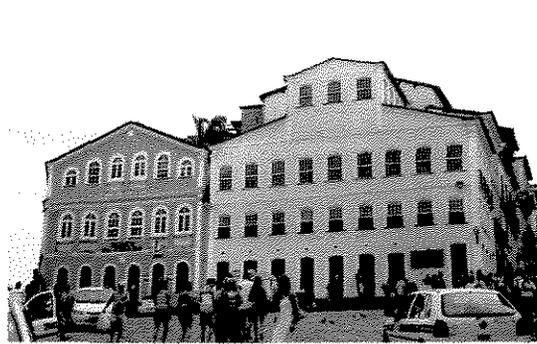


Figura 51 - Vista Geral do Quarteirão do Largo do Pelourinho recuperado na Primeira Fase do Programa. À direita, Fundação Casa de Jorge Amado. À esquerda, Museu da Cidade.

Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.



Figura 52 - Vista Geral do Largo Quincas Berro D'Água - praça interna criada na primeira etapa do Programa de Recuperação. Observa-se espaço para shows musicais e bares com mesas ao ar livre em toda a área da praça.

Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.

apelo de marketing público (DEL RIO, 1994, pp. 36-37). A Figura 45 apresenta a planta desenvolvida para o projeto de requalificação.

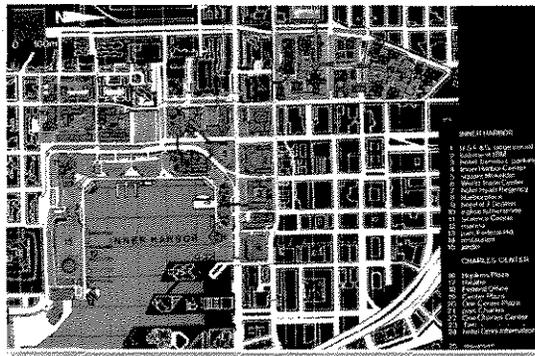


Figura 45 - Projeto de Requalificação do *Inner Harbour*, Baltimore, Maryland, EUA.  
Fonte - McClure, 1991, p. 57.

O início da implantação do Projeto teve início em meados da década de setenta do século XX e contou com a instalação de um complexo gastronômico, lojas diversificadas e grande espaços para eventos, shows e festivais. O *waterfront* foi remodelado e o porto passou a desenvolver passeios pelo mar e esportes náuticos (Figura 46). Rapidamente a área se tornou o principal pólo de lazer e turismo da cidade e isso possibilitou a ampliação da proposta. Torres de negócios, hotéis e espaços residenciais alternativos – como os *lofts* – destinados a jovens e artistas (DEL RIO, 1994, p. 39; McCLURE, 1991, p.56).

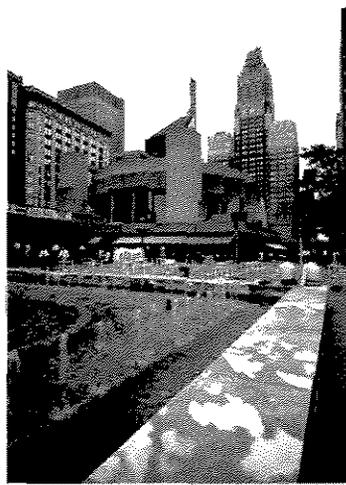


Figura 46 - Vista do complexo do Inner Harbour. Em destaque, o Morris Mechanical Theater.  
Fonte - McClure, 1991, p. 57.

O sucesso desse mega empreendimento elevou Baltimore a categoria de modelo a ser seguido. A recuperação do *Inner Harbour* e do *Waterfront* de Baltimore inspirou outras cidades portuárias a fazerem o mesmo. São Francisco, Boston e Nova York são os melhores exemplos.

Entretanto, o sucesso do mega empreendimento liberal e mercadológico lançado por Baltimore e apreciado por alguns autores (DEL RIO, 2001, 1994 e McCLURE, 1991) não foi um consenso. Alguns pesquisadores apontam questões conflitantes bastante evidentes nesse modelo. Harvey (2002, pp. 89-93) declara que a estratégia empregada na lógica da requalificação do porto de Baltimore teve o efeito de conter os movimentos revolucionários de âmbito social e étnico que cada vez mais se difundiam nas cidades americanas. Baseado na espetacularização da paisagem, como ressalta o autor, a civilidade e a diversidade étnica harmoniosa era evidenciada pelos festivais musicais e gastronômicos implantados nesses locais.

A feira pretendia celebrar a vizinhança e a diversidade étnica da cidade, que se deu ao trabalho de promover a identidade étnica (em oposição à racial). No primeiro ano (1970), ela recebeu 340.000 visitantes, alcançando, em 1973, quase dois milhões. Maior, mas, passo a passo, inexoravelmente menos “familiar” e mais comercial (os grupos étnicos começaram a lucrar com a venda da etnicidade), a feira se tornou a principal atração regular de multidões cada vez maiores para o centro da cidade, para assistirem a toda espécie de espetáculos” (HARVEY, 2002, p. 90).

O autor salienta que a repetição sucessiva observada em diversas cidades mundiais é decorrente do processo de desindustrialização e da reestruturação do capitalismo, restringindo a diversidade econômica e estimulando a competição entre as cidades por meio da centralização de atividades econômicas, financeiras e de entretenimento (HARVEY, 2002, p. 92).

Hall (1995, p. 413) afirma que as iniciativas requalificadoras empregadas nas cidades americanas alteraram sobremaneira a forma de se planejar o espaço urbano. O planejamento tradicional, visando a regulação do uso do solo e a orientação do desenvolvimento urbano, é substituído por visões estratégicas e indutoras de ocupação

através da gestão partilhada. Para o autor, Baltimore foi pioneira ao adotar essa lógica introduzindo ainda a base do processo de requalificação de áreas antigas: a adaptação do patrimônio a usos múltiplos através de técnicas de recuperação e reciclagem.

### **6. 3 – A Recuperação do *Waterfront* da Liberdade: o Projeto do *Battery Park City*, NYC - EUA**

Situada no extremo sul da ilha de Manhattan, a área que hoje compreende o *Battery Park* era ocupada basicamente por complexos industriais e galpões de estocagem ligados ao porto comercial da cidade. Formando uma enorme barreira visual no lado oeste da ilha, a área apresentava grandes conflitos com o imaginário da população e dos visitantes da cidade, uma vez que também se localizava próximo ao porto de chegada dos barcos que vinham de *Staten Island* (bairro insular de médio padrão), *Liberty Island* (onde se localiza a famosa estátua da liberdade) e da *Ellys Island* (antigo local de quarentena dos imigrantes, hoje museu da imigração) (McCLURE, 1991, pp.72-73).

O processo de desconcentração da atividade industrial e a ascensão da bolsa de valores da cidade facilitaram a apropriação de todo o sul da ilha por empresas financeiras e de serviços em geral. Nesse sentido, a renovação da antiga área industrial era estratégica e necessária. Os projetos de requalificação da área iniciaram no final da década de sessenta do século XX e, dentre eles, destaca-se àquele encomendado pelo então prefeito David Rockefeller.

Influenciado pelo urbanismo moderno de Le Corbusier, Rockefeller previa para a região do *Battery Park* uma enorme área residencial composta de edifícios verticais voltada às pessoas menos favorecidas da cidade. Com a recuperação do *waterfront*, o projeto social de Rockefeller previa um modelo ideal de habitação social (Figura 47). As pressões comerciais do entorno levaram, no entanto, ao abandono do projeto (CAREY, 2005).



Figura 47 - Projeto encomendado pelo prefeito David Rockefeller em 1966. O projeto previa extensa área residencial de cunho social onde as quadras seriam rodeadas por pequenas ruas e áreas de lazer comunitário.

Fonte - Carey, 2005.

A projeção da cidade como grande centro financeiro e comercial do mundo levou à realização de um outro projeto, já na década de oitenta, aos moldes da requalificação urbana contemporânea. Uma agência responsável pelo empreendimento – a *Battery Park City Authority* – lançou em 1979 um projeto empreendedor multifuncional que visava transformar totalmente a antiga imagem industrial e integrá-la à moderna área comercial que se expandia em seu entorno, conforme ilustra a Figura 48.

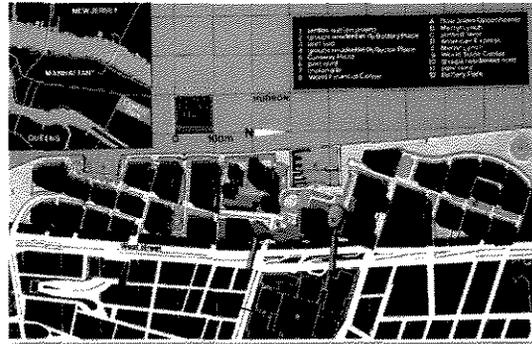


Figura 48 - Projeto do *Battery Park City* desenvolvido em 1979 pela PBCA. Observa-se a integração do empreendimento com seu entorno através de passagens sobre vias. No centro da imagem, em cinza, o emblemático edifício do *World Financial Center*. Totalmente à esquerda, extensos espaços públicos propiciaram a integração da área com o porto turístico de destino à Estátua da Liberdade.

Fonte - McClure, 1991, p. 73.

O projeto desenvolvido previu a total remodelação paisagística e funcional da área, implantando quarteirões residenciais mesclados a edifícios comerciais monumentais. A aproximação com a lógica atual da requalificação urbana se deve ao fato da proposta concentrar usos residenciais de médio-alto padrão como fator de vitalidade urbana (DEL RIO, 1994, p.35). Da mesma forma, a implantação de extensas áreas livres para lazer e contemplação do rio bem como sua integração com o novo porto turístico destinado aos fluxos turísticos rumo à estátua da Liberdade, favoreceu a apropriação turística da área e o fortalecimento da imagem de um espaço renovado e integrado à paisagem natural e cultural (Figura 49).

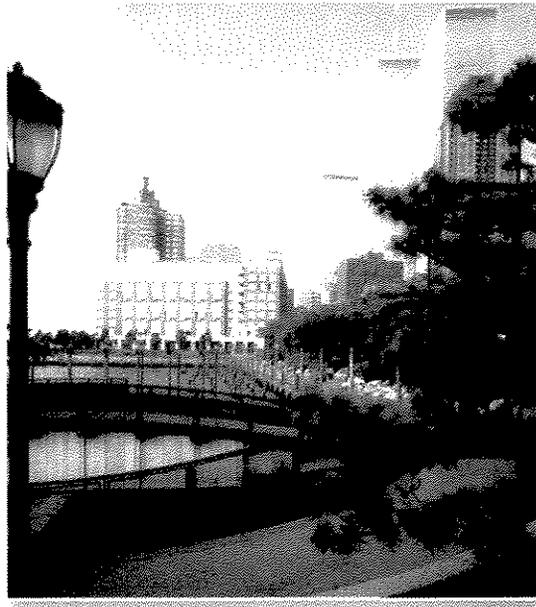


Figura 49 - Vista das áreas livres junto ao rio, que integram os edifícios residenciais e comerciais no *Battery Park City*. Ao fundo e à direita, o edifício do *World Financial Center* e as tragicamente destruídas torres do *World Trade Center*.  
Fonte - McClure, 1991, p. 73.

A requalificação urbana também influenciou diversas cidades da América Latina, inclusive do Brasil. A existência de um patrimônio edificado em péssimas condições de conservação e a ascensão do turismo como atividade econômica em algumas regiões do

país levarão ao desenvolvimento de diversos projetos de requalificação de centros históricos.

O mais polêmico desses projetos foi aquele implantado no Centro Histórico de Salvador, na região mundialmente conhecida como Pelourinho. Recuperação do patrimônio cultural, centralização do Estado na concepção e implantação das ações e exclusão sócio-espacial foram alguns fatores que tornaram esse importante Programa alvo de diversas discussões e pesquisas, inclusive desta. A seguir, cabe-nos analisar o processo de desenvolvimento e a dinâmica sócio-espacial deste importante centro histórico brasileiro.

**PARTE III – A Influência da Requalificação Urbana no Brasil: o Caso do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho**

## **Capítulo 07. - Evolução Histórica e Social do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho**

É indiscutível a importância do Centro Histórico de Salvador como acervo arquitetônico e cultural brasileiro. Fundada por Tomé de Souza no século XVI, a primeira capital do Brasil apresenta uma estrutura urbana característica da urbanização portuguesa, ou seja, um modelo urbano de base militar composto de cidade baixa e cidade alta.

A região do Pelourinho atingiu seu apogeu a partir do século XVIII, com alto adensamento urbano e concentração de edifícios de valor significativo para as elites, como igrejas, conventos, palacetes e arquitetura residencial diferenciada. Esse fato representa, segundo Miranda e Santos (2002, p. 12) um momento da história de Salvador associado à descoberta do ouro em Minas Gerais e ao desenvolvimento da cana de açúcar produzida no Recôncavo Baiano.

Toda a região do Pelourinho era acessível, segundo a autora, principalmente aos membros da alta sociedade baiana, composta de políticos, autoridades eclesiásticas, senhores de engenho e comerciantes de destaque. Cardoso (2000, p.25) salienta, entretanto, que apesar da rígida divisão social que caracterizava a sociedade baiana nesse período, ricos e pobres ocupavam as mesmas áreas da cidade, não havendo nítida segregação sócio-espacial. Segundo ele, a segregação se dava no interior dos edifícios, por meio da ocupação diferenciada em diferentes andares do edifício.

A evolução do comércio em toda a região do Centro Histórico de Salvador no século XVIII levou os políticos da cidade a criar uma espécie de zoneamento urbano baseado nos tipos de estabelecimentos comerciais, de forma a organizar as atividades e não criar problemas com áreas residenciais ou comerciais que apresentassem interesses conflitantes (CARDOSO, 2000, p.26). Dessa forma, algumas ruas da cidade eram

estritamente ocupadas por atividades comerciais importantes, como ferreiros, funileiros, sapateiros, tanoeiros e que, posteriormente, caracterizavam algumas porções da cidade<sup>27</sup>.

O largo do Pelourinho – epicentro das intervenções de requalificação urbana no Centro Histórico de Salvador – ficou conhecido por abrigar o famoso espaço de castigo aos escravos e criminosos, e consistia num um espaço obrigatório em qualquer cidade colonial (MIRANDA e SANTOS, 2002, p.43). Antes de ocupar definitivamente essa praça triangular em meio a um terreno declivoso no início do século XIX, interesses políticos e religiosos locais fizeram o Pelourinho ocupar outras áreas da cidade, até se fixar no largo que o consagrou. Em 1835, entretanto, através de decreto oficial, o cruel instrumento de castigo foi definitivamente extinto, permanecendo somente o nome que o identificou, e mais recentemente, todo o conjunto urbano que o circunda (IPAC, 1995, p.17).

A partir do final do século XIX, algumas mudanças na dinâmica sócio-espacial da cidade de Salvador acarretaram no sucessivo esvaziamento da área pelas elites e comércio, e consequente a degradação de todo o conjunto.

Segundo o IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - (1995, p. 17), as dificuldades de expansão do Centro devido às próprias condições do relevo, redirecionaram o crescimento da cidade e criaram um novo eixo de expansão urbana. Da mesma forma, novos padrões urbanísticos e de modernização urbana influenciaram as elites baianas, como o sanitarismo, as cidades-jardim e o desenvolvimento dos transportes urbanos; assim novos bairros foram criados mais distantes do centro tradicional.

Segundo Cardoso (2000, p. 31), a cidade expandiu-se em direção à periferia e rompeu a antiga estrutura sócio-espacial de união entre espaços de moradia e trabalho, criando áreas estritamente residenciais e áreas comerciais especializadas. A abolição da escravatura e a proclamação da República também redefiniram a estrutura urbana da cidade (IPAC, 1995, p. 17), uma vez que a crise político-econômica instaurada provocou a venda

---

<sup>27</sup> Alguns bairros atuais de Salvador são conhecidos devido a essa especialização funcional da cidade ocorrida no século XVIII, como a Baixa dos Sapateiros e o Bairro dos Barris.

ou o aluguel dos imóveis no Centro Histórico para comerciantes e moradores de menor poder aquisitivo, iniciando uma profunda transformação da área.

Para Azevedo (1984, p. 225), o esvaziamento residencial da área central de Salvador vai propiciar intensa especialização terciária, transformando antigas residências em lojas ou escritórios e ainda, a transformação de antigos sobrados residenciais em cortiços. Inicia-se o processo de degradação do Centro Histórico de Salvador.

Esse quadro de transformação se intensifica nas primeiras décadas do século XX, com a expansão e descentralização da cidade, através da estratégia de desenvolvimento industrial e portuário. Novas centralidades são criadas, gerando novas áreas residenciais, centros comerciais e núcleos político-administrativos.

Gomes e Fernandes (1995, pp.49-50) salientam que o quadro de degradação sócio-espacial observado no Pelourinho e em todo Centro Histórico vai se intensificar com a crise econômica do estado entre as décadas de vinte e quarenta do século XX, e atingir seu apogeu nas décadas de cinquenta e sessenta com o redirecionamento do crescimento econômico estadual estimulado pela criação do Centro Industrial de Aratu e, posteriormente, do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Esse novo redirecionamento econômico possibilitou enormes transformações urbanas na capital, como aberturas de vias expressas em fundos de vales e a criação de um centro político-administrativo do estado em áreas distantes do centro tradicional, possibilitando a formação de uma nova e forte centralidade urbana associada às elites – a região do Iguatemi.

// Segundo Brandão (1995, p.96), vários órgãos públicos foram transferidos do Centro para o novo centro administrativo do estado e a deliberada estratégia de favorecimento de empreendimentos distantes do centro histórico levou a total fragmentação da malha urbana da cidade, gerando novos centros de negócios, áreas e condomínios de alto padrão em áreas distantes do Centro e conjuntos habitacionais nas periferias da cidade.

A perda do dinamismo econômico e a degradação do Centro Histórico de Salvador, vai ser percebida mais fortemente pela sociedade baiana e brasileira a partir da década de sessenta do século XX, quando o país começa a redefinir uma política de preservação do patrimônio histórico e a atividade turística poderia ser uma excelente oportunidade de desenvolver e reverter o quadro deplorável que a região se apresentava: edifícios em ruínas, proliferação de cortiços e prostíbulos e violência urbana totalmente disseminada na região.<sup>V</sup>

Parte do centro antigo de Salvador é tombado pelo SPHAN, em 1958, e as práticas de preservação decorrentes desse processo se restringiam, segundo Chagas (2002, p.106), às normas e aos critérios estabelecidos pela direção nacional que orientavam projetos de restauro em edifícios isolados e de alta relevância histórico-cultural, não se preocupando com sua inserção no entorno – prática que se estende, segundo o autor, até a década de oitenta.

Entretanto, na segunda metade da década de sessenta esteve no Brasil um técnico da UNESCO chamado Michel Parent, que emitiu um relatório abordando a importância do Centro Histórico de Salvador. Isso motivou a criação, em 1967, de um órgão do Estado denominado Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPAC) – atual IPAC – para atuar em toda a região do Centro Histórico (AZEVEDO, 1984, p.228).

As ações de tal Fundação, segundo o autor, se limitaram a pontuais restaurações em edifícios relevantes, ou em algumas áreas de grande circulação turística, como a área do largo do Pelourinho. Os escassos recursos financeiros impossibilitaram grandes intervenções na área e dependiam, na maioria das vezes, de programas federais como o Programa das Cidades Históricas do Nordeste<sup>28</sup>. Gomes e Fernandes (1995, p.52) salientam

---

<sup>28</sup> O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH – foi criado em 1973 dentro das ações pautadas pela então Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN – e objetivava a utilização de usos múltiplos e diferenciados da atividade turística em áreas e edifícios de alta importância histórica e cultural de cidades nordestinas.

que, a partir da década de setenta, foram realizados aproximadamente 20 projetos estaduais e municipais e todos demonstraram uma forte preocupação com o desenvolvimento turístico na região.

Os projetos realizados almejavam tornar toda a área do Centro Histórico novamente dinâmica e o uso turístico seria o mais indicado devido a potencialidade cultural da área.

### **7.1 – Políticas Públicas para a Recuperação do Centro Histórico de Salvador**

Dentre tais iniciativas, destaca-se a elaboração do Plano Diretor do Pelourinho, iniciada em 1977 pela FPAC em parceria com a OCEPLAN - Órgão Central de Planejamento do Município de Salvador – e o CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, órgão estadual de planejamento urbano da região metropolitana. Os objetivos do Plano visavam estabelecer medidas para orientar as intervenções do Poder Público na recuperação do Centro Histórico, através de normas de uso do solo, medidas de ampliação de equipamentos e serviços urbanos, melhoria das condições sócio-econômicas locais e dinamização das atividades de turismo e lazer (BOMFIM, 1994, pp. 56-61). Segundo o autor, tal Plano continha ainda programas setoriais que visavam a melhoria das condições de habitação, além de projetos sociais ligados a saúde, educação e qualificação profissional. O Plano Diretor do Pelourinho não chegou sequer a ser concluído e foi abandonado totalmente em 1979.

Devido ao fracasso do Plano Diretor do Pelourinho, a prefeitura resolve criar em 1981 o chamado Projeto CAMI, ou seja, Centro Administrativo Municipal Integrado que consistia em concentrar toda a sede da administração municipal em edifícios restaurados do Centro Histórico. Para a prefeitura, tal iniciativa motivaria a dinamização da área e sua consequente recuperação (BOMFIM, 1994, pp. 62-63), uma vez que reuniria importantes órgãos públicos de serviços e planejamento numa mesma área, reforçando sua centralidade.

O autor ressalta que tal intenção foi descartada pelo Governo do Estado, demonstrando a dificuldade de parcerias e intenções mútuas nas relações políticas estaduais. Frente às dificuldades financeiras que envolviam o processo de implantação do Projeto, este também foi totalmente abandonado se limitando à implantação de um órgão municipal no Centro Histórico – o Arquivo Público Municipal.

Os sucessivos fracassos na tentativa de reverter o quadro alarmante que se encontrava o Centro Histórico de Salvador e as fortes pressões e críticas da sociedade baiana levaram a então FPAC a atuar com um enfoque mais social no Centro Histórico, iniciando paulatinamente a implantação de creches, escolas, centros de saúde e outros serviços assistencialistas. Mas o problema habitacional e social, além da degradação física dos edifícios, persistia em toda a região e mereceria segundo, Azevedo (1984, p.233), uma discussão mais abrangente sobre o processo de descentralização de toda a capital baiana e o papel do Centro Histórico nessa dinâmica.

Entretanto, foi realizado na década de oitenta um programa habitacional, em parceria com o então BNH – Banco Nacional de Habitação - para o Centro Histórico de Salvador (AZEVEDO, 1984, pp. 230-231), que possibilitava o financiamento de reconstruções em ruínas ou obras em terrenos baldios para fins residenciais. Esse financiamento exigiria a regularização dos moradores de toda a região central de Salvador e a garantia de pagamento das parcelas de financiamento através de comprovação de renda mínima. Face às condições de vida e trabalho precários dos moradores locais, o projeto não foi levado adiante.

O quadro de desgaste e destruição física das edificações preocupava a sociedade e pressionava as autoridades baianas a tomar alguma decisão. A necessidade de uma intervenção visando a reabilitação e a proteção do patrimônio vai ser reforçada com o reconhecimento do Centro Histórico de Salvador como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 1985.

O Centro Histórico de Salvador é declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 03 de dezembro de 1985, mediante uma série de normas de uso do solo e padrões de intervenções arquitetônicas estabelecidas entre UNESCO, SPHAN (atual IPHAN), IPAC e Prefeitura Municipal de Salvador. Dentre as medidas estabelecidas destacam-se a proibição de novas vias públicas na área, a impossibilidade de novas construções que alterem a paisagem urbana consolidada pelo Centro Histórico, a utilização de Código de Obras específico para a área e a aprovação/fiscalização de intervenções físicas na área mediante novo órgão criado para esse fim (BOMFIM, 1994, pp. 64-65).

As eleições diretas para prefeito nesse mesmo ano incentivaram promessas de projetos específicos para o Centro Histórico, aproximando os órgãos municipais do desenvolvimento local (BOMFIM, 1994, p. 76). Nesse sentido e de forma inédita, a nova Prefeitura de Salvador<sup>29</sup> convida em 1986 a renomada arquiteta e urbanista italiana e radicada no Brasil, Lina Bo Bardi, a realizar uma intervenção global no Centro Histórico de Salvador.

Ao analisar as condições das edificações e de todo o conjunto sócio-espacial que compunha o Centro Histórico de Salvador, Lina Bo Bardi identificou uma tendência de apropriação turística e cultural que iria inevitavelmente expulsar a população local de suas residências. Essa tendência incomodou sensivelmente a arquiteta, que firmou sua posição em realizar um projeto que inserisse a população local e que promovesse melhores condições de habitação (CHAGAS, 2002, p. 210).

As propostas de Bo Bardi, segundo Chagas (2002, p.210), consistiram em uma crítica à forma tradicional do SPHAN de trabalhar com o patrimônio cultural e ao assistencialismo praticado pelo já Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico da Bahia –

---

<sup>29</sup>Cabe citar a criação do Parque Municipal do Pelourinho em 1987 pela Prefeitura Municipal, que consistia na demarcação de uma área específica dentro dos limites de tombamento do IPHAN e UNESCO com administração própria e objetivos específicos, como segurança, limpeza pública, ordenamento da circulação, normatização dos usos turísticos presentes e promoção de eventos culturais (BOMFIM, 1994, pp. 84-85).

IPAC. Às inúmeras ações de se transformar o Centro Histórico numa área estritamente turística também eram alvo de crítica da arquiteta..

A proposta de Lina Bo Bardi se restringiu inicialmente a um projeto piloto circunscrito à ladeira da Misericórdia, área de transição entre a cidade baixa e cidade alta, e foi denominado de PPLM – Projeto Piloto da Ladeira da Memória. Esse projeto se aproveitou de alguns edifícios abandonados e desapropriados pela prefeitura, bem como de alguns terrenos vazios localizados no entorno. A proposta se baseou na manutenção dos volumes, cores, formas da arquitetura vernacular presente e na inserção de novos materiais de construção pré-fabricados para dinamizar o processo construtivo. A base do projeto seria a criação de unidades habitacionais para as populações residentes no Centro Histórico, atendendo suas necessidades específicas, como o número médio de membros da família e os hábitos cotidianos.

O elemento inovador da proposta de Lina Bo Bardi está, para Chagas ( 2002, p. 212), no desenvolvimento de um “*sistema de componentes pré-fabricados para a realização de restauro ‘em massa’ do conjunto de quarteirões deteriorados do Centro Histórico de Salvador*” e, para isso, a arquiteta realizou um levantamento detalhado em toda a área do Centro, reunindo detalhes técnicos necessários para um projeto mais amplo.

No entanto, a inexistência de um estudo de viabilidade econômica que acompanhasse o desenvolvimento e implantação do PPLM, e a própria falta de apoio demonstrada pela Prefeitura, fizeram com que o Projeto e todo o Plano subsequente fosse abandonado. Para Chagas ( 2002, p.215), o projeto de Lina Bo Bardi não demonstrou de forma eficaz a repercussão social, econômica e urbana das ações propostas numa escala mais ampla, o que não representa, na visão do autor, uma falta de visão global do processo por parte da arquiteta.

Nesse sentido, as decisões técnicas aplicadas no projeto piloto não foram suficientes para convencer os técnicos e especialistas locais em restauro e conservação na solução dos

problemas de todo o Centro Histórico e de toda a diversidade tipológica e arquitetônica que o conjunto apresenta (CHAGAS, 2002, pp.215-216).

A proposta de Lina Bo Bardi, de preservar a arquitetura e conservar os moradores locais não foi viabilizada pela prefeitura, pois dependia ainda de uma continuidade da administração local e apoio dos órgãos estadual e federal e de amplos recursos. Mais uma proposta para o centro Histórico de Salvador tinha sido elaborada e não realizada.

## **7.2 – Organizações Sócio-Culturais, Problemas e o Futuro do Centro Histórico de Salvador**

Cabe notar que o quadro de miséria e degradação ambiental que o Centro Histórico de Salvador apresentava na década de oitenta do século XX, se superpunha a uma nova forma de organização sócio-espacial: a presença massiva de grupos culturais negros. Gomes e Fernandes (1965, pp. 53-54) ressaltam que a crescente degradação ambiental da região foi acompanhada por uma intensa manifestação cultural e religiosa reafirmando o *“Pelourinho como uma espécie de território central numa rede de territórios negros nessa cidade tão negra que é Salvador”*.

Dantas (1997, p. 151) resalta que as organizações afro-baianas presentes no Pelourinho se inseriram fortemente na sociedade e na economia local, através da expressão de uma identidade cultural baseada na origem étnica negra e na sua imagem associada ao Centro Histórico. Tal expressão levou, segundo o autor, a novas formas de gestão que as transformaram de grupos culturais locais a produtos valorizados da indústria cultural. Dentre esses grupos culturais ressaltam-se os blocos carnavalescos, hoje internacionalmente conhecidos e associados ao Pelourinho e Bahia, como o grupo Olodum, o grupo Ilê-Ayê e os Filhos de Gandhi.

Apoiados em fortes estratégias governamentais seguidas de intensas veiculações na mídia, os blocos afros do carnaval baiano tornaram-se parte fundamental do produto turístico e cultural Bahia, atraindo para si recursos financeiros consideráveis provenientes de shows, discos, camisetas e fantasias de carnaval.

✓ Criado em 1979, o grupo Olodum<sup>30</sup> se formou a partir de uma estreita relação com a comunidade e nos valores da cultura negra. Iniciado como simples bloco de carnaval, o grupo se projetou posteriormente como grupo cultural, atuando mais diretamente com a população local marginalizada do Pelourinho (DANTAS, 1997, p. 156). Sua forma de evolução e organização é marcada, segundo o autor, por valores ideológicos e objetivos ambíguos como órgão não-lucrativo e lucrativo, organização informal e formal, instituição social e mercadológica e formação apartidária, mas politizada.

Fischer et al. (1993, pp. 264-265) ressaltam que esta forma de organização pode ser encarada como um fenômeno cultural resultante de um processo longo de experiências positivas e negativas que o grupo foi acumulando na sua trajetória e que se constituiu num mecanismo de adaptação e inserção na dinâmica sócio-econômica da cidade. A evolução do grupo Olodum, segundo a autora, se configura na imagem de uma organização solidária, pluralista e democrática que alia arte a negócio.

Enquanto grupo cultural, a nova organização firmou sua presença no Pelourinho através da apropriação de um edifício restaurado pelos próprios recursos do Grupo, o que possibilitou um redimensionamento de sua estrutura física, administrativa e funcional. Comparado a um “holding”, composto de empresas e entidades sem fins lucrativos, Dantas

---

<sup>30</sup>Fundado em 25 de abril de 1979, o Grupo Cultural Olodum foi reconhecido como grupo de utilidade pública municipal e estadual em 1984. Hoje é reconhecido oficialmente como uma Organização não Governamental do Movimento Negro Brasileiro. Segundo seu site oficial, desenvolve ações de combate à discriminação racial e elevação da auto-estima dos negros afro-brasileiros e defende os direitos das pessoas marginalizadas na Bahia e no Brasil. Sua sede se localiza no coração do Centro Histórico de Salvador, mais especificamente nas proximidades do largo do Pelourinho (Site Oficial do Grupo Cultural Olodum, disponível em: <<http://www2.uol.com.br/olodum/indexgrupocultural.htm>>, acesso em: 05 fev. 2005).

(1997, pp. 156-157) aponta que o Grupo Cultural Olodum é composto de dois órgãos principais: a Fundação Olodum e o Bloco Olodum.

A Fundação Olodum – entidade sem fins lucrativos – é responsável por ações e projetos sociais no Pelourinho voltados à comunidade carente que reside na área. Dentre seus projetos ressalta-se, o Projeto Rufar dos Tambores<sup>31</sup>, a Escola Criativa do Olodum<sup>32</sup> e o Bando de Teatro Olodum<sup>33</sup>.

O Bloco Olodum – empresa voltada ao produto cultural do Grupo – comanda as atividades culturais com resultados econômicos, como a Banda Olodum<sup>34</sup>, Discos Olodum, Shows Olodum e as Fábrica de Carnaval<sup>35</sup> e Loja Planeta Olodum<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup>O Projeto Rufar dos Tambores foi desenvolvido em 1989 e tem como objetivo formar uma banda de percussão composta por crianças e adolescentes do bairro do Pelourinho, de forma a aperfeiçoá-los na cultura musical e aprofundar seus conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira (Site Oficial do Grupo Cultural Olodum, disponível em: <<http://www2.uol.com.br/olodum/aescola.htm>>, acesso em: 05 fev. 2005).

<sup>32</sup>A Escola Criativa do Olodum consiste num projeto pedagógico voltado às crianças carentes do bairro que alia educação tradicional a conhecimentos que evidenciem a cultura negra, como história dos negros no Brasil, percussão, música, dança e teatro afro-brasileiros (Site Oficial do Grupo Cultural Olodum, disponível em: <<http://www2.uol.com.br/olodum/aescola.htm>>, acesso em: 05 fev. 2005).

<sup>33</sup> Criado em 1990, o Bando de Teatro Olodum é composto de atores envolvidos com as questões e cultura da comunidade negra. Em mais de dez anos de funcionamento, o grupo encenou cerca de 15 espetáculos destacando-se a “Trilogia do Pelô” – peça que retrata a Bahia contemporânea a partir dos personagens típicos do Pelourinho antes, durante e depois do Projeto de Recuperação do Centro Histórico (Site Oficial do Grupo Cultural Olodum, disponível em: <[http://www2.uol.com.br/olodum/bando\\_teatro.htm](http://www2.uol.com.br/olodum/bando_teatro.htm)>, acesso em: 05 fev. 2005; DANTAS, 1997, p. 157).

<sup>34</sup>Composta de dezenas de músicos percussionistas e com músicas inspiradas nas culturas africanas oriundas do Golfo da Guiné, da costa Ocidental do continente africano e da baía de Luanda, os shows da Banda Olodum são realizados no Pelourinho e em várias cidades do Brasil e do exterior. Segundo os dados oficiais do site do Grupo Olodum, 70% da renda dos shows realizados pela banda são destinados ao pagamento do músicos e 30% são destinados “as atividades da Fundação Olodum (Site Oficial do Grupo Cultural Olodum, disponível em: <<http://www2.uol.com.br/olodum/abanda.htm>>, acesso em: 05 fev. 2005).

<sup>35</sup>Iniciada em 1994, a Fábrica de Carnaval produz fantasias de carnaval, roupas com design exclusivos do Grupo e camisetas oficiais da marca Olodum (DANTAS, 1997, p. 157).

<sup>36</sup>Inaugurada em 1992 e localizada no Pelourinho, a loja comercializa diversos produtos da marca Olodum, como camisetas, livros, CD, broches, chapéus e outros. O sucesso do empreendimento fez surgir em 1997 um

Para Fischer et al. (1993, p.269), o Grupo Cultural Olodum é uma OnG de organização complexa, que se fragmentou em outras estruturas empresariais e utiliza a cultura como bem de capital que gera mais acúmulo de capitais. Este capital acumulado é em parte direcionado para investimentos futuros mas também utilizado na reprodução cultural da comunidade e na distribuição de renda local. Para a autora o sucesso do Grupo Cultural Olodum está calçado na autonomia cultural alcançada pela Organização e está alicerçado essencialmente nas suas raízes afro-brasileiras e na sua imagem associada ao Centro Histórico de Salvador.

Em contrapartida, o surgimento e a presença de blocos de carnaval como o Ilê-Ayé e Filhos de Gandhi<sup>37</sup> estão associados à politização da questão étnica na Bahia. Segundo Morales *apud* Fischer et al. (1993, p. 260), tais blocos apresentam a sociedade negra como base de formação do bloco e enfatizam o sentido de “pertencimento” e de memória coletiva através da construção de um território simbólico e físico de participação comunitária, tendo o Pelourinho como seu espaço símbolo.

Impulsionado pelos ideais do Movimento Negro Unificado (MNU) – iniciado na década de setenta do século XX - o Bloco Afro Ilê-Ayé<sup>38</sup> foi criado em 1974 como uma

---

sistema de franquias que hoje compreende lojas em outros locais de Salvador, bem como no Rio de Janeiro e em São Paulo. Parte dos recursos arrecadados com a venda dos produtos são encaminhados para os projetos sociais do Grupo, bem como para shows, seminários, cursos e palestras realizadas pelo grupo Cultural Olodum (Site Oficial do Grupo Cultural Olodum, disponível em: <<http://www2.uol.com.br/olodum/planetaolodum.htm>>, acesso em: 05 fev. 2005).

<sup>37</sup>Fundado em 1949 e inspirado no líder indiano Mahatma Gandhi o bloco carvavalesco se veste de branco e é composto exclusivamente por homens. Considerado como um grupo de afoxé, sua trajetória está ligada ao reforço da identidade cultural afro-brasileira. Também realiza alguns projetos sociais como o Centro Cultural Gandhi Mirim, especializado na capacitação profissional e cultural de menores carentes ou em situação de risco (Site Oficial da Sociedade Recreativa e Carnavalesca Filhos de Gandhi, disponível em: <<http://www.filhosdegandhy.cjb.net>>, acesso em: 05 fev. 2005).

<sup>38</sup>Embora reconhecido essencialmente por suas atividades ligadas à música e ao carnaval, o grupo Ilê-Ayé também realiza diversos projetos sociais voltados às comunidades carentes do Centro Histórico e de toda a cidade, como o projeto de capacitação profissional “Cozinha na Cidade”, a implantação do “Centro Cultural

alternativa para negros jovens participarem do carnaval baiano, uma vez que estes eram amplamente discriminados pelos clubes e blocos formados pelas elite brancas.

Seu vínculo com os antepassados históricos africanos, serviu como referência na construção de uma identidade negra em busca da afirmação e da difusão de seus valores culturais e na luta contra a discriminação racial e social presente na cidade. Sua presença em um espaço nitidamente marcado pela exclusão social reforçaria seus objetivos e ideais.

Composta predominantemente por negros, este bloco também se apresenta intimamente ligado à estrutura hierárquica e aos preceitos religiosos pregados no candomblé para garantir “*a unidade ideológica fundamental na trajetória do bloco*” (DANTAS, 1997, p. 155).

A compreensão das formas de organização e das atividades exercidas pelos grupos afro-brasileiros existentes no Centro Histórico de Salvador é fundamental para a análise de seu processo de recuperação, uma vez que a presença simbólica e econômica desses grupos culturais também influenciará as ações de requalificação da área anos mais tarde, transformando a tradição cultural negra num produto cultural e turístico de grande circulação no mercado nacional e com ampla veiculação na mídia brasileira.

A década de oitenta do século XX também é marcada pela realização de eventos e por visitas de intelectuais interessados na discussão sobre a situação degradante em que o Centro Histórico de Salvador se encontrava e sobre o futuro do patrimônio cultural brasileiro. Em 1986 é promovido em Salvador um seminário, cujo tema central tratava da recuperação e revitalização de centros históricos. O resultado principal desse evento foi a formação de uma comissão paritária formada por órgãos públicos, instituições locais e membros representativos da sociedade, que teriam a responsabilidade de participar

---

Senzala”, o projeto educacional “Extensão Pedagógica” e as “Escola de Percussão da Banda Erê” e “Escola Profissionalizante do Ilê-Ayê. Para maiores informações ver site oficial do Bloco. Disponível em: <<http://www.ilcaye.com.br/index2.htm>>. As informações contidas nesta nota se basearam em acesso ao determinado site em 05 de fevereiro de 2005.

ativamente no processo de recuperação do Centro Histórico. Novamente, as relações políticas locais neutralizaram o poder de participação da comissão, centralizando a responsabilidade de atuação na área aos órgãos governamentais competentes (MAGNAVITA *apud* BOMFIM, 1994, pp. 70-71).

A Universidade Federal da Bahia também promoveu, em 1988, um curso de especialização voltado à conservação e à restauração de monumentos e sítios históricos, que contou com a participação de intelectuais brasileiros e estrangeiros com larga experiência nos assunto. Um dos destaques desse curso foi o arquiteto Victor Pimentel<sup>39</sup>, que concedeu uma entrevista à revista científica da Universidade acerca dos problemas e do futuro dos sítios históricos no mundo.

O texto resultante dessa entrevista demonstra claramente a preocupação do urbanista em considerar os aspectos sociais e econômicos existentes nos Centros Históricos como elementos norteadores dos processos de recuperação do patrimônio cultural. Ele ressalta a importância da participação comunitária não como um mero agente de consulta, mas sim como um protagonista no processo de decisão. Salaria que, o Poder Público deve se concentrar no envolvimento da população na recuperação do patrimônio e na dinamização dessas áreas e não criar planos e metas estáticas baseadas em indicadores econômicos (PIMENTEL, 1988, pp.145-157).

Em 1994, o geógrafo e professor Milton Santos foi convidado a proferir uma conferência em seminário<sup>40</sup> promovido pela referida Universidade sobre centro e centralidade nas cidades contemporâneas, tendo Salvador como foco principal de análise. Santos abre a conferência salientando a separação distinta entre a forma e a função

---

<sup>39</sup>Arquiteto e urbanista peruano, pós-graduado pela Universidade de Roma e membro redator da Carta de Veneza. Professor universitário no Peru, destaca-se por ter ocupado vários cargos públicos importantes ligado à cultura de seu país.

<sup>40</sup> O evento foi intitulado “Pelourinho: O Peso da História e Tendências Recentes” e contou com a participação de inúmeros pesquisadores especializados em patrimônio. Cabe ressaltar que nesse período o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – hoje já na sétima etapa – já tinha dado início e já mostrava as intencionalidades mercadológicas do projeto.

existente no Centro Histórico de Salvador e questiona se a discussão sobre a recuperação da área se apóia sobre a paisagem ou considera o espaço como objeto de preocupação e de pesquisas. Ressalta, que qualquer programa que enfoque única e exclusivamente a paisagem, possui caráter fracionado e fragmentado e que a totalidade exigida numa análise espacial da área deve ser considerada (SANTOS, 1995, pp. 12-13).

A partir dessa análise, o pesquisador inicia uma longa discussão sobre a centralidade exercida pelo Centro Histórico ao longo de sua história, e enfatiza as mudanças funcionais ocorridas nesse processo. Salienta que, o turismo aparece como um fator importante na nova centralidade exercida pelo Centro Histórico em relação à metrópole, porque

ao lado do habitantes que têm uma lógica de consumo do Centro ligada ao seu poder aquisitivo e à sua capacidade de mobilização, vêm os turistas, que são os homens de lugar nenhum, dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, a recolonizar, a refuncionalizar e a revalorizar, com a sua presença e o seu discurso, o velho Centro. (SANTOS, 1995, p.16)

As mudanças de centralidade, para o autor, são fundamentais para o aprofundamento do debate sobre o Pelourinho e, neste caso, sua reflexão se apóia em três questões. A primeira questão diz respeito aos sistemas técnicos, unindo o tempo e estrutura formal da cidade. A instalação de macrosistemas técnicos modernos permitiu a fragmentação do centro antigo, uma vez que as relações sociais com as antigas formas foi alterada. A segunda questão se apóia na importância de novas modalidades de consumo e conforto que alteraram a relação da sociedade com as antigas formas de residências, e a terceira diz respeito às novas funções urbanas surgidas na cidade a partir da evolução das relações sociais metropolitanas (SANTOS, 1995, pp. 18-21).

Santos considera a complexidade que envolve o Centro Histórico e enfatiza a existência de diversos meios socio-técnicos nessa importante área. Desse modo, a análise de centralidade pode ser realizada, segundo Santos (1995, p.23), através de um enfoque fenomenológico ou existencial “*que permita trabalhar o cotidiano nas disciplinas territoriais e temas como o simbólico ou temática do valor*”.

Para enfatizar a nova centralidade formada no antigo Centro Histórico a partir dessa reflexão, Santos ressaltava a importância da cultura de massa versus cultura popular que diferencia formas de apropriação tão distintas na cidade. Atribui ao centro antigo a presença da cultura popular dando sentido às velhas formas, e aos novos centros uma cultura de massa instaurada. Para o autor, o turismo representa um traço de união entre esses dois movimentos pois as formas evidenciadas de “*despajamento*” associadas à atividade são rapidamente apropriadas pela indústria cultural. Santos (idem, pp. 27-28) salienta que “*vestindo-se das roupas do popular ela [a indústria cultural] é uma manifestação da cultura de massa*”.

O autor encerra a discussão ressaltando que o Pelourinho possui uma cultura e organizações populares que têm força de reverter a tendência de massificação pelo turismo – denominada pelo autor como “*luta do lugar contra o mundo*” – e que somente através da discussão e análise do espaço do Centro Histórico poderemos propor novas formas, manter as velhas e permitir novas funções para a área.

(...) o Pelourinho, símbolo de uma área mais vasta, se transforma numa verdadeira ágora da cidade do Salvador, onde as classes pobres finalmente têm voz. Por enquanto são cânticos, amanhã podem ser os brados, os discursos políticos, a começar pelo discurso da cidade que nós devemos elaborar (...). (SANTOS in GOMES., 1995, p. 29)

Analisando o processo de evolução sócio-espacial do Centro Histórico de Salvador, observa-se o processo habitual presente nas grandes cidades contemporâneas, ou seja, descentralização, fragmentação urbana e degradação de áreas de grande importância histórica. O que se pode notar é que as ações protecionistas adotadas para a área sempre foram da iniciativa pública e demonstram a intencionalidade de reverter o processo de degradação ambiental da área, criando uma nova centralidade, agora baseada na atividade turística e cultural.

Cabe ressaltar a apropriação da área por grupos sociais representativos da cidade e sua imagem associada a um espaço cuja paisagem revela conflitos bastantes evidentes. No entanto, essa apropriação torna-se um instrumento para fortalecer a imagem e a vocação

mercadológica do Centro Histórico. A impossibilidade de participação comunitária e a força das relações políticas da cidade favorecem processos cada vez mais arbitrários associados à relações econômicas verticais.

Área dotada de patrimônio significativo para o Brasil e o mundo, forças culturais atuando de forma evidente, degradação ambiental e pressões sociais são os ingredientes certos para o governo local adotar o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, hoje em processo de implantação e objeto do próximo capítulo.

## **Capítulo 08. – O Processo de Requalificação Urbana do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho**

O processo de requalificação urbana do Centro Histórico de Salvador teve início em 1991, através de ações estratégicas lideradas pelo então Governo do Estado da Bahia e representado pela figura do político Antonio Carlos Magalhães. Todo o programa originado desse processo foi desenvolvido e gerido pelo órgão responsável pelo patrimônio do estado, o IPAC<sup>41</sup>, que realizou um Termo de Referência<sup>42</sup> que orientaria a operacionalização das propostas.

Esse termo de referência apresentou basicamente toda a estratégia de requalificação da área, bem como a metodologia de intervenção a ser adotada. Segundo documento do IPAC (1995, p.18), os objetivos apresentados no termo de referência elaborado contemplavam ações que visavam a recuperação e a restauração física do Centro Histórico, além de redefinir sua função e criar condições de desenvolvimento sócio-econômico que garantiria a manutenção dos seus bens e dos valores culturais presentes.

---

<sup>41</sup> Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, órgão estadual responsável pela execução da política de preservação do estado. Foi criado em 1967, em substituição ao antigo FPAC – Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

<sup>42</sup> Este documento-base das ações foi intitulado de Termo de Referência do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Cabe ressaltar que o IPAC contou com o apoio e parceria da Companhia de Desenvolvimento da região Metropolitana de Salvador – CONDER – para a realização do Programa. Para Sant’Anna (2003, p. 46), a influência do CONDER foi decisiva no caráter da proposta adotada. Oliveira (1998, p. 85) apresenta o teor do documento que norteou o processo de requalificação. Esse documento ressalta que a recuperação do Centro Histórico de Salvador deveria extrapolar as dimensões de preservação cultural e deveria ser encarada como um poderoso instrumento econômico. Ao exemplo de outras cidades mundiais, a recuperação do Centro Histórico deveria ser encarada como um instrumento imobiliário comparável ao shopping-center. Para o órgão em questão, a concepção de um novo Pelourinho como um grande shopping-center ao ar livre rodeado de beleza e história superaria o sucesso dos shopping-centers tradicionais da cidade.

Para atender a esses objetivos, o programa de requalificação da área adotaria como unidade de intervenção o quarteirão que, dotados de infra-estrutura e melhores condições ambientais, formariam segundo o órgão, unidades de vizinhança nas suas áreas internas. O termo de referência elaborado salientava ainda que todas as intervenções a serem realizadas deveriam atuar em três níveis distintos e ao mesmo tempo interligados: organização físico-territorial – que compreenderia as ações de restauro e infraestrutura urbana associadas às necessidades das cidades contemporâneas; desenvolvimento sócio-econômico – que envolveria as ações de indenização e transferência da população local e ação jurídico-intitucional – que estabeleceria os limites de competências legais entre as instituições envolvidas no processo e a legislação vigente (IPAC, 1995, p.18).

Para Miranda & Santos (2002, p. 48) esse projeto se configurou como um novo conceito de trabalho em áreas dotadas de patrimônio histórico, uma vez que considerou o quarteirão como unidade de intervenção e não imóveis isolados, além de estabelecer padrões específicos de intervenção a partir de detalhado diagnóstico das condições físicas dos imóveis, configuração e localização dos quarteirões.

Segundo as autoras, tal iniciativa contribuiria a médio e longo prazo para a preservação do ambiente e do patrimônio e ainda promoveria o desenvolvimento econômico através do turismo, que por sua dinâmica própria, aumentaria os investimentos na área, geraria empregos diretos e indiretos e auxiliaria na melhor distribuição de renda e minimização das desigualdades sociais locais.

Sant'Anna (2003, p. 46) salienta, no entanto, que as razões reais do processo de requalificação estão associadas ao contexto político da época e faziam parte de estratégias de marketing da administração do estado na construção de uma imagem do governo alicerçada na valorização da identidade cultural e das tradições da Bahia. Segundo a autora, o programa desenvolvido também contemplava uma ação estratégica de desenvolvimento e retomada de crescimento do turismo no estado, e a cidade de Salvador necessitava de renovação e da criação de novos produtos turísticos capazes de agregar valor ao “*produto*

*Bahia, elevando sua competitividade no contexto nacional e internacional*" (SANT'ANNA, 2003, p.46).

Cabe lembrar que, devido às condições sócio-espaciais de toda a área antes da intervenção, qualquer ação requalificadora implicaria em grandes impactos ambientais na área, sobretudo associado à população local. Desta forma, o termo de referência do programa se baseou em um levantamento sócio-econômico realizado no final da década de sessenta do séc. XX que caracterizava o perfil dos moradores da área do Pelourinho (IPAC, 1997, p.09; IPAC, 1995, p. 17; SANT'ANNA, 2003, p. 46; MIRANDA & SANTOS, 2002, p. 48).

Este levantamento foi realizado pelo antropólogo Vivaldo da Costa Lima e consistiu em pesquisa de campo com visita aos moradores de toda a área do Centro Histórico tombada pelo IPHAN. Adotou-se o sistema de entrevistas guiadas, através de fichas pré-estabelecidas. Foram elaboradas dois modelos de fichas – uma ficha individual e uma ficha coletiva que seriam aplicadas por uma equipe treinada em toda a área delimitada pelo levantamento (IPAC, 1997, pp.31-36).

Após os cinco meses de aplicação das fichas, foram elaboradas e interpretadas várias tabelas relativas ao perfil dos moradores e dos tipos de moradias existentes, envolvendo os seguintes itens: sexo, renda, valor de aluguel pago, tipo de imóvel ocupado, ocupação profissional do morador, faixa etária, preferência por morar no bairro, local de origem do entrevistado, condições físicas dos imóveis, aceitabilidade de financiamento habitacional, número de cômodos ocupados, número de pessoas por cômodos ocupados, abastecimento de água e destino de dejetos, instalações coletivas e individuais, entre outros itens (IPAC, 1997, pp. 45-75).

O resultado da pesquisa apontou diversos problemas sociais e estruturais característicos de áreas urbanas degradadas e ausentes de programas sociais. Segundo os resultados das pesquisas, a população local encontrava-se, na sua maioria, em níveis sociais abaixo dos aceitáveis em relação a renda e a condições de moradia. Apresentavam ainda

problemas sérios como desemprego, ocupação informal e prostituição feminina extremamente significativa. O sistema de moradia consistia predominantemente em cortiços com alta densidade populacional e ausência de saneamento e estrutura habitacional.

Como análise conclusiva, o antropólogo responsável pelo levantamento salientou que o estudo realizado procurou caracterizar a realidade do local sem projetar a situação para uma realidade sócio-econômica mais ampla e ainda não pretendeu sugerir diretrizes que pudessem nortear planos e projetos futuros. Salienta, de forma enfática, que embora população marginal incidente fosse altamente considerável não consistia na realidade absoluta da área onde

(...) a realidade do que se chamou de 'quarteirão maldito', 'bairro de marginais' e outras imagens semelhantes, cada dia mais se opõe a essas denominações desesperadas. Ali, estão, certo, prostitutas e desajustados, numa incidência muito alta. Mas este fato terá de ser considerado, em qualquer plano de reforma social da área, como um elemento de diagnóstico social e não de repressão sistemática. O mundo belo, variado e trágico do Pelourinho é apenas uma moldura colonial que se pretende conservar, da cidade maior em que se insere, e essencialmente, em nada é diverso dela.(...). (IPAC, 1997, p. 94)

Embora tal levantamento demonstrasse a necessidade de uma intervenção que revertesse o quadro de degradação social da área mas considerasse a relação da população com o Centro Histórico, o programa desenvolvido foi definido através de uma perspectiva econômica e empresarial.

Sant'Anna (2003, p. 46) ressalta que a proposta de requalificação adotada não apresentou uma divulgação mais ampla na sociedade que conduzisse a uma discussão mais profunda acerca do futuro da área. Assumiu a intenção de transformar toda a região do Centro Histórico numa área de compras, lazer e cultura. Os autores do programa acreditavam que tais usos associados ao consumo resultariam numa competitividade positiva em relação aos outros centros comerciais da cidade e resultariam numa nova apropriação do Centro Histórico, finaliza a autora.

Entretanto, para a viabilização dessa nova proposta para a área a população local teria que ser removida do local.

Segundo o IPAC (1995, p.20), o estigma do Centro Histórico de Salvador como uma área marginalizada e composta predominantemente de prostitutas e de pessoas ligadas a violência urbana, levou sistematicamente ao empobrecimento da região e ao seu isolamento em relação ao restante da cidade. Embora não colocado de forma explícita, o documento deixa claro que a solução da transferência da população e consequente “higienização” da área traria benefícios ao Centro Histórico e a própria cidade de Salvador.

O documento apresenta os critérios de transferência, chamando o processo de relocação dos moradores. A metodologia para as ações de relocação da população consistiu primeiramente num cadastramento de todos os moradores realizado em 1991, e na realização de diversas reuniões com o departamento de Serviço Social do IPAC para negociações. Foram oferecidas, segundo o IPAC, algumas opções que incluíam: indenizações em dinheiro e mudança imediata, permanência definitiva em imóveis recuperados mas com contratos de aluguel juridicamente válidos e permanência provisória no imóvel com mudança a outro recuperado e adaptado para fins habitacionais (1995, p. 21).

Os resultados das reuniões e negociações declaram que houve a opção generalizada pelas indenizações e mudança imediata da área. O órgão responsável justifica que esse resultado se deve aos valores então oferecidos à população, que permitiram a aquisição de outros imóveis em bairros da periferia da cidade. O documento salienta que a saída dos moradores se deu sem grandes problemas e não houve necessidade de ações policiais para agilizar a remoção. A justificativa dessa solução tranqüila se justificou, segundo o IPAC (1995, p. 21) pelo valor das indenizações.

Rodrigues *apud* Sant'Anna (2003, p.46) salienta, no entanto, que cerca de 1900 famílias foram indenizadas<sup>43</sup> e se transferiram para bairros periféricos da cidade, mas também esse processo desencadeou invasão de imóveis desocupados nas imediações da área a sofrer intervenção.

A não resistência da relocação se atribuiu, segundo Sant'Anna, às próprias condições de renda da população local que se sentiu seduzida em receber uma quantia de dinheiro por parte do governo. Da mesma forma, as formas de ocupação informal dos imóveis pela população exigiriam ações governamentais de regularização da situação dos moradores, implicando em formalização do aluguel e conseqüente elevação dos preços. Aliado a isso, os novos usos pretendidos para a área proibiriam as principais atividades exercidas pela população no local, facilitando a opção dos moradores pela transferência através das indenizações (2003, p.47).

Segundo a então diretora do IPAC - Maria Adriana Almeida Couto de Castro - (2000, p. 107), cerca de 87% das pessoas indenizadas tiveram acompanhamento por parte do IPAC em todo o processo de transferência e de todas as pessoas indenizadas, somente 15% optaram por permanecer no Centro Histórico.

Cabe ressaltar que não houve opção de aquisição de imóveis na área para os moradores e tampouco de reassentamento de famílias para outra área por parte do governo. Esse fato demonstra claramente a intencionalidade do projeto em alterar drasticamente as formas de apropriação social do Centro Histórico e transformá-lo numa área com destinos e usos pré-definidos pelo planejamento adotado.

---

<sup>43</sup>Segundo dados do IPAC, cada família recebeu aproximadamente US 850,00 de indenização, dependendo do número de moradores (IPAC, 1995, p. 21). Sant'Anna declara que o valor médio das indenizações chegaram a R\$1200,00 por família (SANT'ANNA, 2003, p. 46).

## **8.1 – Princípios Projetuais empregados no Programa de Requalificação do Centro Histórico de Salvador**

Para se determinar as linhas que norteariam as ações de recuperação física da área foi realizado pelo IPAC um levantamento detalhado das condições dos imóveis existentes na área, evidenciando os diferentes níveis de degradação e a importância artístico-cultural dos mesmos. A partir dessa análise, foram definidos seis padrões técnicos de intervenção física possíveis no Programa (CASTRO, 2000, p. 112).

Dos padrões de intervenção empregados, observa-se que estão ligados extremamente a fatores técnicos e a valores pré-estabelecidos pelos órgãos de preservação e proteção do patrimônio. Na metodologia apresentada, não observa-se nenhuma consulta à população de Salvador, à comunidade acadêmica ou uma discussão sobre formas alternativas de intervenção nos diferentes imóveis.

De acordo com o IPAC (1995, p. 24), definiu-se por padrões de intervenção mais rígidos como a restauração, sobretudo em imóveis de extrema relevância histórica. Essa intervenção exigiria procedimentos de restauro aceitos pelos técnicos dos órgãos competentes. Em imóveis impossibilitados de recuperação integral ou já descaracterizados, optou-se pela manutenção da volumetria do edifício e de sua distribuição interna, mas com a utilização de materiais e técnicas construtivas novas. Nos imóveis em bom estado de conservação, somente foram realizadas obras reparativas e de conservação das estruturas.

Em alguns lotes onde o edifício fora totalmente destruído, a proposta de construções novas com padrões estéticos contemporâneos foi pensada, bem como a reconstrução de edifícios parcialmente destruídos, seguindo os padrões arquitetônicos originais.

Por fim, como a unidade de intervenção proposta foi a do quarteirão, definiu-se que a estrutura fundiária dos lotes e das edificações complementares de fundo de lote deveria ser alterada. Essa modificação favoreceu a criação de praças internas aos quarteirões que

serviriam a usos de lazer, convivência e apresentações culturais. Tais espaços consistem em espaços vitais do sucesso do Programa, pois concentram a maior parte dos eventos culturais que animam a área.

Entretanto, cabe salientar que, essa intervenção alterou significativamente a estrutura e o funcionamento dos quarteirões, uma vez que houve total desmembramento e novo remembramento dos lotes, além de exigir novas formas de acesso aos locais. Tais praças receberam nomes associados à cultura do estado, representando personagens famosos da literatura baiana, como Largo Tereza Batista, Largo Pedro Archanjo, Largo Quincas Berro D'Água e também outros elementos culturais importantes da Bahia, como Praça do Reggae e Praça das Artes, Cultura e Memória. Nos “miolos” de quadra localizadas nas periferias da área de intervenção, foram criadas praças de convivência sobre estacionamentos subterrâneos.

Essa linha projetual conferiu, de acordo com as observações de Sant'Anna, com a perda de importante documentação arquitetônica e paisagística brasileira, uma vez que eliminou anexos que abrigavam ocupações antigas destinados aos escravos libertos e o rompimento de relações de parcelamento, ocupação e áreas livres originais (2003, p. 51).

A intervenção sobre os edifícios foi acompanhada, como afirma o IPAC (1995, p. 21), de obras de infraestrutura como sistema regular de abastecimento de água, criação de sistema de esgoto, expansão do sistema de telefonia, ampliação do fornecimento de energia elétrica, tratamento subterrâneo de fiação elétrica e iluminação pública especial.

Como obras de acabamento e valorização paisagística, foram reformadas as praças existentes e as novas praças dos “miolos” de quadra receberam ajardinamento especial. Quanto ao tratamento das fachadas recém restauradas ou reformadas, foi realizado um tratamento cromático diferenciado, de forma a dar destaque em toda a paisagem da área objeto de intervenção. Segundo Castro (2000, p. 116), foram realizadas pesquisas documentais e prospecção estratigráficas das paredes para se chegar a um paleta cromática projetual mais próxima da original. Segundo a autora, chegou-se a uma ampla variedade de

cores e tons referentes às cores originais das edificações no século XIX e que seriam, portanto, utilizadas no programa de requalificação. Quanto aos edifícios mais antigos, definiu-se utilizar o branco tradicional que caracterizou o período.

Cabe notar que, embora se tenha chegado a uma variada e significativa gama de cores referentes às edificações no século XIX, o programa não deixa claro a lógica espacial de distribuição das cores nos diferentes imóveis que foram restaurados ou reformados. Observando o resultado final da intervenção, nota-se a opção aleatória e diversificada de cores em todos os imóveis, de forma a criar uma paisagem urbana multi-colorida e dinâmica, fortalecendo a imagem de uma nova fase urbana da área.

Com todas as intervenções concluídas,

(...) passou-se a enxergar a Velha Cidade da Bahia: suas ruas, praças, casario, torres de igrejas, o frontispício da cidade, sua relação com o ambiente e com o mar. Novo colorido dessa visão, com sua luz própria e com sua verdadeira monumentalidade: O Centro Histórico de Salvador renascia assim da quase ruína total.(...) (CASTRO, 2000, p. 119)

Cabe-nos perguntar se realmente as intervenções propostas estiveram associadas às belas percepções poéticas da autora acima, ou, a estratégias de promoção política e desenvolvimento econômico e turístico, como salientado anteriormente por Sant'Anna (2003, p. 46). As análises de campo realizadas por esta pesquisa poderão ampliar os horizontes dessa discussão e serão tratadas no próximo capítulo. É importante nesse momento a compreensão das etapas de operacionalização do programa de requalificação do Centro Histórico.

## 8.2 – Estratégias de Operacionalização do Programa de Requalificação do Centro Histórico de Salvador

A elaboração e implantação do intitulado Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador se iniciaram em 1992 e compreenderam, até o presente momento, sete etapas de realização.

Sant'Anna afirma que é possível identificar ao longo da realização das sete etapas concluídas e em andamento a existência de três fases distintas. A primeira corresponde, segundo a autora, à execução das quatro etapas iniciais compreendidas entre 1992 a 1995, e estão associadas à implantação de um centro comercial turístico localizado nas imediações do largo do Pelourinho (SANT'ANNA, 2003, p. 47).

Para viabilização do programa, foram adotados nessa fase alguns critérios relativos a negociação com os proprietários dos imóveis. As estratégias empregadas pelo estado visavam manter o setor privado na área e, ao mesmo tempo, possibilitar o governo de ressarcimento pelos investimentos gastos até esse período. Desta forma, foram empregadas celebrações de comodato, onde o proprietário que possuísse mais de um imóvel na área deveria doar pelo menos um imóvel ao estado e, se possuísse somente um imóvel, deveria ceder a sua posse em comodato ao governo por um período de dez anos. Houve, ainda, casos de desmembramento de propriedade, doações e desapropriações (IPAC, 1995, p.20; CASTRO, in CASTRO et al., 2000, p.109).

Após a conclusão sucessiva das quatro primeiras etapas, os imóveis foram sendo colocados à disposição da iniciativa privada por meio de aluguéis, onde a natureza dos negócios deveria seguir um *mix* de atividades pré-estabelecido pelo IPAC. Miranda & Santos (2002, pp.57-60) enfatizam que, após as quatro primeiras etapas, os imóveis recuperados foram ocupados por negócios de natureza eminentemente turística e cultural como bares, restaurantes, lojas de souvenirs, galerias de arte, lojas de decoração, sedes de blocos carnavalescos e de afoxé, centros culturais e museus.

Sant'Anna (2003, pp. 47-48) pontua, no entanto, que tal ocupação se configurou sem regras restritas e sem critérios definidos, uma vez que a seleção dos empresários interessados se deu por viés político e não econômico. Proporcionou ainda, facilidades públicas que isentaram tais empreendimentos de obrigações normais em estabelecimentos dessa natureza, como taxas de propaganda e outros impostos urbanos referentes à manutenção da área.

A autora enfatiza que não foram utilizados mecanismos claros de mercado na escolha dos empresários que ocupariam a área, o que gerou oportunismo e dependência das ações paternalistas de manutenção e dos favorecimentos proporcionados pelo Estado. Aliado a isso, ao final da quarta etapa o resultado econômico não foi o esperado, uma vez que os empreendimentos comerciais voltados a uma classe mais abastada não mantiveram seu desempenho e as lojas turísticas não obtiveram níveis de vendas satisfatórios.

Tal constatação levou a identificação de uma segunda fase do programa (1996-1999), que além da realização da quinta e sexta etapa aos moldes de implantação e apropriação observados na fase anterior, agregou estudos e avaliações das intervenções realizadas e buscou ainda alternativas de gestão que assegurassem o sucesso da empreitada.

Cabe ressaltar que para a realização da sexta etapa das obras nos quarteirões, o governo contou com recursos federais advindos do Programa de Desenvolvimento do Turismo – o PRODETUR<sup>44</sup>. Esses recursos foram empregados nas obras de uma importante área do novo Centro Histórico, o chamado Quarteirão Cultural. Localizado nas

---

<sup>44</sup>O Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR – consistiu num programa governamental iniciado em 1995 que tinha como objetivo expandir a atividade turística de forma planejada e estratégica nos estados nordestinos e na região norte de Minas Gerais. Contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, destinava-se a financiar projetos de infraestrutura como saneamento, sistemas de água e esgoto, transportes e construção e modernização de aeroportos, além de apoio ao desenvolvimento institucional de órgão estaduais e municipais de turismo e preservação do patrimônio histórico e ambiental (GOVERNO FEDERAL/BNDES, 1999).

proximidades do Pelourinho, o quarteirão abriga a sede do IPAC e importantes edifícios do conjunto. Com a realização das obras, todo o quarteirão começou a ser ocupado por equipamentos culturais significativos como cinemas, teatros, museus, livrarias e centros culturais, por determinação do programa, e integrados a uma grande praça de convivência denominada Praça das Artes, Cultura e Memória.

Mas os problemas detectados na fase anterior preocupavam as autoridades locais e, como dito, estudos seriam necessários para apontar alternativas de gestão que revertissem o quadro insatisfatório que crescia significativamente. Tais estudos revelaram que a frequência do Pelourinho era composta significativamente de moradores da cidade de Salvador, que buscavam a região para atividades de lazer e cultura nos horários após a jornada de trabalho. O governo do estado, através da secretaria de cultura e turismo criou, a partir de 1994, uma programação intensa de eventos culturais intitulado “Pelourinho Dia & Noite” realizados em vários dias das semanas e em todas as praças existentes nos miolos de quadra. Tais atividades deveriam atrair um público fixo e permanente ao Centro Histórico, dinamizando os novos negócios implantados (IPAC, 1995, p. 28). Sant’Anna (2003, p. 08) adverte que tal iniciativa governamental fortaleceu o grau de dependência dos empresários das iniciativas públicas de investimentos na área, afastando significativamente o horizonte de uma gestão partilhada.

Algumas tentativas nesse sentido foram consideradas mas, segundo Fischer et al. (1997, p. 179), o alto grau de dependência pública instaurada no Pelourinho levou ao insucesso de tais iniciativas. Redes formadas por condomínios em quarteirões, associações locais e formação de um conselho local são exemplos das ações iniciadas a partir desse período e não evidentes até os dias atuais.

A estratégia estadual de concepção e gestão do programa somente vai sofrer expressiva alteração com o início da terceira e atual fase em que se encontra. A partir de 1999 tem início um programa habitacional no Centro Histórico, através de convênio firmado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal, cujo objetivo é desenvolver uma metodologia para recuperação e reabilitação de imóveis para fins

habitacionais com maior participação de investimentos privados financiados pela CEF (SANT'ANNA, 2003, pp. 49-50).

Ainda, a realização da sétima etapa do programa contará com financiamentos advindos do Programa Monumenta<sup>45</sup>, obrigando a reformulação do projeto segundo os critérios exigidos pelo programa federal. Concentrada em área mais externa do Centro Histórico e fora dos limites do centro turístico, essa etapa permitirá usos mistos e residenciais, além do restauro integral de alguns imóveis importantes e a construção de equipamentos urbanos funcionais, como estacionamentos (SANT'ANNA, 2003, p.50).

Segundo a autora, essa etapa rompe com o modelo paternalista e centralizador empregado em todas as etapas anteriores, uma vez que o novo sistema exige que administração dos imóveis recuperados seja de responsabilidade dos proprietários e de fundos especiais, especialmente criados para manutenção e sustentabilidade financeira da intervenção.

Novas etapas deverão ser realizadas mas, até o momento, os acertos e erros cometidos são suficientes para a revisão das etapas já implantadas e para a criação de novas linhas projetuais e operacionais que deverão nortear a continuidade do programa.

---

<sup>45</sup> O Programa Monumenta consiste num programa de reabilitação de sítios históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional e sob tutela federal, através da recuperação do seu patrimônio cultural. Visa orientar e financiar projetos de reabilitação em áreas urbanas de alto valor histórico e cultural, promovendo a sustentabilidade do patrimônio e permitindo a melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas. Conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, repassados aos municípios inscritos através do Regulamento Operativo do Programa. Coordenados pela Unidade Central de Gerenciamento – UGC, vinculada ao Gabinete do Ministro da Cultura, os recursos disponíveis obedecem a uma lista de prioridades estabelecida pelo Programa em consenso com o BID. A lista de prioridades é formada segundo o obediência de critérios claramente demonstrados nos projetos apresentados pelos municípios. Dentre os critérios destacam-se a relevância de áreas dotadas de patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal, a criação de ações voltadas à conscientização da população acerca da importância desse patrimônio e o desenvolvimento de sistemas de gestão partilhada desse patrimônio visando sua conservação. A sétima etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador está listada em décimo lugar na lista de prioridades do Programa Monumenta (GOVERNO FEDERAL/ MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004).

### 8.3 – Resultados Alcançados com a Implantação do Programa

☞ Não existe consenso em relação aos resultados obtidos com a implantação do Programa quanto à preservação do patrimônio e quanto aos novos usos estabelecidos no Centro Histórico de Salvador – Pelourinho. A literatura utilizada na elaboração deste trabalho demonstra claramente a visão parcial e dividida entre membros do governo estadual, relacionados direta ou indiretamente ao Programa, e pesquisadores e professores das universidades baianas e brasileiras.

☞ Para o IPAC (1995, p.28) a manutenção integral do patrimônio existente no centro Histórico foi assegurada pela reversão sócio-econômica proporcionada pela implantação do programa de requalificação pois, além de recuperar fisicamente os edifícios, gerou empregos e integrou a mancha urbana degradada ao restante da cidade através do desenvolvimento cultural e turístico.

Para Maria Adriana Almeida Couto de Castro, diretora do IPAC em 1992 e responsável pelo Programa na época, o exemplo do trabalho executado no Centro Histórico se tornou uma referência indispensável para novas e futuras intervenções em áreas históricas do país devido ao seu pioneirismo, sua amplitude e sua complexidade (2000, p. 119).

☞ Embora reconheçam o pioneirismo e a referência do Programa em termos locais e nacionais, Miranda & Santos (2002, pp.125-134) ressaltam a importância de uma avaliação mais neutra em relação aos resultados do processo para a continuidade do mesmo. Apontam vários conflitos que divergem das afirmações dos órgãos públicos, bem como alguns problemas urbanos que surgiram após os novos usos.

Dentre os citados, destaca-se o quadro social insatisfatório dos moradores que permaneceram no local mesmo após as intervenções. A pesquisa realizada pelas autoras revela que os níveis de escolaridade, renda e de geração de empregos continuam abaixo do satisfatório. Associado a isso, o desgaste do patrimônio recuperado já vem sendo claramente percebido devido à dependência dos novos comerciantes em relação às ações públicas no local. As autoras destacam ainda problemas de acessibilidade à área e falta de dinamismo econômico devido à monofuncionalidade existente.

Para Oliveira (1998, pp.101-108), os resultados não atingiram os objetivos esperados. A desaceleração das obras devido a falta de recursos públicos, o desgaste físico dos imóveis recuperados, o desinteresse de empresários locais, o repasse de negócios a empresários com menor poder de investimentos e a queda no fluxo de turistas na cidade podem ser notados ao longo do processo, e são alguns indicativos apontados pela autora. Oliveira ressalta a importância da diversidade de usos e da gestão partilhada para o sucesso na continuidade do programa.

Sant'Anna (2003, pp. 52-55) afirma que o programa de requalificação adotado representa uma política sócio-espacial vinculada a processos externos mais amplos e fortemente associada à dinâmica das cidades contemporâneas. A natureza política do processo influenciou a não sustentabilidade do Programa, conduzindo a um modelo de gestão dependente dos cofres públicos e fortemente vinculado a estratégias de city-marketing. Para a autora, *“o novo Pelourinho está mais para modernista e autocrático do que para pós-moderno e neo-liberal”*. Esta afirmação demonstra que a importação de modelos empregados por outras cidades muitas vezes acaba sofrendo distorções, em função das distintas realidades sócio-políticas locais. Essa questão será, no entanto, discutida nos capítulos posteriores.

A autora afirma ainda que o desenho urbano decorrente das linhas projetuais do programa alterou significativamente a estrutura do conjunto arquitetônico de todo o Centro Histórico e não resultou no espírito de integração entre os quarteirões, como o desejado. O desenvolvimento turístico não aconteceu como o esperado e a população local das classes

mais populares se apropriam cada vez mais da região e consomem produtos e serviços oferecidos de forma não oficial e não prevista no Programa, como alimentos e bebidas vendidos por ambulantes e bares locais.

Conclui, ressaltando que o emprego de modelos externos e engessados de valorização econômica do patrimônio precisa ser revisto e analisado localmente, antes de ser adotado como um meio poderoso de marketing urbano, governamental e turístico.

Para Fischer et al. (1997, pp. 166-171), a análise dos resultados alcançados pela implantação do Programa devem ter múltiplos olhares, devido a complexidade das redes de relações sociais que se formaram a partir das primeiras intervenções. Para os autores, a rede de ações públicas fortemente presente nas etapas do processo propiciou o aparecimento de novas redes locais de âmbito social, econômico e cultural. Moradores, antigos e novos comerciantes, ambulantes e grupos culturais locais criaram dinâmicas de relações baseadas ora em parcerias, ora em conflitos e dentro de um conjunto de objetos espacialmente definidos. A riqueza dessas relações não deve, segundo os autores, ser descartada na análise dos resultados do processo e de sua continuidade.

Essa discussão confere uma dinâmica específica ao Pelourinho, pois a diversidade social e organizacional ora presente demonstra a vitalidade de uma sociedade frente a ações públicas rígidas e unilaterais. As redes de cooperação e conflitos devem ser lidas como a necessidade de um sistema de gestão amplo e integrado e do reconhecimento da diversidade de um espaço socialmente construído (FISCHER et al., 1997, pp. 179-180).

Nota-se, a partir dessa análise teórica, que a aplicação de modelos neoliberais com sistemas de controle e gestão centralizados pelo Estado acabam por não proporcionar uma dinâmica auto-suficiente e a proteção consciente do patrimônio pela população. Ao mesmo tempo, a possibilidade de conservação e manutenção destas áreas dentro dos ideais dos órgãos públicos, fortalece a idéia de um patrimônio intocado e mantido distante de apropriações sociais mais democráticas. A requalificação econômica através do turismo

demonstra a fragilidade da atividade frente aos bens sociais construídos por uma sociedade, que se apropria e cria novas relações de uso e valor para tais áreas.

Cabe agora uma análise particular desta pesquisa para verificar e compreender mais precisamente os resultados, as ações e os olhares dos principais agentes presentes na área do Centro Histórico de Salvador e sua relação com um conjunto de bens arquitetônicos tão importantes para a história do país.

## **9 – Dinâmica Urbana do Pelourinho na Atualidade: Formas e Apropriações Sócio-Espaciais**

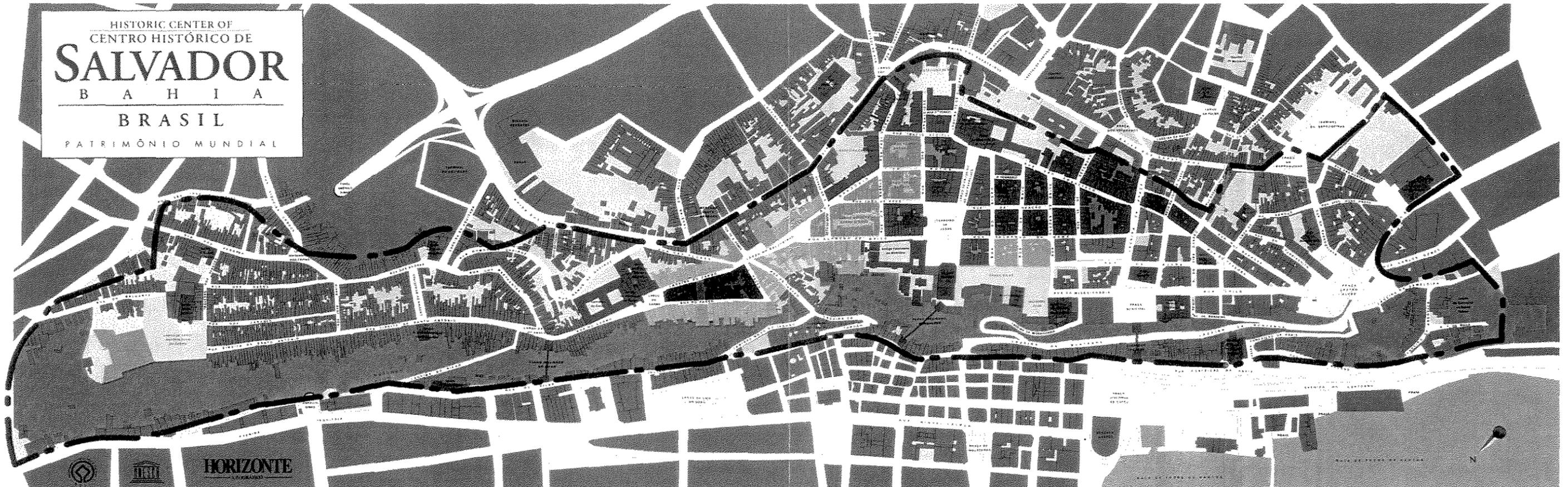
Embora o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador tenha apresentado resultados satisfatórios na expectativa de seus idealizadores, uma análise mais minuciosa da evolução desse espaço requalificado revela efeitos ambíguos e mesmo antagônicos. A análise do estado de conservação atual dos espaços públicos e privados, os usos e apropriações desses espaços por parte da população, empresários, turistas e poder público bem como novos investimentos na área, demonstram nitidamente os efeitos contraditórios do planejamento urbano numa área de grande vitalidade sócio-cultural.

Este trabalho achou necessária a investigação no local, analisando inicialmente o processo de implantação da proposta através de suas etapas e os resultados de sua implantação. Da mesma forma, o levantamento de uso do solo na área requalificada também se fez necessário, uma vez que demonstra a relação entre a intencionalidade da proposta e a dinâmica sócio-econômica local. Entrevistas realizadas com representantes do poder público envolvidos com a área, como empresários locais e moradores antigos, apontam ainda relações e interpretações paradoxais com o discurso da proposta e a realidade vivenciada pela comunidade e investidores locais.

O cruzamento e análise dos dados levantados e mapeados permite ainda observar transformações importantes na área como o sentido de fluxos turísticos e as territorialidades diferenciadas em formação.

Primeiramente, o material bibliográfico e dados oficiais do programa levantados nos órgãos públicos e universidades locais permitiram uma visão mais global das etapas do processo de requalificação, como demonstra a figura 50. Analisando a seqüência das etapas de implantação da proposta observa-se claramente a importância da paisagem e do cenário recuperado nas prioridades do programa. Nesse sentido, a paisagem que envolve o largo do

# Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador



- 1ª Etapa
- 2ª Etapa
- 3ª Etapa
- 4ª Etapa
- 5ª Etapa
- 6ª Etapa
- 7ª Etapa
- Área tombada UNESCO/IPHAN (1984)

A área eleita como segunda etapa do Programa reúne, curiosamente, quarteirões localizados relativamente distantes do largo do Pelourinho, mas de alcance visual direto deste. Estes quarteirões reforçam o caráter fachadista da proposta e a importância da paisagem do Centro Histórico recuperada – mesmo que fragmentada - no fortalecimento da imagem do produto turístico Bahia. As figuras a seguir demonstram esta relação. Se analisarmos as figuras 53 e 54, podemos perceber os efeitos nefastos desse tipo de intervenção. A falta de manutenção das fachadas dos edifícios por parte dos órgãos responsáveis compromete a paisagem do conjunto arquitetônico que envolve o largo do Pelourinho e fragiliza a imagem de sucesso do Programa.

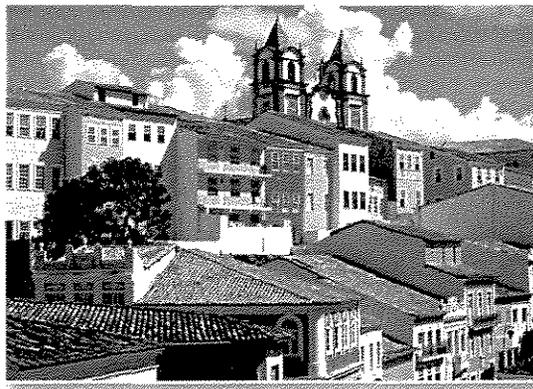


Figura 53- Paisagem comumente valorizada pela propaganda turística do Pelourinho. Ao fundo, casario recuperado na 2ª. etapa do Programa. Fonte- Castro (2000, p. 205).

Figura 54 - Vista recente da paisagem apresentada na figura anterior. Observa-se o mau estado de conservação das fachadas dos casarios recuperados pelo Programa. Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.



As duas próximas etapas do Programa continuam na mesma direção, agora priorizando os edifícios que compõem a paisagem que envolve a Praça Terreiro de Jesus e relevantes marcos arquitetônicos pontuais, como a igreja São Francisco (Figura 55) e o prédio do Instituto do Patrimônio Arquitetônico e Cultural – IPAC localizado na rua Gregório de Matos (Figura 56).



Figura 55 -Vista dos quarteirões recuperados na terceira etapa do Programa. Em destaque, a fabulosa igreja barroca da Ordem de São Francisco.  
Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.



Figura 56 - Vista da rua Gregório de Matos, principal rua institucional do Centro Histórico. Vista da área próxima ao Posto de Informações da Bahiatursa.  
Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.

A quinta etapa completa o sentido do grande fluxo de pedestres e turistas, elegendo como prioridades os quarteirões próximos a terminais de transporte público e turístico, bem como construção de estacionamentos subterrâneos integrados ao conjunto. Cabe ressaltar que nessa etapa a melhoria do largo do Pelourinho é retomada, elegendo conjuntos arquitetônicos não contemplados na primeira etapa.

A sexta etapa dá continuidade às ações iniciadas na etapa anterior, recuperando os edifícios que compõem a paisagem do largo do Pelourinho, a construção de mais um estacionamento subterrâneo e a requalificação da Praça da Sé. Nessa etapa, o tradicional terminal de ônibus é transferido para uma pequena praça nas proximidades e a Praça da Sé é reurbanizada, retomando seu uso coletivo destinado a lazer. Bancos, espelhos d'água, fontes, belvederes são equipamentos ora observados no local e reforçam o caráter contemplativo e monumental da proposta. A paisagem urbana se torna o elemento central das intervenções de recuperação dos edifícios, em detrimento de uma preocupação de inserir todo o conjunto na dinâmica urbana da cidade.

Cabe ressaltar ainda que se observam diferentes níveis de conservação no conjunto. Segundo Rosana Reis, responsável pelo departamento de patrimônio imobiliário do IPAC, apenas alguns empresários locais se preocupam em manter as condições do edifício em bom estado. A arquiteta Elisabete Cardoso Palmeira, responsável pelo departamento de Projetos do IPAC, observa que já existem obras de recuperação de imóveis que já haviam sido recuperados nas primeiras etapas do Programa. Mas a maioria dos locatários aguarda, segundo as duas arquitetas, as ações do Estado para a manutenção dos edifícios.

Questionada sobre a necessidade de altos recursos para realizar as obras de manutenção, Rosana Reis adverte sobre a constante falta de recursos do Estado em manter todo o conjunto em bom estado. Além do número de imóveis crescer a cada etapa implantada, a taxa de inadimplência dos locatários sobretudo dos residentes que permaneceram na área, é bastante alta. A arquiteta não mencionou a taxa de inadimplência dos imóveis alugados pelo IPAC.

É fácil compreender as razões que levaram o Programa a acumular tais problemas. O nível de dependência de ações públicas na dinâmica sócio-espacial local é decorrente da própria adaptação do modelo de requalificação à realidade política local. Como salientado por Sant'Anna no capítulo anterior, o caso Pelourinho está mais voltado para um sistema tecnocrático e centralizado pelo Estado, do que para um modelo neo-liberal como observamos no caso de Barcelona e nos Estados Unidos.

Questionadas sobre a existência de algum projeto de educação envolvendo a comunidade e investidores locais na proteção, manutenção e estudo do patrimônio cultural do Centro Histórico, nenhuma das pessoas entrevistadas soube responder. O reflexo da falta de acompanhamento e envolvimento da comunidade local no processo de recuperação do patrimônio pode levar a situações constrangedoras como às observadas nas figuras 57 e 58.

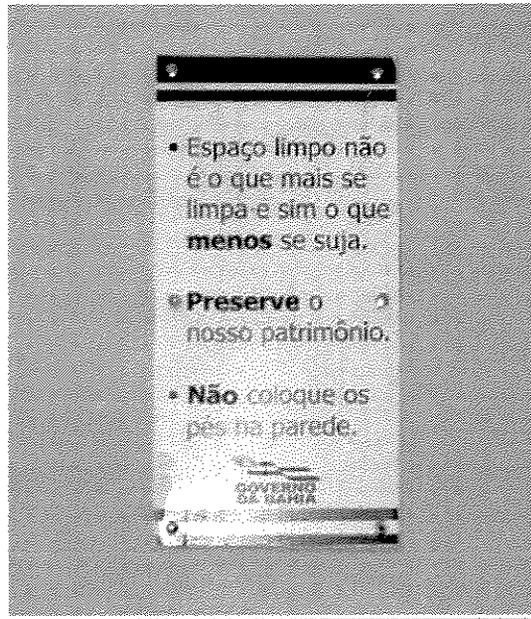


Figura 57 - Placa existente nas praças internas aos quarteirões. Observa-se a forma de educação patrimonial empregada e a centralização do Estado na manutenção dos espaços requalificados.  
Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.



Figura 58 - Fundo de casas observado no Largo Quincas Berro D'Água. Nota-se o descaso e o acúmulo de lixo no local. Essa realidade reflete o caráter fachadista que envolve o processo de requalificação local.

Voltando a análise da implantação do Programa, vale dizer que somente a sétima etapa, ora em processo de implantação, se diferencia das demais uma vez que elegeu uma área relativamente distante dos intensos fluxos turísticos e que ao mesmo tempo representa alto potencial de apropriação social local. Os resultados alcançados poderão transformar os caminhos do Programa e merecerão estudos mais detalhados.

Outra questão importante a ser analisada é referente aos novos usos atribuídos ao local após a reforma. Como já analisado, a área de entorno do Pelourinho apresentava predominantemente uso residencial com ocupação de famílias de baixa renda. Com a implantação do Programa, praticamente toda a área foi desapropriada pelo Estado e as famílias residentes foram indenizadas e obrigadas a deixar o local. O Estado inicia então um intenso programa de refuncionalização dos edifícios privilegiando usos comerciais voltados ao turismo.

Segundo Mônica de Jesus Silva, moradora antiga do Pelourinho, funcionária de restaurante turístico na área e atuante em diversos projetos sociais, o processo de indenização e retirada das famílias antigas foi muito tumultuado. A saída obrigatória não era consenso e os critérios de indenização não ficaram muito claros para todos. Da mesma forma, na época em que se iniciou a implantação do Programa muitos sabiam que haveriam alguns casarões destinados a usos residenciais. A moradora afirma, no entanto, que a ocupação dessas casas após as reformas exigiria uma formalização do contrato de locação e isso impediria o acesso da maioria dos antigos residentes. Curiosamente, ressalta a moradora, a maior parte dos moradores que permaneceu na área após a recuperação era composta de funcionários públicos - inclusive do próprio IPAC - e de militares.

Segundo Mônica a violência e prostituição, enfatizadas nas justificativas de execução do Programa, não valorizou a maioria das pessoas trabalhadoras que residiam na área. Segundo a moradora, os níveis de violência ali observados não eram muito diferentes daqueles observados hoje em outros locais de Salvador. Questionada sobre a oportunidade de empregos para a população local nos estabelecimentos comerciais e entidades do Centro Histórico, Mônica ressalta que cerca de 30% dos empregos disponíveis na área são ocupados por moradores e que, devido à sazonalidade do turismo em Salvador, essa estimativa é totalmente variável. Não foi possível mensurar, no entanto, a proporção de moradores antigos e novos que ocupam esse percentual de empregos.

Ao circular pelo Centro Histórico, observa-se o assédio permanente de ambulantes vendedores de artesanato e de fitinhas aos turistas que visitam a área. A forma da abordagem é muito constrangedora e intimidadora propiciando, na maioria das vezes, o sucesso do negócio. Diversas e diferentes opiniões a respeito foram ouvidas. Todos afirmam que essas pessoas são um problema na região: a maioria é viciada em drogas e vive em condições precárias. A moradora Mônica de Jesus confirma essa realidade, acrescentando que a maioria desses ambulantes não mora no Pelourinho. Os ambulantes que moram no bairro comercializam seus produtos diretamente nas lojas e barracas de artesanato do Centro Histórico.

Indagada sobre o sucesso do Programa e a aprovação da população local em relação ao Projeto, a moradora conclui dizendo que muito tempo já se passou e que realmente as condições da área melhoraram. Segundo as palavras da moradora: *“nessa época era tudo destruído. Havia paredes caindo dos prédios nas ruas principais e não tinha beleza nenhuma para se ver. Só feiúra mesmo. Mas isso não quer dizer que hoje seja tudo uma maravilha. A preocupação é com o turismo e não com os moradores locais. O Pelourinho é para turista ver”*.

Observa-se pelo depoimento que existe na população local uma consciência da importância da recuperação do patrimônio cultural. A questão colocada nos remete novamente aos problemas sociais e às especificidades do processo de requalificação da área.

Para se compreender melhor a especificidade do processo, ressalta-se inicialmente a predominância quase absoluta do turismo em toda a área requalificada. A territorialidade dessa atividade está expressa em toda parte: nos estabelecimentos comerciais, nos equipamentos culturais e de lazer, nas organizações locais e nas fachadas do casario. No entanto, não foi encontrado nenhum registro mais detalhado que aponte um controle social, econômico e espacial mais apurado da área. Não foi identificado nenhum mapa de uso do solo, indicando as diferentes ocupações em cada casario. O inventário do patrimônio foi realizado para fins de recuperação e a partir daí não se observa nenhum registro pós-uso.

Somente o Departamento de Patrimônio Imobiliário do IPAC realiza um controle mais detalhado da natureza dos estabelecimentos existentes hoje no Pelourinho. Esse controle é necessário devido aos contratos de locação dos imóveis. Foram fornecidos dados referentes aos tipos de serviço, quantidade de estabelecimento e percentual da atividade no conjunto. Esses dados estão relatados na tabela a seguir:

Tabela 01. Tipo de Serviço dos Imóveis no Pelourinho

Tipo de Serviço	Quantidade	Percentual
Agência de Viagem	09	0,69%
Antiquário/Decoração	04	0,31%
Artes	70	5,36%
Artesanato	68	5,20%
Bancos	04	0,31%
Bar	52	3,98%
Eleto/Eletrônicos	50	3,83%
Entidades Diversas	65	4,97%
Estacionamento	03	0,23%
Hotel/Pousada	18	1,38%
Igreja/Museu	42	3,21%
Joalheria/Bijouteria	18	1,38%
Lanchonete e Café	20	1,53%
Orgão Público	34	2,60%
Outros	566	43,31%
Residência	185	14,15%
Restaurante	55	4,21%
Roupas	35	2,68%
Tea/dança/Show	09	0,69%
Total Geral	1307	100%

Fonte: Dados fornecidos pelo Departamento de Patrimônio Imobiliário do IPAC – jan 2005.

Ao analisar tais dados percebe-se nitidamente a preocupação do departamento em conhecer detalhadamente os estabelecimentos comerciais da área. Outras ocupações são generalizadas como a categoria *outros* que detém cerca de 43% de ocupação na área. O nível de especificidade levantado não permite informações importantes, como nível dos produtos comercializados, ou especificidade turística do estabelecimento comercial. Da mesma forma não são especificados serviços e estabelecimentos voltados aos interesses locais, e isso demonstra a supremacia da atividade turística no Programa e no sistema de controle de usos.

Nesse sentido, mesmo levando em consideração a lógica adotada pelo Programa de Recuperação, a não existência de um mapeamento do uso do solo pode implicar num descontrole na distribuição dos negócios turísticos na área. Podem ocorrer concentrações de

negócios de mesma natureza num mesmo quarteirão ou rua – o que dificulta a viabilidade dos negócios – ou mesmo os equipamentos podem não atender às expectativas do fluxo turístico devido à sua inadequada localização, como será demonstrado na análise de territorialidades do local.

Um exemplo dessa afirmação já é observado ao se percorrer as ruas do local. Existem quarteirões onde a concentração de negócios idênticos é notória, causando monotonia no consumidor. O mesmo ocorre com a oferta de restaurantes. Alguns serviços turísticos também estão mal localizados; o posto de informações turísticas da Bahiatursa se situa num casarão extremamente interessante localizado na esquina da rua Gregório de Matos com a rua Laranjeiras, ou seja, numa área de saída e dispersão de fluxos turísticos<sup>46</sup> como será demonstrado adiante. O mapeamento do uso do solo seria muito importante para manter a viabilidade econômica e funcional da proposta idealizada.

Nesse sentido, esta pesquisa realizou o levantamento e mapeamento de uso do solo na área que cobre as sete etapas do Programa de Recuperação. Foram levantados e mapeados todos os imóveis existentes nessa área, inclusive divisões por andar e entradas anexas onde existe ocupação. Este trabalho foi realizado insistentemente durante o trabalho de campo necessário a esta pesquisa, ressaltando que durante sua realização houve curiosidade e preocupação por parte de muitos empresários locais, fato que demonstra a falta de trabalhos e pesquisas desse tipo na área. Somente o mapeamento detalhado da etapa sete (ver Figura 50) não pôde ser finalizado, uma vez que o assédio insistente de prostitutas, desocupados e moradores desconfiados com a pesquisa que estava sendo realizada provocaram insegurança a este pesquisador. De qualquer forma, foi realizada uma análise geral do uso do solo dessa etapa.

O resultado desse levantamento encontra-se nos Mapas de Uso do Solo (ver Apêndice) onde se pode observar os usos e ocupações de cada imóvel em todos os quarteirões da área levantada. O mapeamento foi realizado quadra a quadra, na ordem em

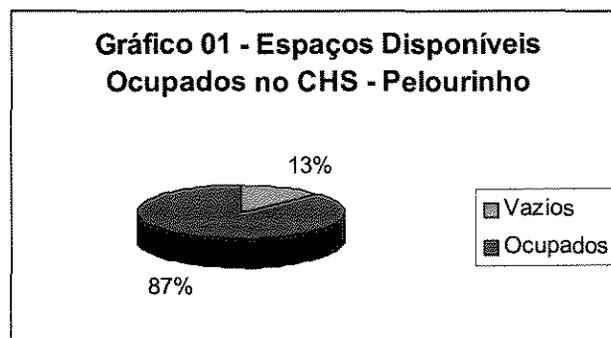
---

<sup>46</sup> O estudo e análise dos fluxos turísticos será demonstrado adiante.

que foram implantadas as etapas do Programa. Contudo, os resultados e análise desse levantamento são apresentados a seguir.

Foram identificadas 643 diferentes ocupações nos 481 imóveis levantados, demonstrando uma taxa de aproveitamento de cerca de 35% a mais do estoque imobiliário existente. Isso indica formas diversificadas na divisão interna das edificações após a recuperação das mesmas. Ao realizar o levantamento observa-se a existência de imóveis inteiramente ocupados por uma só atividade, bem como adaptações multifuncionais no mesmo edifício, como portas anexas, salas de pavimento superior e subsolo. Esse fato pode indicar formas de controle e arrecadação de impostos distintas empregadas pelos órgãos públicos responsáveis ou ilustra formas de adaptação não-oficiais empregadas pelos locatários locais. De qualquer forma, a heterogeneidade de formas de ocupação evidencia uma dinâmica maior nos objetos arquitetônicos existentes, um aproveitamento maior de seus recursos e uma interação maior entre público e patrimônio.

No entanto, também foram observados números significativos de espaços desocupados na área levantada. O resultado dessa análise pode ser observado no Gráfico 01.



Fonte - Levantamento de Uso do Solo. Marcelo Sotratti, jan/2005.

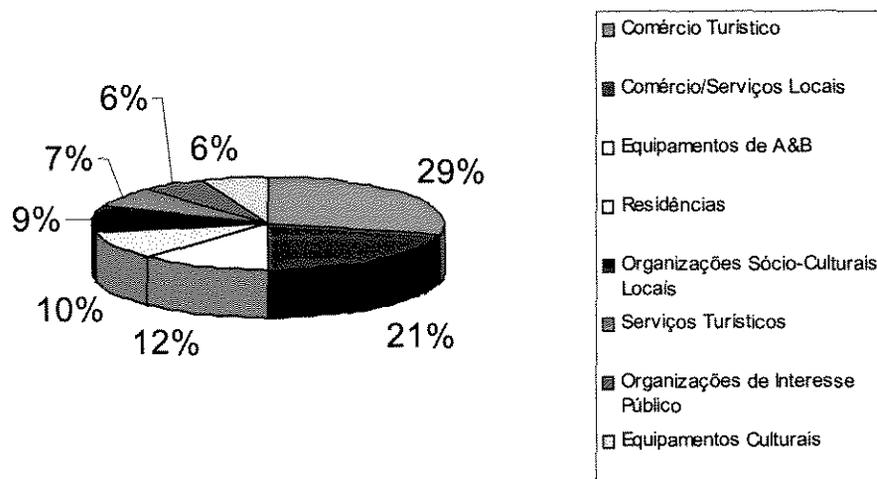
Embora quantitativamente baixa, a taxa de espaços desocupados para uma área de requalificação é bastante alta, se levarmos em conta os altos investimentos de recuperação da área, facilidades proporcionadas pelo órgão público. Isso indica que o valor de uso do

solo urbano não atingiu os resultados esperados. Em exemplos de requalificação de sucesso, como Nova York e Barcelona – exemplos analisados nesta pesquisa, o valor de uso atingiu cifras além das esperadas, provocando pressões imobiliárias para a expansão da proposta em áreas adjacentes a ela. Como observado na entrevista com as arquitetas do órgão público local, o Estado vem encontrando dificuldades na obtenção de recursos para a continuidade do Programa e a taxa de inadimplência dos locatários é significativa.

Existem espaços vazios em praticamente todos os quarteirões do conjunto, mas observa-se ligeira frequência dessa situação em alguns pontos específicos. A maior concentração de espaços vazios se localiza em áreas mais distantes do largo do Pelourinho, como quarteirões próximos à Igreja do Carmo (etapa 02), à área comercial da Baixa dos Sapateiros e aos quarteirões ainda não recuperados da sétima etapa. Curiosamente, observa-se alguma concentração de espaços vazios em alguns quarteirões situados na área de maior fluxo turístico, como em quarteirões localizados à rua Alfredo de Brito e Gregório de Matos. Nesse caso referem-se a salas desocupadas em andares superiores, prédios inteiros ou mesmo em fase de recuperação, como a antiga faculdade de Medicina e alguns casarões próximos ao IPAC.

Em contrapartida, nos 555 espaços efetivamente ocupados por atividades urbanas, observou-se a existência de atividades diversas, mas em proporções desiguais e localizações concentradas em alguns pontos do conjunto. A distribuição das diferentes categorias de uso observadas no local pode ser visualizada no Gráfico 02.

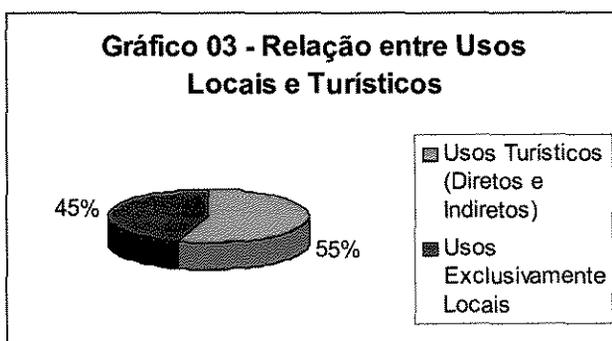
**Gráfico 02 - Distribuição de Usos no  
CHS - Pelourinho**



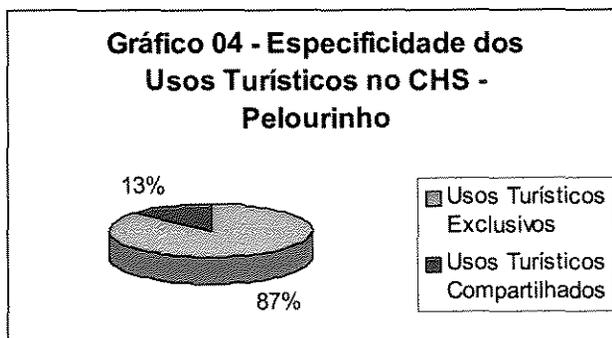
Fonte - Levantamento de Uso do Solo. Marcelo Sotratti, jan/2005.

Se observarmos este resultado nota-se que existe equilíbrio entre algumas formas de ocupação existentes na área de estudo, como organizações sócio-culturais locais, organizações de interesse público, serviços turísticos, equipamentos culturais, de A&B e usos residenciais. No entanto, a diferença entre esses percentuais e àqueles associados a comércio/serviços locais e comércio turístico é marcante. Embora relativamente equilibrados proporcionalmente, o uso comercial voltado ao turismo é predominante e assume somente uma forma de ocupação – atividades de varejo de produtos turísticos – sendo que a forma de comércio e serviços locais abrange atividades associadas a diferentes setores da dinâmica urbana.

Ao analisarmos mais atentamente o gráfico acima podemos perceber que a atividade turística e atividades locais também podem estar associadas às outras categorias apresentadas nesse resultado. Nesse sentido, os Gráficos 03 e 04 apresentam a relação existente entre os usos exclusivamente locais e os usos turísticos da área estudada. O gráfico 03 demonstra a relação geral entre usos associados ao turismo e usos exclusivamente locais enquanto o gráfico 04 demonstra a participação do turismo em outras categorias de uso levantadas, como organizações sócio-culturais locais, organizações de interesse público e equipamentos culturais.



Fonte - Levantamento de Uso do Solo. Marcelo Sotratti, jan/2005.

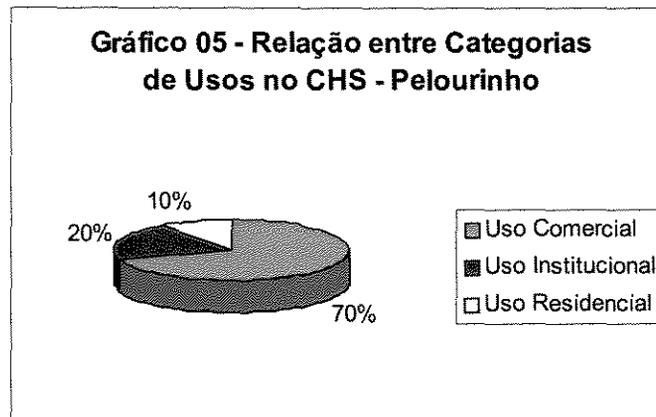


Fonte - Levantamento de Uso do Solo. Marcelo Sotratti, jan/2005

Analisando atentamente tais resultados observa-se que embora a predominância de usos turísticos não pareça estar muito distante das atividades de uso local, vale confirmar a supremacia dessa atividade na área levando em conta a diversidade de atividades urbanas associadas a usos locais. A territorialidade turística no Centro Histórico de Salvador é marcante: existem usos turísticos em todos os bairros recuperados, chegando a atingir a totalidade de 100% de ocupação em alguns bairros localizados nas proximidades do largo do Pelourinho.

Esse fato nos revela uma diferença clara entre o processo de requalificação de outras cidades apresentadas nesse trabalho e o observado no Centro Histórico de Salvador – Pelourinho. Embora nos casos internacionais observa-se a importância da atividade turística nas novas áreas requalificadas, a diversidade de usos e atividades urbanas – ligadas a consumo ou não – é maior. Também se percebe maior participação dos usos residenciais nos espaços urbanos requalificados internacionais.

As áreas residenciais no Centro Histórico de Salvador totalizam a maior frequência em termos de usos locais, mas perdem sua força quando comparadas a outras categorias de usos presentes na área, como usos comerciais e institucionais. O Gráfico 05 demonstra a relação entre tais categorias.

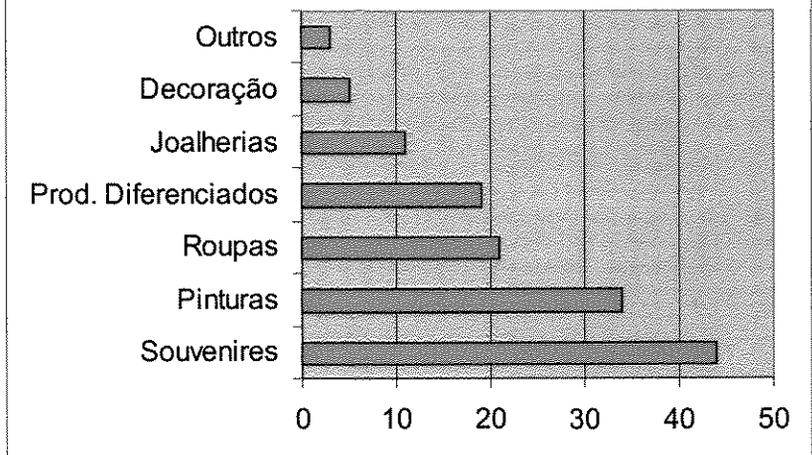


Fonte - Levantamento de Uso do Solo. Marcelo Sotratti, jan/2005.

Como dito anteriormente, o comércio turístico lidera a categoria de usos comerciais identificadas na área de estudo. No entanto, é importante analisarmos as diferentes tipologias deste comércio turístico identificadas nesse levantamento. O gráfico 06 apresenta a frequência das diferentes tipologias de comércio turístico observadas em todos os espaços ocupados do local. Para efeito de análise, os diferentes produtos comercializados em tais estabelecimentos foram agrupados em algumas tipologias definidas que aparecem repetidas vezes nos estabelecimentos comerciais distribuídos por todo o Conjunto, ou seja: lojas de souvenirs, ateliers artísticos que comercializam pinturas, lojas de roupas, joalherias e casas de pedras brasileiras, antiquários/lojas de decoração e estabelecimentos que comercializam produtos originais e criativos.

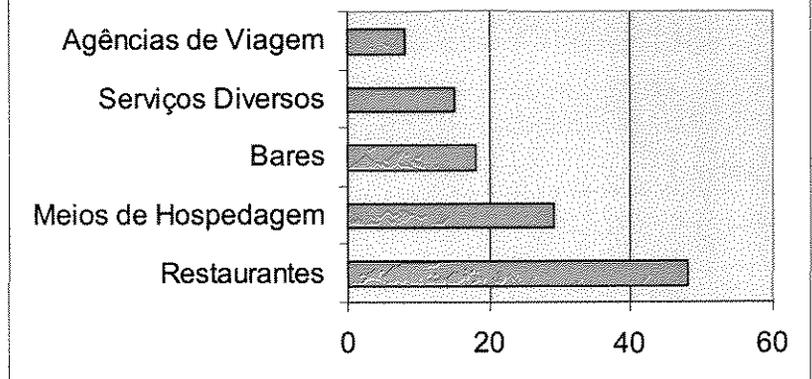
Em seguida, o Gráfico 07 apresenta a frequência de serviços turísticos identificada nesse levantamento. As tipologias foram agrupadas segundo a estrutura e organização do mercado turístico internacional (BENI, 1998), ou seja, meios de hospedagem, equipamentos de A& B - bares e restaurantes, agências de viagem e serviços turísticos variados como transporte, comunicação e informação e comercialização de ingressos para eventos culturais.

**Gráfico 06 - Comércio Turístico no CHS - Pelourinho - Tipologias**



Fonte - Levantamento de Uso do Solo. Marcelo Sotratti, jan/2005.

**Gráfico 7 - Serviços Turísticos no CHS - Pelourinho - Tipologias**



Fonte - Levantamento de Uso do Solo. Marcelo Sotratti, jan/2005.

Observando mais atentamente esses resultados nota-se primeiramente a predominância de estabelecimentos de varejo de produtos associados ao turismo e à cultura baiana. As lojas de souvenirs, os ateliers de artistas locais e lojas de roupas lideram o comércio turístico. Tais estabelecimentos se repetem sucessivamente entre os quarteirões e a homogeneização e padronização dos produtos comercializados acaba por imprimir uma certa monotonia na paisagem das ruas. Cartões postais, lembranças da Bahia, filmes, berimbaus, camisetas com motivos baianos, artigos de praia idênticos ou muito semelhantes entre si são insistentemente colocados à vista dos turistas que circulam pelo local. O mesmo acontece com os ateliers de arte. A quantidade de ateliers que exibem pinturas de paisagens do Centro Histórico, da cultura e dos personagens afro-baianos nas portas e janelas de seus estabelecimentos é tão grande que sua percepção é praticamente impossível. Essa situação se agrava com a enorme quantidade de ambulantes e barracas que vendem os mesmos artigos desses estabelecimentos.

Também se constata a presença significativa de joalherias que comercializam artigos com pedras preciosas e semi-preciosas brasileiras. Mais discretos que os casos anteriores, tais estabelecimentos apresentam alguns procedimentos de segurança que inibem a entrada de turistas em seus interiores. Entretanto, é comum observarmos mulheres vestidas de baianas tradicionais distribuindo panfletos comerciais desses estabelecimentos em pontos de alta circulação de turistas.

Mesmo identificando alto nível de padronização de produtos turísticos comercializados, esse estudo também identificou freqüência significativa de produtos diversificados e inovadores nos estabelecimentos comerciais voltados ao turismo. Bebidas caseiras, artigos de renda, instrumentos de percussão diferenciados, charutaria, livraria, prataria, artesanato fino são alguns exemplos de produtos encontrados nesses estabelecimentos.

Por fim, vale ressaltar a presença de alguns antiquários e lojas de decoração na área estudada. Marcados pelo alto nível do design de interiores e pela excelente apresentação de

seus produtos, tais estabelecimentos se destacam na paisagem e claramente determinam o perfil dos consumidores por eles pretendidos.

Quanto aos serviços turísticos específicos, observa-se a predominância dos restaurantes e meios de hospedagem. Os restaurantes apresentam os mesmos problemas observados nas lojas de souvenirs e nos ateliers de pintura, ou seja, alta frequência e concentração do mesmo tipo de estabelecimento em áreas próximas ou contíguas. No entanto, a versatilidade dos produtos oferecidos, como refeições, porções, pizzas, lanches e bebidas encontrados na maioria desses estabelecimentos diversifica o perfil da demanda pretendida. Outro fator que favorece esse setor é a possibilidade da colocação de mesas em algumas ruas e praças do Centro Histórico, o que os tornam mais procurados pela demanda turística.

Os meios de hospedagem identificados apresentam-se bem distribuídos por toda a área recuperada. Consistem, na sua maioria, em pousadas e albergues da juventude destinados a um público mais jovem ou com menor intenção de gastos em hospedagens. Não há hotéis de categoria superior no Centro Histórico<sup>47</sup>. É interessante notar que a presença significativa desse serviço no local pode refletir alguma evolução no perfil do turismo desenvolvido em Salvador, uma vez que a preferência pela área histórica central da cidade em detrimento da orla marítima pode estar relacionado à mudanças no perfil da demanda turística que visita a cidade.

A título de ilustração, se destacam também no Centro Histórico alguns serviços turísticos diversos como internet-cafés, casas de câmbio, locadora de automóveis, posto de venda de ingressos para eventos culturais e posto de informação turística da Bahiatursa – empresa de turismo do estado.

Ao analisar globalmente os espaços turísticos comerciais existentes no Centro Histórico requalificado constata-se a incompatibilidade do poder de investimentos dos negócios e produtos ali comercializados com os recursos que foram investidos pelo órgão

---

<sup>47</sup> Somente o Hotel Pelourinho apresenta melhores condições de receber clientes mais exigentes.

público estadual no Programa de Recuperação. Esse fato revela algumas falhas nas estratégias econômicas adotadas pelo Programa. Extrema centralização do órgão público no processo de gestão, ausência de parcerias e participação do mercado local, falta de estudos de viabilidade econômica e de avaliação de resultados são alguns problemas citados pelos pesquisadores da área nos capítulos anteriores desta pesquisa e constatados a partir dos resultados que ora se observam na dinâmica econômica local.

Questionada sobre o perfil dos negócios turísticos e os procedimentos adotados pelo órgão público no Centro Histórico, Rosana Reis declara que existe um controle rígido por parte do órgão em relação aos usos destinados imóveis recuperados. O órgão mantém um estudo de impacto econômico e espacial que revela as atividades mais rentáveis para o local, bem como àquelas que são incompatíveis com a área. Uma vez aprovado o negócio pelo órgão, e licenciado pela prefeitura municipal o empreendedor inicia o pagamento de locação.

Segundo a arquiteta, efeitos adversos como sazonalidade e fluxos de turistas aquém do esperado fizeram com que os empresários selecionados no início do Programa fechassem seus negócios, cedendo os espaços para outros negócios com menor poder de investimento e diferencial de produtos. Tais efeitos adversos permaneceram e se agravaram ao longo dos anos levando a altos índices de inadimplência por parte de empresários locatários, residentes e organizações não governamentais ali instaladas.

A inadimplência e a falta de recursos do Estado ora vivenciadas vêm comprometendo a prática de recuperação e manutenção dos quarteirões recuperados que, segundo a arquiteta Elisabete Palmeira, demonstram a total dependência da sociedade local em relação às ações do Estado. Segundo a arquiteta, as pressões por parte da sociedade em relação à melhoria e animação da área são totalmente responsabilizadas ao Estado.

Tais informações ratificam as questões aqui discutidas e revelam claramente os efeitos da intencionalidade rígida da proposta em tornar o Pelourinho uma área turística, uma vez que a não apropriação e envolvimento natural de investidores e da população local

criaram uma dinâmica urbana artificial mantida pelo órgão público. Entretanto, outras questões levantadas no estudo de campo são fundamentais para aprofundarmos a análise pretendida por esta pesquisa.

Numa tentativa de aumentar os fluxos turísticos e minimizar os problemas e pressões da sociedade local, o Governo do Estado da Bahia iniciou desde 1995 o Projeto Pelourinho Dia & Noite, que consiste na realização de shows e eventos culturais nas praças situadas no interior dos quarteirões recuperados. A intensa programação do Projeto pode ser observada em anexo. Tal estratégia se sobrepôs ao conceito original do Programa que seria despertar o interesse pela convivência e sociabilidade no interior dos quarteirões, criando um espírito de vizinhança entre os empresários, os turistas e a comunidade local.

A montagem, desmontagem, contratação e pagamento referentes aos custos dos eventos culturais são de total responsabilidade do Estado através de sua secretaria de cultura e turismo. Tal iniciativa, embora positiva, reforça ainda mais o alto nível de centralização, dependência e intervenção do órgão público na dinâmica urbana local, diferentemente do que foi observado em outros programas de requalificação apresentados neste trabalho. As figuras 59 e 60 ilustram algumas ações e conseqüências dessa questão observada no Pelourinho.

Figura 59 - Acesso à praça Tereza Batista, localizada na rua Gregório de Matos. Observa-se que o acesso a esse espaço encontra-se interditado devido às instalações dos shows do Projeto "Pelourinho Dia & Noite".

Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.



Figura 60 - Detalhe de palco sendo preparado para os shows noturnos no Largo Tereza Batista. Ao fundo, propaganda do Projeto.

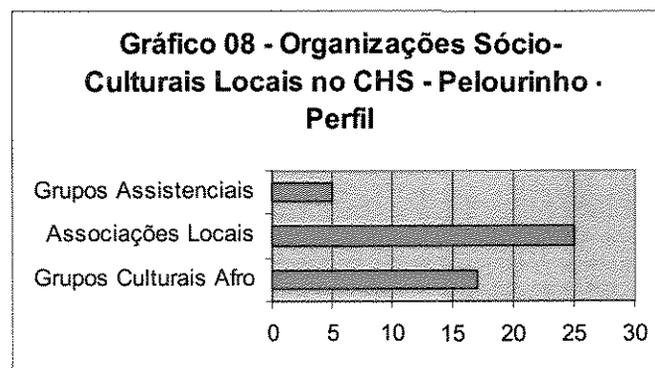
Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.

Com tal animação cultural, o Programa pretende tornar a área requalificada permanentemente freqüentada, além de incentivar o caráter cultural da área. Esse fato nos remete a uma outra discussão observada no capítulo anterior: a associação do Pelourinho requalificado com a imagem da cultura baiana contemporânea através do fortalecimento da imagem dos grupos culturais negros atuantes no Centro Histórico.

O levantamento de uso do solo realizado por esta pesquisa permite analisarmos a presença das organizações sócio-culturais locais na dinâmica urbana ora observada no local. Embora a participação geral dessas organizações na área seja baixa em relação às outras atividades identificadas – 09% do total - resultados mais detalhados acerca dessas organizações revelam realidades interessantes. O Gráfico 08 apresenta a freqüência dos diferentes tipos de organizações sociais e culturais identificadas. As organizações sócio-

culturais locais foram divididas em três tipos: os grupos assistenciais, ou seja, aqueles que têm como proposta a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade, as associações locais que reúnem grupos sociais representativos na dinâmica sócio-econômica local e os grupos culturais afro que valorizam a cultura baiana difundida internacionalmente através da música e dança.

Observando-se os resultados apresentados nesse gráfico constata-se a liderança das associações locais no conjunto dessas organizações. A maior parte dessas associações está relacionada a grupos econômicos atuantes na área como a Associação das Baianas do Acarajé, a Associação dos Vendedores Credenciados do Centro Histórico e o Centro dos Artesãos do Centro Histórico, além de fortes grupos representativos da sociedade baiana, como o Grupo Gay da Bahia e o Grupo da Consciência Negra. Esse fato revela um aspecto importante na nova dinâmica urbana imposta pelo Programa: a reorganização da sociedade local e sua identificação com a área do Centro Histórico. Maior visibilidade das associações, maior interação com outros setores econômicos e sociais e formação de redes são conseqüências positivas desta presença significativa.



Fonte – Levantamento de Uso do Solo, Marcelo Sotratti, jan/2005

Como já observado no capítulo anterior, os grupos culturais afro são bastante presentes em toda a área recuperada. Desses grupos, destaca-se a presença marcante do Grupo Cultural Olodum, que além de ocupar diversos imóveis no Centro Histórico atrai centenas de turistas e soteropolitanos em suas apresentações no local.

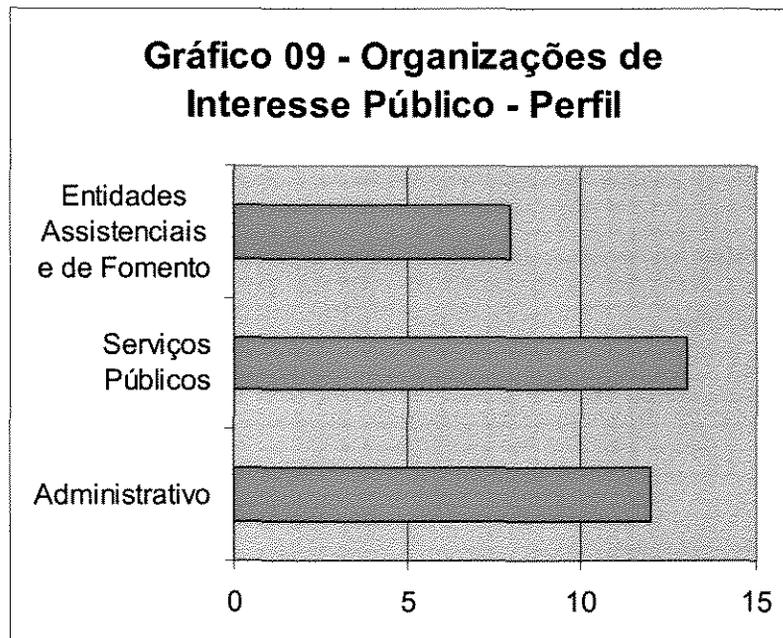
Além da presença de tais grupos, é importante apresentarmos a frequência das organizações de interesse público observadas na área. A frequência dessas organizações foi registrada através de três grupos distintos: as entidades assistenciais e de fomento, os serviços públicos e os órgãos públicos existentes. O gráfico a seguir apresenta os resultados desse registro (Gráfico 09).

Os serviços públicos lideram na área através de pontos de atendimento ao turista e aos cidadãos em geral, como o posto de informação turística da Bahia Tursa e os postos da polícia militar e da polícia civil. No entanto, os serviços públicos mais frequentes são as escolas públicas. Esse fato revela a importância do Centro Histórico como área residencial relevante. Em contrapartida, não foram identificadas outras atividades associadas a uso residencial como postos de saúde, creches, centros esportivos e espaços de lazer no conjunto levantado.

Diversos órgãos públicos também são frequentes e ocupam edifícios de alta relevância histórico-cultural, como o IPAC (Figura 61).



Figura 61 - Edifício Solar Ferrão - sede do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC.  
Fonte 1 - <http://museuabelardorodrigues.ba.gov.br>.  
Acesso em 20 abr. 2005.



Fonte - Levantamento de Uso do Solo. Marcelo Sotratti, jan/2005.

Por fim, as entidades assistenciais e de fomento são significativas na área e estão normalmente ligadas ao desenvolvimento turístico local, como o SEBRAE que mantém um ponto de venda de artesanatos, o SENAC que disponibiliza um restaurante-escola no largo do Pelourinho e o Instituto de Hospitalidade, que desenvolve atividades de capacitação e apoio às empresas turísticas locais.

Mesmo com a situação acima apresentada, bem como as propostas de animação cultural permanentes e investimentos freqüentes do Estado, a viabilidade econômica do turismo vem demonstrando desgastes. No entanto, observam-se efeitos importantes dos problemas hoje observados no local e da própria forma de condução do processo de requalificação imposto.

As respostas sociais locais revelam alternativas bastante interessantes aos problemas locais ou nacionais enfrentados pelos empresários e pela população. Vendedores

ambulantes se apropriam das fachadas dos imóveis fechados para exporem seus produtos (Figuras 62 e 63), transformando o espaço público e dando novos significados à paisagem local. Artesãos, artistas, cabeleireiras e baianas de acarajé se estabelecem na área, totalmente alheios ao controle rígido do Estado.



Figura 62-Cabeleireiras afro realizando seu trabalho informal na Praça Terreiro de Jesus. Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.



Figura 63- Baiana do Acarajé instalada em área de grande fluxo de pessoas na Praça Terreiro de Jesus. Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.

Da mesma forma, a responsabilidade dos custos de locação frente à demanda turística insuficiente faz com que alguns empresários locais tomem medidas alternativas também alheias ao controle estatal. Uma medida freqüente adotada pelos empresários é implantar dentro de seus estabelecimentos espaços complementares de venda de produtos

diferenciados. Uma loja de souvenirs acaba também vendendo tortas, café e pastéis; um atelier de artes se transforma em bar e um restaurante também comercializa souvenirs. Além de comprometer a oferta concorrente, tais medidas esbarram em questões de fiscalização e saúde pública, afirma Rosana Reis.

Também é comum observarmos ao longo das ruas do Pelourinho, imóveis que sublocam espaços não utilizados pelo estabelecimento, como acesso de serviços, escadas, salas em andares superiores ou mesmo dividem o próprio espaço de venda do estabelecimento com outros negócios de menor ou igual poder de investimentos. Pequenas lojas de doces ou salgados, vendedores de água de coco, cigarro ou mesmo souvenirs são implantadas em diferentes espaços, concorrendo com os estabelecimentos oficiais fortalecendo a clandestinidade e enfraquecendo o controle do órgão público.

A arquiteta Rosana Reis afirma que a sublocação é um problema freqüente no Pelourinho e totalmente contrária às normas do contrato de locação. No entanto, o volume de espaços sublocados e os custos processuais envolvidos dificultam uma ação mais ágil e operante do Estado nesse sentido.

Independente de questões contratuais, legais ou mesmo éticas que envolvem a apropriação do comércio informal na área, é interessante notarmos a força da vitalidade sócio-espacial urbana frente aos rígidos mecanismos de controle impostos pelo planejamento. Da mesma forma, o controle quantitativo e qualitativo dos estabelecimentos do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador contraria a dinâmica econômica natural dos mercados e de investimentos, reduzindo o Pelourinho a um empreendimento fechado e homogêneo do tipo shopping-center temático, o que dificulta sua integração com os outros setores sócio-espaciais da cidade.

Com os fatos apresentados até o momento é possível observarmos outros fenômenos interessantes na área de estudo. Será apresentada a seguir a identificação de distintas territorialidades em formação no Centro Histórico de Salvador - Pelourinho, decorrentes do

sentido dos fluxos turísticos, dos efeitos do controle estatal na área e das variadas formas de apropriação dos espaços públicos e privados.

### **9.1 – O Programa de Requalificação e a Formação de Novas Territorialidades no Centro Histórico de Salvador**

A história e evolução do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador evidenciam a intencionalidade do Estado em criar e fortalecer a territorialidade turística na área. A localização das quadras a serem recuperadas, as etapas de implantação do Programa, os usos estabelecidos, as novas formas arquitetônicas e o sistema de controle imobiliário adotado nitidamente reforçam relações sociais associadas ao turismo. No entanto, é importante salientarmos a afirmação de Santos (1997, p. 74-76) considerada no primeiro capítulo, que mesmo havendo uma intencionalidade marcada por relações verticais a localidade responde prontamente reorganizando o espaço e criando outras territorialidades.

Tais territorialidades, mesmo que apresentem seus limites permeáveis e não tão bem definidos na área do Centro Histórico de Salvador, como reitera Pinho (1996, p.39-40), são nitidamente perceptíveis no espaço urbano local. Porém, uma primeira demarcação dos limites dessas novas territorialidades pode ser visualizada se levarmos em consideração alguns fatores relacionados aos fluxos turísticos e ao próprio uso do solo.

Para analisarmos os fluxos turísticos é importante lembrarmos que o Programa de Recuperação foi baseado numa percepção contemplativa do cenário arquitetônico tendo como o epicentro o largo do Pelourinho. Nesse sentido, a contemplação turística se dá através de eventos visuais seqüenciais tendo como ponto máximo o cenário emblemático da praça que identifica todo o conjunto. A análise seqüencial e contemplativa desta paisagem urbana pode ser explicada através do conceito desenvolvido pelo urbanista Gordon Cullen.

Segundo Cullen (2002, p.19) o percurso desenvolvido por algum indivíduo atento aos elementos arquitetônicos que o envolvem pode revelar uma sucessão de eventos visuais distintos, denominada visão serial. A visão serial pode ser, segundo o autor, estimulada a partir do agrupamento peculiar de elementos arquitetônicos como volumetria, ornamentos, entradas, mas também pela própria apropriação humana como circulação unilateral, movimentos dispersos ou aglomerações estáticas.

A análise desse conceito é importante no sentido que podemos explicar algumas intencionalidades da arquitetura sobre a reação e o comportamento perceptivo dos usuários da cidade. Também pode explicar, e neste caso aplica-se o caso do Pelourinho, a razão pela qual observamos fluxos humanos definidos no espaço a partir de apropriações humanas e pela intencionalidade do planejamento.

Para se realizar uma análise de visão serial é necessário o acompanhamento permanente de determinados grupos num espaço, acompanhado de uma análise individual sobre a percepção dos eventos visuais estimulada durante o percurso. Embora intrinsecamente subjetiva, esta análise é extremamente valiosa nos estudos sobre paisagem urbana e este trabalho a realizou com o objetivo de analisar e mapear os fluxos turísticos existentes em toda a área do Pelourinho.

Acompanhando atentamente alguns grupos de turistas que visitavam o local, bem como uma análise perceptiva mais minuciosa deste pesquisador, foi possível elaborar o mapa de fluxos turísticos que orienta sua visão serial na área do Pelourinho, conforme apresentará a figura 65. Cabe ressaltar que a análise da visão serial aqui apresentada se baseia nas categorias perceptivas desenvolvidas pela teoria de Cullen (2002, p.20-58). Para melhor acompanhamento desta análise foi realizada uma demarcação dos pontos aqui colocados sobre uma imagem aérea do local, conforme demonstra a Figura 64.

A visão serial do percurso realizado na área recuperada tem início na rua Chile, nas proximidades da Igreja d'Ajuda, local onde se encontra o terminal de transporte público e turístico. Tendo como objetivo a chegada ao largo do Pelourinho, tem-se como primeiro

evento visual a Praça Municipal (Figura 64 – ponto 01), onde as visuais se abrem e é possível perceber a grandiosidade dos edifícios públicos ali presentes e a entrada marcante do famoso Elevador Lacerda. O alcance visual é nitidamente delimitado pelo posicionamento rígido e altura regular dos edifícios, denominada por Cullen como delimitação do espaço (2002, p.34). No entanto, a padronização paisagística se rompe com a presença de um ruído visual contrastante<sup>48</sup>, ou seja, um amplo edifício modernista de vidro e concreto – a Prefeitura Municipal – que desvia o olhar e induz a retomada do percurso rumo ao seu destino principal (Figura 64 – ponto 02).

A seqüência visual assume, a partir desse ponto, uma característica de corredor, conduzido fortemente pelo alinhamento rígido e altura similar do prédio da prefeitura e de alguns edifícios comerciais paralelos. No entanto, observa-se ao longe a expectativa de uma nova abertura visual, deflexiva<sup>49</sup> transversalmente – a Praça da Sé (Figura 64 – ponto 3). Esta Praça, reurbanizada recentemente, não favorece a sociabilização e a permanência neste espaço público, uma vez que possui elementos construtivos que enaltecem a arquitetura grandiosa do Paço Arqueiepiscopal e da Igreja e Santa Casa de Misericórdia. Tais elementos consistem em sucessivos canteiros, espelhos d'água e fontes que emolduram os edifícios e reforçam o caráter de passagem da Praça. A apropriação humana local dispersa também reforça o sentido de passagem do lugar, uma vez que vendedores de fitas do Bonfim, pedintes e promotores de lojas assediam fortemente os turistas passantes.

O percurso se auto-sinaliza através da presença marcante de um edifício barreira<sup>50</sup> ao final da Praça (Figura 64 – ponto 04) – a Catedral Basílica –, cuja silhueta longitudinal e monumentalidade reforçam a necessidade de seguir o percurso. Ao contornar este edifício para apreciá-lo, os turistas passantes se deparam com um evento surpresa, ou seja, a abertura visual e demarcação definida da Praça Terreiro de Jesus (Figura 64 – ponto 05). A mistura de cores, sons, texturas e movimentos presentes na praça, devido à vegetação,

---

<sup>48</sup> Para Cullen, esse ruído é denominado de acidente, ou seja, a capacidade de um elemento contrastante de prender o olhar e impedir a contemplação dispersa (2002, p.46).

<sup>49</sup> A deflexão consiste numa perspectiva limitada de observação e na percepção de uma continuidade visual desta perspectiva (2002, p. 45).

<sup>50</sup> A presença de elementos visuais que rompem a continuidade visual e pontuam a paisagem podem sugerir delimitação ou indicar o percurso (2002, p.32).

diferentes escalas de edifícios, igrejas, música e pessoas incomuns (baianas do acarajé, cabeleireiros afro, artistas performáticos, travestis) nos remete a uma apreciação mais demorada de forma a apreender todas as novas informações ali contidas. Esse importante ponto do percurso é repleto dos elementos simbólicos apresentados por Pinho (1996, p.78) que remetem à imagem da Bahia contemporânea e indicam a proximidade do ápice da visita: o Largo do Pelourinho.

Após uma contemplação mais preciosa da praça e a interação com alguns membros da comunidade, o percurso é retomado e instintivamente os visitantes buscam algum elemento paisagístico que remeta a direção a ser tomada. A inexistência de sinalização turística dificulta a decisão e torna a situação mais desafiadora. No entanto, percebe-se nesse momento que a continuidade do percurso pode ser restabelecida através do intenso fluxo de pessoas num determinado lado da praça, mais especificamente na esquina de uma rua, onde se concentram bares com mesinhas na calçada e alguns cabeleireiros travestis que fazem seu trabalho ao ar livre (Figura 64 – ponto 06). O movimento constante nos desperta a atenção e nos sugere a seguir aquele destino.

Ao se adentrar pela rua Alfredo de Brito (Figura 64 – ponto 07) o cenário muda drasticamente: as visuais se fecham e a rua assume um caráter de corredor<sup>51</sup>. A homogeneidade volumétrica dos edifícios associada à repetição de usos – comércio turístico nesse caso - reforça o caráter de passagem da rua. Tal situação é ainda acentuada pela topografia em declive da rua e pela pontuação de elementos arquitetônicos que induzem subjetivamente a rápida travessia do local, como a expressiva presença de imóveis fechados e o monumental prédio da antiga Faculdade de Medicina da Bahia em péssimo estado de conservação e em início de obras de restauro. O intenso fluxo descendente sinaliza, entretanto, a chegada de um evento importante e a iluminação no final da ladeira aponta a chegada ao ponto máximo do percurso: o largo do Pelourinho.

Nesse ponto (Figura 64 – ponto 08), o cenário conhecido e associado à imagem do lugar desperta a necessidade da contemplação minuciosa e da interpretação dos diferentes

---

<sup>51</sup> Sensação de estreitamento para Cullen (2002, p. 47).

símbolos presentes: arquitetura, música, personagens baianos e comércio turístico. Curioso destacar que a escala do largo associada ao movimento visual do conjunto – declividade acentuada, planos visuais diferenciados e volumetrias contrastantes, despertam a curiosidade na apreciação da paisagem como um todo. As pessoas ali presentes se acumulam numa extremidade da praça – em frente à casa Jorge Amado - e em forma de anfiteatro para uma apreciação mais ampla do cenário.

Uma vez terminado o percurso, o fluxo turístico se redistribui nas diversas saídas da praça, mas tende a seguir um outro percurso: o da rua Gregório de Matos (Figura 64 – ponto 09). A partir desse local a proximidade entre os visitantes e a paisagem de entorno é valorizada pelas cores e pelo bom estado de conservação dos edifícios e pelo comércio turístico. O desenho urbanístico colonial, com bifurcações, curvas, aclives, passagens e as praças internas aos quarteirões favorecem uma relação direta entre os visitantes e a arquitetura, e a sedução visual estrategicamente induzida pelo comércio turístico local, incentiva a entrada nos edifícios (Figura 64 – ponto 10). Cabe ressaltar que acompanhando algumas pessoas nesse percurso, observou-se diferentes níveis de percepção individual e a aplicação de diferentes categorias sugeridas por Cullen na visão serial como pontuação, flutuação, ondulação, delimitação, continuidade<sup>52</sup>.

Com essa leitura de paisagem, é possível mapearmos graficamente o fluxo turístico local, analisando os espaços de travessia, parada, dispersão e distribuição de pessoas. É o que demonstra a figura 65.

A análise da visão serial desenvolvida pelo arquiteto se torna fundamental para compreendermos e traçarmos o fluxo turístico de uma área urbana onde a paisagem orienta a percepção. Embora esta análise seja subjetiva e referencial é sem dúvida fundamental

---

<sup>52</sup> A pontuação se refere a uma demarcação visual que orienta o sentido da leitura da paisagem. Funcionaria, segundo Cullen, da mesma forma que a pontuação gramatical da linguagem escrita. A flutuação, no entanto, consiste na variação visual decorrente dos volumes e alturas dos edifícios, conferindo diversidade e dinâmica na leitura da paisagem. A ondulação é marcada por um sentido de desvio do olhar ou do percurso através de normas invisíveis, como iluminação, sombras, ou mesmo, movimentos das pessoas e da vegetação. A delimitação se refere à marcação visível de uma área através dos planos verticais rígidos dos edifícios. Finalmente a continuidade permite a sensação de infinito e de conjunto, não marcando a finalização objetiva entre um evento visual e outro totalmente distinto (2002, p. 19-58).

para demonstrarmos outras instâncias de análise, neste caso, a formação de novas territorialidades no Centro Histórico de Salvador Pelourinho.

Para uma definição mais clara dos limites de tais territorialidades é fundamental, no entanto, a associação dos fluxos turísticos com o uso do solo da área requalificada. Este trabalho identificou a presença de quatro territorialidades distintas no local. Mesmo não apresentando limites definidos e demonstrando permeabilidade entre si, esta análise demonstra novas formas de organização sócio-espacial locais. A Figura 66 apresenta as localizações e limites imaginados dessas territorialidades, observadas em toda a área que envolve o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

A primeira territorialidade nitidamente perceptível no conjunto se refere à apropriação dos espaços públicos pelo comércio informal e ambulante. Essa territorialidade é favorecida pela presença dos monumentais edifícios públicos com acesso restrito a turistas e do comércio local extremamente especializado, pois acelera o caráter de passagem dos fluxos turísticos rumo ao destino principal da visita. Tal situação resulta na proliferação de ambulantes nos espaços públicos, como na Praça da Sé e na praça Terreiro de Jesus. A quantidade de pontos de comércio informal é expressiva e já se observa um princípio de organização espacial desses trabalhadores. Ao visitar freqüentemente a área, pode-se notar que algumas barracas se instalam sempre na mesma localidade e já se tornam referência espacial no local.

Essa situação se intensifica na rua Alfredo de Brito onde a proximidade do largo do Pelourinho e a configuração da paisagem da rua aceleram o caráter de corredor e de passagem rápida por esse espaço. No local, a presença de comércio informal é bastante alta nas calçadas que margeiam a rua, sobretudo nas fachadas dos edifícios fechados e na extensa entrada do antigo prédio da Faculdade de Medicina. Curiosamente, o comércio informal se especializa: artesãos e artistas locais expõem seus produtos e aproveitam das fachadas para estruturar uma improvisada vitrine (Figura 67).

# Fluxo Turístico e Visão Serial no Centro Histórico de Salvador-Pelourinho



- ① Praça Municipal
- ② Edifício da Prefeitura Municipal de Salvador
- ③ Praça da Sé

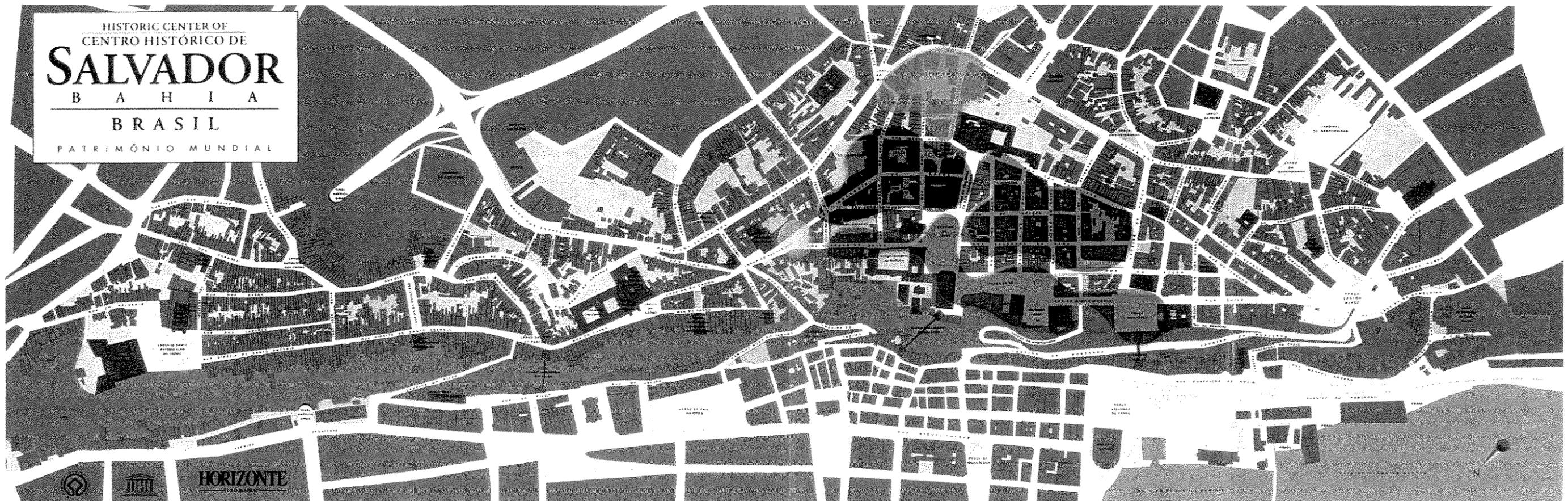
- ④ Catedral Basílica
- ⑤ Praça Terreiro de Jesus
- ⑥ Esquina Praça Terreiro de Jesus e rua Alfredo de Brito

- ⑦ Rua Alfredo de Brito
- ⑧ Largo do Pelourinho
- ⑨ Rua Gregório de Matos

- ⑩ Rua Gregório de Matos e imediações

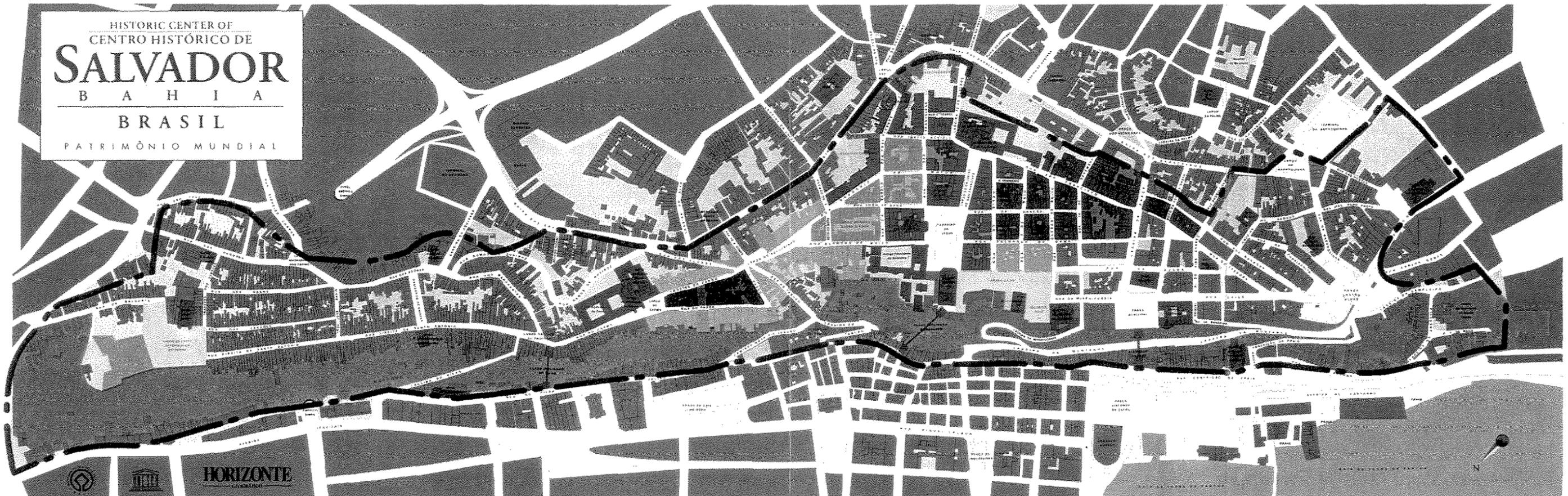
© 2017 L. 7791 6 200

# Análise de Territorialidades



- Intenso espaço dominado pelo comércio informal
- Epicentro da apropriação da área  
Espaço compartilhado
- Apropriação institucional
- Apropriação de lazer local
- Espaço de apropriação e convivência  
local: comércio x residências populares (cortiços)

# Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador



- 1ª Etapa
- 2ª Etapa
- 3ª Etapa
- 4ª Etapa
- 5ª Etapa
- 6ª Etapa
- 7ª Etapa
- Área tombada UNESCO/IPHAN (1984)

ou de interesse coletivo, como o IPAC, CONDER, Bahiatursa, SEBRAE, Polícia Militar, Polícia Civil entre outros, confere ao espaço uma clara sensação de controle e ordem. A ausência de ambulantes, o comércio turístico diferenciado, o bom estado de conservação das fachadas do casario, a limpeza das ruas, o bom policiamento e a monumentalidade dos edifícios públicos conferem a esse local a denominação discutida por Sharon Zukin e muito bem analisada por Pinho (1996, p. 82): a de Paisagem de Poder. A harmonia social, a estrutura organizada de bens simbólicos e de consumo e a valorização da cultura e do lazer remetem a uma imagem de sucesso do poder local e do planejamento urbano.

Essa territorialidade expressa a vontade idealizada do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador por seus realizadores e parceiros. A “vitrine” do Pelourinho reúne todos os espaços necessários para o fortalecimento da imagem turística difundida pelo marketing público e privado. A proteção do patrimônio arquitetônico, os equipamentos culturais diferenciados como museus e centros culturais, a presença de grupos culturais afro-brasileiros mundialmente conhecidos como o Olodum e o Ilê-Ayê, as manifestações culturais selecionadas e apresentadas nas praças culturais e o comércio turístico diferenciado se concentram todos neste espaço, traduzindo e materializando a imagem da Bahia contemporânea e idealizada para o turismo.

A terceira territorialidade se restringe aos quarteirões localizados nas imediações da rua Santa Isabel e rua das Laranjeiras, num espaço conhecido localmente como “Alto do Pelourinho”. Fora da área de grande fluxo turístico, o Alto do Pelourinho reúne restaurantes, ateliês, bares e pousadas diferenciados pela alta qualidade de serviços e produtos.

Muito freqüentado pela população de Salvador, seu acesso é facilitado por uma amplo e sofisticado estacionamento subterrâneo (Figura 68) que privilegia carros particulares. A paisagem desse local revela um senso estético apurado e organização espacial dos mobiliários por parte dos empresários locais. Observando o local percebe-se uma forte interação entre os estabelecimentos e funcionários locais na padronização estética dos equipamentos e na manutenção dos edifícios, como pode ser observado na figura 69.

Figura 68 - Vista da praça sobre estacionamento localizada no "alto do pelô".  
Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.



Figura 69 - Vista da rua Santa Isabel, no "alto do pelô".  
Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005

Segundo entrevista realizada com o artista plástico Warleo, proprietário de atelier no local e diretor da Galeria Solar Ferrão do IPAC, o Alto do Pelourinho é um espaço diferenciado, onde a noção de comunidade, solidariedade e vizinhança são presentes entre os empresários, funcionários e visitantes. Segundo o artista plástico, até os turistas que freqüentam o local são diferenciados, pois ao buscarem um local tranqüilo e charmoso para se divertirem se deparam com uma outra face da Bahia. Embora essa territorialidade expresse novas formas de apropriação física e simbólica do local, a espetacularização da paisagem e do consumo permanecem porém, com outros significados.

A quarta e última territorialidade observada se localiza na área que corresponde à sétima etapa do processo de requalificação do Centro Histórico. Ainda em fase inicial das obras, essa territorialidade expressa a realidade do patrimônio cultural não privilegiado

pelas ações do planejamento urbano. Conhecida como a região da 28, devido à rua principal que a atravessa - rua 28 de setembro, as condições locais revelam o passado de todo o Centro Histórico antes do processo de requalificação. O casario se encontra totalmente degradado e destruído. Os usos predominantes são residenciais, ocupados basicamente por cortiços (Figura 70). Prostituição, alcoolismo, mendicantes são freqüentemente observados no espaço público que o dividem com crianças, donas de casa e senhores idosos que apreciam o movimento.



Figura 70 - Rua localizada em área da sétima etapa do Programa de Recuperação. Para melhor localização dessa área, recorrer ao mapa referente às etapas de implantação do Programa – Figura 50.

Fonte - Foto de Marcelo Sotratti, jan/2005.

Mesmo contendo importantes edifícios de valor cultural, a ausência de turistas e de policiamento é absoluta. O uso residencial se mescla, no entanto, com um tipo de comércio local especializado na venda de produtos de som e de instrumentos musicais. A convivência entre os usos é pacífica e percebe-se a importância da indústria cultural na dinâmica sócio-econômica da cidade. Entretanto, a sensação de abandono e degradação sócio-espacial contrasta com o espaço higienizado e organizado para o turismo na área requalificada.

A formação de territorialidades horizontais inseridas numa ampla área de clara territorialidade vertical se torna fundamental na avaliação, na revisão e na continuidade do Programa. Certamente, a forma de condução do processo poderá desencadear sérios conflitos com as novas formas de organização do espaço. O caso Pelourinho demonstra de forma evidente a força do espaço urbano e a resposta das relações sociais frente ao processo unilateral muitas vezes desempenhado pelos órgãos públicos de planejamento urbano.

Indagações sobre o futuro das demais áreas do Centro Histórico de Salvador nos incitam e nos preocupam. Mas ainda há muito o que se discutir sobre o processo de requalificação ora implantado.

**PARTE IV – A REQUALIFICAÇÃO URBANA E  
SUAS TERRITORIALIDADES: PERSPECTIVAS  
GEOGRÁFICAS**

## **10 – Patrimônio Cultural e Turismo: Apropriações, Representações e Significados**

A associação entre o patrimônio cultural e a atividade turística não é um fato recente. Ao olharmos mais atentamente o processo de evolução das viagens e voltarmos nossa atenção à organização e estruturação do sistema turístico que acompanhou esse processo, observamos que a visitação a sítios de importância cultural sempre alcançou um papel de destaque no quadro de motivações das viagens.

Sempre associada às elites, essa motivação atenderia às mais diversas expectativas de uma classe social limitada e privilegiada pelo desenvolvimento industrial. Estudos, conhecimento, status, descanso e saúde poderiam ser as justificativas iniciais, mas o contato com o passado, com técnicas e visões de mundo não vivenciadas e fundamentais para a compreensão do presente, sempre fascinou esse grupo privilegiado que dispunha das mais novas invenções tecnológicas e que permitiam deslocamentos mais difíceis em menor tempo e esforço (RODRIGUES, 2001, p. 15).

Com a evolução do consumo e da cultura de massa no século XX, o patrimônio cultural foi relativamente poupado das multidões que invadiam os destinos turísticos em busca de lazer e compras; em contrapartida, o patrimônio ambiental foi sacrificado e paisagens naturais foram modificadas e transformadas em cenários paradisíacos de lazer. No entanto, grupos sociais intelectualizados e elitizados assumem a responsabilidade de proteger o patrimônio cultural dos progressos urbanos e das multidões que procuravam nas viagens uma fuga do stress cotidiano. A associação entre o turismo de massa e a destruição do patrimônio foi fator decisivo no distanciamento da atividade turística como atividade engajada na proteção do patrimônio cultural.

Os restritos grupos e órgãos públicos envolvidos com a questão patrimonial nunca tiveram intenção de incluir no debate acerca do futuro do patrimônio a possibilidade da atividade turística tomar outros rumos e se envolver na luta contra a defesa desse bem

comum. Afinal, o turismo de massa era uma invenção e um aliado do sistema capitalista. O turismo se configurava como lucro, indústria, consumo e não como instrumento de preservação de bens culturais.

O distanciamento entre o patrimônio cultural e a sociedade industrial capitalista foi facilitado pela tradição francesa, conforme discutido brevemente no capítulo dois desta pesquisa. É sabido que a partir do séc. XVIII o poder vigente francês inicia uma série de levantamentos e ações que visavam proteger alguns objetos que representariam a história das nações – os monumentos. A idéia de monumento está associada à celebração de algum episódio ou personagem célebre de determinada nação, configurada espacialmente através de algum bem simbólico notável (CHOAY, 2001, p.18)<sup>53</sup>.

A idéia de monumento acabou se estendendo, sobretudo a partir do século XIX, a todos os bens representativos da história e cultura de uma nação<sup>54</sup>. Nesse período, a autoridade e o poder de nomeá-los e protegê-los ficaria restrito a um grupo seletivo de intelectuais e membros do poder público, que constituiriam os futuros órgãos especialmente organizados para esse fim. O conceito de patrimônio cultural abraça a idéia de monumento e possibilita uma abrangência maior de bens culturais simbólicos de uma nação, bens que se tornariam uma herança para as futuras gerações de uma sociedade.

No entanto, a oficialização do patrimônio como um bem cultural comum e representativo de determinada sociedade distorceu a oportunidade de aproximação concreta

---

<sup>53</sup> O termo monumento é compreendido aqui como todos os elementos que foram construídos por determinada comunidade para proporcionar às gerações presentes ou futuras a memória do passado. A autora salienta que a palavra monumento se origina do latim *monumentum*, que significa trazer à lembrança alguma coisa, e desta forma, coloca claramente a intencionalidade destes elementos em remeter à memória coletiva. O termo monumento histórico, por sua vez, agrega o valor de historicidade ao elemento e memorial, tornando-o mais forte no imaginário coletivo (CHOAY, 2001, pp.18-19).

<sup>54</sup> Cabe ressaltar que a idéia de patrimônio como monumento ainda resiste em algumas esferas das organizações responsáveis pelo patrimônio cultural atual. O próprio ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites* – organização internacional não governamental que trabalha em favor da proteção do patrimônio mundial - adota essa idéia ao se referir, como no Brasil, aos Monumentos Brasileiros no Patrimônio Mundial. Essa definição deixa muito claro a importância dos bens culturais materiais relevantes e altamente simbólicos brasileiros na composição do patrimônio mundial a que tal órgão se refere. Igrejas, casarios coloniais, esculturas, parques naturais, obras arquitetônicas marcantes fazem parte da lista dos monumentos brasileiros que compõem a herança mundial. Para mais detalhes ver: ICOMOS. *Monumentos Brasileiros no Patrimônio Mundial*. Salvador, BA: ICOMOS Brasil, 2000. Para maior detalhes sobre essa organização ver site oficial: <<http://www.icomos.org>>. Acesso em 15/jun/2005.

dos indivíduos com a sua história, costumes e tradições. As organizações responsáveis pela proteção dos bens culturais se tornaram seletivas, excludentes e arbitrárias, privilegiando bens associados a interesses ideológicos ou políticos. Dos bens culturais eleitos e privilegiados com ações protecionistas, notadamente a arquitetura foi a protagonista; a concretude da idéia de preservação da memória se fazia necessária num momento em que as cidades passavam por intensas transformações sócio-espaciais.

As políticas de preservação adotadas pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio<sup>55</sup> garantiriam a perpetuação dessa “materialidade” da memória coletiva através de ações rígidas e com respaldo legal. É incontestável o valor de tais práticas na manutenção de objetos antigos que hoje temos o privilégio de conhecer e visitar. Mas tal situação nos conduz novamente à arbitrariedade inerente a essas práticas políticas. A discussão acerca da idéia de memória e de representatividade nos remete a uma escala pessoal e num tempo presente, ou seja, a relação entre o passado, o presente e o cotidiano pessoal. Segundo Silva (1992, p.19), a memória social contempla experiências e interações dinâmicas totalmente vinculadas à origem do bem cultural. Segundo a autora, a memória não pode ser reduzida simplesmente a objetos de contemplação desvinculados das práticas presentes. A idéia de memória se constrói através da escolha, da vivência, do aprendizado.

Essa análise, além de projetar o conceito de memória para uma reflexão que aceite melhor o processo, a participação e as experiências presentes na construção desta memória a ser protegida e lembrada, nos alerta também sobre outra questão que sempre envolveu as políticas de preservação do patrimônio: o congelamento formal e a restrição funcional desses bens materiais.

---

<sup>55</sup> No Brasil, a constituição de um órgão voltado à proteção do patrimônio se iniciou em 1937 com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Criado com o objetivo de recuperar o passado e alcançar uma definição de identidade nacional, este órgão passou seus primeiros trinta anos totalmente voltado à catalogação, tombamento e recuperação e valorização de bens que dariam maior legitimidade a idéia de cultura brasileira. Somente a partir dos anos setenta é que o órgão passa a ter uma atuação mais presente em grandes projetos de recuperação em cidades históricas, sobretudo no nordeste. Perde força nos anos oitenta, transferindo parte de sua responsabilidade e poder de ação aos novos órgãos estaduais então criados. No caso do estado de São Paulo, o órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural é o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico de importância estadual (CARVALHO, 1999, pp.103-104; FENELON, 1992, pp. 29-30).

A lei de tombamento, como já discutida anteriormente, impõe normas de manutenção dos bens de forma tão rígidas que acabam, muitas vezes, em surtir efeitos contrários a seus objetivos. Chauí (1992, p.37), ao analisar as práticas e ideologias associadas às políticas culturais, expõe casos emblemáticos de edifícios que foram intencionalmente destruídos por seus proprietários<sup>56</sup> devido à possibilidade dele ser tombado. Esse fato demonstra claramente o distanciamento das políticas de proteção do patrimônio das relações sociais locais e do planejamento urbano. Compreender a cidade, segundo a autora, implica em considerá-la parte de um movimento histórico de demonstração de poder, de conflitos e de lutas pela apropriação de seus espaços. Essa discussão deve ser incorporada às políticas de preservação do patrimônio na medida que podem reaproximar os bens culturais de seus próprios interessados, ou seja, os cidadãos (CHAUÍ, 1992, p.41).

Essa análise nos leva ao questionamento do papel do Estado na definição e difusão da memória social de uma determinada localidade, uma vez que a decisão e participação dos agentes sociais é que deve nortear a construção da memória local. E cabe ao planejamento urbano adequar e integrar os bens materiais valorizados por esse processo à dinâmica sócio-espacial presente nessa localidade.

No entanto, essa afirmação nos coloca outra questão que vem dificultando a aproximação da sociedade no processo de construção de sua memória e de seus instrumentos de proteção: o comprometimento do planejamento urbano com os interesses das lideranças econômicas que movem a dinâmica urbana. O planejamento urbano, segundo Campos Filho (1992, p.06), sofre uma transformação semântica na medida em que abandona seu caráter técnico e racional e incorpora valores e ideais de organizações sociais dirigidas pelas classes dominantes. Desde as origens dos pensamentos e ações urbanísticas

---

<sup>56</sup> A autora analisa o polêmico caso do casarão da família Matarazzo, localizado na avenida Paulista em São Paulo-SP, que foi depredado em função da abertura de um processo de tombamento do imóvel pelo órgão de proteção do patrimônio do estado, o CONDEPHAAT.

modernas observa-se o envolvimento das práticas do planejamento urbano com os interesses do sistema capitalista industrial<sup>57</sup>, conforme analisado no capítulo 02.

Nesse momento, o conflito entre a compreensão de desenvolvimento urbano vinculado ao progresso e à produção e a proteção do patrimônio liderada por intelectuais elitistas acabam dissociando discussões fundamentais que alteraram enormemente o espaço urbano e suas paisagens. Entretanto, as críticas acerca da destruição do patrimônio cultural e da modernização das cidades não se limitaram aos grupos sociais envolvidos com a proteção dos bens culturais. Urbanistas como Camillo Sitte e Patrick Geddes<sup>58</sup> se posicionaram a favor do patrimônio em detrimento das drásticas mudanças que as cidades européias passavam após a revolução industrial.

Dos momentos em que o planejamento urbano se utilizou das técnicas em favor dos interesses dominantes, o planejamento moderno de Le Corbusier merece atenção especial. Como demonstrado no capítulo 02 desta pesquisa, o planejamento moderno foi o que mais desconsiderou a heterogeneidade e os conflitos entre os agentes sociais existentes nas cidades industriais. Campos Filho (1992, p. 11) reitera essa afirmação e acrescenta que o trabalho desse urbanista supervalorizou a materialização estética e funcional da aplicação de novas tecnologias de produção e consumo no espaço urbano.

Utilizando-se do princípio da “terra arrasada”, este planejamento racionalista e funcionalista alterou drasticamente a morfologia do espaço e da paisagem urbanas das cidades existentes associando a idéia de memória e patrimônio cultural a movimentos ultrapassados e retrógrados (BENÉVOLO, 1993, p.615). Essa nova concepção urbanística acabou se tornando o símbolo de uma nova sociedade industrial que, segundo Le Corbusier, era dotada de racionalidade produtiva e disposta a abdicar de estruturas histórico-sociais tradicionais em favor da permanente transformação (CAMPOS FILHO, 1992, p.11).

---

<sup>57</sup> Para mais detalhes ver BENÉVOLO, L. *As Origens da Urbanística Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1981 e CHOAY, F. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

<sup>58</sup> Ver SITTE, Camilo. *A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Ática, 1992 e MARIANI, Ricardo. Patrick Geddes e a Presença da História no Projeto Urbano. In: DPH. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH/SMC, 1992.

Mesmo que esse urbanista tenha superestimado o perfil da sociedade industrial da época, as práticas urbanas e as representações simbólicas vinculadas ao urbanismo moderno também facilitaram o distanciamento da sociedade de consumo dos processos e conflitos que envolviam as políticas de proteção do patrimônio. Associar o planejamento urbano às práticas de proteção dos bens culturais e da memória coletiva implicaria no rompimento de uma lógica que segundo Rolnik (1999, p.101), estabelece os parâmetros e a estruturação do mercado imobiliário atual.

Dessa forma, percebe-se que o afastamento dos diversos grupos sociais dos processos que envolveram a proteção do patrimônio cultural favoreceu a construção da imagem do turismo como “devorador de paisagens” e destruidor das culturas tradicionais (STECK *apud* SENA, 2004, p.01) e sua forte associação com a cultura de massa e de consumo.

No entanto, as mudanças sócio-culturais ocorridas com a implantação do sistema de produção flexível vão reaproximar a atividade turística do patrimônio cultural. Esta reaproximação expressa novas formas de associação entre o sistema capitalista e as ações de proteção do patrimônio. Trata-se do turismo cultural.

A crescente ênfase na sofisticação e no consumo de novas tecnologias e produtos atribuídas a essa nova fase do capitalismo global, vem acarretando em diferentes formas de consumo e comportamento na sociedade contemporânea, como apontam alguns autores já discutidos nesta pesquisa (FEATHERSTONE, 1995; HARVEY, 2002). A banalização e a perda de valores tradicionais em detrimento da padronização e da valorização da imagem e do poder de consumo vêm despertando outras percepções da realidade e alterando as representações simbólicas que compõem esta imagem valorizada.

A evolução na compreensão do conceito de cultura enalteceu o sentido da experiência individual e coletiva e possibilitou a celebração das culturas populares e do patrimônio cultural como elementos materiais e simbólicos da diversidade e da democracia. Antes desprezados e ignorados, esses bens assegurariam as justificativas necessárias à

oposição de um sistema econômico castrador e impositor de valores e comportamentos. Festas populares, artesanato, música, gastronomia se associaram ao patrimônio material, tornando-se novas referências de representações e de consumo. No entanto, acabaram por se adaptar e se integrar na lógica do sistema econômico global (FEATHERSTONE, 1995, pp. 189-191).

Nesse contexto se insere a discussão acerca da relação entre o turismo e o patrimônio cultural e uma maior reflexão sobre o papel dessa relação na requalificação urbana. O turismo se tornou uma das atividades mais importantes da sociedade globalizada, uma vez que favoreceu os deslocamentos necessários à aproximação de diferentes povos e culturas. A sofisticação dos equipamentos e serviços que compõem seu sistema projetou a atividade como uma necessidade individual e aproximou as relações entre poder de consumo, imagem e viagens.

Rejeitando destinações associadas ao turismo de massa, a nova demanda turística propiciou a reorganização do sistema e a criação de produtos turísticos diversificados e direcionados a essa demanda segmentada e exigente. O turismo cultural se tornou um dos principais segmentos da atividade turística, uma vez que adequou e conciliou diferentes motivações turísticas: a busca do auto-conhecimento pelo contato com outras culturas e a afirmação do poder de consumo através do contato com essas outras culturas.

Para isso, o turismo cultural incorporou os novos sentidos do conceito de cultura ligados à contemporaneidade. Barretto (2000, p.20) analisa alguns conceitos importantes de turismo cultural e observa a tendência de generalizações deste conceito. A Organização Mundial do Turismo inclui, segundo a autora, diversas modalidades culturais como artes, festas populares, folclores, sítios arqueológicos na motivação que caracteriza esse segmento. No entanto, a autora afirma que tal generalização tem provocado divergências entre alguns estudiosos da área, pois mascara a diversidade que hoje caracteriza a demanda turística.

De qualquer forma, observa-se que o turismo cultural valoriza, a princípio, outras formas de manifestações culturais, não se restringindo somente à arquitetura como demonstra a discussão sobre a evolução das práticas de proteção do patrimônio. Este segmento do turismo teria como base, segundo Barretto (2000, p.29), o legado cultural e teria como principal atrativo o patrimônio cultural. A partir do conceito apresentado pela autora, é possível estabelecermos uma relação mais próxima entre a atividade turística e o patrimônio cultural observada hoje.

A partir do momento que o patrimônio é considerado atrativo, pressupõe-se que ele se inclui dentro dos componentes que fazem parte do sistema turístico apresentado por Beni (1998). O patrimônio transformado em atrativo implica na realização de uma série de adaptações das características do bem cultural para que ele possa atender às premissas de qualidade do sistema turístico. Benfeitorias como acessibilidade, informação e consumo são inerentes às características básicas de um atrativo turístico contemporâneo. Desta forma, impreterivelmente o patrimônio se transforma em produto turístico que pode ser consumido. Atualmente observamos diversas advertências quanto à necessidade de desenvolvermos a atividade turística de forma responsável e sustentável; no entanto, à medida que a atividade turística se desenvolve em uma localidade, o sistema turístico cria relações inexoravelmente ligadas ao capitalismo.

Para atender às diferentes expectativas e necessidades da demanda turística, a atividade reduz os bens culturais a objetos de consumo e ainda ocasiona transformações nas relações sociais das comunidades receptoras (JAFARI *apud* BARRETTO, 2000, p. 300).

Segundo Rodrigues (2001, pp. 18-19), a aproximação entre a atividade turística e o patrimônio antecedeu a discussão a respeito da importância da memória cultural. Esse fato facilitou a transformação de patrimônios adequados ao turismo em objetos de consumo. Segundo a autora, os projetos de valorização do patrimônio realizados no Brasil a partir da década de sessenta do século XX eram vinculados a programas de desenvolvimento nacional e turístico. Essa tendência já era considerada de sucesso por outros países uma vez

que com o turismo, a possibilidade de manipulação de representações simbólicas de bens culturais importantes para o reforço do civismo adquiria dimensões mais abrangentes.

Alguns exemplos mundiais ilustram tais efeitos. O museu Louvre sofreu críticas severas da população local, quando implantou sua infraestrutura turística sob a imensa pirâmide de vidro instalada em frente a sua fachada principal. Essa infraestrutura é dotada de equipamentos necessários a maior comodidade dos turistas, como pontos de alimentação, informação e compra de souvenirs. O novo produto turístico Louvre agregou valor a seu produto a partir dessas benfeitorias e isso resultou em novas relações econômicas ao bem cultural (Gomes, 2001, p. 27).

O caso da ampliação do museu MOMA<sup>59</sup> em Nova York também ilustra essa relação. Após a reforma, o MOMA tem aumentado sua demanda turística e transformou numa das maiores referências culturais e turísticas da cidade. Estruturado como um grande shopping-center cultural, o MOMA conta hoje com modernas lojas de livros e objetos de decoração, cafés, restaurantes, espaços para eventos e praças internas.

Para Barretto (2000, p. 55), esse novo perfil dos grandes museus do mundo tem trazido benefícios para a localidade, uma vez que se integram no cotidiano da cidade e ainda permitem que, com os grandes recursos arrecadados, novas pesquisas científicas possam ser realizadas sobre acervo e disponibilizadas para a comunidade.

No entanto, as aproximações do turismo com o patrimônio podem levar a distorções preocupantes. Essa questão também foi observada no Pelourinho com o artesanato comercializado nas lojas de souvenirs. Interessado sobre a origem de algumas estátuas de cerâmicas que reproduzem caricaturas da negra baiana, vários comerciantes informaram que a produção do artesanato não era realizada unicamente por artesãos locais, mas também havia outros fornecedores espalhados pela cidade. Ao realizar o levantamento de uso do solo, foi observado um depósito localizado em área relativamente distante do grande fluxo

---

<sup>59</sup> Para maiores detalhes do novo MOMA, ver site oficial do museu. Disponível em: <<http://www.moma.org>>. Acesso em 20 jun 2005.

turístico. Observando e questionando a grande quantidade de estátuas idênticas àquelas observadas em praticamente todas as lojas de souvenirs, este pesquisador foi informado por um segurança local que as estátuas que abasteciam as lojas do Pelourinho eram produzidas em Recife – PE e em processo industrial.

A alteração de relações produtivas locais associadas a bens culturais analisada acima, também pode ser levada a outras formas de expressão cultural local como a gastronomia. O caso do aumento do consumo de açaí nas grandes cidades é emblemático. A promoção e associação do consumo do açaí como símbolo de energia e saúde nas grandes cidades do sudeste do Brasil vêm provocando profundas alterações na organização de produção dessa fruta amazônica. Tradicionalmente extraídos de uma espécie de palmeira da floresta de várzea amazônica por ribeirinhos locais, o aumento da demanda fez surgir outros agentes no processo, como atravessadores que impõem novas regras de trabalho aos extrativistas e fazem com que estes alterem suas formas tradicionais de trabalho e troca.

Em alguns casos a distorção simbólica do patrimônio cultural para fins turísticos pode chegar a situações drásticas. É o caso da conhecida cidade americana de Old Sturbridge Village. Localizado no interior do estado de Massachusetts, esse atrativo turístico reproduziu uma pequena aldeia colonial inglesa do século XVIII, com as características arquitetônicas da época e uma série de eventos culturais protagonizados por atores vestidos a caráter, que reproduzem atividades cotidianas do período, como artesanato, gastronomia, e trabalhos domésticos. Há ainda nesse local, extensa infraestrutura turística adaptada ao cenário, como hotéis, restaurantes, espaços para exposições, livrarias e lojas.

Conhecida como *site museums* (BARRETTO, 2000, p.38), essa iniciativa altera o significado do espaço-tempo local provocando distorções acerca das relações sociais passadas e presentes, uma vez que no mesmo espaço convivem simultaneamente atividades reais e dramatizadas. Da mesma forma, a encenação sobre hábitos cotidianos interfere no processo de interpretação do bem cultural, uma vez que a obviedade da encenação não possibilita análises simbólicas subjetivas por parte dos turistas.

No entanto, Barretto adverte sobre a necessidade de trabalhos prévios e paralelos de restauro e ressignificação dos objetos antigos e novos para uma proposta didático-pedagógica presente nos projetos de *site museums* (2000, p.39).

O caso das manifestações populares, como festas tradicionais, grupos musicais e de dança merece também ser analisado. O aumento e difusão dos eventos culturais baseados em manifestações populares evidenciam a supremacia da organização mercadológica de eventos comerciais sobre o bem cultural. Denominada por alguns como visão eventista (MELO NETO, 2001, p. 54), tal prática implica em sobrepor as estratégias empregadas no marketing de eventos às atividades tradicionais vinculadas às manifestações populares, como análise de mercado, patrocínios, e associação da imagem do evento a celebridades consagradas pelos meios de comunicação em massa.

A espetacularização das manifestações populares através dos eventos implica na banalização e na vulgarização dos bens culturais a favor do consumo e da viabilidade econômica.

O autor lembra ainda que eventos culturais estão sendo utilizados para auxiliar a requalificação de áreas de interesse cultural. É o caso do Projeto “Pelourinho Dia e Noite” discutido no capítulo anterior. Desenvolvido para atrair maior demanda à área requalificada, esse projeto tem como princípio associar os eventos musicais contemporâneos baianos à imagem patrimônio recuperado da cidade, fortalecendo o produto turístico Bahia.

No entanto, percebe-se que a programação diária desenvolvida não obedece nenhum critério que possibilite essa associação. Grupos de estilos e de formações culturais variados realizam apresentações sucessivas nas praças internas aos quarteirões sem que o público compreenda sua importância sócio-cultural. Da mesma forma, as apresentações acabam se tornando o pano de fundo para a dinamização dos negócios dos bares e restaurantes que se localizam nessas praças. Neste caso, o bem cultural se transforma em animação cultural, utilizando-se ainda do patrimônio arquitetônico como cenário.

Através da análise desses exemplos, constata-se que a aproximação do turismo com o patrimônio cultural foi estrategicamente alicerçada nas bases do capitalismo global. A diversidade, o local e o diferente se tornaram objetos de consumos sofisticados e diferenciados da atividade turística. Curiosamente, o patrimônio cultural outrora combatido e ignorado pelas frentes do desenvolvimento industrial, acabou sendo um dos protagonistas do capitalismo global e da produção flexível. A discussão sobre o papel do patrimônio na requalificação é extremamente pertinente nesse momento.

Desenvolvida dentro das premissas do planejamento estratégico, a requalificação urbana se apropria do patrimônio cultural como forma de valorização de um espaço urbano em processo de perda de valor de uso e de troca. O antigo princípio da “terra arrasada” e da modernização plena das cidades industriais agora é paulatinamente substituído pela conservação e modernização de áreas tradicionais da cidade. No entanto, o próprio emprego do planejamento estratégico como instrumento de desenvolvimento urbano pondera essa afirmação se levarmos em conta suas premissas.

A requalificação urbana e a valorização patrimônio cultural somente serão aceitas e promovidas pelas lideranças locais se estiverem dentro dos interesses imobiliários previstos por tais lideranças. Em outras palavras, a requalificação urbana não é uma estratégia que se estende a todas as áreas constituídas de bens culturais de determinada cidade. Somente aquelas que apresentarem potenciais de mercado como boa localização, acessibilidade, possibilidade de adequação a novas tecnologias e demanda imobiliária serão favorecidas por essa estratégia urbana. O patrimônio cultural é utilizado estrategicamente para minimizar custos de modernização do espaço e ampliar mercados de compra e venda do solo urbano.

A recuperação e a refuncionalização do patrimônio permite que novas atividades sejam agregadas ao espaço requalificado e dentre elas o turismo cultural. A possibilidade de associar a atividade turística ao patrimônio arquitetônico modernizado e aproximar outras formas de expressão cultural a esses objetos, fortalecem a imagem de uma área diferenciada

e revitalizada. A nova vitalidade urbana permite que outras atividades complementares desencadeiem o processo de ocupação e valorização imobiliária da área, como eventos, lazer, compras, negócios, hotelaria e residências e educação.

Mesmo apresentando resultados urbanos interessantes em diversas cidades que adotaram tal modelo de desenvolvimento, é importante distinguirmos o processo de recuperação e valorização da memória cultural do processo de requalificação urbana. O patrimônio na requalificação é uma oportunidade de negócios e o turismo cultural nessas áreas é a força motriz desse processo.

Barretto (2003, p. 55) ao estudar o turismo cultural em Blumenau – SC salienta que a valorização do patrimônio cultural “germânico”, enfatizado através do planejamento turístico estatal, reinventou a tradição alemã do início do séc. XX. A pesquisa realizada pela autora identifica que as ações estatais voltadas ao turismo não respeitaram o processo e a vontade dos moradores, uma vez que esses sofreram discriminações sérias por parte do governo no período da segunda guerra mundial.

A reinvenção da tradição alemã local, além de não respeitar às origens culturais associadas à colonização daquela cidade, induziu ações de proteção do patrimônio arquitetônico em estilo germânico sem consultar a população local a respeito.

Se analisarmos o caso do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho observamos que a requalificação urbana local através do turismo foi a estratégia adotada pelo governo do estado para fortalecer o produto turístico Bahia em termos nacionais e internacionais. A imagem da Bahia associada à imagem do patrimônio imóvel recuperado e da animação cultural popular do Pelourinho viabiliza aumentos nos investimentos e nos fluxos turísticos de todo o estado.

No entanto, o Programa de Recuperação instaurado não apresenta objetivos claros de integração e desenvolvimento dessa área com os outros espaços de importância urbana

na capital baiana nem tampouco representa um processo de valorização da memória local direcionado à população baiana.

Ainda vale lembrar que o planejamento das etapas de implantação, o processo de desapropriação e desocupação da área, a forma de restauro dos edifícios, a centralização do órgão público e a monofuncionalização dirigida ao turismo o diferenciam nitidamente dos processos observados em outros programas de requalificação urbana.

Entretanto, o Programa de Recuperação não está terminado. Observam-se novas estratégias de requalificação na etapa ora em processo de implantação. Da mesma forma, novas formas de organização local se formam na área e a atividade turística ainda representa a principal atividade urbana do conjunto. O patrimônio cultural, recuperado e refuncionalizado para o turismo, provocou modificações nas representações e significados para a população local e para os turistas. Como lembra Ferrara (1999, p.15):

*cultura e representação, cultura e signo constituem um todo coeso que precisa ser entendido se quisermos atingir o significado daquela realidade contraditória, ao mesmo tempo passageira e estável, que constitui o simbólico e conforma a linguagem que nos envolve.*

As representações e significados do patrimônio cultural na requalificação merecem, portanto, ser analisados e aplicados ao estudo de caso desta pesquisa, como apresenta o ítem a seguir.

### **10.1 – As Representações e Significados do Patrimônio Cultural na Requalificação Urbana**

As ações voltadas à proteção e intervenção do patrimônio passam primariamente por uma análise ou juízo de valor por parte das classes interessadas em tais elementos. Os valores são atribuídos aos objetos de forma a fortalecer os elos de representação e significado de tais elementos urbanos com o imaginário das pessoas. Choay (2001, p.165)

apresenta algumas categorias de valores, associadas aos monumentos históricos, apontadas de forma inédita por Riegl no século XVI. Para esse estudioso, tais valores são divididos em duas características opostas, ou seja, uma ligada ao passado e outra ligada ao presente do monumento.

Os valores ligados ao passado são aqueles remetidos à própria idade do bem cultural, marcados pela memória de um tempo passado definido, de um período histórico marcante de uma sociedade e de sua própria intencionalidade de monumentalização. Em contrapartida, os valores ligados ao presente são aqueles associados à funcionalidade (mesmo que museográfica) deste bem no tempo presente, ao seu estado de conservação e ao seu efeito estético.

Estas categorias de valores facilmente podem ser observadas em diversas localidades, uma vez que acabam por definir as estratégias de proteção e restauro do patrimônio em questão. As ruínas de cidades antigas, tumbas e pirâmides são exemplos de patrimônios urbanos que só podem ser valorizados pelas marcas que o tempo e que o processo histórico estabeleceu nestes elementos. A intocabilidade, a preservação assegura o valor temporal e é reforçada pelos próprios signos do tempo. Os palácios imperiais, casarios coloniais e obras públicas por sua vez, só apresentam sentido e valor nas sociedades contemporâneas se restaurados, protegidos e requalificados, uma vez que, sobrevivendo às ações do tempo, reforçaram o seu valor de monumento pela refuncionalização contínua. É necessário neste caso assegurar a perpetuação do edifício, dos seus espaços construídos e de sua utilização permanente.

Outros valores também devem ser considerados nessa discussão. Numa análise semiótica, Baudrillard (2002, pp.81-83) apresenta o significado dos objetos antigos como lembrança, nostalgia, testemunhos e evasão do cotidiano e apresenta ainda dois valores atribuídos na construção desse significado: o valor de ambiência e o valor simbólico. O valor de ambiência está associado à historicidade do elemento e representa, portanto, o seu papel no tempo. Para o autor, este valor está dissociado de sua função atual, uma vez que seu significado está apoiado num valor temporal, documental. Esse valor se apega a traços

culturais que remetem a um tempo passado abstraído de uma representação contemporânea. O valor simbólico está associado ao mito de origem, ou seja, a uma necessidade de representação presente do objeto antigo. Este valor agrega a funcionalidade contemporânea do objeto ao valor temporal presente na ambiência do objeto.

Para ilustrar esta análise, percebemos que ao identificarmos um determinado patrimônio cultural buscamos sua representação pelo valor de ambiência, ou seja, tentamos identificar sua presença numa linha de tempo passado que nos é conhecida e, ao mesmo tempo, o associamos ao valor simbólico de origem através de sua funcionalidade passada ou presente.

Ao percebermos os atributos de valorização do patrimônio discutidos por Choay e Baudrillard, notamos que as formas de apreensão e representação do patrimônio se dão de forma totalmente subjetiva e associados à bivalência tempo x função. No entanto, cabe acrescentar ainda nesta análise a discussão de uma outra questão que permeia as representações e os significados do patrimônio: o conceito de autenticidade.

Os valores atribuídos aos elementos urbanos representados como patrimônio só serão legitimados se for levada em consideração sua autenticidade. Para Baudrillard (2002, pp. 84-85) o conceito de autenticidade de determinado elemento se traduz pela busca obsessiva da originalidade, da autoria, do tempo e da técnica. A autenticidade, para esse autor, reforça o papel documental do patrimônio em relação às técnicas de construção e estruturas originais do elemento.

A autenticidade está relacionada à necessidade de memorização presente nos valores apresentados por Choay anteriormente. Ao observarmos as ruínas de Pompéia, por exemplo, exigimos que os fragmentos existentes sejam autênticos, para compreendermos as técnicas antigas e a estrutura espacial da cidade antiga. A autenticidade está marcada aqui pela presença de um tempo referencial presente no próprio patrimônio.

Ao considerarmos os edifícios restaurados, percebemos que o conceito de autenticidade se altera neste caso, uma vez que a funcionalidade reforçada pela representação da origem e de sua novidade impressa na própria obra de restauração restringe a autenticidade a pequenos fragmentos e signos presentes na obra restaurada (Choay, 2001, p.169). Não existe neste caso a necessidade de uma autenticidade aparente, mas simplesmente é necessária a certeza de existência de elementos que assegurem a origem do elemento.

A autenticidade enfatiza ainda os dois valores atribuídos por Baudrillard (2002 p.84) aos objetos antigos, uma vez que a autenticidade constitui-se num referencial das estruturas e do processo construtivo reforçando seu valor de origem, e ainda cumprindo seu valor de ambiência ao assegurar o papel documental e referencial do binômio tempo x espaço aos elementos.

Para Baudrillard (2002, p.85) a autenticidade é tida muitas vezes como um "*álibi*", uma vez que isenta a modernização de destruir a memória de um passado, mesmo que esta seja reduzida a pequenos fragmentos que não representam a função ou a historicidade em si, mas somente asseguram a originalidade temporal do elemento. Novas construções sobre fundações antigas, paredes antigas decorativas em espaços novos, portões antigos assumindo papel de monumentos são exemplos da necessidade da autenticidade em obras de modernização ou restauro de patrimônios.

No entanto, o conceito de autenticidade pode ser rediscutido se analisarmos a evolução das técnicas de reprodução conforme observa Benjamin (1975, p.11). Segundo o autor, a própria noção de autenticidade perde sentido para uma reprodução. Durante a evolução da sociedade, a reprodução se intensificou a ritmos acelerados e abrangeu tantas esferas sociais que muitas vezes se assumem não mais como reprodução, mas como objetos originais (Benjamin, 1975, p.12).

Neste caso podemos discutir a autenticidade de alguns elementos considerados patrimônio. Se a reprodução permitiu que algumas técnicas se difundissem como, por

exemplo, a arquitetura a autenticidade de alguns edifícios antigos é discutível se levarmos em consideração técnicas construtivas comuns difundidas durante um período. As cidades coloniais e modernas no hemisfério sul-americano são bons exemplos dessa relação. Seus casarios e igrejas, arruamentos, praças representam a reprodução de cidades e igrejas européias e norte-americanas e são totalmente desprovidas de originalidade. No entanto, quando tratadas como patrimônio são envolvidas por discussões acerca de sua real autenticidade e necessidade de proteção.

Benjamin (1975, p.13) afirma ainda que a autenticidade é a unicidade da presença do elemento no espaço e no tempo. Esta unicidade está vinculada, segundo o autor, ao processo histórico que muitas vezes agrega ao elemento autêntico, modificações impostas pelas diferentes tradições. E isto afeta a discussão acerca de sua autenticidade, uma vez que a consideração da preservação de suas características originais e a incorporação das modificações tradicionais pode ser subjetiva.

Para Benjamin (*op. cit.*) o que caracteriza a autenticidade de um objeto antigo "é tudo aquilo que ele contém e é originalmente transmissível, desde sua duração material até seu poder de testemunho histórico". Nesse sentido é que o autor aplica a noção de *aura*, explicando que ela pode ser definida como "a única aparição de uma realidade longínqua, por mais próxima que ela esteja". Esta análise é extremamente importante em relação ao significado do patrimônio na atualidade, uma vez que a reprodução imposta pelas técnicas de restauro e requalificação podem esconder a *aura* do elemento, reforçando somente a imagem imposta pela reprodução. Neste caso o autêntico novamente se perde.

No caso das alterações impostas pela incorporação de novas tradições, a *aura* não se perde, mas se amplia, se altera. A essência do elemento permanece, e a autenticidade pode estar presente.

A análise das representações e significados do patrimônio através de seus valores atribuídos e do próprio conceito de autenticidade, é extremamente importante para a compreensão de algumas práticas atuais em relação à proteção e valorização do patrimônio.

Em primeira instância observamos claramente a atribuição de valores históricos e temporais na própria seleção pelas classes dominantes dos objetos a serem considerados patrimônios. Se valores contemporâneos são atribuídos a alguns objetos e eleitos eventualmente por classes não dominantes seu valor patrimonial é descartado. Se de interesse por parte das elites, alguns novos valores podem ser agregados a objetos selecionados para serem representativos de uma cultura local. É o caso da requalificação.

Percebe-se que a requalificação urbana assume um papel de destaque ao reunir em sua área elementos de representação histórica e cultural. No entanto, é pertinente discutirmos neste momento o real significado para os agentes relacionados com tais áreas, ou seja, os turistas, a população local e os empresários do turismo.

Segundo Urry (1996, pp.18, 28), o turista direciona seu olhar para o elementos que caracterizam o local que ele visita e que, ao mesmo tempo, contrastem com o seu cotidiano. Na realidade seria uma forma de afirmar o objetivo da viagem, ou seja, o deslocamento para uma área alheia de sua residência. A existência de signos que representem esse espaço novo é de extrema importância para a percepção do turista.

A requalificação, ao utilizar mecanismos que supervalorizam a forma do patrimônio, como por exemplo, utilização de cores vibrantes nos edifícios antigos, incorporação de objetos antigos associados a objetos novos acabam por criar uma atmosfera do inusitado para o turista e representativo do lugar que ele está visitando. Para o turista, o significado do patrimônio se resume ao diferente, ao vibrante, à afirmação do lugar que ele visita.

Urry (1996, p.18) salienta ainda que o olhar do turista implica "*diferentes formas de padrões sociais, com uma sensibilidade voltada para elementos visuais da paisagem do campo ou da cidade, muito maior do que aquela que é encontrada normalmente na vida cotidiana*". Neste caso, observa-se que o olhar do turista se dirige ao cenário, ao visual onde a autenticidade do patrimônio nem sempre é exigida. A autenticidade buscada pelo

turista é o contraste entre os objetos percebidos no lugar de visitação e seu local de residência.

Nesse sentido, Ferrara (1999, pp. 15-16) salienta que a viagem, compreendida separadamente do conceito e do sistema que envolve o turismo, permite mediar a descoberta do outro e o auto-conhecimento através das representa es simbólicas. A identifica o dos signos visuais, discutida por Urry, s  terá significado se for traduzida a partir da expectativa do observador. Segundo a autora,

valores, hábitos, cren as, expectativas s o realidades culturais difusas, porque só se definem se representadas por signos; essas media es constituem, ao mesmo tempo, a base material da cultura e a forma de acess -la, da  a natureza daquela ambigüidade; a cultura representa-se por signos e sofre o impacto da natureza, modo e forma que eles apresentam (FERRARA, 1999, p.15).

Estes signos podem transmitir olhares distintos, dependendo da forma o cultural do observador ou de outros signos mediadores desse olhar. Expectativas individuais, propaganda turística, forma o cultural podem remeter a olhares, representa es e significados distintos. Portanto, a representa o do vibrante e do diferente, salientados na afirma o de Urry, pode adquirir interpreta es mais subjetivas a partir da argumenta o de Ferrara.

Ferrara (1999, pp.17-20) sugere três categorias de análise do olhar do turista para melhor compreensão das representa es e significados dos signos destacados pelo turismo. O olhar do turista, segundo a autora, pode ser comparado analogicamente a três olhares característicos da viagem observadas nos movimentos históricos: o olhar conquistador, o olhar colonizador e o olhar romântico.

O olhar conquistador nos remete metaforicamente aos grandes conquistadores da história. A viagem e a chegada   terra nova representavam o poder e a conquista. O diferente deveria ser desbravado e dominado. Da mesma forma a prova cabal de conquista deveria ser remetida   terra natal: cartas, relatos, pinturas. A materialidade da conquista deveria ser comprovada por elementos associados   terra estrangeira. Como símbolo de

poder e domínio, a escravização dos povos conquistados demonstrava a supremacia e o rigor dos objetivos dos conquistadores.

Analogicamente, o olhar conquistador do turista expressa a necessidade clara de dominar o espaço turístico visitado. Quanto mais destinações diferentes o turista conquistador visitar, mais ele se diferenciara em seu meio cotidiano. O status e o poder de consumo que lhe conferem a viagem o diferenciara na sociedade de consumo. Porém, o registro e a prova dessa dominação são imprescindíveis: a fotografia de paisagens simbolicamente associadas ao destino visitado, souvenirs característicos que comprovam a passagem pelo lugar, o cartão postal remetido durante a viagem são provas cabais de conquista simbólica desses novos espaços.

As destinações turísticas elegem, conscientemente ou não, alguns signos que representam esse olhar. Paisagens consagradas, objetos urbanos emblemáticos, patrimônio cultural são exemplos de signos trabalhados pela propaganda turística para atrair o olhar conquistador. No caso do Pelourinho, o olhar conquistador do diferente e da terra nova está em toda à parte: no cenário do largo do Pelourinho, nos jogos de capoeira, nas danças e nas indefectíveis baianas que se espalham pelo Centro Histórico. As provas cabais da conquista desse espaço serão coletadas pelas fotografias, cartões postais e nos produtos das dezenas de lojas de souvenir espalhadas pelo local. A “escravização” dos povos locais se traduz pela busca incessante em agradar e seduzir o turista.

O patrimônio cultural se revela aqui como um signo simbólico do consumo, do status e do característico. A qualidade estética do cenário legitima a conquista. O patrimônio é esvaziado de seu valor simbólico, conforme afirma Baudrillard e o valor de ambiência torna-se onipresente.

O olhar colonizador nos remete, entretanto, aos grandes movimentos migratórios do século XIX. Em busca de um futuro melhor em terras distantes, os colonizadores deixaram a contragosto a terra natal. A negação da terra nova através da valorização de hábitos culturais identitários de origem – idioma, gastronomia, festas tradicionais, da manutenção

dos laços familiares e étnicos e da necessidade de trabalho árduo na terra alheia, asseguravam a permanência temporária desse grupo e a segurança da volta à terra natal.

O olhar colonizador do turista anseia por signos que o remetam à terra natal. O desafio e a insegurança de estar em terra alheia são atenuados pela identificação de elementos simbólicos por ele conhecidos. O turista colonizador necessita do contato com espaços e pessoas que se assemelhem às de seu cotidiano. No Pelourinho, o olhar colonizador se traduz através dos diversos restaurantes italianos e internacionais existentes, dos internet-cafés e das praças com seus bares repletos de turistas.

O patrimônio representa a negação do estranho e a refuncionalização adquire sentido. A nova função representa o elo possível entre o turista e sua origem. Para esse turista, se houvesse um *fast-food* ambientado num prédio histórico, ele se sentiria mais em casa. Este turista também aprecia o consumo e o status que a viagem lhe proporciona. No entanto, a prova de sua rápida permanência nesse local só será valorizada se estiver associada a signos globalizados.

Por fim, a analogia do olhar romântico se estabelece nas referências simbólicas vinculadas ao movimento romântico europeu do século XIX. Fuga da realidade, apreciação de lugares exóticos e auto-conhecimento a partir do reconhecimento da alteridade são componentes básicos que caracterizam esse olhar. Negando signos que prontamente se associem ao olhar conquistador e colonizador, o olhar romântico do turista busca signos que representem a diferença cultural e associação com a localidade. A exigência de provas de autenticidade é exigida pelo turista romântico.

No caso do Pelourinho, o cenário turístico só fará sentido se associado à cultura local. Desta forma, a presença de bens imateriais da cultura baiana – a dança, a capoeira, a música reafirmam os valores exóticos que o olhar romântico busca. Sedes de grupos culturais locais mundialmente conhecidos como o Olodum e espaços que valorizam a convivência e o contato pessoal com o turista, como o “Alto do Pelourinho”, permitem a vivência desejada do turista romântico em busca de seu “eu”.

Ao analisar as três categorias do olhar turístico, Ferrara (1999, p 17) salienta que esse olhar que se desloca se apresenta se forma difusa e variável no mesmo espaço. A estratégia de planejamento turístico e as representações simbólicas empregadas nas estratégias de marketing é que direcionam o olhar dos turistas.

A requalificação urbana do Pelourinho permite ao patrimônio a representação das três significações discutidas pela autora. No entanto, o olhar conquistador prevalece e se sobrepõe aos olhares romântico e colonizador. A supremacia da atividade turística baseada no consumo do cenário, dos objetos e serviços comercializados e da cultura baiana conferem ao lugar a imagem de produto turístico que o Programa estabeleceu.

Quanto à comunidade local, a análise dos significados do patrimônio requalificado se torna um pouco mais complexa à medida que percebemos formas de interação contraditórias entre estes agentes e os espaços requalificados. Numa primeira análise, o patrimônio requalificado reforça a origem da população local, através de signos que representam valores culturais e identitários da comunidade. No entanto, o valor simbólico do mito de origem, como colocado por Baudrillard (2002, p.83), é abstraído do tempo e do espaço, uma vez que novas manifestações culturais são incorporadas nestes espaços e criam uma nova identidade para a comunidade.

Neste caso, o patrimônio requalificado representaria a origem da comunidade, por possuir elementos que documentam materialmente sua história, sua cultura e sua evolução. No entanto, o significado deste patrimônio assume um mero caráter de ambientação de um novo tempo, de novas funções e valores sócio-culturais.

A reinvenção dos valores simbólicos associados a à cultura negra pelo turismo no Centro Histórico, se assemelha ao caso analisado no sul do Brasil por Barreto (2002, p. 60). Os antigos elementos associados simbolicamente à triste história da escravidão no Brasil, como áreas de tortura e prisão, hoje são áreas de festas e apresentações musicais apreciadas pela comunidade local.

Para a comunidade local, o Centro Histórico se traduz como um espaço diferenciado dos outros espaços da cidade, por ter sido o *locus* da exclusão social. A comunidade recuperou através do seu símbolo - o patrimônio - os desejos, as memórias, as representações, as ritualizações e a ocupação desse espaço mítico, composto de elos de solidariedade, identidade e experiências de vida.

O Patrimônio simboliza para a comunidade local, o imaginário de lutas e a construção de uma nova identidade coletiva: a celebração da cultura baiana negra. Consiste num monumento que traz no esquecimento do passado um novo significado para o presente. Pois segundo Todorov (2002), a memória não se contrapõe de forma absoluta ao esquecimento. A ambivalência entre memória e esquecimento é que dá significado às representações simbólicas do patrimônio.

A autenticidade, mesmo que fragmentada, é apreciada pela comunidade neste caso. A presença de objetos documentais e memoriais autênticos é fundamental para a valorização da cultura e para o reforço da nova identidade.

Estes significados se alteram quando a comunidade divide o espaço requalificado com os turistas. Percebendo a importância econômica da presença destas pessoas neste espaço, o significado do patrimônio é reinventado pela própria comunidade, assumindo identidades estereotipadas para satisfazer os olhares simbólicos do turista.

Neste caso, o importante é identificar no patrimônio requalificado os signos que representem a cultura local, mesmo que estereotipadas. Diferente do cenário espetacular apreciado pelos turistas, o patrimônio assume aqui um papel de reforço da presença da comunidade naquele local, mesmo que de forma diluída e segregada.

Para os agentes responsáveis pelo Programa - o poder público - e pelos investimentos nos negócios - a iniciativa privada local - o patrimônio representa uma nova possibilidade de acumulação de capital, e neste caso, seu significado se limita somente às

novas funções ali instaladas. Compreendendo as necessidades do olhar do turista, o empresariado se preocupa com a composição de um cenário que abrigue funções econômicas ligadas ao consumo e à sua satisfação, normalmente associadas a lazer, entretenimento e cultura. Para o poder público, a imagem turística associada à recuperação do patrimônio cultural fortalece sua marca como agente provedor de desenvolvimento local.

Para tais agentes, a idéia de autenticidade do patrimônio não tem alguma importância. As novas funções estabelecidas determinam as alterações a serem realizadas e os signos eleitos como representativos do patrimônio são implantados ou evidenciados estrategicamente para valorizar o programa e o negócio e chamar a atenção dos turistas.

Tomando novamente o exemplo do Pelourinho, novamente cabe a aplicação da discussão sobre reprodução x autenticidade, discutido por Walter Benjamin. Os espaços requalificados no mundo estão cada vez mais parecidos entre si. A repetição de formas, cores, signos e mesmo funções, conferem uma certa monotonia a esses espaços e já não se tornam tão diferentes para os turistas. De certa forma, a autenticidade pelo diferente apreciada pelos turistas perde a sua força na requalificação urbana e dá lugar a um objeto comum e presente em todos os espaços turísticos. O patrimônio e os espaços requalificados deixam de ser autênticos e passam a ser simplesmente objetos de consumo turístico.

Concluindo, percebemos que as representações e significados do patrimônio cultural na requalificação assumem diferentes variações segundo o olhar dos diferentes agentes associados a tais espaços. De cenário espetacularizante e diferente percebido pelos turistas, o patrimônio assume o significado de legitimar as novas manifestações culturais ou reforçar alguns ícones culturais da comunidade local. Para os investidores e mesmo para o Estado, o patrimônio é visto como uma oportunidade de negócios e visibilidade política.

## **11 – As Territorialidades das Áreas Requalificadas: Relações Verticais e Horizontais**

Observando-se as premissas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico e as ações de uma das suas principais estratégias, que é a requalificação urbana, percebe-se claramente a intenção de seus idealizadores em criar um receituário de procedimentos e ações urbanas a serem aplicadas a todas as cidades que almejam entrar no “hall” das cidades globais.

No entanto, observa-se pela análise de alguns projetos de requalificação demonstrados e, sobretudo no caso do Centro Histórico de Salvador, que a importação de modelos internacionais de países desenvolvidos pode não levar a cidade a atingir os resultados esperados. Constata-se que as peculiaridades das relações sociais locais interferem no desenvolvimento do processo que envolve esta estratégia e, nesse sentido, o planejamento estratégico implantado fica reduzido apenas a seu aspecto formal e estético.

Se o planejamento estratégico visa incorporar áreas urbanas em processo de degradação às demais áreas de evidente vitalidade urbana, obviamente que essa intervenção requer uma maior participação da sociedade local, sobretudo da iniciativa privada e da comunidade. O poder público local se transformaria no principal agente articulador entre os diversos agentes que participam desse processo, tendo como prioridade básica os interesses da população.

Cabe ressaltar, no entanto, que pela lógica do sistema capitalista global a ampliação dos mercados consumidores requer maior participação das empresas transnacionais nesse processo e, devido ao alto poder de investimentos destas, acabam sendo as principais protagonistas dos programas de requalificação urbana. Essa situação conduz, naturalmente, à padronização e homogeneização não só das paisagens, mas também dos espaços urbanos produzidos pela intencionalidade estrategicamente liderada por essas empresas transnacionais.

Entretanto, como normalmente tais áreas são dotadas de elementos arquitetônicos de alto valor patrimonial ou de manifestações culturais tradicionais locais, a situação fica mais complexa. Transformar o patrimônio de determinada localidade em cenário e objeto de consumo através da reinvenção de uma identidade de interesse do turismo “conquistador”, merecem considerações mais profundas. Se a memória faz parte da experiência de lembrança e de esquecimento dos processos históricos de determinada localidade, essa localidade deve decidir o futuro dos objetos e das manifestações culturais associadas a esse processo. A refuncionalização de áreas baseadas somente em usos atrelados ao consumo, diminui e ignora os múltiplos sentidos simbólicos que tais elementos possuem. A diversidade simbólica poderia levar à diversidade funcional e à vitalidade urbana por iniciativa da sociedade local.

Induzir uma vitalidade urbana baseada em demandas transnacionais e de consumo acentua a tendência de esgotamento desse produto urbano. Pela própria lógica do sistema capitalista atual, a ampliação de novos mercados requer uma ampliação e modernização dos produtos. A efemeridade associada ao consumo contemporâneo levará, indiscutivelmente, à saturação e ao esgotamento das possibilidades econômicas nas áreas requalificadas, seja pela atividade turística, seja pelos negócios. Por mais interessantes e peculiares que sejam às formas arquitetônicas empregadas nesses locais - cenários nostálgicos, espaços com arquitetura espetacularizante ou globalizada - conduzirão à monotonia e a busca de novos produtos por parte da demanda consumista. E é justamente esse ponto da questão: a requalificação, que enfatiza a necessidade de diversidade de usos nessas áreas, não parte do princípio que é necessário diversificar não só os usos, mas também as demandas sociais que procuram essas áreas.

Implantar atividades como residências, comércio, negócio, lazer e turismo dirigidos a um único padrão de demanda, conduz à padronização e à saturação dessas áreas. E, nesse sentido, envolver a memória de uma localidade através de seu patrimônio requer uma discussão mais cuidadosa.

Essa situação se agrava quando algumas cidades, como Salvador, copiam parcialmente o modelo e induzem um processo diferente àquele normalmente observado nas cidades que obtiveram relativo sucesso com o emprego de tais estratégias. Cabe, neste momento, realizarmos uma comparação mais minuciosa do processo implantado no Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador e aquele pregado pelas cidades-referência, como Barcelona. Para melhor visualização e discussão, apresenta-se a seguir um quadro comparativo entre as principais características que ressaltam os processos implantados nessas duas cidades. Cabe ressaltar que, as características levantadas acerca do processo desenvolvido por Barcelona se baseiam em informações apresentadas por seus idealizadores, discutidas nos capítulos anteriores, e algumas constatações que este pesquisador obteve ao visitar as áreas requalificadas da capital catalã.

<b>Fatores Importantes do Processo de Requalificação</b>	<b>BARCELONA</b>	<b>CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR</b>
1. Característica da área escolhida	Porto tradicional praticamente desativado, área fabril abandonada e outros pontos degradados	Área Histórica ocupada com cortiços e comércio de âmbito local
2. Justificativa da escolha	Área tradicional da cidade, violência no local e crise urbana generalizada	Área dotada de patrimônio, violência local e fortalecimento da economia da cidade e do estado com o turismo
3. Oportunidade que tornaria estratégica a proposta	Sediar Jogos Olímpicos de 92	Não havia oportunidades aparentes
4. Estratégia de Viabilização da Proposta	Parceria com a Iniciativa Privada e adesão social	Centralização do órgão público e intensa propaganda
5. Recursos	Mistos	Públicos
6. Atividades e usos previstos	Turismo, lazer, cultura, negócios, residências	Predominantemente turismo
7. Característica da Intervenção	Arquitetura nova se integrou a elementos arquitetônicos tradicionais, recuperação da orla.	Recuperação dos edifícios, manutenção integral das fachadas

8. Estratégias de Ocupação	Valorização da área através dos Jogos Olímpicos	Convite e facilidades oferecidas a empresários locais
9. Estratégias de Inserção da Comunidade Local	Edifícios residenciais (Vila Olímpica) vendidos à população	Organizações sócio-culturais locais e algumas residências permaneceram seletivamente no local
10. Formas de Gestão	Gestão Partilhada	Gestão centralizada no órgão público. Dependência das ações públicas para o desenvolvimento da área.
11. Vitalidade Urbana atingida	sim	Sim
12. Resultados alcançados	sim	não
13. Justificativa de sucesso ou de problemas	Sucesso do Planejamento se estendeu a outras áreas da cidade	Problemas devido à necessidade de manutenção permanente do estado, substituição de negócios e animação induzida por eventos culturais
14. Aceitabilidade da população	sim	parcial
15. Manutenção da Proposta Original	total	Controle rígido do estado, mas observa-se formação de novas territorialidades horizontais
16 Continuidade da proposta.	Sim, em área contígua à requalificada	Sim, em área contígua e participação de novas frentes de financiamento

Quadro 01 – Quadro Comparativo entre Programas de Recuperação – Barcelona e Salvador.

Fonte: Barcelona (2002), Borja (1997), Borja & Castells (1997), Sanchez (2003), Sant'Anna (2003).

Através desse quadro observam-se algumas diferenças marcantes entre os programas de ambas as cidades. Primeiramente, nota-se que a cidade de Barcelona aproveitou uma oportunidade, que seria sediar os Jogos Olímpicos de 92, para atrair investimentos e recursos na recuperação da área. Através da visibilidade desse grande evento internacional, novos investimentos poderiam ser captados para a cidade, sobretudo em relação a turismo. Nesse caso, percebe-se nitidamente a ação intencional da municipalidade em ingressar a cidade na lógica econômica vertical. A verticalidade,

associada à estratégia, foi fundamental para viabilizar as ações horizontais que visavam melhorar as outras áreas urbanas da cidade, com o transporte, cultura, áreas de lazer, novos centros comerciais.

No caso do Pelourinho, não havia uma oportunidade clara que justificasse o empreendimento. Havia sim uma necessidade de melhorar a economia do estado através do turismo, onde a associação do Centro Histórico de Salvador recuperado à imagem do produto turístico Bahia foi a estratégia adotada. Esse fato demonstra uma diferença marcante. No caso do Pelourinho, a estratégia adotada nunca visou gerar recursos que pudessem ser investidos em outras áreas ou setores da cidade, como habitação, transporte público, lazer, etc. A requalificação urbana pontual seria a estratégia de promoção do turismo de forma generalizada. O programa de Barcelona se utilizou de uma estratégia econômica para viabilizar um projeto urbano para a cidade. Salvador se utilizou de uma estratégia econômica para viabilizar um projeto também econômico para o estado da Bahia. Nota-se claramente que a questão urbana que envolve a requalificação nunca foi levada a cabo pelo programa de requalificação do pelourinho. O produto turístico Pelourinho, através da recuperação do seu patrimônio, viabilizaria um projeto turístico maior para todo o estado da Bahia.

Além do mais, observa-se que Barcelona, ao eleger as áreas estratégicas de interesse olímpico e que posteriormente seriam incorporadas à cidade através da nova lógica econômica e urbana, selecionou algumas áreas não contínuas e que não apresentavam ocupação por parte da população – ou seja, antigo porto e área industrial abandonada. A descentralização, associada à recuperação, exigiria obras essenciais à cidade como um todo, como transporte público, por exemplo. Após os Jogos, a cidade contou com um novo e eficiente meio de transporte público e deslocamento. No caso do Pelourinho, cabe ressaltar inicialmente que a área não estava abandonada, ao contrário, apresentava vitalidade urbana com sérios problemas sociais. Se a lógica estratégica de Barcelona tivesse sido levada a cabo, a estratégia principal do Pelourinho teria de resolver o problema social ali presente através da atividade turística, e não resolver o problema do turismo removendo a população local.

Com uma proposta de risco e nada participativa, obviamente que o Programa teve que ser investido totalmente através de recursos públicos. Não se observa até esse momento uma verticalidade associada a interesses econômicos e imobiliários internacionais. A verticalidade aqui demonstrada está associada a questões políticas maiores, no caso de âmbito estadual. Pode-se dizer que a verticalidade vinculada a uma lógica internacional foi a valorização formal do patrimônio através de sua refuncionalização.

Mesmo nesse aspecto, observa-se que Barcelona elegeu áreas importantes do ponto de vista patrimonial, mas que tinham vínculo direto com a histórica econômica da cidade. Porto, galpões, piers, fábricas eram os elementos arquitetônicos presentes nessa área. O leve vínculo dessas áreas com a memória cultural da cidade, permitiu que Barcelona mantivesse apenas elementos simbólicos de relevante representação desses processos econômicos antigos. Com a recuperação e modernização dessa área, Barcelona adotou estratégias de marketing interno que favoreceriam a recuperação do patrimônio associado ao legado cultural da cidade: o Bairro Gótico e o Exaimple. Ainda nesse sentido, o Programa reinventou uma tradição extinta e recuperou um patrimônio que levou a aceitabilidade total do processo pela população: o restabelecimento da relação da cidade com o mar. A recuperação das praias e a criação de extensos espaços públicos destinados ao lazer foram ações fortemente consideradas na avaliação da aprovação do Programa.

Em contrapartida, Salvador, ao remover a população local dos casarões a serem recuperados, transforma a relação habitação x patrimônio e reiventa a representação simbólica negra daquele espaço através da presença de alguns grupos culturais emblemáticos do local. Guardadas as devidas proporções, o processo realizado lembra àquele descrito por Barreto no capítulo anterior. Um espaço que historicamente foi ocupado pelas elites portuguesas e simbolicamente representou o epicentro da escravidão – o largo do Pelourinho - expulsa séculos depois, através de uma estratégia de planejamento urbano, uma população predominantemente negra que ocupava toda a área para residir, e ainda, reiventa simbolicamente a tradição negra local através da recuperação do patrimônio e do produto turístico.

A paisagem produzida em Barcelona exhibe elementos simbólicos que representam uma nova fase da cidade. A saída de um período opressor e a possibilidade de se projetar mundialmente como uma cidade revigorada, está presente em múltiplos signos espalhados pelos edifícios modernos, praças, edifícios comerciais, bares e shoppings que existem no local. A cidade-espetáculo recupera formas antigas e inventa novas formas como símbolo de renovação e criatividade. O olhar romântico, colonizador e conquistador podem estar presentes em cada esquina, cada monumento, cada loja. A paisagem do Pelourinho, em contrapartida, espetaculariza o patrimônio e o reduz a simples cenário de fundo para o consumo do turismo.

Cabe ressaltar, que a memória estabelecida pelo esquecimento fortaleceu a relação simbólica dos grupos culturais contemporâneos baianos a esse conjunto. Cabe a indagação se os grupos culturais negros estão associados simbolicamente ao patrimônio cultural recuperado ou ao produto turístico implantado.

Por fim, os resultados econômicos apresentados no programa baiano demonstram claramente que o grau de dependência do órgão público na manutenção e vitalidade da área e a monofuncionalização estabelecida para o local, vêm demonstrando poucos resultados animadores. Queda no nível de conservação dos edifícios, inadimplência, imóveis vazios, sublocações e presença significativa de ambulantes e pedintes no local são alguns resultados desse processo.

Uma diferença marcante e resultante das diferenças que pontuam os dois casos é o surgimento de novas territorialidades, decorrentes de relações horizontais. Enquanto em Barcelona as ações horizontais foram estrategicamente levadas pelo programa a outras áreas da cidade, no Pelourinho as horizontalidades deram início à formação de novas territorialidades na própria área recuperada. O rígido controle estatal e os intensos fluxos turísticos acarretaram, como visto no capítulo 09, em novas territorialidades: uma vinculada aos excluídos, que vêem na proposta uma oportunidade de aumentar a sua renda; outra institucional – que, frente à presença marcante dos órgãos públicos e do projeto de

animação cultural, é a vitrine do Programa, ou seja, a imagem idealizada de sucesso das ações implantadas. E a última, longe dos grandes fluxos turísticos locais, a territorialidade da população soteropolitana, que associa à área a noção de solidariedade, convivência e enaltecimento da cultura e do estilo baiano de viver.

Como ressalta Milton Santos (1997, p. 272),

A ordem local busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que se constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação. No primeiro caso, a solidariedade é produto da organização. Na segunda, a organização é produto de solidariedade.

É justamente sobre essa afirmação que os planejadores devem refletir ao importar modelos globais de requalificação. As horizontalidades constituem em relações fundamentais para a plena integração desses fragmentos com as outras áreas da cidade. Conhecê-las, respeitá-las, ouvi-las e integrá-las pode resultar não somente num excelente exemplo de sucesso econômico, mas também de desenvolvimento local.

No caso do centro Histórico de Salvador, ainda existe muito caminho pela frente. Outras etapas serão implantadas e outros processos estão sendo pensados. Esperamos que os planejadores urbanos avaliem profundamente os resultados obtidos até o momento e percebam que a cultura baiana pode se firmar não só como um produto turístico, mas também como uma reunião de experiências, vivências e práticas que retratam ricamente os processos históricos de nosso país.

## Considerações Finais

Ao observar as análises e os resultados obtidos com o desenvolver desta pesquisa, reitera-se a importância da cidade como palco das manifestações humanas. Dotadas de espaços sagrados, espaços de trocas, espaços de domínio e exclusão, as cidades retratam fortemente os processos históricos e sociais produzidos por determinada sociedade ao longo do tempo. (As transformações dos espaços urbanos, a refuncionalização dos objetos e as intencionalidades associadas ao planejamento urbano revelam os diferentes níveis de organização e poder dos diferentes grupos sociais no território urbano. )

A compreensão da complexidade dessa fascinante invenção humana é fundamental para analisarmos a cidade atual, repleta de contradições, padrões e apelos conduzidos pelas classes hegemônicas. A simples observação estética da paisagem urbana, distanciada de seus aspectos simbólicos, pode remeter a imagens distorcidas da realidade e distantes da organização social e do processo histórico inerentes ao espaço urbano.

Nesse sentido, a análise sobre o próprio conceito de espaço e sua relação com a dinâmica urbana foi um ponto de partida crucial para a compreensão do processo que envolve a requalificação urbana e sua aplicação numa cidade brasileira – objeto central desta pesquisa. As discussões de método apresentadas por Milton Santos e discutidas no primeiro capítulo deste trabalho nos demonstram a indissociável relação entre os elementos físicos do meio urbano e as relações sociais. A força de transformação que o homem estabelece em seu meio caracteriza o espaço e o transforma permanentemente. Nesse aspecto, os diferentes níveis de organização social e as relações de poder, presentes no espaço urbano, implicam nas intencionalidades que caracterizaram os espaços urbanos em sua evolução histórica.

Ao analisarmos a evolução das cidades industriais, observamos nitidamente tal associação. Os problemas urbanos que afligiram as cidades industriais no século XIX, acarretaram em sérias ameaças à produção industrial e aos interesses das elites européias.

Liderados por essas classes dominantes, a cidade passa a ser objeto de estudo e de planejamento, ou seja, surge uma intencionalidade explícita que transforma o espaço urbano a favor de um sistema de acumulação de bens. O poder de tais grupos, projetaram tais intencionalidades a nível mundial, criando-se modelos de desenvolvimento urbano que, por sua vez, se proliferaram pelas cidades existentes do planeta.

O segundo capítulo, ao demonstrar alguns desses modelos associados ao processo de industrialização, possibilitou uma melhor compreensão do processo que envolve as transformações do espaço urbano observadas atualmente. A nova forma de organização do sistema capitalista e sua lógica produtiva propiciaram a reestruturação econômico-espacial que explica as contradições e os novos padrões urbanos presentes na cidade contemporânea. Nesse processo de reestruturação urbana surge a requalificação, uma estratégia que objetiva integrar algumas áreas dotadas de patrimônio, que se encontram distantes e desconectadas da nova lógica global do sistema capitalista, à dinâmica urbana existente nas cidades globais.

Surpreendentemente, a refuncionalização desses objetos – outrora liderados por uma elite intelectual e desprezada pelas classes econômicas dirigentes – se tornam símbolo de vitalidade, modernização e consumo, através de novas atividades como o turismo, lazer, cultura e comércio.

O discurso vinculado às práticas de requalificação – normalmente enaltecendo a cultura e identidade local – merece, neste momento, um questionamento sobre a veracidade da afirmação que o do patrimônio requalificado enaltece a cultura e valoriza a identidade da localidade. Essa questão conduziu esta pesquisa a uma análise da paisagem urbana e sua associação com as paisagens percebidas na requalificação.

O terceiro capítulo, ao discutir os aspectos simbólicos associados às paisagens produzidas por determinada sociedade, observou-se que as representações simbólicas podem identificar a ordem social presente em determinado espaço urbano. A paisagem se torna uma mediação entre a organização sócio-espacial e o observador. A análise das

paisagens-marca e paisagens-matriz, como discute Berque, pode revelar mais claramente os processos sociais através de uma materialidade simbólica que é a paisagem.

Nesse sentido, a discussão de Luchari a respeito do problema da fetichização da paisagem nos levou a refletir melhor sobre a importância da análise simbólica e atenta das paisagens que nos cercam. A fetichização das paisagens pode resultar em práticas sociais equivocadas ou totalmente vinculadas à ideologias de certos grupos dominantes.

Nesse sentido, esta pesquisa passa a analisar algumas composições paisagísticas decorrentes do processo sócio-espacial observado nas cidades atuais e sugere algumas categorias de análise que se associam às representações simbólicas expressas por alguns fragmentos observados atualmente nas paisagens das grandes cidades pós-industriais: a cidade-vitrine, a cidade-mercadoria, a cidade-espetáculo, a cidade virtual e a cidade-fragmentada.

Embora apresentem muitas vezes composições estéticas semelhantes, tais categorias representam a materialidade simbólica expressa pela organização sócio-espacial liderada pelo capitalismo global. O espaço urbano se transforma no palco do consumo e em objeto de consumo. Novas relações sociais e novos valores de uso do solo são estabelecidos e os signos associados a essas novas relações estão presentes nessas paisagens. A requalificação, demonstra, nesse caso, uma estratégia objetiva do sistema capitalista em elevar os valores de uso de áreas desprestigiadas através da refuncionalização baseada no consumo. O patrimônio, nesse caso, se configura no elemento simbólico que associa os novos usos às práticas de consumo e valorização do solo. O patrimônio se torna vitrine, mercadoria, espetáculo, e fragmentado.

Essa constatação requer um aprofundamento das premissas associadas à requalificação, no caso, do planejamento estratégico. Esse modelo de planejamento expressa a intencionalidade máxima do sistema capitalista em transformar a cidade num produto. A forma de viabilizá-lo, como demonstrou o quarto capítulo, foi a aproximação da lógica empresarial no processo de organização e gestão das cidades. A requalificação

urbana é, sem dúvida, uma das suas principais estratégias. Disseminado por todo o mundo – como outrora observamos nas cidades industriais – tal modelo teve como exemplo maior a cidade de Barcelona que, aproveitando da oportunidade de sediar os Jogos Olímpicos, modernizou a cidade e a integrou na rede das principais cidades globais.

Nesse ponto, o estudo de um exemplo brasileiro conduziu a pesquisa à capital baiana e ao Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Pelourinho, exemplo emblemático e polêmico da aplicação da requalificação urbana através da recuperação do patrimônio para o turismo.

Os capítulos associados à evolução urbana do Centro Histórico, ao programa de recuperação implementado, aos seus resultados e às condições hoje observadas no local, nos demonstram a gravidade de importarmos modelos de planejamento desconsiderando os processos sociais locais. Ao compararmos os dois processos de requalificação – Barcelona e Pelourinho – observamos algumas semelhanças e diferenças que demonstram essa preocupação. O Pelourinho, ao adotar os princípios gerais e formais pregados pela estratégia de requalificação, desconsiderou os contextos e requisitos que envolviam o processo da capital catalã e o adaptou a processos sócio-políticos totalmente distintos. Centralidade estatal, marketing político, monofuncionalização e ausência de ações voltadas à inserção social são características marcantes do processo brasileiro, o diferenciando sensivelmente daqueles observados em outras cidades mundiais. O patrimônio local, por sua vez, se transforma em símbolo de um produto turístico a ser consumido. No entanto, a reinvenção da cultura afro-baiana e as possibilidades de aumento de renda através do turismo favoreceram a formação de novas horizontalidades. Essas horizontalidades, como afirma Milton Santos, demonstram a força da ordem local frente a processos autoritários verticais e reforçam a afirmação de que a importação de modelos que valorizam as formas fetichizadas da paisagem e que não se integram com as organizações sociais locais, têm efeitos adversos aos esperados. \

Essa questão nos leva a uma reflexão desconfortante: o futuro das cidades e do planejamento urbano. O nível de exclusão social, a padronização e o esgotamento dos

modelos urbanos hoje difundidos pelo sistema capitalista global estão atingindo patamares além dos suportáveis. Problemas sociais, violência, miséria, acumulação de oferta imobiliária e falta de recursos já demonstram a própria inviabilidade da lógica urbana imposta pelo sistema. } Novas discussões acerca dos problemas e soluções urbanas estão levando centenas de cidades a se reunir e trocar experiências positivas. } Nessas discussões observa-se que o tema principal que move o futuro do planejamento urbano se baseia no conceito de desenvolvimento local. }

Conceituar desenvolvimento local também é uma tarefa bastante complexa. Com um processo histórico tradicionalmente voltado a interesses de classes econômicas dominantes, projetar um conceito de desenvolvimento local distanciado de questões ligadas a economia, como emprego, renda e infraestrutura, requer um exercício de reflexão mais cuidadoso.

Oliveira (2002, p.11) ressalta que a noção de desenvolvimento local pregada na sociedade contemporânea está ancorada na cidadania. Para o autor, essa associação merece mais atenção. } Se a noção de cidadania deve nortear ações que visem a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população, ela precede, no entanto, da formação de cidadãos críticos e reflexivos. Se esse perfil citadino se contrapõe ao indivíduo massa, como sugere o autor, as vontades populares se dão necessariamente através do conflito. }

No entanto, a visão neoliberal associa a noção de cidadania à ausência de conflito, à paz generalizada e à sociedade harmônica. Essa constatação nos remete a uma preocupação maior ao se discutir as práticas e políticas urbanas de desenvolvimento local, uma vez que ao se adotar a noção de cidadania próxima dos ideais neo-liberais, como salienta Oliveira, cometemos o risco de novamente nos atrelarmos aos interesses das classes dominantes (OLIVEIRA, 2002, p.13).

Segundo o autor, o conceito de desenvolvimento local é polissêmico e abrange todas as dimensões em que se exerce a cidadania; a associação do conceito de desenvolvimento local a modelos paradigmáticos resulta na própria desconstrução do conceito ( 2002, p.13)

Se observarmos as prioridades estabelecidas pelas agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento, como analisa Werna (1996), observamos que todos os incentivos concedidos aos países sub-desenvolvidos se baseiam em práticas urbanas associadas à habitação, saúde, educação e qualidade de vida. Essa questão novamente nos remete à discussão colocada por Oliveira.

Conhecer mais profundamente as novas abordagens de desenvolvimento local e sua relação com as atuais práticas urbanas se faz necessário para a definição de políticas urbanas mais precisas e atreladas ao conceito amplo de cidadania.

Percebe-se, dessa forma, que a complexidade do conceito de desenvolvimento local nos remete a soluções mais globais para a cidade. A escala de programas e projetos fragmentados e pontuais como a requalificação, projeta ações que invariavelmente se associam a uma imagem de cidadania idealizada pelo poder hegemônico atual. Talvez, uma discussão mais profunda sobre as novas abordagens de desenvolvimento local e sua aplicação no planejamento urbano possa levar a um caminho e não a um modelo a ser reproduzido pelas cidades do futuro. Mas isso é assunto para uma outra pesquisa.

#### 4. - Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marco Antonio Ramos de. Apresentação. In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do séc. XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

ARANTES, Antonio Augusto. A Preservação de Bens Culturais como Prática Social. **Revista de Museologia**. São Paulo, ano 1, n. 01, p. 12-16, 1989.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Berlim Reconquistada: Falsa Mistura e Outras Miragens. **Espaço & Debates**. v. 03, n. 43-44, p. 28-50, jan/dez 2003.

\_\_\_\_\_. Uma Estratégia fatal: a cultura nas Novas Gestões Urbanas. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, VAINER, Carlos B. e MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos**. São Paulo: EDUSP, 1995.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1998.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de Azevedo. O Caso Pelourinho. In: ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O Despertar do Turismo. Um Olhar Crítico sobre os Não-lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.

BARCELONA, Ayuntamiento de. **Plan de Innovación Municipal**. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, 2002.

\_\_\_\_\_. **Barcelona: Four Visions**. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, 2000.

BARQUERO, António Vázquez. **Política Económica Local - La respuesta de las Ciudades a los Desafíos del Ajuste Productivo**. Madrid: Ediciones Pirámide, s/d.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 4<sup>a</sup> ed., 2002.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 2<sup>a</sup>.ed., São Paulo: Perspectiva, 1993.

\_\_\_\_\_. **As Origens da Urbanística Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BENJAMIN, Walter. **A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução**. São Paulo: Abril, coleção Pensadores, 1975.

BERQUE, Augustín. **Médiance: De Milieux en Paysages**. Montpellier, Fr: GIP RECLUS, 1990.

\_\_\_\_\_. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BOMFIM, Juarez Duarte. **Políticas Públicas para o Centro Histórico de Salvador: O Caso do Parque Histórico do Pelourinho – Investigação de Originalidade numa Ação**

**do Governo Local.** Salvador, 1994, Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. **Local Y Global: La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información.** Madrid: Ed. Taurus, 1997.

BORJA, Jordi. As Cidades e o Planejamento Estratégico: uma Reflexão Européia e Latino-Americana. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 1997.

\_\_\_\_\_. A Descentralização como Estratégia de Valorizar a Cidade: o Caso de Barcelona. In: FISCHER, Tânia (org.). **Poder Local: Governo e Cidadania.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

\_\_\_\_\_. Grandes Projetos Metropolitanos: Mobilidade e Centralidade. In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do séc. XXI.** São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Uma Proposta de Valorização do Centro de Salvador. In: GOMES, Marco Aurélio A de Filgueiras Gomes (org.). **Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade.** Salvador: Editora da UFBA, 1995.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural.** São Paulo: Aleph, 2002.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras: Seu Controle ou o Caos.** São Paulo: Nobel, 1982.

CANCLÍNI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 23, p. 95-111, 1994.

CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. Salvador, a Primeira Capital. In: CASTRO, Maria Adriana Almeida Couto de et al. **Centro Histórico de Salvador – Bahia: Patrimônio Mundial**. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2000

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 2ª.ed., São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. “Novas” Contradições do Espaço. In: DAMIANI, Amélia Luísa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA; Odette Carvalho de Lima (orgs.) **O Espaço no Fim do Século**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, Mônica de. Cidade Global: Anotações Críticas de um Conceito. **São Paulo em Perspectiva** São Paulo, volume 14, n. 04, p.105-110, 2000.

CASTRO, Julio Villar e SANTOS, José Luis Alonso. La Planificación en una Ciudad Cultural: El Ejemplo de Salamanca. **Cadernos de Geografia**. Coimbra, número especial, p. 89-101, 1996.

CASTRO, Maria Adriana Almeida Couto de. O Programa de Recuperação. In: CASTRO, Maria Adriana Almeida Couto de et al. **Centro Histórico de Salvador – Bahia: Patrimônio Mundial**. São Paulo: Horizonte Geográfico, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: DPH. **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH/SMC, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. Cultura e Cidade: Uma Breve Introdução ao Tema. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CEPOLLARO, Giancarlo. Gottmann: A Metrópole Transacional. In: MASI, Domenico di (org.). **A Sociedade Pós-Industrial**. 3ª. ed, São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

CHAGAS, Maurício de Almeida. **Modernismo e Tradição: Lina Bo Bardi na Bahia**. Salvador, 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Urbanismo**. 5ª. ed., São Paulo: Perspectiva, 2000.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2002.

DANTAS, Marcelo. Gestão, Cultura e *Leadership* – o Caso de Três Organizações Afro-Baianas. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 1997.

DEL RIO, Vicente. O Modelo de Revitalização Urbana e o Caso de Baltimore. **Cadernos do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, n. 04/05, p. 31-40, 1994.

DUNCAN, James. A Paisagem como Sistema de Criação de Signos. In: Corrêa, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Nobel, 1995.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. O Turismo dos Deslocamentos Virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FISCHER, Tânia et al. Centro Histórico de Salvador: A Gestão em Parceria de Novos Tempos e Novos Espaços. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Olodum: Arte e Negócio. In: FISCHER, Tânia (org.) **Poder Local: Governo e Cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 1993.

\_\_\_\_\_. Gestão Contemporânea, Cidades Estratégicas: Aprendendo com Fragmentos e Reconfigurações do Local. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora, 1997.

FREY, Klaus. Crise do Estado e Estilos de Gestão Municipal. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 37, 1996.

GARGALLO, Pierrete. Barcelone d’Hier, d’Aujourd’hui et de Demain. In: **Barcelona: Four Visions**. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, 2000

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Natureza e Cultura – Respresentações na Paisagem. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

GOMES, Dense Maria Cavalcanti. Turismo e Museus: um Potencial a Explorar. In: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOMES, Marco Aurélio A de Filgueiras Gomes; Fernandes, Ana. Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural. In: GOMES, Marco Aurélio A de Filgueiras Gomes (org.). **Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade**. Salvador: Editora da UFBA, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o Problema dos Patrimônios Culturais. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 01, n. 02, p. 264-275, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/IPAC. **Bahia – Centro Histórico de Salvador: Programa de Recuperação**. Salvador: Corrupio, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pelourinho: Levantamento Sócio-Econômico**. 2ª ed., Salvador: IPAC, 1997.

GUIRARDO, Diane. **Arquitetura Contemporânea: Uma História Concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Território, Cultura e Desterritorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 11ª.ed., São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a Transformação da Administração Urbana no Capitalismo Tardio. **Espaço e Debates**. São Paulo, ano XVI, n. 29, p.48-64, 1996.

\_\_\_\_\_. **Social Justice and The City**. Baltimore, USA: Johns Hopkins University Press, 1975.

ICOMOS. **Monumentos Brasileiros no Patrimônio Mundial**. Salvador, BA: ICOMOS Brasil, 2000

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: Comentada para Trabalhos Científicos**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004.

KLEIN, Naomi. **Sem Logo - A Tirania das Marcas em um Planeta Vendido**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LARROUY-ESTEVEENS, Dominique. Lisbonne, Centre Culturel de Belém: Les Fondations du Futur. **Urbanisme et Architecture**. França, n. 252, p.68-69, 1991.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. O Território Imaginário. **Paisagem Ambiente Ensaios**. n. 09, p. 83-97, 1996.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP: Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **A Mercantilização das Paisagens Naturais**. Texto apresentado no IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local – Turismo e Território: Sustentabilidade para Quem? Joinville, Santa Catarina, 2000.

\_\_\_\_\_. A (Re) Significação da Paisagem no Período Contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. Turismo e Meio Ambiente na Mitificação dos Lugares. **Revista Turismo em Análise**. São Paulo: USP/Escola de Comunicações e Artes/São Paulo/SP, v.11, n.01, 2000.

MARIANI, Ricardo. Patrick Geddes e a Presença da História no Projeto Urbano. In: DPH. **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH/SMC, 1992.

MARICATO, Herminia. Brasil 2000: qual Planejamento Urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 01-02, p. 113-130, 1997.

MARISCAL, Javier. Bar Cel Ona. In: **Barcelona: Four Visions**. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona, 2000

McCLURE, Bert. Les Fruits de la Continuité. **Urbanisme et Architecture**. França, n. 252, p.56-57, 1991.

\_\_\_\_\_. New York, Battery Park: Le Raffinement dans le Gigantisme. **Urbanisme et Architecture**. França, n. 252, p.72-73, 1991.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e Simbolismo. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MELO NETO, Francisco Paulo de. Evento: de Ação, de Entretenimento a Agente de Promoção do Patrimônio. In: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

MEYER, Regina Maria Prosperí et al. **São Paulo Metrópole**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MEYER, Regina Maria Prosperí. Atributos da Metrópole Moderna. **São Paulo em Perspectiva** São Paulo, volume 14, n. 04, p.105-110, 2000.

\_\_\_\_\_. O Espaço da Vida Coletiva. In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Os Centros das Metrópoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do séc. XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MIRANDA, Danilo Santos de. Reflexões sobre o Papel da Cultura na Cidade de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva** São Paulo, volume 14, n. 04, p.105-110, 2000.

MIRANDA, Luciete Barreto; SANTOS, Maria Aparecida S. C. dos. **Pelourinho: Desenvolvimento Sócio-Econômico**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

MOURA, Rosa. Os Riscos da Cidade Modelo. In: ACSERALD, Henri (org.). **A Duração das Cidades – Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOURTHÉ, Cláudia. **Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

NIGRO, Cíntia. Patrimônio Cultural e Território Urbano. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 78, p.45-76, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer Desenvolvimento Local? In: SPINK, Peter; BAVA, Sílvia Caccia e PAULIKS, Verônica. **Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção**. São Paulo: Polis, 2002.

OLIVEIRA, Lysie dos Reis. **A História na Vitrine: Novas Estratégias e Convenções no Ritual de Preservação do Espaço Urbano**. Salvador, 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.

ORCIUOLI, Affonso. Uma Proposta Ambiciosa. **Revista AU**. São Paulo, ano 18, n. 116, p.26-41, 2003.

ORTIZ, Renato. Reflexões sobre a Pós-Modernidade: o Exemplo da Arquitetura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ano 07, n.20, p. 135-147, 1992.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Fragmentos de Paisagens. **Paisagem Ambiente Ensaios**. n. 09, p. 47-81, 1996.

PIMENTEL, Victor. Centro Histórico em Discussão. Salvador, BA, 1988. RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo, UFBA, ano 01, n. 01, p.145-157, **entrevista concedida a revista RUA – UFBA**.

PINHO, Osmundo S. de Araújo. **Descentrando o Pelô: Narrativas, Territórios e Desigualdades Raciais no Centro Histórico de Salvador**. Campinas, SP, 1996, Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

PINTO, Manuel da Costa. Cidade e Utopia. Cidade - Saga da Metrópole e de seu Inventor. **Revista do Patrimônio Histórico** - Secretaria Municipal da Cultura. São Paulo: PMSF, v. 4, n.4,1996.

PORTAS, Nuno. L'Interpretazione del Progetto Urbano. **Revista Urbanística**. Roma:, no.110, giugno, 1998.

\_\_\_\_\_. As Políticas de Reforço das Centralidades. In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do séc. XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: o Patrimônio Histórico e o Turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime (orgs.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1999.

RYKWERT, Joseph. **A Sedução do Lugar: A História e o Futuro da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANCHEZ, Fernanda. A (in)Sustentabilidade das Cidades-Vitrine. In: ACSERALD, Henri (org.). **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2001, p.155 – 175.

\_\_\_\_\_. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó, SC: Argos, 2003.

SANT'ANNA, Márcia. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: Origens, Sentidos e Resultados. **RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Salvador, n. 08, p.08-59, dez. 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. Salvador: Centro e Centralidade na Cidade Contemporânea. In: GOMES, Marco Aurélio A de Filgueiras Gomes (org.). **Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade**. Salvador: Editora da UFBA, 1995.

\_\_\_\_\_. **Técnica Espaço Tempo - Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 4ªed., São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Regina Célia Bega dos. O Sentido da Cidade no Final do século XX. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2001, p.489-499.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: StudioNobel, 1998.

SASSEN, Saskia e ROOST, Frank. A Cidade: Local Estratégico para a Indústria Global do Entretenimento. **Espaço e Debates**. São Paulo, ano XVII, n. 41, p. 67-75, 2001.

SELSDON, Esther e CARL, Klaus H. **New York**. New York: Parkstone Press, 2000.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades Turísticas: Identidades e Cenários de Lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SITTE, Camilo. **A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOLÁ-MORALES, Manuel de. Ações Estratégicas de Reforço do Centro. In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do séc. XXI**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SOJA, Edward, W. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Os Processos de Globalização. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A Urbanização da Sociedade: Reflexões para um debate sobre as Novas Formas Espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luísa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs). **O Espaço no Fim do Século**. São Paulo: Contexto, 1999.

TINOCO, Alexandre de Carvalho. Integração ou Fragmentação? O Impasse Gerado pelo fetichismo da Desconcentração. **Espaço e Debates**. São Paulo, ano XVII, n. 41, p.46-65, 2001.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

URRY, John. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Nobel, 1996.

UJVARI, Stephan Cunha. **A História e suas Epidemias – A Convivência do Homem com os Microorganismos**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2003.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, VAINER, Carlos B. e MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Os Liberais também fazem Planejamento Urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro" In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único - Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário: o Lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

VENTURI, Robert. **Aprendiendo de Las Vegas: El Simbolismo Olvidado de la Forma Arquitectónica**. 3ª.ed. Barcelona: GG, 1998.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão e VIEIRA, Eurípedes Falcão. Poder Local e Gestão Urbana: Formulação de uma Visão Estratégica à Dinâmica das Cidades. **Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 10, n. 27, p.127-138, 2003.

ZANCHETTI, Sílvio Mendes. Conservação Integrada e Planejamento Urbano na atualidade. **Espaços e Debates**. v. 23, n. 43-44, p. 92-104, 2003.

WERNA, Edmundo. As Políticas Urbanas das Agências Multilaterais de Cooperação Internacional para Países em Desenvolvimento. **Espaço & Debates**. São Paulo: Neru, n.39, 1996.

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando a Cultura do Poder. In: ARANTES, Antonio A. (org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

## Referências Eletrônicas

BARRETTO, Margarita. La Delicada Tarea de Planificar Turismo Cultural: Un Estudio de caso con la “Germanidad” de la Ciudad de Blumenau – SC – Brasil. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. V. 01, n. 01, p. 51-63, 2003. Disponible em <<http://www.pasosonline.org>>. Acesso em 20 jun 2005.

BLOCO ILÊ-AYÊ. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.ileaye.com.br>>. Acesso em 05 fev. 2005.

CAREY, Hugh L. Battery Park City Authority. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.batteryparkcity.org>>. Acesso em 27 fev. 2005

CIDEU. Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.cideu.org>>. Acesso em 27 fev. 2005.

DEL RIO, Vicente. Voltando às Origens. A Revitalização de Áreas Portuárias nos centros Urbanos. **Arquitextos**. Texto n.091. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto091.asp>>. Acesso em 22 fe. 2005.

FREEDOM SHIP INTERNATIONAL INCORPORATION. Site Comercial Oficial. Disponível em: <<http://www.freedomship.com>>. Acesso em 12 fev. 2005.

GAUDÍ, Antoni. La Fantasia Hecha Piedra. Disponível em: <<http://www.ctv.es/USERS/ags/GAUDI.htm>>. Acesso em 27 fev. 2005.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL/BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. PRODETUR: Infraestrutura e seus Reflexos no Turismo. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/get4is06.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2005.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL/MINISTÉRIO DA CULTURA. Programa Monumenta. Disponível em: <<http://www.monumenta.gov.br/monumenta>>. Acesso em: 08 jan. 2005.

GRUPO CULTURAL OLODUM. Site Oficial. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/olodum.htm>>. Acesso em 05 fev. 2005.

PARQUE EXPO 98. Parque das Nações. Site Oficial. Disponível em: <<http://parquedasnacoes.pt>>. Acesso em 27 fev. 2005.

RUBINO, Silvana Barbosa. Quando o Pós-Modernismo era uma Provocação. Arquitectos. Resenha 72, 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitectos.htm>>. Acesso em 01 jul 2005.

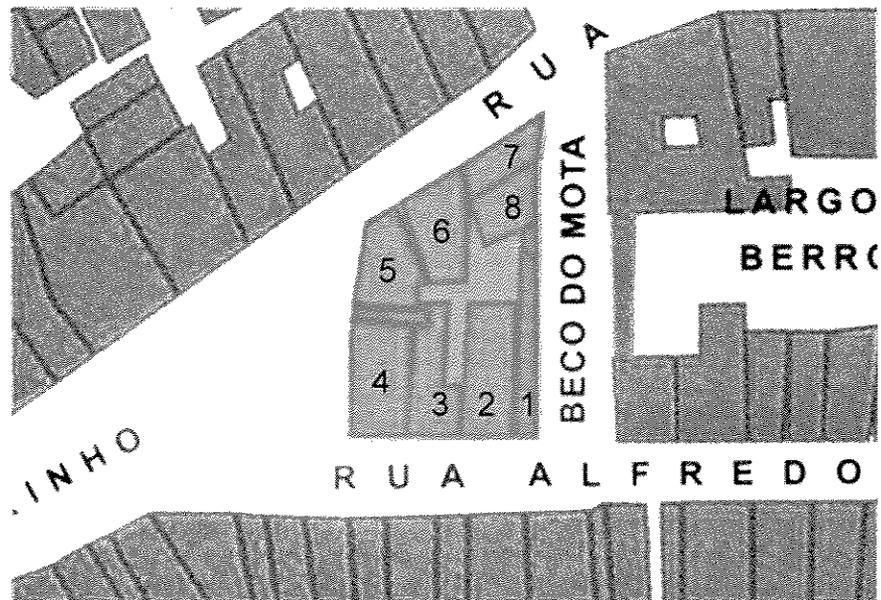
SENA, Mardineuson A de. Turismo Sustentável na APA de Balbino: Fatos e Feições de um Espaço Litorâneo Cearense. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20069.htm>>.

SOCIEDADE RECREATIVA E CARNAVALESCA FILHOS DE GANDHY. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.filhosdegandhy.cjb.net>>. Acesso em 05 fev. 2005

# **APÊNDICES**

## **APÊNDICE 01 – Levantamento de Uso do Solo**

## Mapas de Uso do Solo

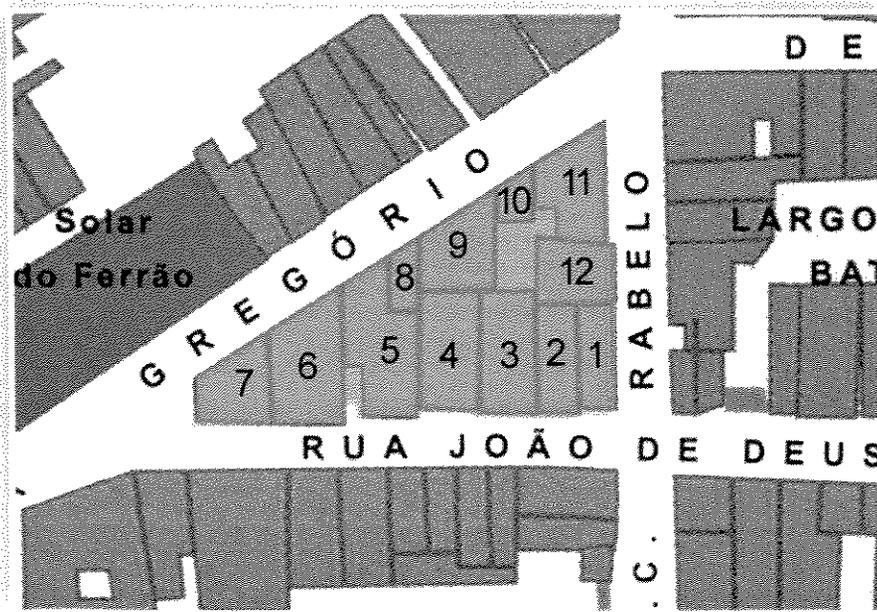


Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Koisa Nossa	Atelier de pinturas	Comércio Turístico
02			Imóvel Vazio
03			Imóvel Vazio
04	Fundação Casa Jorge Amado	Centro Cultural e Café	Equipamento Cultural
05	Museu da Cidade	Museu antropológico e etnográfico	Equipamento Cultural
06	Museu da Cidade	Anexo do Museu	Equipamento Cultural
07	Associação Brasileira de Capoeira Angola	Grupo Cultural	Organização Sócio-Cultural local
	O Preto Velho (porta anexa)	Loja de Miudezas	Comércio Turístico
08	Associação Brasileira de Capoeira Angola	Anexo da Associação	Organização Sócio-cultural local



	Atelier Lineu Alves	Atelier de pinturas	Comércio Turístico
12	Renascer Galeria de Arte (térreo)	Atelier de Pinturas	Comércio Turístico
	Acopelô ( 1º. andar)	Escola de Idiomas	Comércio/Serviço Local
13	Restaurante Vavá	Restaurante baiano	Restaurante Turístico
14	Bar Lage Grande	Bar com mesas na calçada	Bar Turístico
15	Caravana Tour (térreo)	Agência de Receptivo	Agência de Viagens
	Casa da Gamboa (1º.andar)	Restaurante baiano	Restaurante Turístico
16			Imóvel Vazio
17			Imóvel Vazio
18	Raízes da Terra	Artesanato Fino	Comércio Turístico
19	Yellow Cat	Loja de roupas	Comércio Turístico
20	Pérola Negra	Loja de Cd e artesanato	Comércio Turístico
21	Omolú Artesanato	Loja de artesanato	Comércio Turístico
22	O Cravinho do Carlinhos (térreo)	Cachaçaria	Bar Turístico
	Agô-Axé Artesanato e Pintura	Loja de souvenirs e pinturas	Comércio Turístico
23	Nega Fulo Restaurante	Restaurante baiano	Restaurante Turístico
24	Caixa Eletrônico Itaú		Comércio/Serviço Local
25	Adamas Joalheria (térreo)	Loja de jóias e pedras	Comércio Turístico
	Dona Chika-ka ( 1º.andar)	Restaurante baiano	Restaurante Turístico
26	Abitoks Artigos Afro (térreo)	Loja de souvenirs e cabeleireiro	Comércio Turístico
	Associação das Baianas do Acarajé (1º.andar)		Associação Sócio-cultural Local
	F. Santos Atelier (2º.andar)	Atelier de pinturas	Comércio Turístico
27	Mistura do Pelô	Bar	Bar Turístico
28	Chico Silveira Atelier	Atelier de Pinturas	Comércio Turístico
29	Artes Atelier e Café	Atelier de Pinturas	Comércio turístico
30	Largo Quincas Berro D'Água	Espaço aberto de lazer com telefone público, sanitários e espaços para shows e bares	Equipamento Cultural

## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Bar Galícia (térreo) 1º.andar	Bar	Bar Turístico Residência
02	Pelô Pastéis (térreo) Hannaly Atelier	Atelier e pastelaria Atelier de pinturas	Comércio Turístico Comércio Turístico
03	Arte Tear (térreo) Atelier (1º.andar)	Artesanato Fino Atelier de produtos reciclados	Comércio Turístico Comércio Turístico
04	Esmeralda Gemas	Joalheria	Comércio Turístico
05	Pelô Mania (térreo) Kembo (térreo) Dida Escola de Música	Loja de souvenirs Loja de souvenirs Escola de música	Comércio Turístico Comércio Turístico Comércio/Serviço Local
06	Ébano (térreo) Pelô Folclórico (térreo) Pousada Encontro dos Artistas (1º.andar)	Loja de roupas Loja de roupas Pousada	Comércio turístico Comércio turístico Meio de Hospedagem
07	Estação Pelô (térreo) Atelier Liberato (1º.andar)	Bar Atelier de pinturas	Bar Turístico Comércio Turístico

08	Sem nome	Quiosque de Água de Côco	Comércio/Serviço Local
09	Badú Artesanato (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Sem Nome (1º andar)	Cabelereiro Afro	Comércio/Serviço Local
10	Afro Bahia	Loja de roupas	Comércio Turístico
11	Casa do Olodum	Sede do Grupo	Organização Sócio-cultural Local
12	Grupo Cultural Kymundu (térreo)	Sede do Grupo e cabelereira	Organização Sócio-cultural local
	1º andar		Residência

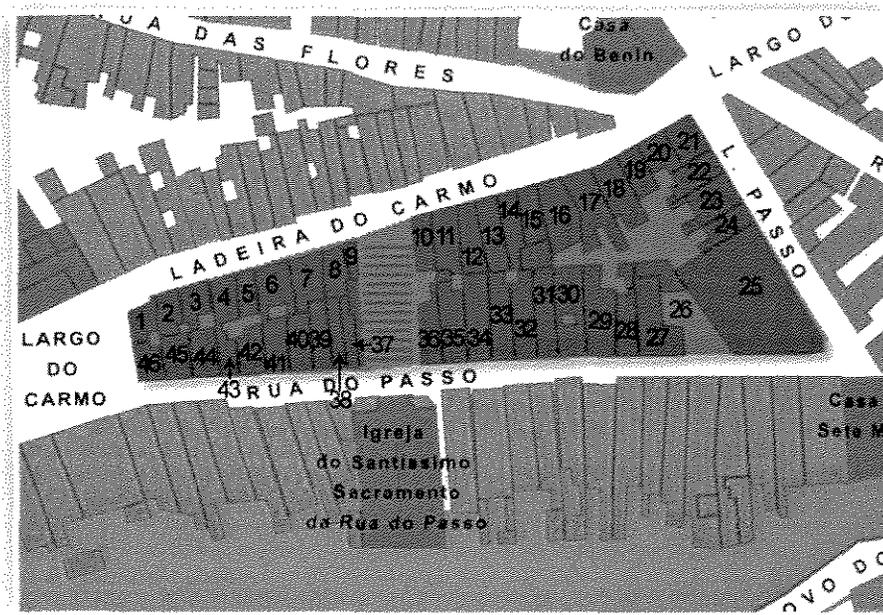


12	Made in Bahia (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Didara Boutique (térreo)	Loja de roupas	Comércio Turístico
	Porto das Artes (térreo)	Loja de roupas	Comércio Turístico
	Ragastens (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Sem nome (térreo)	Loja de roupas	Comércio Turístico
	Pau Brasil (1º andar)	Restaurante	Restaurante Turístico
13	Oxum Casa de Arte	Loja de Antiguidades	Comércio Turístico
14	Polícia Municipal da Bahia	Polícia Turística	Organização de Interesse Público
15	Estrela do Mar	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
16	Márcia Ganem	Loja de Roupas Finas	Comércio/Serviço Local
17	Sebrae	Feira de Artesanato	Comércio Turístico
18	Sebrae	Administração	Organização de Interesse Público
19			Imóvel Vazio
20	Largo Tereza Batista	Espaço aberto de acesso controlado com banheiros, telefones públicos, caixa eletrônico e espaço para shows	Equipamento Cultural



11	Centro de Referência Negra	Sede do Grupo	Organização Sócio-Cultural Local
12	Associação dos Vendedores Credenciados do Pelô	Sede da associação	Organização Sócio-Cultural Local
13	Banda Swing do Pelô	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
14	Sem Nome	Loja de cerâmica	Comércio Turístico
15	Sem nome (térreo)	Bar	Comércio/Serviço Local
	Gêmen – Grupo Ecológico de Salvador (1º.andar)	OnG	Organização de Interesse Público
16	Multi-Park	Estacionamento	Comércio/Serviço Local
17	Multi-Park	Estacionamento	Comércio/Serviço Local
18	Multi-Park	Estacionamento	Comércio/Serviço Local
19	Multi-Park	Estacionamento	Comércio/Serviço Local
20	Arte Tudo Café	Loja de souvenirs	Comércio turístico
21	Juizado de Menores	Atendimento	Organização de Interesse Público
22	Bacalhau do Firmino	Restaurante	Restaurante Turístico
23	Escola Criativa do Olodum	Sede da escola	Organização Sócio-Cultural Local
24	Boutique Muzenzá	Loja de roupas	Comércio Turístico
25	Ebabá Artesanato (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Restaurante e Bar Panorâmico (1º.andar)	Restaurante	Restaurante Turístico
26	Ilê-Ayê Grupo Cultural (térreo)	Sede do grupo	Associação Sócio-Cultural Local
	Restaurante Aconchego (1º.andar)	Restaurante caseiro	Restaurante Turístico
27	Sem nome (térreo)	Loja de pinturas	Comércio Turístico
	Zitares Bar	Bar	Bar Turístico
28	Largo Pedro Archanjo	Espaço aberto com sanitários, telefones públicos, espaços para shows e bares com mesas ao ar livre	Equipamento Cultural Bar Turístico

## Mapas de Uso do Solo



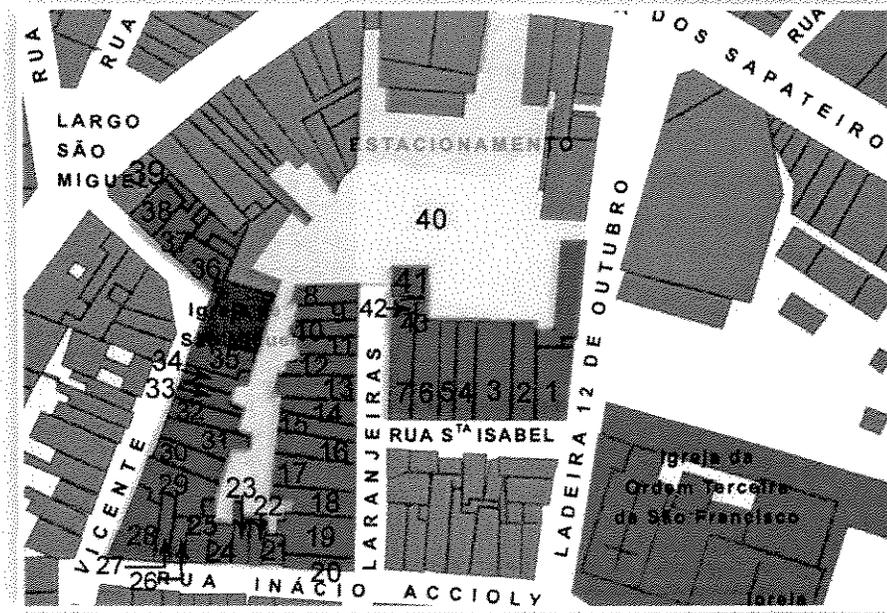
Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Praça	Espaço Público	Equipamento Cultural
02	Atelier Nós	Loja de antiguidades	Comércio Turístico
03			Residência
04	Pelô Arte	Pinturas	Comércio Turístico
05			Residência
06	Casa Índio Asa Branca (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Casa Índio Asa Branca (superior)	Pousada	Meio de Hospedagem
07			Imóvel Vazio
08	AB Design	Escritório	Comércio/Serviço Local
09			Imóvel Vazio
10	Pousada e Dormitório da Jô	Pousada	Meio de Hospedagem
11	térreo		Imóvel Vazio
	superior		Residência
12			Imóvel Vazio
13			Imóvel Vazio
14	Restaurante Comida Caseira (térreo)	Restaurante	Restaurante Turístico
	Sem nome (superior)	Pensão	Meio de Hospedagem

15			Imóvel Vazio
16	Afrikan Art (térreo)	Atelier de pinturas	Comércio Turístico
	Associação dos Diabéticos de Salvador (superior)	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
17	Bar do Carmo (térreo) superior	Bar	Comércio/Serviço Local Residência
18	Elshaday	Joalheria e Pedras	Comércio Turístico
19			Imóvel Vazio
20	térreo		Imóvel Vazio
	Angola Fashion (1º andar)	Loja de roupas	Comércio Turístico
	Cabelereira Afro (1º andar)	Cabeleireira	Comércio/Serviço Local
	Sem nome	Escola de capoeira	Comércio/Serviço Local
21	Café.Com	Internet Café	Comércio Turístico
22	Albergue do Passo	Albergue	Meio de Hospedagem
23	Albergue do Pelô	Albergue	Meio de Hospedagem
24	Lucas Pousada	Pousada	Meio de Hospedagem
25	Praça desativada		Imóvel Vazio
26	Consulado da Argentina	Órgão Público	Organização de Interesse Público
27			Residência
28			Residência
29			Residência
30			Residência
31			Residência
32	Sociedade Musical Oficina de Frevos e Dobrados	Banda	Organização Sócio Cultural Local
33			Residência
34			Residência
35	Depósito Dois Irmãos Superior	Depósito	Comércio/Serviço Local Residência
36			Imóvel Vazio
37			Imóvel Vazio
38	Club Abdalla Bar (térreo) Superior	Bar	Comércio/Serviço Local Residência
39	Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
40			Imóvel Vazio
41	Albergue da Juventude	Albergue	Meio de Hospedagem
42			Residência
43			Residência
44			Residência
45			Residência
46			Residência

fonte: Castro,2000 • IPAC,2000 • Marcelo A. Sotratti,2005 • Sant'Anna,2003 • Santos & Miranda,2002  
mapa base: IPAC, 2000

**BIBLIOTECA CENTRAL**  
**DESENVOLVIMENTO**  
**COLEÇÃO**  
**UNICAMP**

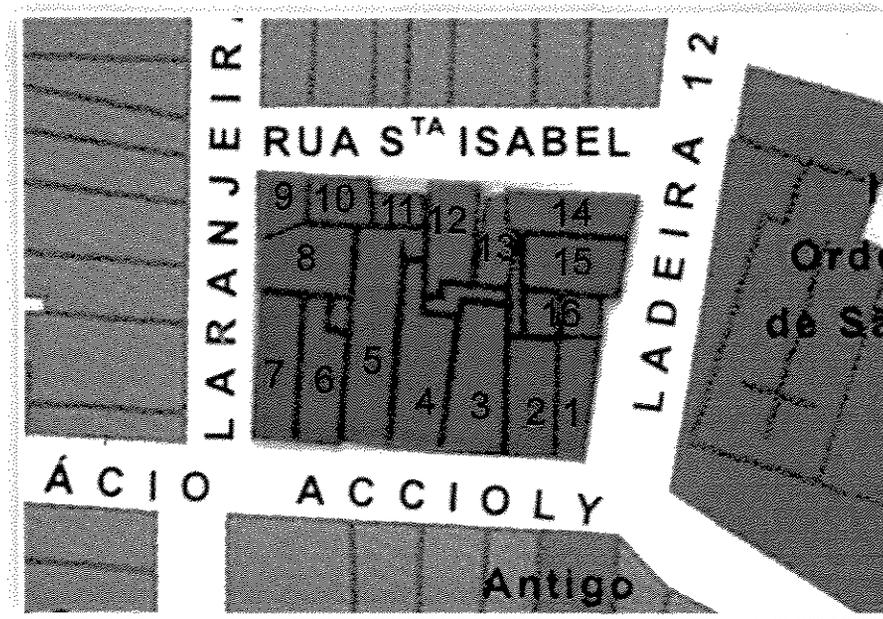
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01			Imóvel Vazio
02	Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade	Sede do Grupo	Organização Sócio-Cultural Local
03			Imóvel Vazio
04	Don Vilche albergue	Albergue	Meio de Hospedagem
05	Sanchel Pizzaria (térreo)	Pizzaria	Restaurante Turístico
	Rasec Atelier de Artes (1º.andar)	Pinturas	Comércio Turístico
06	Cerveja Cultural	Bar	Bar Turístico
07	La Lupa Bar e Restaurante	Restaurante	Restaurante Turístico
08	Lauritano Jóias	Joalheria	Comércio turístico
09	Lê Chat Botté	Restaurante	Restaurante Turístico
10	Lê Chat Botté	Restaurante	Restaurante Turístico
11	O Nilo	Restaurante	Restaurante Turístico
12	Solimon: Teatro e Balé	Escola de danças	Comércio/Serviço local
13			Imóvel Vazio
14			Imóvel Vazio
15			Imóvel Vazio
16	Encontro dos Artistas (térreo)	Restaurante	Restaurante Turístico
	Pousada da Glória (1º.andar)	Pousada	Meio de Hospedagem

17	Tim Bahia	Loja de Camisetas	Comércio Turístico
18	Escola Criativa do Olodum	Escola	Organização de Interesse Público
19	Escola Criativa do Olodum	Escola	Organização de Interesse Público
20	Restaurante Matusalém	Restaurante	Restaurante Turístico
21	Atellier Zé Maria	Pinturas	Comércio Turístico
22	La Tosca	Loja de Souvenires	Comércio Turístico
23	Luca Beltrami Engenharia	Escritório	Comércio/Serviço local
24	Murilo: A Cor Dessa Cidade	Pinturas	Comércio Turístico
25			Imóvel Vazio
26	Sem Nome	Oficina reparadora de instrumentos musicais	Comércio/Serviço Local
27	Cortejo Afro	Bloco de Carnaval	Organização Sócio-Cultural Local
28			Imóvel Vazio
29			Imóvel Vazio
30			Imóvel Vazio
31			Imóvel Vazio
32	Sem nome (térreo) 1º andar	bar	Comércio/Serviço local Imóvel vazio
33	Filhas de Oxum	Grupo de Afoxé	Organização Sócio-Cultural Local
34	Paraíso da Madruga	Bar	Comércio/Serviço local
35	Meg Star	Cabelereira	Comércio/Serviço local
36	Stylus	Cabelereira	Comércio/Serviço local
37			Imóvel Vazio
38	Megê	Restaurante local	Comércio/Serviço local
39	Baixa dos Sapateiros	Comércio geral	Comércio/Serviço local
40	Estacionamento (sub-solo)	Estacionamento subterrâneo	Comércio/Serviço local
	Praça Cultural (térreo)	Praça sobre lajes, dotada de telefoners públicos, bancos e jardins.	Equipamento Cultural
41	Rômulo e Remo	Pizzaria	Restaurante Turístico
42	Inácio Tabacaria	Tabacaria	Comércio Turístico
43	Ponto Vital Santo Amaro	Bar	Bar Turístico

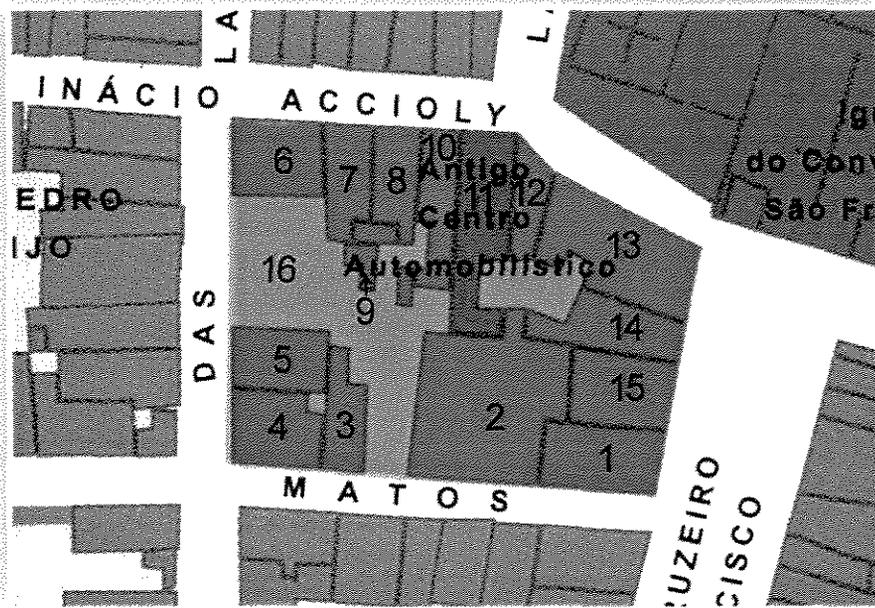
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Sem nome	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
02	Gráfica Gênese (térreo)	Serviços Gráficos	Comércio/Serviço Local
	Mestre Lua Rasta (1º andar)	Atelier Percussivo – Diferenciado	Comércio Turístico
03	Rosa do Prado – Tabacaria e Café (térreo)	Café	Bar Turístico
	Sem nome (1º andar)	Espaço para Exposições	Equipamento Cultural
04	Entre Dedos	Loja de roupas	Comércio Turístico
05	Delícias da Bahia (térreo)	Loja de licores e doces caseiros	Comércio Turístico
	Atelier Antonio Moreno (1º andar)	Pintura	Comércio Turístico
06	Albergue das Laranjeiras	Albergue	Meio de Hospedagem
07	Albergue das Laranjeiras	Albergue	Meio de Hospedagem
08			Imóvel Vazio
09	Restaurante Encontro dos Artistas	Restaurante	Restaurante Turístico
10	Restaurante e Bar Mão Dupla	Restaurante	Restaurante Turístico

11	Restaurante e Bar Por Acaso	Restaurante	Restaurante Turístico
12	Lions Clube do Brasil	Sede	Organização Sócio-Cultural local
13	Sem Nome	Atelier de Pinturas	Comércio Turístico
14	Obatalá	Churrascaria	Restaurante Turístico
15	Alaíde do Feijão	Restaurante	Restaurante Turístico
16			Imóvel Vazio

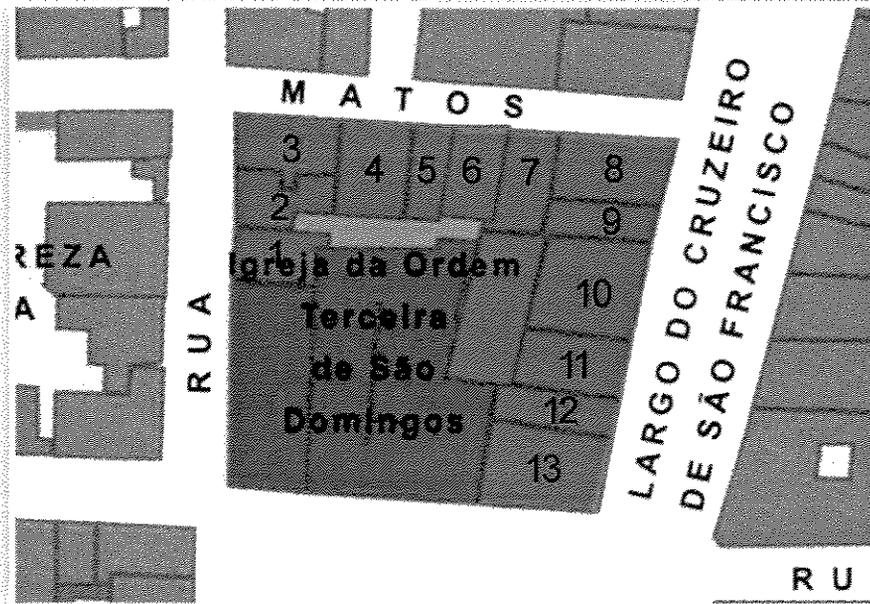
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Polícia Civil da Bahia	Delegacia de Turismo	Organização de Interesse Público
02	Polícia Civil da Bahia	Delegacia de Turismo	Organização de Interesse Público
03	Pratarte (térreo)	Loja de artesanato	Comércio Turístico
	Balé Folclórico da Bahia (1º andar)	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
04			Imóvel Vazio
05			Imóvel Vazio
06	Projeto AXÉ	Show room do projeto	Organização Sócio-Cultural Local
07	Projeto AXÉ (térreo)	Show room do Projeto	Organização Sócio-Cultural Local
	Disk Van (1º andar)	Localiza rent a car	Comércio Turístico
08			Imóvel Vazio
09			Imóvel Vazio
10	Maria Mata Mouro	Restaurante	Restaurante Turístico

11	DIMUS – Diretoria de Museus do IPAC	Órgão Público estadual	Organização de Interesse Público
12			Imóvel Fechado
13	Centro de Memória e Cultura dos Correios	Museu federal	Equipamento Cultural
14	Consulado Geral do Uruguay	Órgão Público Internacional	Organização de Interesse Público
15	Disk Van (térreo)	Unidas rent a car	Comércio Turístico
	Olímpia Turismo e Eventos	Agência de receptivo	Agência de Viagens
16	Largo do Artesanato	Espaço aberto com barracas contendo artesanato em geral, camisetas, cartões postais, souvenirs	Comércio Turístico

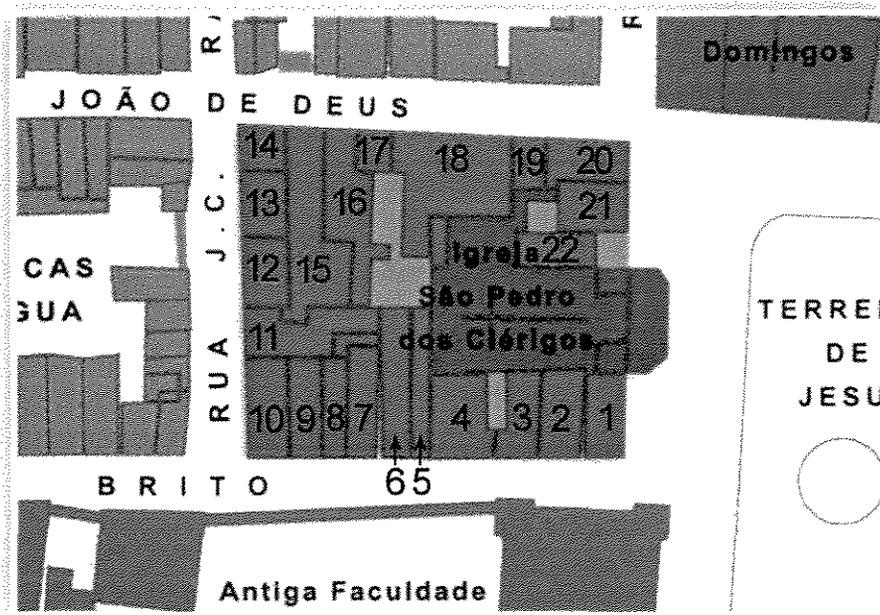
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Ruppée Decorações Finas (térreo)	Loja de antiguidades	Comércio turístico
	Associação de Capoeira Mestre Bimba (1º andar)	Sede da associação	Associação Sócio-Cultural Local
02	Birim Bahia	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
03			Imóvel Vazio
04			Imóvel Vazio
05	E. M. Vivaldo Costa Lima	Escola de Ed. Infantil e Fundamental	Organização de Interesse Público
06	Coconut Bahia Viagens e Turismo	Agência de receptivo	Agência de Viagens
07	Sem Nome	Loja de roupas	Comércio turístico
08	Litoral Norte	Loja de roupas	Comércio turístico
09	Afro-Brasil Bahia	Loja de souvenirs	Comércio turístico
10	Federação Espírita do Estado da Bahia	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
11	Tours Bahia (térreo)	Agência de receptivo	Agência de Viagens
	Teltrom Morada do Som (1º andar)	Escola de música	Comércio/Serviço Local
12	Tours Bahia International	Casa de Câmbio	Comércio Turístico
13	H Stern	Joalheria	Comércio/Serviço Local

fonte: Castro,2000•IPAC,2000•Marcelo A.Sotratti;2005•Sant'Anna,2003•Santos & Miranda,2002  
mapa base: IPAC, 2000

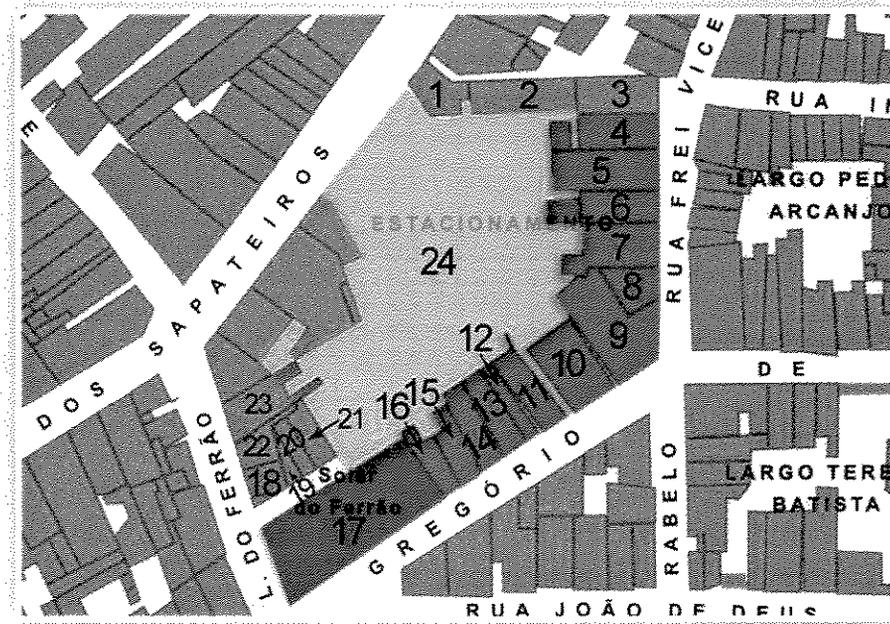
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Cantina da Lua	Bar e Restaurante	Restaurante Turístico
02	Restaurante Tropicália	Restaurante e lanchonete 24 h	Restaurante Turístico
03	Coisas do Pelô	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
04			Imóvel Vazio
05	Artesanato de Santa Bárbara	Loja de rendas e souvenirs	Comércio Turístico
06	Kauffmann Gems (térreo)	Joalheria e Charutaria	Comércio Turístico
	Hotel Meson (superior)	Hotel	Meio de Hospedagem
07	Sem Nome (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Hotel Meson (superior)	Hotel	Meio de Hospedagem
08	Jamaica Bahia	Restaurante	Restaurante Turístico
09	Bahia Preciosa	Joalheria	Comércio Turístico
10	Bahia Preciosa	Joalheria	Comércio Turístico
11	Museu Eugênio Teixeira Leal	Museu da história do dinheiro	Equipamento Cultural
12	E.E. Mestre Pastinha	Escola Estadual	Organização de Interesse Público
13	E.E. Mestre Pastinha	Escola Estadual	Organização de Interesse Público

14	Sem Nome	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
15	Malinstur	Agência de receptivo e emissivo	Agência de Viagem
16	Botica da Terra	Restaurante	Restaurante Turístico
17	Escola João Lino (térreo)	Escola Estadual	Organização de Interesse Público
	Instituto Kardecista da Bahia (1º.andar)	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
18	Escola João Lino (térreo)	Escola Estadual	Organização de Interesse Público
	Instituto Kardecista da Bahia (1º.andar)	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
19	A Decorativa (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Sem Nome (1º.andar)	Loja de artigos em couro	Comércio Turístico
20	Funerária Bahia (térreo)	Serviço Funerário	Comércio/Serviço Local
	Café.Com (1º.andar)	Internet Café	Comércio Turístico
21	Panificadora XV de Novembro (térreo)	Padaria e lanchonete	Comércio/Serviço Local
	Restaurante XV de Novembro (1º.andar)	Restaurante	Restaurante Turístico
22	Igreja	Anexo	Org. Sóc.-Cultural Local

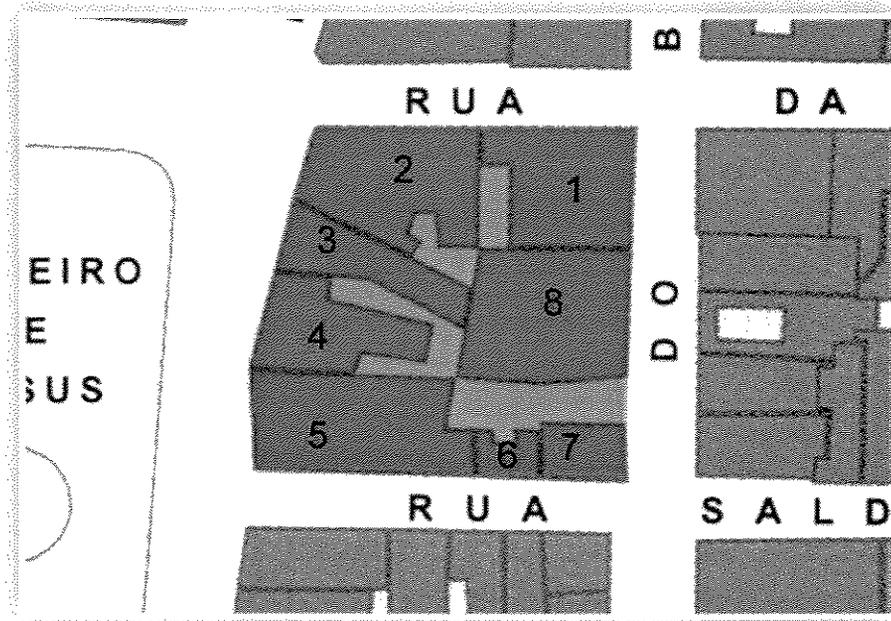
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Grupo Gay da Bahia	OnG	Organização Sócio-Cultural Local
02			Residência
03	FUNDAC – Casa do Menino Aprendiz	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
04	Teatro VIII	Teatro	Equipamento Cultural
05	Teatro VIII	Teatro	Equipamento Cultural
06	Instituto de Hospitalidade	Escritório	Organização de Interesse Público
07	Cinema X IV	Cinema	Equipamento cultural
08	Cinema X IV	Cinema	Equipamento cultural
09			Imóvel Vazio
10			Imóvel Vazio
11			Imóvel Vazio
12	Museu Tempostal (térreo)	Museu	Equipamento Cultural
	CONDER (superior)	Órgão Público	Organização de Interesse Público
13	Baú-Baú Arte Barroca e antiguidades	Decorações Finas	Comércio Turístico

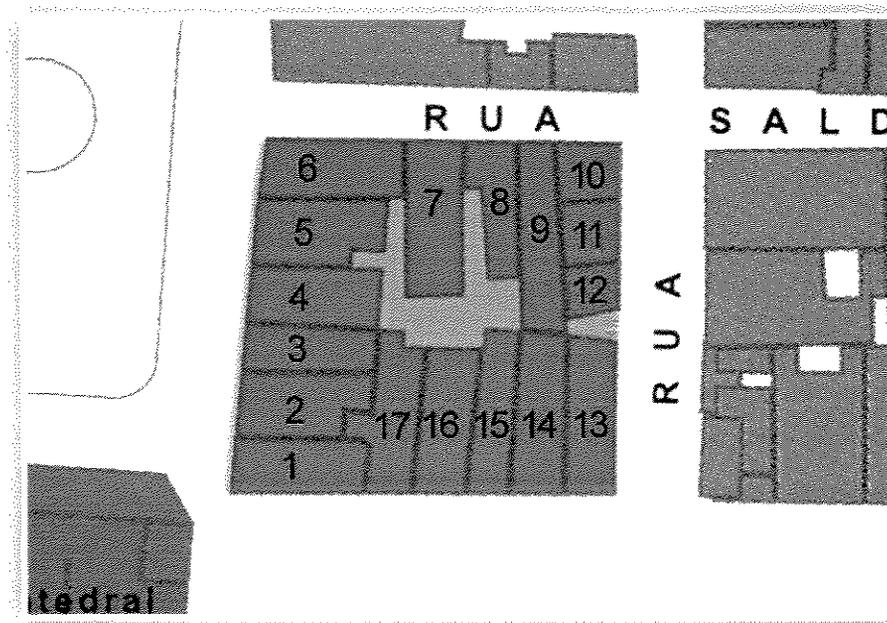
14	Casa 39 Atelier	Pinturas	Comércio Turístico
15			Imóvel Vazio
16	Espaço do Autor Baiano	Livraria	Comércio Turístico
17	Solar Ferrão - IPAC	Órgão Público	Organização de Interesse Público
	Museu Abelardo Rodrigues (superior)	Museu de Arte Sacra	Equipamento Cultural
18	IPAC	Órgão Público	Organização de Interesse Público
19	IPAC	Órgão Público	Organização de Interesse Público
20	IPAC	Órgão Público	Organização de Interesse Público
21	IPAC	Órgão Público	Organização de Interesse Público
22	Bahia Experience	Cinema	Equipamento Cultural
23	Bahia Experience	Cinema	Equipamento Cultural
24	Praça das Artes	Praça interna ao quarteirão cultural. Bancos, telefones públicos, jardins e exposições compõem o cenário da praça	Equipamento Cultural

## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Sem nome	Escola de Dança	Comércio/Serviço Local
02	Centro de Estudos Afro-Orientais – Museu afro-Brasileiro	Museu - UFBA	Equipamento Cultural
03	El Shaddai Galeria de Arte (térreo)	pinturas	Comércio Turístico
	superior		Imóvel vazio
04	Shopping do Pelô Artes (térreo)	Boxes com pequenas lojas de souvenirs	Comércio Turístico
	Salas Comerciais (andares superiores)	Salas diversas	Comércio/Serviço Local
05	Las Bonfim Gemstones (térreo)	Joalheria	Comércio Turístico
	Eletrônica Pires	Artigos eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
06	Pirâmide Som	Loja de equipamentos de som	Comércio/Serviço Local
07	Sem Nome	Artigos eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
08	Sem Nome	Escola de Dança	Comércio/Serviço Local

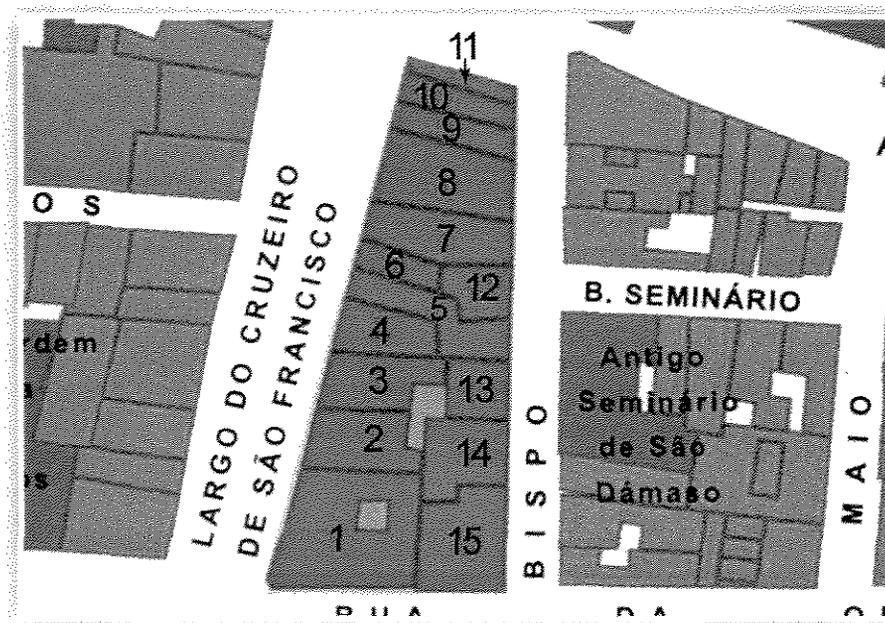
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Centro de Design da Bahia	Escritório	Comércio/Serviço Local
02	Centro de Design da Bahia	Escritório	Comércio/Serviço Local
03	O Cravinho	Bar	Bar Turístico
04	Terreiro Tropical (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Day Tribal Atelier (superior)	Pinturas	Comércio Turístico
05	Cantina Ypiranga (térreo)	Restaurante	Restaurante Turístico
	Centro de Apoio ao Artesanato Mineral da Bahia (superior)	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
06	Pau Brasil (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Sem nome (superior)	Escritório de advocacia	Comércio/Serviço Local
07	Eletrônica Ricel	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
08	Só Som	Loja de equipamentos de som	Comércio/Serviço Local
09	Eletrônica Pelourinho (térreo)	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
	Pousada Centro Histórico (superior)	Pousada	Meio de Hospedagem
10	Eletrônica TV	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local

11	Eletrônica Del Rey	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
12	Pró Tecnologia Soluções Eletrônicas	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
13	Excelsior Café (térreo)	Bar	Bar Turístico
	Eletrônica XVI (térreo)	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
	Ibiza Hotel (superior)	Hotel	Meio de Hospedagem
14	Relógios da Sé (térreo)	Vendas e reparos	Comércio/Serviço Local
	Sem nome	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
15	Água Bella Tour (térreo)	Agencia receptivo	Agencia de Viagem
	Sem nome	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
16	Farmácia Droga Leve	Farmácia	Comércio/Serviço Local
17	Bahia Dourada	Loja de souvenirs	Comércio Turístico

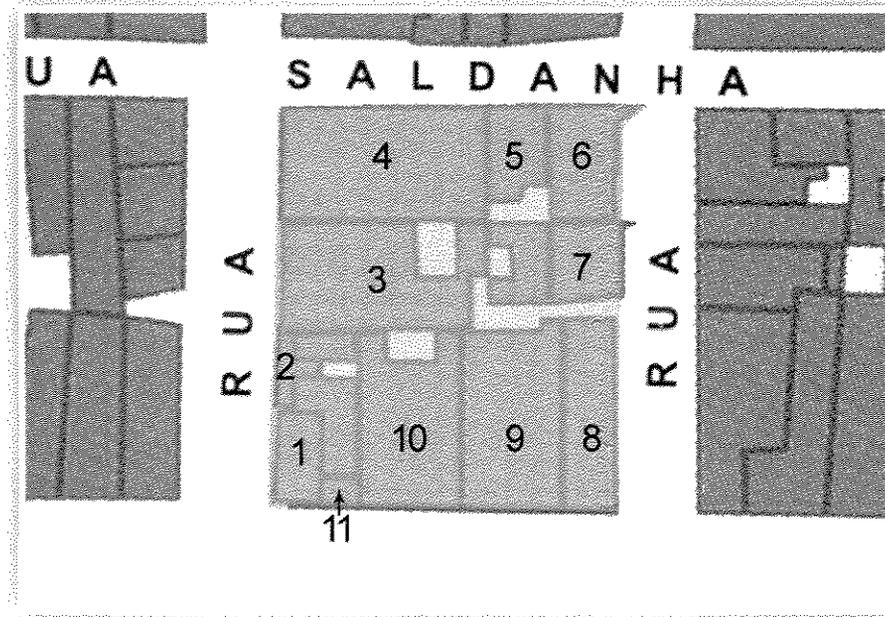
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Sem nome (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Simon Joalheiros (térreo)	Joalheria	Comércio Turístico
	Aquarela (superior)	Agência receptivo	Agência de Viagens
02	Bahia arte & Artesanato (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio turístico
	superior		Imóvel Vazio
03	Tipografia São Judas Tadeu (térreo)	Tipografia	Comércio/Serviço Local
	Casa de Xangô (térreo)	Restaurante	Restaurante Turístico
	Schone Reise	Agência receptivo e Internet Café	Comércio Turístico
04	Koisa Nossa Galeria de Arte (térreo)	Pinturas	Comércio Turístico
	O Coliseu Bar e Restaurante	Restaurante	Restaurante Turístico
05	Banco do Brasil	Agência e Câmbio	Comércio/Serviço Local
06			Imóvel Vazio
07	Del'Artes (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Sem Nome (superior)	Internet café	Comércio Turístico
	Europa rent a car (superior)	Locadora de Veículos	Comércio Turístico
08	Loja do Gordo (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico

	Flor do Dia Artesanato (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Colônia (térreo)	Bar	Comércio/Serviço Local
	Sociedade Protetora dos Desvalidos (superior)	Entidade filantrópica	Organização Sócio-Cultural Local
09	Gente Bonita (térreo)	Cabelereira Afro e loja de souvenirs	Comércio Turístico
	superior		Residência
10	Le Glacier (térreo)	Sorveteria	Bar Turístico
	Diáspora Arte Center (superior)	Escola de Dança	Comércio/Serviço Local
11	Tákára (térreo)	Loja de roupas	Comércio Turístico
	Sem nome (térreo)	Loja de bijouterias afro	Comércio Turístico
12			Residência
13			Residência
14	térreo		Imóvel Vazio
	superior		Residência
15	térreo		Imóvel Vazio
	superior		Residência

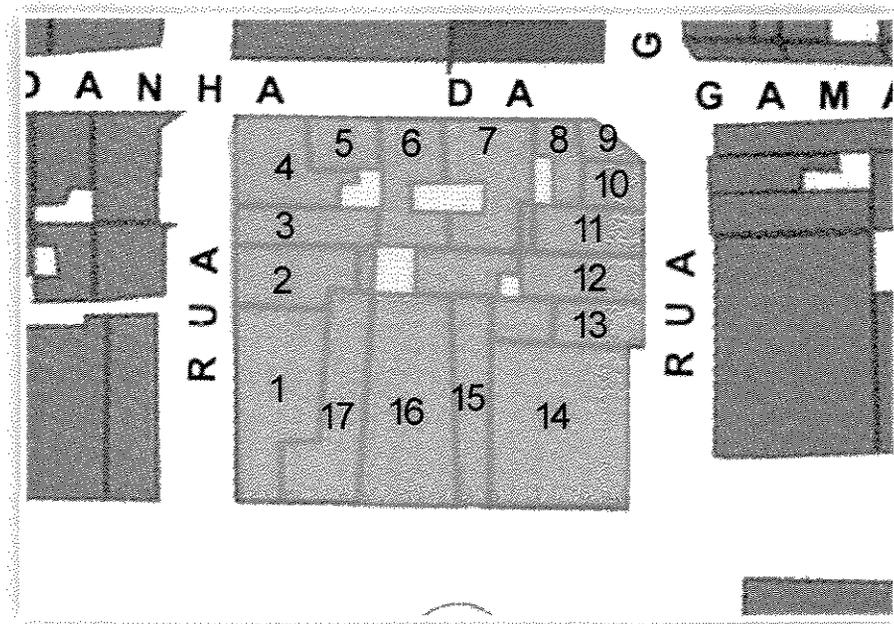
## Mapas de Uso do Solo



Ed	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	CGC Cafeteria	Bar	Bar Turístico
02	Restaurante e Lanchonete Fortaleza (térreo) superior	Restaurante	Restaurante Turístico
03	News Eletrônica (térreo)	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Residência
	Protel (térreo) superior	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
			Residência
04	Eletrônica Salvador (térreo)	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
	Eletrônica Bahiana (térreo)	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
	Casa do Som (térreo)	Loja de equipamentos de som	Comércio/serviço Local
05	Audiotec Eletrônica	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
06	Eletrônica Burguel (térreo)	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
	Belas Pedras Galeria de Arte (superior)	Pinturas	Comércio Turístico

07	Eletrônica Sarney (térreo)	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
	Nova Eletrônica (térreo)	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
	Fênix Eletrônica	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
08	Aurisom (térreo)	Loja de CD	Comércio/Serviço Local
	Bahia Café.Com (superior)	Restaurante	Restaurante Turístico
09	Scala Joalheria	Joalheria	Comércio Turístico
10	Gramado Restaurante (térreo)	Restaurante	Restaurante Turístico
	Sem nome (térreo)	Bar	Comércio/Serviço Local
	Mini Som (térreo)	Loja de CD	Comércio/Serviço Local
	Gramado Restaurante (superior)	Restaurante popular	Comércio/Serviço Local
11	Renner (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Sem nome (superior)	Escritório	Comércio/Serviço Local

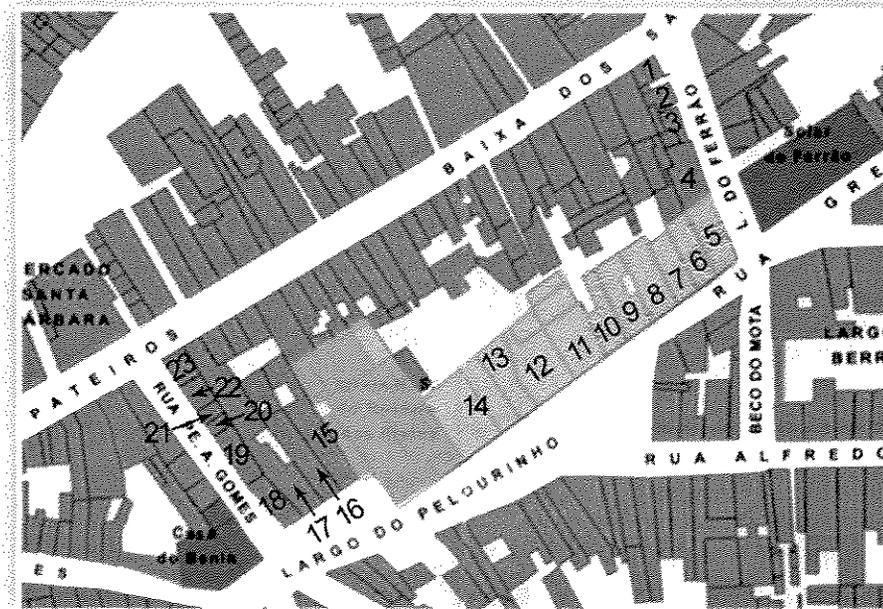
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Livraria Progresso (térreo)	Livraria e papelaria	Comércio/Serviço Local
	Betel Brasileiro (térreo)	Seminário teológico evangélico	Organização Sócio-Cultural Local
02	Café Brasil.Com (térreo) superior	Internet Café	Comércio Turístico
			Imóvel vazio
03	Sem Nome	Loja de instrumentos musicais	Comércio/Serviço Local
04			Imóvel Vazio
05	Eletrônica Viaduto Bethel	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
	Projeto Força Feminina (superior)	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
06	Salão Paço do Saldanha (térreo)	Barbearia	Comércio/Serviço Local
	superior		Residência
07	Sem nome	Loja de equipamentos de som	Comércio/Serviço Local

08	Oficina eletrônica "Japoneza"	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
09			Imóvel Vazio
10	Eletrônica Unisom	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
11	Eletronet Eletroeletrônicos	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
12	Rey do Controle Remoto	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
13	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Loja de artigo eletro-eletrônicos	Comércio/Serviço Local
14	A Primavera	Loja de instrumentos musicais	Comércio/Serviço Local
15	Mídia Mil	Loja de instrumentos musicais	Comércio/Serviço Local
16	Vox Pop	Loja de instrumentos musicais	Comércio/Serviço Local
17	Café Brasil.Com (térreo)	Internet Café	Comércio Turístico
	superior		Imóvel Vazio

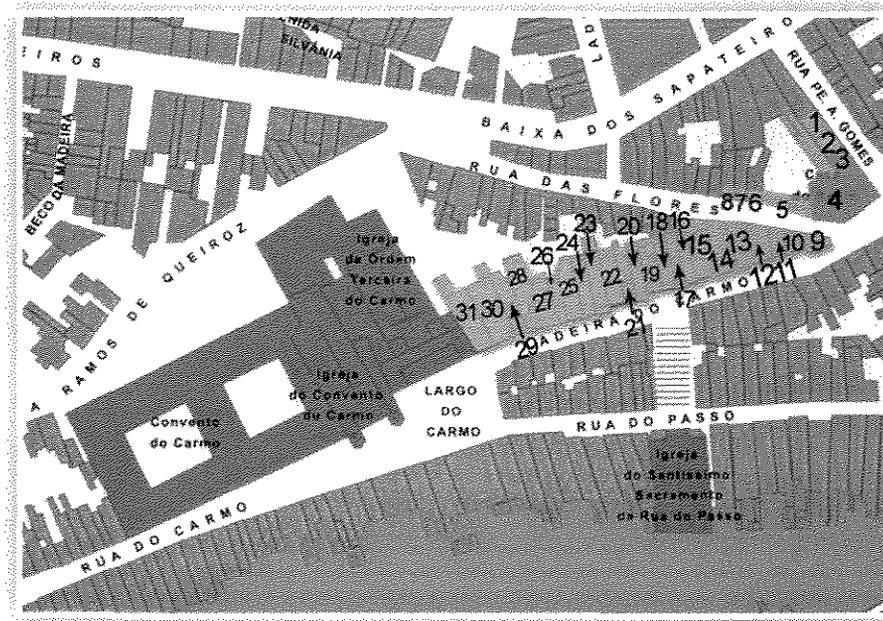
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Baixa do Sapateiro	Comércio Popular	Comércio/serviço Local
02			Residência
03	Serralheria	Oficina	Comércio/Serviço Local
04	Teatro Santana	Teatro	Equipamento Cultural
05	Teatro Santana	Teatro	Equipamento Cultural
06	Retalhos da Vovó Edith (térreo)	Loja de roupas	Comércio Turístico
	CEDECA (1º.andar)	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente	Organização de Interesse Público
07	Filhos de Gandhy	Sede do Bloco de Afoxé	Organização Sócio-Cultural Local
08	Atelier portal da Cor (térreo)	Pinturas	Comércio Turístico
	Pousada dos Sonhos (superior)	Pousada	Meio de Hospedagem
	Pelô Prataria e Artes (superior)	Artesanato diferenciado	Comércio Turístico
	Ser Mulher (térreo)	Loja de roupas	Comércio Turístico
09	La Salsera (sub-solo)	Pizzaria	Restaurante Turístico
	Atelier Jota Esse (térreo)	Pinturas	Comércio Turístico
	Carapaccio e Pizza (1º.andar)	Restaurante italiano	Comércio Turístico

10	Bahia Ticket e Turismo (térreo)	Agência emissivo e receptivo	Agência de Viagem
	Axego (1º.andar))	Restaurante e Bar	Restaurante Turístico
	Comanche do Pelô (1º.andar)	Assistência Cultural – venda de bilhetes de carnaval	Comércio Turístico
	Teatro de Bonecos Mamulengo (2º.andar)	Teatro	Equipamento Cultural
	Oliver e Sabrina (1º.andar)	Cabelereiro Afro	Comércio/Serviço Local
	Sem Nome (térreo)	Loja de couros e instrumentos	Comércio Turístico
11	Colégio Estadual Azevedo Fernandes	Escola	Organização de Interesse Público
12	SENAC	Restaurante-escola	Organização de Interesse Público
13	Museu das Portas do Carmo	Museu	Equipamento Cultural
14	SESC	Loja de artesanato diferenciado	Comércio Turístico
	SESC/SENAC	Teatro	Equipamento Cultural
15	Associação dos Artesãos do Centro Histórico	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
	Sociedade Amigos da Cidade de Salvador	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
16	Bazar dos Capoeiros (térreo)	Loja de decoração	Comércio Turístico
	Hotel Solara (1º.andar)	Hotel	Meio de Hospedagem
17	térreo		Imóvel fechado
	Corfel – Plásticos Couros e Espumas (1º.andar)	Loja	Comércio/Serviços Local
18	Sem nome	Bar	Comércio/Serviços Local
19			Residência
20			Residência
21	Sem nome		Comércio/Serviços Local
22	Sem nome	Bar	Comércio/Serviços Local
23	Sem nome		Comércio/Serviços Local

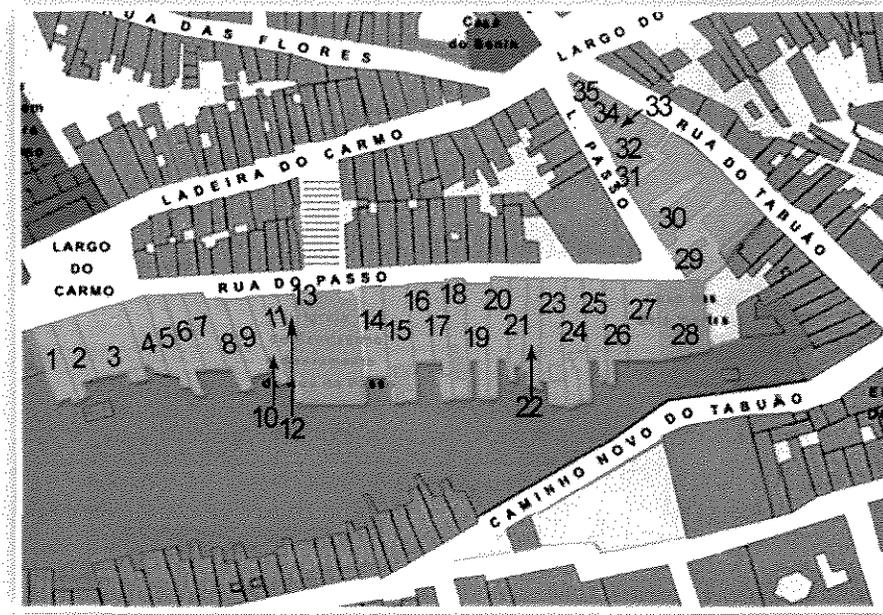
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Insinuante	Bar	Comércio/Serviço Local
02	Sem nome	Bar	Comércio/Serviço Local
03	Funerária Moderna	Funerária	Comércio/Serviço Local
04	Casa do Benin	Museu Afro	Equipamento Cultural
05			Residência
06			Residência
07			Residência
08			Residência
09			Imóvel Vazio
10	Sem Nome	Atelier de Pinturas	Comércio Turístico
11			Residência
12			Residência
13	Atelier Galvão (térreo) (superior)	Pinturas	Comércio Turístico
14			Residência
15			Imóvel Vazio
16			Imóvel Vazio
17	Goes Moreno Decorações	Loja de decorações	Comércio Turístico
18	Sem nome	Pousada	Meio de Hospedagem

19			Imóvel Vazio
20			Residência
21	Banda Tomalera (térreo)	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
	(superior)		Residência
22	Casa da Roça	Pizzaria	Restaurante Turístico
23	Jogo de Búzios	Local para consulta	Comércio Turístico
24	Atelier Maritzia	Pinturas	Comércio Turístico
25	Kespco Stones	Joalheria	Comércio Turístico
26	Centro Hemológico da Bahia	Clínica Médica	Comércio/Serviço Local
27			Residência
28			Residência
29	Igreja do Carmo - anexo		Organização Sócio-Cultural Local
30	Igreja do Carmo - anexo		Organização Sócio-Cultural Local
31	Igreja do Carmo - anexo		Organização Sócio-Cultural Local

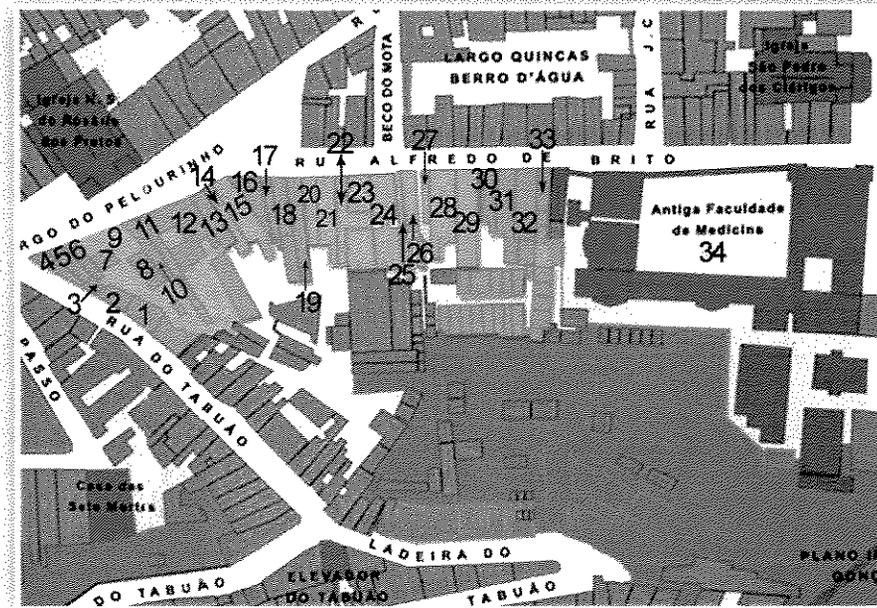
## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Casa das Filarmônicas	Escola de Música	Comércio/Serviço Local
02	Albergue do Carmo	Albergue	Meio de Hospedagem
03	Consulado Geral de Portugal	Órgão Público	Organização de Interesse Público
04			Imóvel vazio
05			Residência
06			Imóvel vazio
07			Residência
08			Residência
09			Residência
10			Residência
11			Residência
12			Residência
13	Casa de Castro Alves – casa que o poeta morou quando menino		Imóvel Vazio
14			Residência
15			Residência
16			Imóvel Vazio

17			Residência
18	Conselho de Desenvolvimento da Consciência Negra	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
19	Sem nome (térreo) superior	Bazar	Comércio/Serviço Local
20			Imóvel Vazio
21			Imóvel Vazio
22			Residência
23			Imóvel Vazio
24			Imóvel Vazio
25			Imóvel Vazio
26	Afoxé Cultural Filhos de Korin	Grupo de Afoxé	Organização Sócio-Cultural Local
27			Imóvel Vazio
28			Imóvel Vazio
29	Sem nome Sem nome (porta anexa)	Sapataria Mercadinho	Comércio/Serviço Local Comércio/Serviço Local
30			Residência
31	Ilê do Bal	Restaurante e Bar	Restaurante Turístico
32			Imóvel Vazio
33	Albergue do Passo	Albergue	Meio de Hospedagem
34			Imóvel Vazio
35	Mercouros (térreo) superior	Loja de couros	Comércio/Serviço Local Imóvel Vazio

## Mapas de Uso do Solo



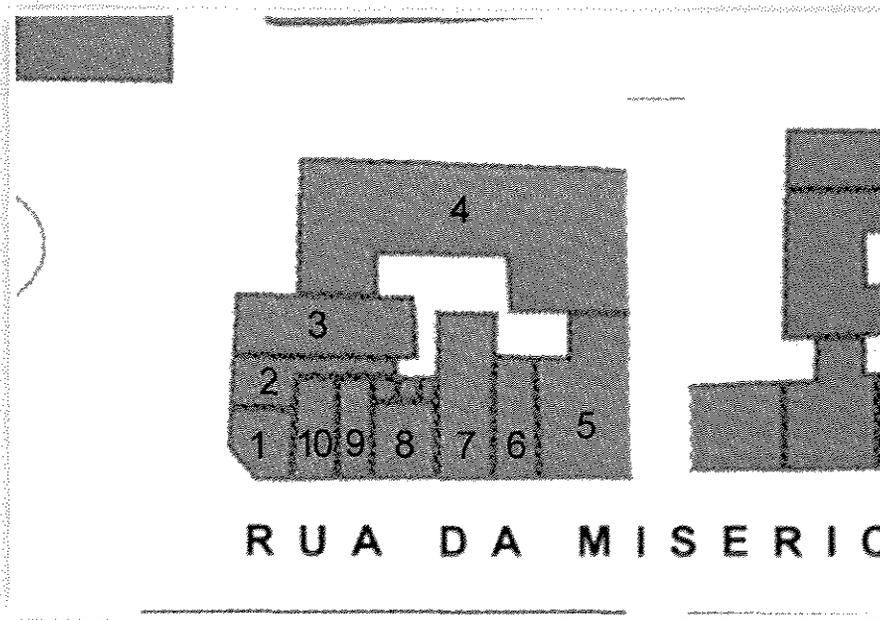
Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Comércio popular		Comércio/Serviço Local
02	Comércio popular		Comércio/Serviço Local
03	Comércio popular		Comércio/Serviço Local
04	Altero	Atelier de metais	Comércio Turístico
05	Casa Pelourinho	Loja de tecidos	Comércio/Serviço Local
06	Amazonas Decoração	Loja de móveis	Comércio/Serviço Local
07	Bar	quiosque	Bar Turístico
08	Bar	quiosque	Bar Turístico
09	Praça do Reggae	Praça Interna de acesso controlado para shows	Equipamento Cultural
10	Matos Pintura Superior	atelier	Comércio Turístico
11	Pelourinho Loterias (térreo) superior	Casa lotérica	Comércio/Serviço Local
12			Residência
13	Sem nome (térreo)	Depósito de bebidas	Comércio/Serviço Local
	Projeto Cultural Cantinha da Lua (1º.andar)	Ong	Organização Sócio-Cultural Local

	1º andar		Residência
14	Casa do Projeto Pelô Dia & Noite	Órgão Público	Organização de Interesse Público
15	Custom Tatoon Point (térreo) superior	Atelier de tatuagem	Comércio/Serviço Local
16	O Grecco (térreo)	Restaurante	Restaurante Turístico
	Associação Centro Operário da Bahia (superior)	sede	Organização Sócio-Cultural Local
17			Residência
18			Residência
19	Ye'Manjar (térreo)	Bar e Sorveteria	Bar Turístico
	O Amolador (superior)	Oficina	Comércio/Serviço Local
20	Pelourinho Virtual	Internet Café	Comércio Turístico
21	C & C Turismo (térreo)	Agência de receptivo e emissivo	Agência de Viagem
	Atelier Kalile (1º andar)	Pinturas	Comércio Turístico
	Albergue da Amizade (1º andar)	Albergue	Meio de Hospedagem
22	Nigéria Cultural e Information Center	Casa da Nigéria	Organização Sócio-Cultural Local
23	térreo		Imóvel Vazio
	Oficina de Invenção Musical (1º andar)	Escola de Música	Comércio/Serviço Local
24	Turmalina Jóias (térreo)	Joalheria	Comércio Turístico
	Hotel Pelourinho (superior)	Hotel	Meio de Hospedagem
	Sem Nome (galeria de praça interna)	Pinturas	Comércio Turístico
	Sem Nome (galeria de praça interna)	Loja de roupas	Comércio/Serviço Local
	Pelourinho Turismo (galeria de praça interna)	Agência de emissivo e receptivo	Agência de Viagem
	Varanda Cultural (galeria de praça interna)	Lanchonete	Bar Turístico
25	Djembê Art-Bahia (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Hotel Pelourinho (superior)	Hotel	Meio de Hospedagem
26	Sem nome (térreo)	Pinturas	Comércio Turístico
	Diga Atelier (superior)	Pinturas	Comércio Turístico
27	Sem Nome (porta anexa)	Pinturas	Comércio Turístico
	Demais espaços do imóvel		Residência
28	Art & Couro (térreo)	Loja de artigos em couro	Comércio Turístico
	Hotel Solar dos Romanos	Hotel	Meio de Hospedagem
29	A Cubana	Sorveteria e Salgados	Bar Turístico
30	Artesanato Vovó Santa (térreo)	Loja de roupas típicas	Comércio Turístico
	Sem nome	Atelier de Pinturas	Comércio Turístico
31	Sem nome (térreo)	Artigos em couro	Comércio Turístico
	Joehré Centro de Espirituação	Sede	Organização Sócio-Cultural Local
32			Imóvel Vazio

33			Imóvel Vazio
34	Prédio da antiga Faculdade de Medicina – em obras de restauro		Imóvel Vazio

fonte: Castro,2000•IPAC,2000•Marcelo A.Sotratti;2005•Sant'Anna,2003•Santos & Miranda,2002  
mapa base: IPAC, 2000

## Mapas de Uso do Solo



Ed.	Nome do Estabelecimento	Natureza	Categoria
01	Ótica Teixeira	Ótica	Comércio/Serviço Local
02	Atacadão dos Discos (térreo)	Loja de CD	Comércio/Serviço Local
	Sem nome (superior)	Internet Café	Comércio Turístico
03	Sem nome (térreo)	Bar	Comércio/Serviço Local
	Trujillo Bahia (térreo)	Loja de souvenirs	Comércio Turístico
	Phantasy Night Club (superior)	Boite	Comércio/Serviço Local
04	Edifício comercial (torre)	Escritórios diversos	Comércio/Serviço Local
05	Edifício em restauro		Imóvel Vazio
06	Edifício em restauro		Imóvel Vazio
07	Edifício em restauro		Imóvel Vazio
08	Edifício em restauro		Imóvel Vazio
09	Edifício em restauro		Imóvel Vazio
10	Fundação Pierre Vergev (térreo)	Galeria de exposições	Equipamento Cultural
	Phone Call (térreo)	Serviços de telefonia	Comércio Turístico
	Instituto de Hospitalidade (térreo)	Escritório	Organização de Interesse Público

fonte: Castro,2000•IPAC,2000•Marcelo A.Sotratti;2005•Sant'Anna,2003•Santos & Miranda,2002  
mapa base: IPAC, 2000



## **ANEXOS**

**Anexo 01 – Programação do Projeto “Pelourinho  
Dia & Noite” – Jan/2005.**

# PELOURINHO

## DIA & NOITE

02

13h Lg. Quincas Berro D'Água  
Samba: Bagagem de Mão

03

20h30 Lg. Pedro Archanjo  
Teatro: DIMENTI

04

20h Terreiro de Jesus  
Terça da Benção: Academia do Samba/  
Muzenza

20h Lg. do Pelourinho  
Benção do largo: Virado no Mói de  
Coentro/ Bom Partido

21h Lg. Tereza Batista  
The African Bar: Olodum e convidados  
(Informações: 321.4154)

22h Pça. do Reggae  
Show: Banda Papoulas/Los Baganas

05

20h Lg. Pedro Archanjo  
Salsa: Improviso Latino

Segunda

Segunda

Terça

Quarta



Lg. Tereza Batista  
19h/23h - Show:  
Quarta da Paz -  
Banda Mahatma

06

19h Ruas do Pelô/ Terreiro de Jesus  
Festaça do Boi Axé

23h Lg. Quincas Berro D'Água  
Show: Carla Quadros

23h Lg. Pedro Archanjo  
Forró: Virgílio

21h Lg. Tereza Batista  
Show: Simone Sampaio (Informações:  
334.4522)

07

21h Pça. do Reggae  
Show: Banda Primazia e Convidados

21h Lg. Tereza Batista  
Dilé: Banda Feminina (A Benção da  
Anastácia), Informações: 321-2042

21h30 Rua das Laranjeiras  
Instrumental: Os Dolentes

23h Lg. Quincas Berro D'Água  
Show: Os Mustangs

Quinta

Sexta



Lg. Pedro Archanjo  
Show: Mil Milhas

08

21h30 Ruas e Largos  
Performance: Conflito no Bar do Seboso

23h Lg. Quincas Berro D'Água  
Show: Beatles in Senna

20h Lg. Tereza Batista  
Show: A Mulherada (Noite da Cultura)

23h Lg. Pedro Archanjo  
Salsa: Rumbaliana

09

13h Lg. Quincas Berro D'Água  
Samba: Terra Brasilis

17h/21h Lg. Tereza Batista  
Ensaio do Bloco das Balanas (Informa-  
ções: 334.0525)

10

20h30 Lg. Pedro Archanjo  
Teatro: DIMENTI

11

20h Terreiro de Jesus  
Terça da Benção: Afro MarvMuzenza

20h Lg. do Pelourinho  
Benção do largo: Virado no Mói de  
Coentro/D' Surpresa

21h Lg. Tereza Batista  
The African Bar: Olodum e convidados  
(Informações: 321.4154)

22h Pça. do Reggae  
Show: Banda Papoulas/Los Baganas

12

20h Lg. Pedro Archanjo  
Show: Nili Bituos

19h/23h Lg. Tereza Batista  
Quarta da Paz - Banda Mahatma

13

21h Lg. Tereza Batista  
Show: Simone Sampaio (Informações:  
334.4522)

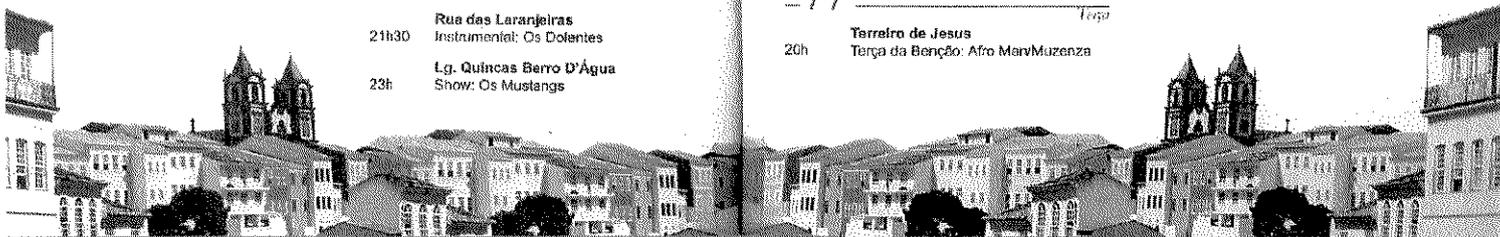
23h Lg. Quincas Berro D'Água  
Show: Delta Blues



Lg. Pedro Archanjo  
Forró: Zefito Miranda

Segunda

Terça



-14

*Segunda*

21h **Pça. do Reggae**  
Show: Banda Primazia e Convidados

21h **Lg. Tereza Batista**  
Didá Banda Feminina (A Benção da Anastácia). Informações: 321-2042

21h30 **Rua das Laranjeiras**  
Instrumental: Pontão (Duo de Violões)

23h **Lg. Pedro Archanjo**  
Show: Dutty Free



23h **Lg. Quincas Berro D'Água**  
Show: Patricia Costa

-15

*Quarta*

21h30 **Ruas e Largos**  
Performance: Conflito no Bar do Saboso

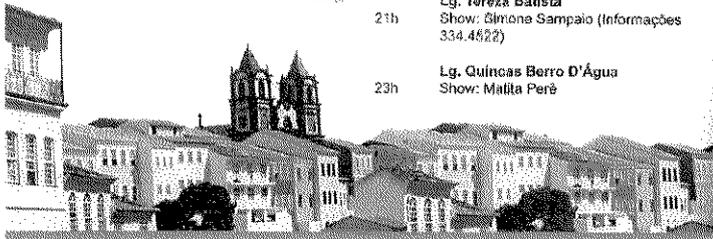
23h **Lg. Quincas Berro D'Água**  
Show: The Oscars

23h **Lg. Tereza Batista**  
Pop: Carla Vizi/ Los Baganas

23h **Lg. Pedro Archanjo**  
Show: Aloisio Menezes

-16

*Quinta*



13h **Lg. Quincas Berro D'Água**

Samba: Viola de Dozo

17h/21h **Lg. Tereza Batista**  
Ensaio do Bloco das Balanças (Informações: 334.0525)

-17

*Segunda*

20h30 **Lg. Pedro Archanjo**  
Teatro: DIMENTI

-18

*Terça*

20h **Terreiro de Jesus**  
Terça da Benção: Sérgio Participação/ Muzenza

20h **Lg. do Pelourinho**  
Benção do largo: Virado no Mói de Coentro/Grupo Everest

21h **Lg. Tereza Batista**  
The African Bar: Olo dum e convidadas (Informações: 321.4154)

22h **Pça. do Reggae**  
Show: Banda Papoulas/Los Baganas

-19

*Quarta*

19h/23h **Lg. Tereza Batista**  
Show: Quarta da Paz – Banda Mahatma

20h **Lg. Pedro Archanjo**  
Gafieira com Maestro Fred Dantas e Banda. Participação: Pedro França e Luiza Cândia. Traje obrigatório para damas e cavalheiros: esporte fino

-20

*Quinta*

21h **Lg. Tereza Batista**  
Show: Gimona Sampaio (Informações: 334.4522)

23h **Lg. Quincas Berro D'Água**  
Show: Malita Perê

23h **Lg. Pedro Archanjo**  
Forró, Furrozada

-21

*Segunda*

21h **Pça. do Reggae**  
Show: Banda Primazia e Convidados

21h **Lg. Tereza Batista**  
Didá Banda Feminina (A Benção da Anastácia). Informações: 321-2042

23h **Lg. Pedro Archanjo**  
Show: Som Choromela

21h30 **Rua das Laranjeiras**  
Instrumental: Sambossa

23h **Lg. Quincas Berro D'Água**  
Show: Clara Ghinell

-22

*Quarta*

21h30 **Ruas e Largos**  
Performance: Conflito no Bar do Saboso

13h/22h **Lg. Tereza Batista**  
Feijocada da Alaide

23h **Lg. Pedro Archanjo**  
Show: Dera Barroosa



23h **Lg. Quincas Berro D'Água**  
23h - Show: Will Carvalho

-23

*Domingo*

13h **Lg. Quincas Berro D'Água**  
Samba: Neto Bahia

-24

*Segunda*

20h30 **Lg. Pedro Archanjo**  
Teatro: DIMENTI

-25

*Terça*

20h **Terreiro de Jesus**  
Terça da Benção: Banda Kangerê/ Muzenza

20h **Lg. do Pelourinho**  
Benção do largo: Virado no Mói de Coentro/Sambadah

21h **Lg. Tereza Batista**  
The African Bar: Olo dum e convidadas (Informações: 321.4154)

22h **Pça. do Reggae**  
Show: Banda Papoulas/Los Baganas

-26

*Quarta*

20h **Lg. Pedro Archanjo**  
Bailie: Egberto Bahia

19h/23h **Lg. Tereza Batista**  
Show: Quarta da Paz – Banda Mahatma

19h **Terreiro de Jesus**  
Encontro da Malinha Flexion com o Boi Axé

20h **Terreiro de Jesus**  
Baile da Malinha Flexion e da Jeguinha Treiteira



-27

**Quilombos**

- 23h Lg. Quilincas Berro D'Água  
Show: Suelly Scoté
- 23h Lg. Pedro Archanjo  
Farrô: Pilsa Macão
- 21h Lg. Tereza Batista  
Show: Simone Sampaio (Informações: 334.4522)

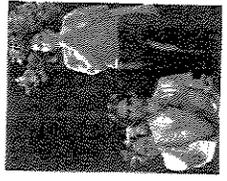
-30

**Parque**

- 13h Lg. Quilincas Berro D'Água  
Show do Lenc: A definir (Ingresso: 1 lata de leite em pó)

-31

**Vigilância**



Lg. Pedro Archanjo  
20h30 - Teatro:  
DIMENTI

-28

**Verão**

- 21h Pca. do Reagae  
Show: Banda Primavera e Convidados
- 21h Lg. Tereza Batista  
Dida Banda Fominina (A Bênção da Anafácia). Informações: 321-2042
- 23h Lg. Pedro Archanjo  
Show: Dado Brazawilly
- Rua das Laranjeiras  
Instrumental: Andréz Person
- 23h Lg. Quilincas Berro D'Água  
Show: Jairoen Van Vitei e Abáida Lobo
- 23h30 Ruas e Largos  
Barragorda do Pêlo

29

**Teatro**

- 21h30 Ruas e Largos  
Performances: Conflito no Bar do Seboso
- 23h Lg. Quilincas Berro D'Água  
Show: Laurinha
- 21h Lg. Tereza Batista  
Block Music: 16 Toneladas - O Balé
- 23h Lg. Pedro Archanjo  
O Balé: Jauperi e Convidados

# Caminhada Axé abre verão de 2005/2006

A Caminhada Axé, com percurso de Ondina ao Farol da Barra, a partir desta ano volta a ser um evento de abertura do verão baiano e será realizado no último sábado de novembro. No início, a Caminhada Axé ocorreu em agosto, mas em que se comemora o dia do Fidejussor. Depois, foram realizadas em meses de novembro e dezembro. A partir de 2002, o desfile ocorreu no fim de janeiro e início de fevereiro. A festa não se realizou anualmente, já que para o desfile evoluiu em forma festiva e passou a ser organizada em eventos de espetáculos destinados à infra-estrutura do Carnaval, que neste ano acontecerá no início de fevereiro. Por isso, a volta para o final de novembro. Desde a sua criação em 1992, a Caminhada Axé é organizada pela Diretoria de Iniciação e Artes Cênicas da Fundação Cultural do Estado, com apoio da Rede Baixa de Curitiba.

www.fundacaocultural.ba.gov.br

## BAHIA EXPERIENCE

UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA  
DE CULTURA, HISTÓRIA E HABILIDADES  
EM UM ESPETÁCULO ÚNICO: O SHOW "A BARRAGEM DO SÓCRO" DE SALVADOR E CHARRÓ



## Pelourinho Dia & Noite

DE: PROGRAMAÇÃO SUBTERRÂNEAS ALTERNATIVAS.  
Mais informações pelo site: (71) 336-9277 ou no site:  
[www.fundacaocultural.ba.gov.br/programas/pelourinho](http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/programas/pelourinho)

\*Os Espetáculos podem ser realizados, autogerenciados, e pelo Sesc em parceria com o Estado Baiano. Para mais informações, consulte o Sesc (71) 336-9277.

